2015

Relatório e Contas

De acordo com o disposto no artigo 9.º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM transcreve-se o

RELATÓRIO E CONTAS DO 1º SEMESTRE DE 2015

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta
Sede: Praça D. João I, 28, 4000-295 Porto - Capital Social de 4.094.235.361,88 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula
e de identificação fiscal 501 525 882

Millennium bcp

Todas as menções, neste documento, à aplicação de quaisquer normativos referem-se à respetiva versão atualmente vigente.

ÍNDICE

INFORMAÇÃO SOBRE O GRUPO BCP **4**

Síntese de Indicadores 5
Grupo BCP no 1.º Semestre de 2015 6
Modelo de Negócio 11
Governance 15
Principais Eventos no 1º Semestre de 2015 17
Negócio Responsável 18
Ação BCP 27
Participações Qualificadas 32
Enquadramento Económico 33
Principais Riscos e Incertezas 34
Informação sobre tendências 36
Visão, Missão e Estratégia 38

INFORMAÇÃO FINANCEIRA **40**

Liquidez e *Funding* 41
Capital 42
Resultados e balanço 44
Áreas de negócio 57
Fundo de Pensões 79
Ratings do BCP 81

GESTÃO DO RISCO **82**

Gestão do Risco 83
Exposição a Atividades e Produtos Afetados pela Crise Financeira 100
Sistema de Controlo Interno 101
Conformidade com as Recomendações relativas à Transparência de Informação e à Valorização de Ativos 103

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR **107**

Demonstrações Financeiras do 1º Semestre de 2015 108

CONTAS E NOTAS ÀS CONTAS CONSOLIDADAS DO 1.º SEMESTRE DE 2015 ..... **110**

CONTAS E NOTAS ÀS CONTAS INDIVIDUAIS DO 1.º SEMESTRE DE 2015 ..... **230**

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE **321**

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS **323**

Informação sobre o Grupo BCP

SÍNTESE DE INDICADORES

SÍNTESE DE INDICADORES			Milhões de euros
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Balanço			
Ativo total	78.730	80.418	-2,1%
Crédito a clientes (bruto) (1)	57.085	58.261	-2,0%
Recursos totais de clientes (1)	65.742	63.976	2,8%
Recursos de balanço de clientes (1)	53.148	51.915	2,4%
Depósitos de clientes (1)	50.601	48.463	4,4%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes (2)	107%	115%	
Crédito total, líq. / Recursos de balanço de clientes	100%	106%	
Resultados			
Resultado líquido	240,7	(84,7)	
Margem financeira	628,0	496,0	26,6%
Produto bancário	1.471,3	1.064,3	38,2%
Custos operacionais	555,2	576,7	-3,7%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	475,0	371,6	27,8%
Outras imparidades e provisões	91,8	114,0	-19,4%
Impostos			
Correntes	44,8	62,3	
Diferidos	9,6	(61,8)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio (2)	3,8%	2,6%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) (3)	0,8%	-0,1%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio (2)	0,9%	-0,1%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	11,4%	-6,9%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios (2)	14,1%	-2,0%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total (2)	9,7%	9,4%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. (2)	3,5%	4,3%	
Crédito em risco / Crédito total (2)	12,4%	11,9%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. (2)	6,4%	6,9%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias (1)	86,4%	73,1%	
Rácios de eficiência (2) (4)			
Custos operacionais / Produto bancário	37,7%	58,0%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	33,2%	65,1%	
Custos com o pessoal / Produto bancário	21,0%	32,5%	
Capital (5)			
Rácio common equity tier I phased-in (6)	13,1%	12,5%	
Rácio common equity tier I fully-implemented (6)	9,6%	9,0%	
Rácio common equity tier I fully-implemented (7)	10,7%	10,1%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	691	740	-6,6%
Atividade internacional	669	730	-8,4%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	7.599	8.351	-9,0%
Atividade internacional	9.699	10.054	-3,5%

(1) Ajustado da relevação da Millennium bank na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos em operações descontinuadas ou em descontinuação.

(2) De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.º 16/2004, na versão vigente.

(3) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(4) Exclui itens específicos: valia na alienação das participações relacionadas com o negócio de seguros não-vida (69,4 milhões de euros em 2014).

(5) De acordo com CRD IV/CRR.

(6) Inclui o resultado líquido do 1.º semestre de 2015. Valor de junho de 2014 inclui os impactos do novo enquadramento prudencial dos DTAs (de acordo com os IAS), do aumento de capital de julho de 2014, do reembolso de 1.850 milhões de euros de CoCos e da desconsolidação da operação na Roménia.

(7) Inclui o resultado líquido do 1.º semestre de 2015. Valor de junho de 2014 inclui os impactos do novo enquadramento prudencial dos DTAs (de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95), do aumento de capital de julho de 2014, do reembolso de 1.850 milhões de euros de CoCos e da desconsolidação da operação na Roménia.

GRUPO BCP NO 1.º SEMESTRE DE 2015

BREVE DESCRIÇÃO

O Banco Comercial Português, S.A. (BCP, Millennium bcp ou Banco) é o maior banco privado português. O Banco, com centro de decisão em Portugal, procura sempre ir mais além, fazer melhor e servir o Cliente, pautando a sua atuação por valores como o respeito pelas pessoas e pelas instituições, enfoque no Cliente, vocação de excelência, confiança, ética e responsabilidade, sendo líder destacado em várias áreas de negócio financeiro no mercado português e uma instituição de referência a nível internacional. O Banco assume ainda uma posição de destaque em África, através das suas operações bancárias em Moçambique e Angola, e na Europa, através das suas operações na Polónia e Suíça. Desde 2010, o Banco opera em Macau através de uma sucursal de pleno direito, tendo assinado, nesse ano, um memorando de entendimento com o Industrial and Commercial Bank of China com o objetivo de reforçar a cooperação entre os dois bancos, que se estende a outros países e regiões para além de Portugal e China. A sucursal de Macau assume-se crescentemente como um vetor estratégico do desenvolvimento das relações entre Portugal, Europa, Angola, Moçambique e a China, nomeadamente nas áreas de *trade finance* e de banca de investimento. O Banco tem também uma presença nas Ilhas Caimão através do BCP Bank & Trust, com licença tipo B.

HISTÓRIA

Fundação e crescimento orgânico para atingir uma posição relevante	Desenvolvimento em Portugal por aquisições e parcerias	Internacionalização	Processo de reestruturação envolvendo o desinvestimento de ativos não estratégicos
1985: Fundação **1989:** Lançamento da NovaRede **Até 1994:** Crescimento orgânico, atingindo quotas de mercado de cerca de 8% em crédito e depósitos em 1994	**1995:** Aquisição do Banco Português do Atlântico, S.A. **2000:** Aquisição do Banco Pinto & Sotto Mayor à CGD e incorporação do Grupo José Mello (Banco Mello e Império) **2004**: Acordo com o Grupo CGD e com a Fortis (Ageas) para o negócio de seguros	**1993:** Início da presença no Oriente **1995:** Início da presença em Moçambique **1998:** Acordo de parceira com o BBG (Polónia) **1999:** Estabelecimento de uma *greenfield operation* na Grécia **2000:** Integração da operação seguradora na Eureko **2003:** - Constituição do Banque Privée - Alteração da denominação da operação na Polónia para Bank Millennium **2006:** Adoção da marca única "Millennium" **2006:** Constituição do BMA **2007:** Início da atividade na Roménia **2008:** Acordo de parcerias estratégicas com a Sonangol e BPA **2010:** Transformação da sucursal de Macau *off-shore* em *on-shore*	**2005:** - Venda da Crédilar - Alienação do BCM, com manutenção de uma sucursal *off-shore* em Macau - Desinvestimento na atividade seguradora e acordo de parceria com a Ageas para a atividade de *bancassurance* **2006:** - Venda da participação de 50,001% no Interbanco - Conclusão da venda de 80,1% do capital social do Banque BCP em França e no Luxemburgo **2010:** - Alienação de 95% do Millennium bank AS na Turquia e acordo para a alienação da totalidade da rede de sucursais e da respetiva base de depósitos do Millennium bcp bank nos EUA **2013:** - Alienação da totalidade do capital social do Millennium Bank Grécia (MBG) ao Piraeus Bank - Alienação de 10% do capital social do Banque BCP no Luxemburgo - Venda da totalidade da participação no Piraeus Bank **2014:** - Alienação da totalidade do capital social da Banca Millennium Roménia (BMR) ao OTP Bank - Venda da totalidade das participações de 49% do ramo Não-Vida, detidas na Ocidental e na Médis **2015:** - Alienação da totalidade do capital social da Millennium bcp Gestão de Ativos

POSICIONAMENTO COMPETITIVO

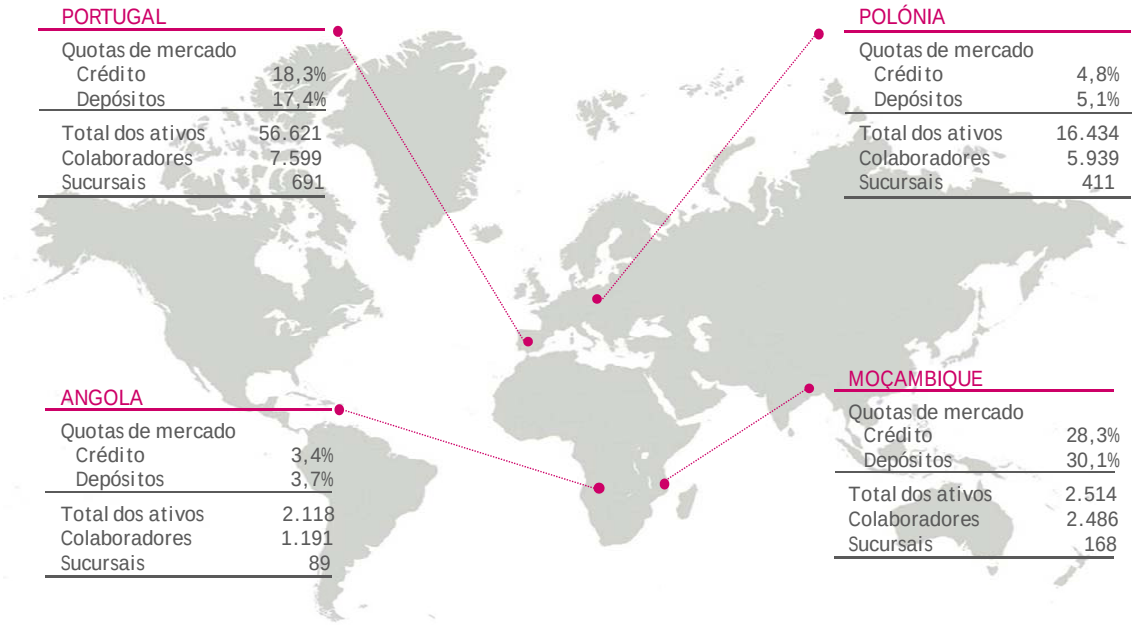
No final do 1º semestre de 2015, o Millennium bcp apresentava a segunda maior rede de sucursais em Portugal (691) e uma posição em crescente expansão nos países em que detém operações, com especial destaque para os mercados africanos de afinidade.

Sempre com o imperativo de ouvir o Cliente e de entender e resolver as suas necessidades, o Banco disponibiliza uma vasta gama de produtos bancários e serviços financeiros, dirigidos a Particulares e Empresas. O Banco ocupa uma posição de destaque no mercado financeiro Português e encontra-se posicionado para beneficiar da recuperação da economia portuguesa, essencialmente, através do apoio que presta às Empresas.

A vocação pela excelência, a qualidade do serviço e a inovação são valores distintivos e diferenciadores face à concorrência.

No final do 1.º semestre de 2015, as operações em Portugal representavam 72% do total de ativos, 75% do total de crédito a clientes (bruto) e 73% do total de recursos de clientes. O Banco detinha mais de 2,3 milhões de clientes em Portugal e quotas de mercado de 18,3% e 17,4% em crédito a clientes e depósitos de clientes, respetivamente, em maio de 2015.

O Millennium bcp encontra-se ainda presente nos cinco continentes através das suas operações bancárias, escritórios de representação e/ou através de protocolos comerciais, servindo mais de 5,3 milhões de Clientes no final de junho de 2015.



Nas operações em África, o Millennium bcp prossegue os seus planos de expansão. O Millennium bim, um banco universal, a operar desde 1995 em Moçambique, detém mais de 1,3 milhões de Clientes, sendo banco líder neste país, com 28,3% em crédito a clientes e de 30,1% em depósitos. O Millennium bim é uma marca com elevada notoriedade no mercado moçambicano, associada à inovação, com grande penetração ao nível da banca eletrónica e excecional capacidade de atrair novos Clientes, sendo uma referência ao nível da rendibilidade.

O Banco Millennium Angola (BMA) foi constituído em 3 de abril de 2006 por transformação da sucursal local em banco de direito angolano. Beneficiando da imagem de marca do Millennium bcp, o BMA apresenta características distintivas como a inovação e a dinâmica da comunicação, disponibilidade e conveniência. Em Angola, o Grupo aspira, com o investimento em curso, tornar-se num *player* de referência no setor bancário, a médio prazo. Em 2013, o BMA constituiu um centro *corporate* dedicado à indústria petrolífera, um setor caracterizado por baixas posições creditícias (rácio de transformação de 4,2% em 30 de junho de 2015) e gerador de recursos em moeda estrangeira. Neste segmento, o BMA presta essencialmente serviços de tesouraria e de *trade finance*. Em 31 de maio de 2015, o Banco detinha uma quota de 3,4% em crédito a clientes e de 3,7% em depósitos.

Na Polónia, o Bank Millennium dispõe de uma rede de sucursais bem distribuída e suportada numa moderna infraestrutura multicanal, qualidade de serviço de referência, elevado reconhecimento da marca, base de capital robusta, liquidez confortável e sólida gestão e controlo do risco. O Bank

Millennium detinha, em 31 de maio de 2015, uma quota de mercado de 4,8% em crédito a clientes e de 5,1% em depósitos.

Na Suíça, o Grupo detém uma operação desde 2003, por intermédio de uma plataforma de *private banking* que presta serviços personalizados e de qualidade a Clientes do Grupo com elevado património, compreendendo soluções de gestão de ativos, baseadas em *research* rigoroso e no profundo conhecimento dos mercados financeiros, assente num compromisso irrevogável com a gestão do risco e numa plataforma de IT eficiente.

O Grupo está ainda presente no Oriente desde 1993, mas apenas em 2010 foi realizado o alargamento da atividade da sucursal existente em Macau, através da atribuição da licença plena (*on-shore*), visando o estabelecimento de uma plataforma internacional para a exploração do negócio entre a Europa, China e África lusófona.

O Banco conta ainda com 10 escritórios de representação (1 no Reino Unido, 1 na Alemanha, 3 na Suíça, 2 no Brasil, 1 na Venezuela, 1 na China em Cantão e 1 na África do Sul), 5 protocolos comerciais (Canadá, EUA, Espanha, França e Luxemburgo) e 1 promotor comercial (Austrália).

REDE MILLENNIUM

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

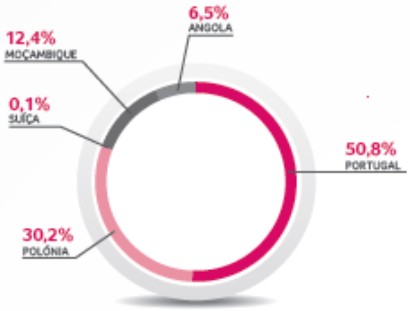
1.360 SUCURSAIS MILLENNIUM

NÚMERO DE SUCURSAIS

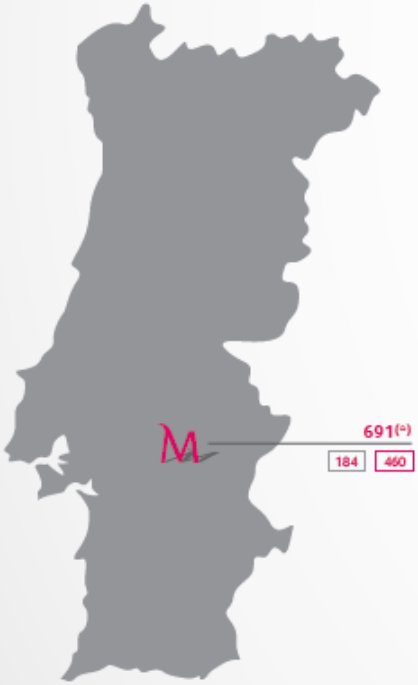
	Jun. 2015	Dez. 2014	Dez. 2013(**)	Var.% Jun.15/ Dez.14
TOTAL EM PORTUGAL (*)	691	695	774	-0,6%
Polónia	411	423	439	-2,8%
Suíça	1	1	1	-
Moçambique	168	166	157	1,2%
Angola	89	88	82	1,1%
TOTAL INTERNACIONAL	669	678	679	-1,3%
TOTAL DO GRUPO	1.360	1.373	1.453	-0,9%

(*) Inclui a sucursal de Macau.
(**) 2013 exclui empresas descontinuadas ou em descontinuação.

DECOMPOSIÇÃO DAS SUCURSAIS



EM PORTUGAL



NO ESTRANGEIRO
POLÓNIA E SUÍÇA

ANGOLA E MOÇAMBIQUE

TOTAL DE SUCURSAIS
SUCURSAIS ABERTAS AO SÁBADO
SUCURSAIS COM HORÁRIO DIFERENCIADO
SUCURSAIS COM ACESSIBILIDADE A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

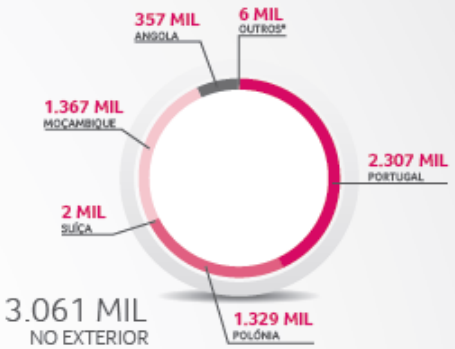
(*) Inclui a sucursal de Macau.

CANAIS REMOTOS E *SELF-BANKING*

5,367 MILHÕES DE CLIENTES

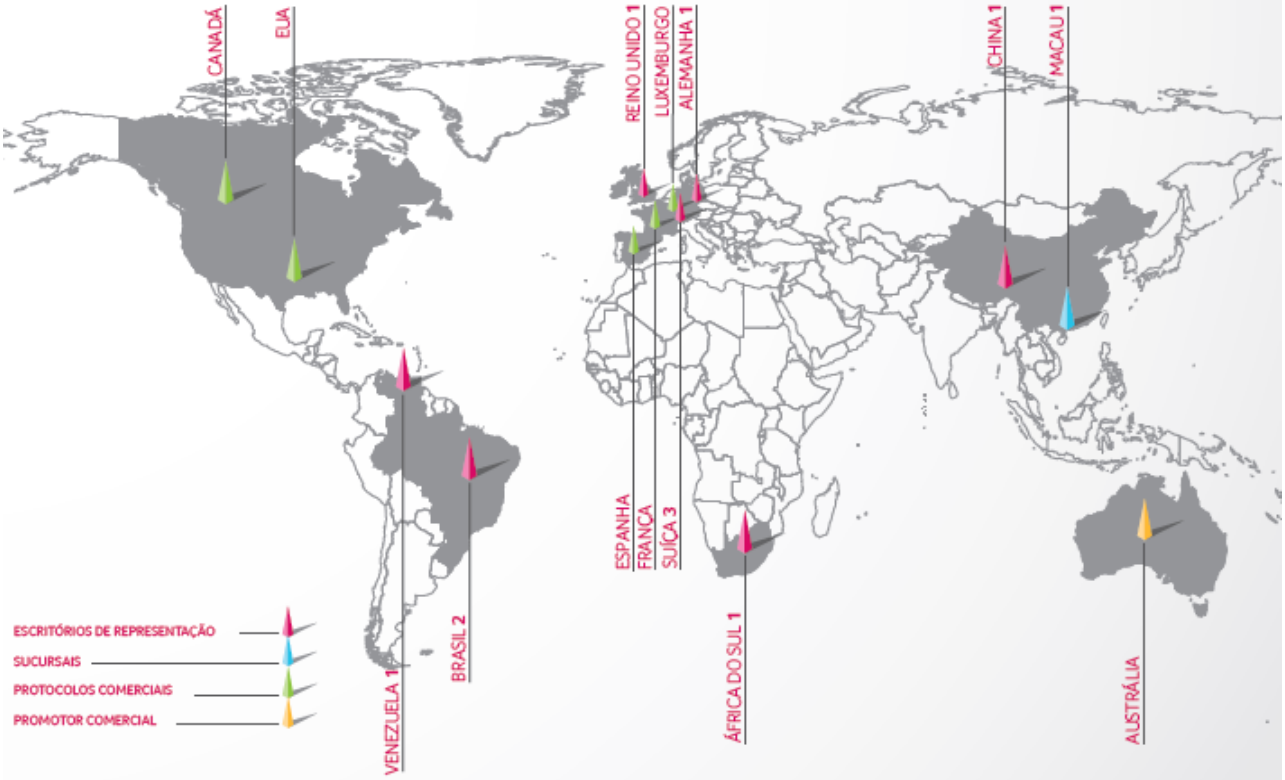
	Internet	*Call Centre*	*Mobile Banking*	ATM (*)	POS (**)
TOTAL EM PORTUGAL	560.073	100.891	103.516	2.045	38.772
Polónia	875.787	94.061	279.000	523	-
Suíça	385	-	-	-	-
Moçambique	17.184	87.985	292.442	452	6.512
Angola	8.376	439	2.175	120	2.181
TOTAL INTERNACIONAL	901.732	182.485	573.617	1.095	8.693
TOTAL DO GRUPO	1.461.805	283.376	677.133	3.140	47.465

Nota: Consideram-se Clientes/utilizadores ativos aqueles que utilizaram a internet, o *call centre* ou o *mobile banking*, pelo menos, uma vez, nos últimos 90 dias.
(*) *Automated Teller Machines.*
(**) *Point of Sales.*



* Inclui Macau e Ilhas Caimão

ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO, SUCURSAIS, PROTOCOLOS COMERCIAIS E PROMOTOR COMERCIAL



MODELO DE NEGÓCIO

NATUREZA DAS OPERAÇÕES E PRINCIPAIS ATIVIDADES

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades financeiras e serviços bancários em Portugal e no estrangeiro, estando presente em diversos mercados: Polónia, Moçambique, Angola e Suíça. Todas as suas operações bancárias desenvolvem a sua atividade sob a marca Millennium. Estando sempre atentos aos desafios que se impõem num mercado cada vez mais global, o Grupo assegura ainda a sua presença nos cinco continentes através de escritórios de representação e/ou protocolos comerciais.

O Banco oferece um vasto leque de produtos e serviços financeiros: contas à ordem, meios de pagamento, produtos de poupança e de investimento, *private banking*, gestão de ativos e banca de investimento, passando pelo crédito imobiliário, crédito ao consumo, banca comercial, *leasing*, *factoring* e seguros, entre outros. As operações de *back-office* para a rede de distribuição encontram-se integradas, de forma a beneficiar de economias de escala.

Em Portugal, o Millennium bcp opera com a segunda maior rede de distribuição, encontrando-se centrado no mercado de retalho, servindo os seus clientes de uma forma segmentada. As operações das subsidiárias disponibilizam geralmente os seus produtos através das redes de distribuição do Banco, oferecendo um conjunto alargado de produtos e serviços dos quais se destacam os seguros e a gestão de ativos.

FATORES DISTINTIVOS E SUSTENTABILIDADE DO MODELO DE NEGÓCIO

Maior instituição bancária privada

O Millennium bcp é a maior instituição bancária privada em Portugal, assumindo uma posição de liderança e destaque em diversos produtos, serviços financeiros e segmentos de mercado, estando alicerçada numa *franchise* forte e bastante expressiva a nível nacional.

A atividade no mercado doméstico está enfocada na Banca de Retalho, que se encontra segmentada de forma a melhor servir os interesses dos Clientes, quer através de uma proposta de valor assente na inovação e rapidez destinadas aos designados Clientes Mass-market, quer através da inovação e da gestão personalizada de atendimento, destinada aos Clientes Prestige e Negócios. A Rede de Retalho conta ainda com um banco vocacionado para Clientes com um espírito jovem, utilizadores intensivos de novas tecnologias da comunicação, que privilegiem uma relação bancária assente na simplicidade e que valorizem produtos e serviços inovadores.

Complementarmente, o Banco dispõe de canais de banca à distância (serviço de banca por telefone e pela Internet), que funcionam como pontos de distribuição dos seus produtos e serviços financeiros.

No final do 1.º semestre de 2015, o Banco contava com 691 sucursais, servindo mais de 2,3 milhões de Clientes, sendo o segundo banco (primeiro privado) em termos de quota de mercado, quer em crédito a clientes (18,3%), quer em depósitos de clientes (17,4%), em maio de 2015.

Resiliência e sustentabilidade do modelo de negócio

A capacidade de resistência do modelo de negócio assenta essencialmente no enfoque na banca de retalho, por natureza mais estável e menos volátil, face ao peso diminuto das operações financeiras. O Banco adotou um novo modelo de negócio baseado numa nova segmentação da sua base de clientes, na revisão dos produtos e serviços que oferece e no ajustamento do seu *back office* e da sua rede de sucursais, no aumento da proximidade aos clientes, reduzindo simultaneamente os custos operacionais. O Banco tem como objetivo assegurar a rendibilidade sustentável a médio e longo prazo, procurando tornar-se *best in class* em termos de eficiência operacional, melhorando sustentadamente o resultado operacional e mantendo um elevado controlo do risco de crédito, preservando, assim, a sua posição estratégica no mercado português de serviços bancários de Retalho.

Em setembro de 2013, a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia anunciou a decisão formal do acordo com as autoridades portuguesas relativamente ao plano de reestruturação do Banco, concluindo que este está em conformidade com as regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais, demonstrando a viabilidade do Banco sem o apoio contínuo do Estado.

A operação de aumento de capital concluída em julho de 2014 permitiu acelerar o cumprimento do plano estratégico do Banco, ao reembolsar um total de 2.250 milhões de euros dos instrumentos híbridos de capital (CoCo's), subscritos pelo Estado Português, em 2014, acelerar o reembolso integral destes instrumentos até 2016 e aumentar a geração orgânica de capital, permitindo o lançamento das bases para o crescimento sustentado dos resultados, o que potenciará um maior equilíbrio entre o contributo

das componentes doméstica e internacional.

Em junho de 2015, o Banco concluiu com sucesso uma oferta pública de troca sobre valores mobiliários emitidos pelo Grupo por contrapartida da entrega de novas ações ordinárias do Banco, tendo aumentado o capital em 387,5 milhões de euros, de 3.706,7 milhões de euros para 4.094,2 milhões de euros, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de 0,0834 euros por ação, o que contribuiu para a evolução favorável do rácio CET1 no 2.º trimestre de 2015.

Inovação e capacidade de execução

Desde a sua fundação, o Banco desenvolveu uma reputação associada à inovação. O Banco foi o primeiro banco em Portugal a introduzir certos conceitos e produtos inovadores, incluindo: métodos de marketing direto; *layouts* de sucursais com base no perfil do cliente; contas-ordenado; sucursais mais simples ("NovaRede"); serviços bancários por telefone, através do Banco 7, que posteriormente se tornou na primeira plataforma de serviços bancários *online* em Portugal; seguro de saúde (Médis) e seguro direto; e um *site* dedicado a particulares e *corporate banking*. O Banco também foi pioneiro no lançamento de um novo conceito de *Internet banking*, baseado na plataforma do ActivoBank, que fornece um serviço simplificado ao cliente, incluindo a abertura de uma conta corrente através de *tablet*.

Tecnologia

Com o intuito de dar continuidade ao processo de melhoria dos seus sistemas de informação, o Banco desenvolveu um conjunto de iniciativas e projetos estruturantes, dos quais se destacam: (i) a concretização do projeto "Personalização de Canais", que dotou os canais de Internet empresas, particulares e Mobile particulares, da possibilidade de efetuar ofertas comerciais personalizadas ajustadas ao perfil e necessidades de cada Cliente; (ii) as melhorias efetivadas nos *sites*, como sejam a automatização dos pedidos de crédito (Crédito Online) e a reformulação dos *frontends* dos simuladores de crédito pessoal e automóvel, ou a disponibilização de novas funcionalidades nas App, e ainda o M Contacto, que visa oferecer, aos Clientes geridos, uma área de contacto personalizado com o seu Gestor, no site e na App; (iii) os desenvolvimentos na Plataforma iPAC, nomeadamente ao nível da "Nova Gestão de Clientes", os quais asseguraram uma visão mais simples e clara dos principais indicadores das carteiras; (iv) as alterações realizadas ao nível do Modelo de *Advisory* do Private Banking, através da disponibilização de modelos *standard* de alocação de carteiras, em função dos perfis de investimento dos Clientes previamente definidos; (v) as melhorias no processo de subscrição das emissões de Certificados; (vi) no âmbito da Arquitetura Aberta de Fundos de Investimento ao Retalho, a salientar ainda a implementação de um conjunto de novos requisitos, entre os quais uma oferta mais alargada de novas famílias de Fundos; e (vii) os ajustamentos realizados no âmbito dos Depósitos Indexados, proporcionando uma maior flexibilidade na execução deste tipo de operações. Referências adicionais ao lançamento da Linha de Crédito *Cash On-Time*, inserida no projeto de reformulação da atual oferta de *Confirming* do Banco; à disponibilização do acesso em *online* à Central de Responsabilidades de Crédito do BdP, que veio assegurar uma maior eficiência aos processos de decisão de crédito; e à implementação, no âmbito do Projeto "*GO Paperless*", da solução de subscrição de Depósitos a Prazo com recurso a assinatura digital.

No que respeita aos projetos de natureza legal e/ou regulamentar, entre outros, destaque para as adaptações ao processo de abertura de conta e manutenção de cliente, em conformidade com a mais recente legislação em vigor, e em reforço dos princípios de controlo interno aplicáveis.

Internet & Mobile

A nível dos serviços Mobile, no primeiro semestre de 2015, o Banco registou um crescimento de 24% no número de utilizadores e de cerca de 30% na quantidade de operações efetuadas face ao mesmo período de 2014 e disponibilizou novidades através da App Millennium, das quais se destacam a constituição de poupanças por QR Code.

Verificou-se um crescimento de 3% dos utilizadores do *site* de particulares face ao período homólogo de 2014. Foram implementadas algumas novidades, das quais se destacam a personalização (através de *Banners*) e o lançamento de um *microsite* Prestige World, para Clientes Prestige.

Os utilizadores do *site* de empresas registaram também um aumento de 3%, com o número de transações realizadas a aumentar em 6% face ao período homólogo de 2014. Reforçou-se a continuidade de negócio através da implementação de solução de *Store&Forward* para situações de contingência, alargou-se a oferta de vídeos tutoriais como auxiliar à formação de Clientes nos serviços disponíveis para Empresas, implementaram-se as plataformas *online* para negociação cambial e para aceitação de documentos digitalizados no âmbito de Operações Documentárias.

O Banco atualizou a App MEmpresas no âmbito das transferências internacionais SEPA e incluiu o Confirming nas autorizações. O número de utilizadores regista um crescimento de 31%, sendo que o número de transações aumenta mais de 150% face ao período homólogo. Disponibilizamos a versão em castelhano acompanhando o processo de internacionalização das Empresas portuguesas.

No primeiro semestre de 2015, foi aperfeiçoada a proposta de valor veiculada através de Prestige Direto (gestão remota de Clientes), com reforço de relação e de negócio com os Clientes geridos, e com a obtenção de resultados comerciais e da conta de exploração ao nível dos melhores desempenhos relativos do Retalho.

O Centro de Cartões *co-branded*, que permite a gestão à distância de Clientes que apenas possuem cartões de crédito, aumentou a relação e o negócio com os clientes que gere, tendo aumentado também o número de novos cartões atribuídos o que confirma o crescimento sustentado do negócio.

Marca Millennium e Comunicação com o Cliente

A marca Millennium constitui uma base para toda a oferta comercial do Banco e uma peça fundamental na sua estratégia com impactos diretos nos seus resultados, permitindo posicionar o Millennium bcp na mente dos seus Clientes e projetar credibilidade, reforçar a relação de confiança no Banco e criar um sentimento de lealdade, potenciando o valor da marca.

Os primeiros seis meses de 2015 deram continuidade à estratégia de negócio e comunicação focada em dois dos principais segmentos do Millennium bcp – o de Empresas e o Prestige.

Reforçando a mensagem assente no *claim* "É para avançar" lançado com a Campanha Institucional de Empresas no final de 2014, o Banco desenvolveu um conjunto de acções de comunicação orientadas para as Empresas, das quais se destacam o patrocínio ao programa televisivo Shark Tank - um dos mais aclamados programas de televisão orientados para os negócios em todo o mundo - cuja ativação se expressou numa campanha multimeios com uma forte presença mediática.

A comunicação com as Empresas foi também marcada, e como habitualmente, por uma Campanha dirigida aos Clientes Aplauso, como reconhecimento dos Clientes Empresa que ano após ano reforçam a sua relação com o Millennium bcp.

Para os Clientes Prestige foram desenvolvidas diversas iniciativas no sentido de reforçar o posicionamento do Millennium junto deste Segmento, sendo de realçar o lançamento da Campanha "Vantagem Família Prestige" que pautou a comunicação do Banco com um tom mais leve e original, fazendo passar a mensagem de que as principais vantagens que os Clientes Prestige têm, podem ser extensíveis ao seu agregado familiar.

No Retalho, a comunicação assentou maioritariamente em produtos e soluções core para o negócio do Banco, sendo de destacar a Campanha Cliente Frequente. Sob o mote "500.000 Famílias já gerem melhor as suas despesas", a Campanha procurou evidenciar a real poupança associada a esta solução integrada, já comprovada por mais de 500 mil dos nossos Clientes.

O atividade comunicacional desenvolvida durante o primeiro Semestre de 2015 procurou, desta forma, ir ao encontro do novo posicionamento do Millennium bcp enquanto instituição próxima dos seus Clientes, atenta às novas tendências, comportamentos, necessidades e motivações da Sociedade onde se insere e com a qual interage diariamente.

Principais prémios atribuídos[1]

No 1º semestre de 2015, o Banco foi galardoado com diversos prémios, sendo de salientar:

- Distinção como o melhor distribuidor em Portugal de produtos estruturados pela *Structured Retail Products*, uma divisão do Grupo Euromoney.
- Distinção da operação de custódia do Bank Millennium, na categoria de melhor desempenho, atribuída pela revista Global Custodian, no inquérito de 2014 "*Agent Banks in Emerging Markets*".
- ActivoBank conquistou o 1.º lugar no ranking *Marktest Reputation Index* (MRI) 2015, pela 2.ª vez consecutiva, na categoria Banca Online e foi distinguido como "*Most Innovative Bank* Portugal 2015" pela International Finance Magazine, uma prestigiada publicação e reconhecida fonte de informação e análise sobre a comunidade financeira global.

1 Prémios da exclusiva responsabilidade das entidades que os atribuíram.

- Eleição do Bank Millennium como o melhor distribuidor de produtos estruturados e derivados na Polónia pela StructuredRetailProducts.com.
- Distinção da equipa de analistas do Bank Millennium, que venceu a competição nacional organizada pelo jornal Parkiet para as previsões macroeconómicas e de mercado mais precisas em 2014.
- Bank Millennium venceu a 4.ª edição do inquérito "Banco de Qualidade", realizado pela agência TNS Polska, conquistando a distinção do banco que fornece o melhor serviço ao Cliente.
- Marca "Millennium bim" foi, pelo 6.º ano consecutivo, distinguida como "Melhor Marca de Moçambique" no setor da banca. O Millennium bim foi galardoado com o prémio "Banco Mais Inovador em África" pela prestigiada revista African Banker e conquistou quatro distinções PMR África 2015, nas categorias de serviços bancários - Particulares, Empresas e Banca de Investimento - e na área de produtos, na categoria Cartões de Crédito.
- Banco Millennium Angola foi distinguido com o prémio "*Best Commercial Bank* Angola 2015" pela Capital Finance Internacional (cfi.co), prestigiada revista britânica especializada em assuntos económicos e financeiros.

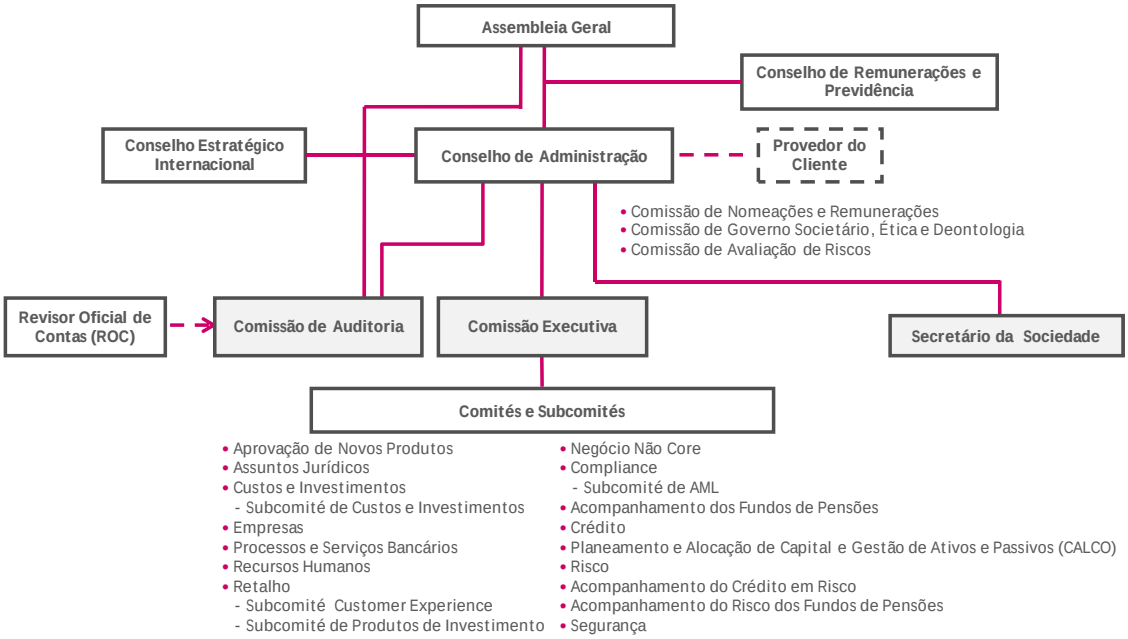
GOVERNANCE

O Banco Comercial Português, S.A. adota um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração, que inclui uma Comissão Executiva e uma Comissão de Auditoria composta unicamente por administradores não executivos. A Sociedade integra ainda um Conselho de Remunerações e Previdência e um Conselho Estratégico Internacional.

O Banco conta com um Revisor Oficial de Contas e com uma empresa de auditores externos que procede à auditoria das contas individuais e consolidadas do Banco, cuja nomeação foi deliberada em Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 11 de maio de 2015 foram eleitos os membros dos órgãos sociais para exercerem funções no triénio 2015/2017.

ORGANOGRAMA DO MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO DA SOCIEDADE



A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos acionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos. À Assembleia Geral compete:

- Eleger e destituir a sua própria Mesa, bem como os membros dos órgãos de administração e fiscalização e o Conselho de Remunerações e Previdência;
- Aprovar alterações do contrato da sociedade;
- Deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício e propostas de aplicação de resultados;
- Deliberar sobre as matérias que lhe sejam submetidas a pedido dos órgãos de administração e fiscalização;
- Deliberar sobre todas as matérias que lhe sejam especialmente cometidas pela lei ou pelos Estatutos, ou que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade.

O Conselho de Administração (CA) é o órgão de governo do Banco competindo-lhe, nos termos da lei e dos estatutos, os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade.

Nos termos dos Estatutos em vigor, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de 17 e um máximo de 25 membros com e sem funções executivas, eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos, sendo permitida a sua reeleição.

O Conselho de Administração em exercício de funções a 30 de junho de 2015 era composto por 20 membros efetivos, sendo 13 não executivos, incluindo 2 membros nomeados pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios, e 7 executivos.

O Conselho de Administração nomeou uma Comissão Executiva (CE) composta por 7 dos seus membros, na qual delegou a gestão corrente do Banco. Durante o 1.º semestre do exercício de 2015, a Comissão Executiva foi coadjuvada, na função de gestão, por vários comités e subcomités aos quais cometeu o especial acompanhamento de algumas matérias relevantes.

A fiscalização da sociedade é assegurada por uma Comissão de Auditoria, eleita pela Assembleia Geral, e composta por um mínimo de 3 e um máximo de 5 membros eleitos em conjunto com os demais administradores, devendo as listas propostas para o Conselho de Administração discriminar os membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria e indicar o respetivo Presidente.

O Conselho de Remunerações e Previdência (CRP) é composto por 3 a 5 membros, eleitos pela Assembleia Geral, a maioria dos quais deve ser independente.

O Secretário da Sociedade e o Secretário Suplente são nomeados pelo Conselho de Administração do Banco, cessando funções com o termo do mandato do Conselho que os tenha designado.

Identificação e Composição dos Órgãos Sociais

	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Comissão de Auditoria	Conselho de Remunerações e Previdência	Conselho Estratégico Internacional
António Vitor Martins Monteiro (Presidente do CA)	●				●
Carlos José da Silva (Vice-presidente do CA)	●				●
Nuno Manuel da Silva Amado (Vice-presidente do CA e CEO)	●	●			●
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto	●				
André Magalhães Luiz Gomes	●				
António Henriques de Pinho Cardão	●				
António Luís Guerra Nunes Mexia	●				
Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor (*)	●			●	
Cidália Maria Mota Lopes	●		●		
Jaime de Macedo Santos Bastos	●		●		
João Bernardo Bastos Mendes Resende	●				
João Manuel de Matos Loureiro (Presidente da CAUD)	●		●		
José Jacinto Iglésias Soares	●	●			
José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha	●	●			
José Rodrigues de Jesus (*)	●		●		
Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas	●	●			
Miguel de Campos Pereira Bragança	●	●			
Miguel Maya Dias Pinheiro	●	●			
Raquel Rute da Costa David Vunge	●				
Rui Manuel da Silva Teixeira	●	●			
José Gonçalo Ferreira Maury (Presidente do CRP)				●	
José Guilherme Xavier de Basto				●	
José Luciano Vaz Marcos				●	
Manuel Soares Pinto Barbosa				●	
Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira (Presidente do CEI)					●
Francisco de Lemos José Maria					●
Josep Oliu Creus					●

(*) Membros Nomeados pelo Estado para o período de vigência do investimento público para reforço de fundos próprios do Banco.

PRINCIPAIS EVENTOS NO 1º SEMESTRE DE 2015

JANEIRO

- Conclusão, em 8 de janeiro de 2015, do processo de venda da Banca Millennium na Roménia ao OTP Bank, de acordo com as condições gerais enunciadas em 30 de julho de 2014, tendo o BCP recebido do OTP Bank 39 milhões de euros relativos ao preço total acordado para a venda. O OTP Bank assegurou também o reembolso integral ao BCP do financiamento prestado à Banca Millennium, no montante aproximado de 150 milhões de euros. A operação teve um impacto negligenciável no rácio Common Equity Tier 1 consolidado do BCP.

FEVEREIRO

- Em 24 de fevereiro de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. informou que se encontra em processo de avaliação de vários cenários estratégicos que promovam a valorização do ActivoBank, o banco online de referência em Portugal.
- Realização, no Porto, de mais uma edição das "Jornadas Millennium Empresas", com as quais o Millennium bcp procura estar mais perto das empresas portuguesas, apoiando a sua internacionalização e reforçando a sua competitividade.

MARÇO

- Anúncio, em 26 de março de 2015, das condições de preço do accelerated placement a investidores institucionais de 186.979.631 ações ordinárias do Bank Millennium S.A. representativas de 15,41% do capital social da Sociedade, pelo preço unitário de PLN 6,65. O montante do encaixe da colocação foi de aproximadamente PLN 1,24 mil milhões (304 milhões de euros), resultando num aumento do ratio CET1 do Grupo BCP, face a dezembro de 2014, de 46 pb em base fully implemented e de 64 pb de acordo com os critérios phased-in. De acordo com informação já divulgada, após a conclusão desta operação, o BCP continua a deter uma participação maioritária no capital social do Bank Millennium, correspondente a 50,1% do capital social do Bank Millennium S.A..
- Realização, em Évora, de mais umas "Jornadas de Empreendedorismo no Turismo - Visitar o Futuro".

MAIO

- Conclusão da venda da totalidade do capital social da Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. à Corretaje e Información Monetária y de Divisas, S.A. (Grupo CIMD), mantendo-se a atual oferta dos fundos de investimento geridos pela MGA em todos os canais e redes de distribuição do Millennium bcp.
- Realização, em 11 de maio de 2015, da Assembleia Geral Anual de Acionistas, tendo estado presentes Acionistas detentores de 46,63% do capital social, tendo entre outras sido tomadas as seguintes deliberações: Aprovação do relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2014; aprovação da proposta de transferência do resultado líquido negativo apurado no balanço individual para Resultados Transitados; e aprovação do lançamento de oferta pública de troca de valores mobiliários subordinados por ações.
- Reafirmação, em 19 de maio de 2015, pela Agência Fitch Ratings da notação de rating intrínseca (Viability Rating) do Banco Comercial Português em "bb-" e melhoria do Outlook de "Negativo" para "Estável". Simultaneamente a notação de rating de emitente de longo prazo do BCP foi revista em baixa em 2 notches, de "BB+" para "BB-" em consequência da remoção do suporte governamental e passando agora a refletir a notação de rating intrínseca do BCP.

JUNHO

- Aumento de capital em 387.545.108,8 euros, de 3.706.690.253,08 euros para 4.094.235.361,88 euros, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários subordinados por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de €0,0834 por ação e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

NEGÓCIO RESPONSÁVEL

O Plano Diretor de Sustentabilidade (PDS) reflete a estratégia de Sustentabilidade do Millennium bcp, constituindo o quadro de referência das linhas de atuação que conformam as ações a desenvolver em Portugal. A definição das áreas de intervenção que compõem o PDS plurianual resulta da avaliação conjunta dos temas materiais identificados pelos *Stakeholders*, dos recursos disponíveis no Banco, do enquadramento económico e do contexto de mercado no momento.

Assim, a atividade desenvolvida pelo Millennium bcp no âmbito do Negócio Responsável durante o 1.º semestre de 2015, sintetizada neste capítulo, constitui um testemunho renovado do compromisso do Banco com a concretização plena do PDS definido para o período 2014 – 2015.

PLANO DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE 2014 - 2015

Ética e conduta profissional	Reforçar o vínculo dos Colaboradores aos Valores do Banco Fomentar uma cultura de *compliance* e gestão rigorosa do risco Publicar políticas claras no âmbito da prevenção da corrupção, saúde e segurança, direitos humanos e proteção da maternidade
Qualidade no serviço	Implementar e reforçar os processos de avaliação da satisfação Criar mecanismos de deteção e gestão imediata de oportunidades de melhoria no serviço ao Cliente
Acessibilidades	Melhorar a implementação de horários diferenciados Reforçar e promover as acessibilidades disponibilizadas a pessoas com necessidades especiais
Proximidade e reporte	Reforçar a proximidade e envolvimento com os Acionistas do Banco Evoluir no reporte institucional no âmbito da Sustentabilidade Realizar uma consulta para identificar as expectativas dos *Stakeholders*
Gestão das expectativas	Consultar os *Stakeholders* do Banco para conhecer e integrar as suas expectativas Recolher e implementar ideias sugeridas pelos Colaboradores no âmbito da Sustentabilidade
Motivação	Identificar os melhores desempenhos no serviço ao Cliente Apoio à adoção de estilos de vida saudáveis Reforçar os mecanismos de proximidade entre os Colaboradores e a gestão de topo
Produtos e serviços	Consolidar a posição do Banco no mercado do Microcrédito Reforçar a negociação e procura de soluções adequadas às crescentes dificuldades financeiras dos Clientes Promover e lançar produtos e serviços que respeitam princípios de responsabilidade social e respondam aos novos desafios ambientais
Partilhar e sensibilizar	Institucionalizar a doação de mobiliário e equipamentos informáticos do Banco a instituições carenciadas Implementar ações de sensibilização social e/ ou ambiental transversais ao Grupo Lançar um programa de literacia financeira transversal ao Banco
Voluntariado	Estruturar um programa de voluntariado para e com a participação dos Colaboradores
Parcerias	Desenvolver campanhas em parceria com ONGs/ IPSSs no âmbito do desenvolvimento sustentável
Fundação Millennium bcp	Reforçar a identidade da Fundação Millennium bcp
Risco social e ambiental	Sensibilizar Clientes empresa, de setores de atividade com maior exposição a riscos e regulamentação ambiental, para o tema das alterações climáticas Identificar e classificar Clientes *Corporate* com maiores riscos sociais e ambientais Formalizar o cumprimento com requisitos sociais e ambientais na relação com os Fornecedores

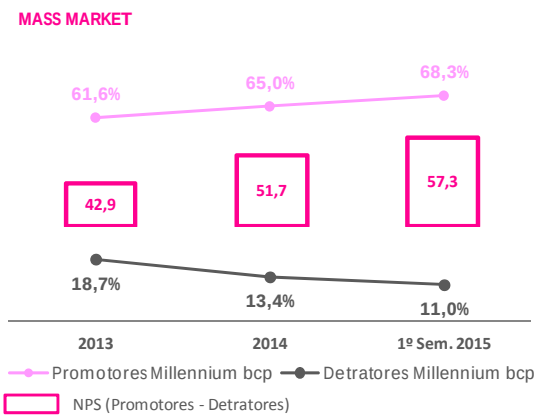
Desempenho ambiental	Reforçar as medidas de redução de consumos Implementar medidas que visem a redução de resíduos e um processo formal de reciclagem Formalizar e comunicar objetivos quantitativos de desempenho Ambiental

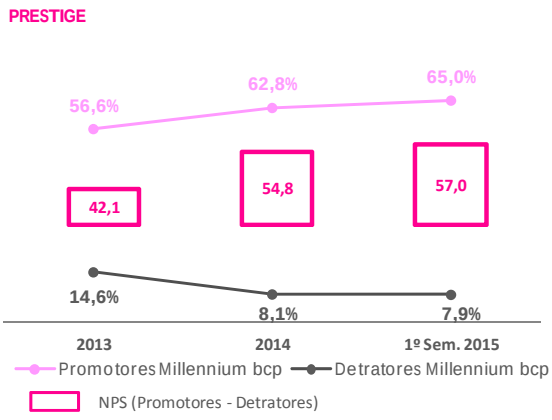
ÉTICA E CONDUTA PROFISSIONAL

- No âmbito da prevenção e deteção de potenciais situações de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (BC/ FT), o Compliance Office, durante o 1.º semestre de 2015, centrou a sua atividade na abordagem de risco, aumentando afinação das filtragens das operações, melhorando a eficiência da alocação de recursos na sua análise, mas também o respetivo espectro de análise. Neste contexto, salientam-se: o reforço do escrutínio das aberturas de conta, o processo de contínuos ajustes finos dos algoritmos de suporte das soluções informáticas por forma a minimizar os falsos *hits*, assim como dos modelos Actimize RCM SAM/AML neste caso visando a diminuição dos alertas com perfil de 'falsos positivos'. Adicionalmente, alterou-se a organização dos processos de análise de alertas da solução tecnológica Actimize, com o objetivo de incrementar a capacidade de análise dos alertas de risco, focalizando naqueles que apresentem maior potencial de risco.
- Foi estabelecido um canal de contacto com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros (MNE) e das Finanças (MF) relativo a autorizações de transações com países sob sanção ou embargo.
- Início dos trabalhos para avaliação e antecipação dos impactos decorrentes da publicação de nova legislação europeia, destacando-se o trabalho já efetuado na sequência das iniciativas legislativas conhecidas como DMIF II e CRS.
- Foi também iniciada a revisão e atualização dos programas e conteúdos formativos sobre temas de Compliance, tarefa inserida no projeto Millennium Banking Academy e que se prolongará até ao final do ano.
- Foram ainda publicados os compromissos do Grupo Millennium no âmbito das condições de trabalho e igualdade de oportunidades, através da formalização e divulgação dos documentos institucionais – Política de Saúde e Segurança no Trabalho - e - Política de Igualdade e Não Discriminação -.
- Foi iniciado o processo sistematizado e renovado de *due diligence* na abertura de contas e no estabelecimento de relações com bancos correspondentes.

QUALIDADE NO SERVIÇO

- O Millennium bcp continua a apostar no modelo de avaliação das experiências dos Clientes. 24 horas após a interação com o Banco, o Cliente é convidado a responder a um pequeno questionário que pretende aferir a sua satisfação com essa sua experiência e o grau de recomendação do Banco. No 1º semestre de 2015, o indicador NPS (*Net Promoter Score*) dos Clientes Prestige, que traduz o nível de recomendação do Banco, subiu para 57 pontos, +2,2 pontos do que em 2014, na sequência do aumento da percentagem de Clientes Promotores de 62,8% para 65% e da redução da percentagem de Clientes Detratores de 8,1% para 7,9%. Já para os Clientes Mass Market, a percentagem de Clientes Promotores subiu 3,3%, de 65% para 68,3%, e a percentagem de Clientes Detratores desceu 2,4%, o que se traduziu numa subida do NPS Millennium bcp de 51,7 para 57,3 (+5,6 pontos).





- Foi também desenvolvida mais uma ação "Cliente Mistério", com 629 visitas a sucursais Mass Market, avaliando um cenário de "Abertura de Conta". Relativamente às visitas realizadas em 2014, verifica-se uma ligeira melhoria na percentagem de concretização da coreografia de atendimento que se encontra definida, que é agora de 77%.

- Prosseguindo o programa "Máxima Qualidade", que visa capitalizar internamente as vantagens do modelo de "Avaliação de Experiências" e das ações "Cliente Mistério" através do reconhecimento dos Colaboradores e das sucursais que mais se evidenciam na qualidade de serviço ao Cliente, foram distinguidos mais de 500 Colaboradores da Rede de Retalho através da atribuição de prémios e/ou certificados de "Máxima Qualidade".

- O Millennium bcp continuou a acompanhar vários estudos realizados por empresas externas, de forma a obter indicadores que permitam posicionar o Banco no setor e, no que respeita à qualidade do serviço prestado, à imagem do Banco, aos produtos e serviços que comercializa e à satisfação e lealdade dos Clientes. Um desses estudos é o CSI Banca, realizado pela Marktest. Trata-se de um estudo semestral que permite a comparação entre Bancos em dimensões como a "Imagem", "Comunicação", "Qualidade dos Produtos e Serviços", "Competitividade" e "Expectativas", que, agregadamente, resultam num Índice de Satisfação dos Clientes (*Customer Satisfaction Index*). No 1º semestre de 2015, o Millennium bcp ocupa o 1º lugar no *ranking* dos 5 maiores Bancos a operar em Portugal, com um Índice CSI Banca de 75,2 pontos, valor acima do indicador global do Setor da Banca que foi de 73,6.

- No âmbito da Segurança, o Banco tem dado continuidade à divulgação de conteúdos junto dos seus Clientes, alertando fundamentalmente para as operações nos canais remotos e *self-banking*, com destaque para: i) *Newsletter* de Segurança, na qual são abordados temas relacionados com a utilização segura da *Internet* e do *site* millenniumbcp.pt; ii) campanha dirigida aos utilizadores do *site* Empresas aquando da adoção da obrigatoriedade do recurso ao SAFe para todas as operações bancárias realizadas através da *internet* que afetem a esfera patrimonial da Empresa; e iii) Fórum de Segurança Online da APB - colaboração com a Associação Portuguesa de Bancos, na publicação regular de conteúdos que sensibilizem os Clientes para as questões da segurança.

SUSTENTABILIDADE E REPORTE

- Foi publicado, em formato digital, o Relatório de Sustentabilidade 2014, documento que permite obter a visão integrada do desempenho do Grupo BCP nas dimensões Económica, Social e Ambiental, mas também uma síntese relativa a cada uma das suas operações, nomeadamente Angola, Moçambique, Polónia, Portugal e Suíça.

- Foi também disponibilizado o Relatório de Sustentabilidade do Bank Millennium, neste caso com informação de detalhe relativa à operação na Polónia.

- O Millennium bcp, para além de reportar periodicamente informação pública incluída no perímetro da Sustentabilidade, responde também a entidades externas e independentes, através do preenchimento de questionários exaustivos nesta matéria. A colaboração no reporte tem permitido, não só a comparação de *performance* entre empresas, como a integração em índices de Sustentabilidade.

  No 1.º semestre de 2015 o Banco integrava os índices: Ethibel Sustainability Indices; STOXX Sustainability; e Ethibel EXCELLENCE Investment Register.

- O Grupo BCP integrou ainda, pela primeira vez, o "The Sustainability Yearbook 2015", publicação de referência editada anualmente pelo analista "RobecoSAM" com base na informação recolhida na resposta ao "*Dow Jones Sustainability Indices*" e que nesta edição identificou as 457 empresas mais sustentáveis do mundo.

- No âmbito do fluxo de comunicação contínuo dirigido a diferentes públicos-alvo sobre temas e iniciativas de Sustentabilidade, manteve-se a divulgação sistemática de conteúdos informativos, com enfoque especial na diversidade e frequência das publicações:

  - Comunicação externa, através da atualização regular do *site* institucional, área Sustentabilidade, e comunicações feitas nas redes sociais, Facebook e YouTube;

  - Comunicação interna, através dos canais corporativos do Banco.

MOTIVAÇÃO E FORMAÇÃO

- No 1.º semestre de 2015 o Millennium bcp assegurou um total de 131.644 horas de formação aos seus Colaboradores, das quais, mais de dez por cento em formato presencial, o que traduz o esforço da organização em partilhar conhecimento e desenvolver competências, sempre que necessário, próximo dos formandos.
- O desenho de percursos formativos para colaboradores novos na função tem sido a principal atividade no primeiro semestre de 2015, refletindo a preocupação estratégica dos Recursos Humanos em apoiar as pessoas nos momentos mais importantes da sua vida profissional.
- O Millennium bcp patrocinou a maior competição de estratégia e gestão em todo o mundo – *Global Management Challenge* –, tendo contado com cerca de 100 Colaboradores inscritos, oriundos de 18 Direções e com funções e percursos muito distintos no Banco. Distribuídos em 21 equipas, os Colaboradores tiveram oportunidade de potenciar o desenvolvimento de inúmeras competências, técnicas e comportamentais, decisivas para o sucesso individual e coletivo e, simultaneamente, pela possibilidade de interação com colegas e outros participantes.

PRODUTOS E SERVIÇOS

- No apoio à Educação, para os estudantes que decidiram prosseguir o seu percurso académico, o Banco no ano letivo 2014/2015 atribuiu a totalidade do *plafond* definido no âmbito da Linha de Crédito Universitário com Garantia Mútua. Esta linha de crédito prevê condições de taxa de juro muito vantajosas e que podem ser reduzidas, uma vez que estão indexadas ao aproveitamento obtido pelos estudantes. Desde da entrada em vigor do protocolo, em 2007, foram concedidos empréstimos no valor total de 19 milhões de euros. Em 2015 foram contratados 92 novos empréstimos, num montante de cerca de 1 milhão de euros.

- Os cartões de crédito emitidos pelo Millennium bcp - Rede Visa/ Mastercard e o Programa Membership Rewards da American Express - têm continuado a incentivar o apoio social através dos programas de fidelização que permitem rebater os pontos do cartão em donativos a Instituições de Solidariedade Social, nomeadamente à Cáritas Portuguesa, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Unicef, Casa do Gaiato, Acreditar, Ajuda de Berço, Cerci e à AMI (programa Reflorestar Portugal).
- Dando resposta às necessidades de Investidores que consideram relevante contemplar nos seus investimentos fatores de risco sociais e ambientais, o Millennium bcp tem mantido à disposição para subscrição Fundos de Investimento Responsáveis (SRI), quer através da plataforma *on-line* do Millennium bcp, quer do ActivoBank.
- Com vista a apoiar Clientes em dificuldades financeiras e em risco de incumprimento, prosseguiu-se a promoção do Serviço de Acompanhamento Financeiro (SAF). No âmbito dos pacotes SAF, foram efetuadas 13.973 alterações contratuais (4.219 crédito imobiliário e 9.754 crédito consumo), que totalizaram um valor de reestruturação de 301,6 milhões de euros (265,1 em crédito imobiliário e 36,5 em crédito consumo), que incidiram predominantemente na introdução de períodos de carência e alargamento de prazo.
- No âmbito da parceria estabelecida com os cinemas NOS, os cartões de crédito emitidos pelo Millennium bcp continuam a permitir aos seus titulares usufruir da oferta de um bilhete de cinema na compra de um bilhete ao preço normal.
- Visando reduzir os fatores potenciadores de exclusão social, o Millennium bcp continua a disponibilizar o acesso a uma conta bancária, nomeadamente através da – Conta Serviços Mínimos Bancários -. Esta solução destina-se a Clientes particulares sem qualquer conta à ordem em todo o sistema bancário, permitindo o acesso a um cartão de débito e ao serviço *homebanking*. Entre abertura e migração de contas, foram incrementadas mais de 400 contas nestas condições.
- Atento às Entidades que integram o setor social, o Millennium bcp tem mantido disponível a Conta Associações sem Fins Lucrativos, uma conta à ordem com condições especiais, que não exige mínimo de abertura e isenta das comissões de manutenção e descoberto. Durante o 1.º semestre foram abertas 190 contas com estas caraterísticas, o que corresponde já a um total de 2.674 contas em carteira no Banco.
- No âmbito do protocolo celebrado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e com as Sociedades de Garantia Mútua, prosseguiu o apoio a projetos de investimento de criação de empresas por desempregados com condições de financiamento bonificadas através de linhas de

crédito específicas - Linha Microinvest e Linha Invest+ -. Foram financiadas 55 operações, num total de financiamento superior a 1,3 milhões de euros.

- Com o objetivo de facilitar a inclusão das instituições do Terceiro Setor no sistema financeiro, foi assinado, em 2013, um protocolo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e as Sociedades de Garantia Mútua, que define uma linha de crédito – Social Investe – de apoio à economia social. Foram financiadas operações num montante aproximado de 648 mil euros.
- No âmbito do apoio à Agricultura e Pescas, manteve-se a disponibilidade de financiamento ao abrigo do protocolo celebrado com o IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas), através das Linhas de Crédito – PRODER/ PROMAR e IFAP Curto Prazo -. Foram concretizadas 74 operações, com um valor financiado de mais de 4,1 milhões de euros.
- Ao abrigo do protocolo celebrado entre o Millennium bcp e o Turismo de Portugal, manteve-se a linha de crédito que permite às empresas o investimento em projetos de requalificação de empreendimentos turísticos e criação de novos empreendimentos, estabelecimentos de restauração e atividades de animação, tendo sido financiado um valor total acumulado de mais de 22 milhões de euros.
- Na sequência dos protocolos celebrados com o IAPMEI, a PME Investimentos (Entidade Gestora da Linha) e as Sociedades de Garantia Mútua, para apoio a projetos de investimento ou aumento de fundo de maneio, manteve-se a Linha PME Crescimento. Foram financiadas 1.260 operações, com total de crédito concedido superior a 97 milhões de euros.
- Foi dada continuidade à linha de financiamento - INVESTE QREN -, no âmbito do protocolo assinado com o Estado Português, através do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) e as Sociedades de Garantia Mútua (SGM), para, no âmbito da atual conjuntura, apoiar empresas no acesso ao crédito bancário, quer para colmatar necessidades de tesouraria, quer para implementar projetos de investimento. Foram financiadas operações num total acumulado superior a 3,2 milhões de euros.
- O Centro de Contactos, canal de grande acessibilidade e proximidade com os Clientes no âmbito da sua relação bancária diária, permite, por acesso telefónico, que os Clientes acedam a um vasto leque de serviços bancários em horário alargado 24 horas, 365 dias no ano. A comunidade estrangeira residente em Portugal tem ao seu dispor um atendimento automático e personalizado em Inglês e Castelhano. Com o objetivo de monitorizar em permanência a qualidade do serviço prestado foi também implementado um inquérito no final das interações telefónicas cujos resultados permitem estabelecer melhorias nos processos e direcionar as ações de formação para os temas que, a cada momento, se revelem críticos.
- Foi ainda lançado um Serviço de Videochamada que permite aos utilizadores dos Pontos Millennium estabelecerem um contacto personalizado com colaboradores do Banco.

MICROCRÉDITO

- Em 2015, o Millennium bcp continua a reforçar o seu compromisso para com a atividade de Microcrédito, sendo que as suas principais prioridades estratégicas assentaram na divulgação deste modelo de financiamento com o intuito de fortalecer a posição de referência e liderança do Millennium bcp nesta área. Para este efeito, foram realizadas várias iniciativas junto das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Universidades, Escolas Profissionais e outras entidades de atuação local mais próximas da população alvo. De entre estas, destacamos:

  - Protocolo com as Câmaras Municipais de Sardoal, Vendas Novas e Leiria;
  - Participação como oradores numa aula sobre Microcrédito no Mestrado em Economia Social e Solidária do ISCTE;
  - Participação na Feira de Empreendedorismo promovida pela Representação da Comissão Europeia em Portugal;
  - Presença no *Idea Lab* promovido pela *European Microfinance Network* (EMN), com o objetivo de organizar a Conferência Anual de Microfinança 2015, realizada em Dublin.

- Participação no Projeto DELI – *Diversity in the Economy and Local Integration*, que visa apoiar a integração de imigrantes na economia local;
- Participação como oradores em diversos *workshops* sobre "Empreendedorismo e Microcrédito", nomeadamente em Beja, Armamar, Moimenta da Beira e Vouzela.

PARTILHAR E SENSIBILIZAR

- Incluída na gestão de equipamentos informáticos obsoletos e de mobiliário de escritório em condições de reutilização, o Millennium bcp tem dado continuidade a uma política de doações a Entidades sem fins lucrativos. No 1.º semestre de 2015, foram entregues 1.646 peças.
- O evento "Portugal *Restaurant Week*", que contou com a participação do Millennium bcp, permitiu atribuir um apoio financeiro às instituições de solidariedade, Acreditar, Mulheres de Vermelho e Operação Nariz Vermelho. Com um donativo de um euro por cada menu *Restaurant Week* consumido, o valor total atingiu cerca de 27.500€.
- O Millennium bcp tem, durante períodos definidos, disponibilizado a Instituições Particulares de Solidariedade Social um espaço no Tagus Park para a recolha de fundos e divulgação do trabalho desenvolvido. No 1.º semestre de 2015, foi exemplo desta prática a presença da CERCI de Oeiras.
- No âmbito da gestão financeira e da literacia financeira, o Millennium bcp tem contribuído para aumentar os níveis de conhecimento financeiro e a adoção de comportamentos bancários adequados, ajudando na gestão do orçamento familiar:
  - Manteve-se a dinamização, no *site* institucional, dos instrumentos – Centro de Poupanças, Gestor de Finanças e Kit despesas imprevistas -, que embora distintos e independentes têm o objetivo comum de apoiar os Clientes na gestão do seu orçamento. Na área do *site*, M Vídeos, é também possível encontrar tutoriais e sugestões de poupança;
  - Na página – Mais Millennium – no Facebook prosseguiu a partilha regular de conteúdos relacionados com o planeamento financeiro;
  - No âmbito do incremento dos níveis de literacia financeira dos nossos Clientes, o Segmento Prestige relançou a peça "Conhecer para Investir" inserida no *Welcome Pack* Prestige. Trata-se de uma peça que explica os conceitos subjacentes a cada família de produtos de poupança / investimento;
  - Participação no Grupo de Trabalho da Associação Portuguesa de Bancos (APB), no qual estão representadas diversas Instituições Financeiras e o Instituto de Formação Bancária, e que tem como missão desenvolver e apoiar iniciativas que visem promover a educação financeira dos cidadãos. Exemplo da atividade desenvolvida em 2015, a realização da "*European Money Week*" (EMW) - Semana Europeia do Dinheiro, lançada pela *European Banking Federation* (EBF), e que contou com a participação de 21 países e diversas ações dirigidas especialmente ao público mais jovem.

- O Millennium bcp renovou, na edição de 2015, a sua adesão ao Movimento ECO - Empresas Contra os Fogos, um projeto da sociedade civil que tem como objetivo principal contribuir para a prevenção dos incêndios florestais e sensibilizar a opinião pública para os comportamentos de risco.

VOLUNTARIADO

- Continuação da colaboração com a *Junior Achievement* Portugal, no desenvolvimento dos seus programas vocacionados para o empreendedorismo, gosto pelo risco, criatividade e inovação, através: i) do patrocínio exclusivo da Fundação Millennium bcp ao *StartUp Programme* (8.ª edição), destinado a estudantes universitários; e ii) do Millennium bcp, no apoio aos programas destinados ao ensino básico e secundário.

  No ano letivo 2014/2015, cerca de 70 voluntários do Millennium bcp acompanharam mais de 1.650 alunos nos vários programas da *Junior Achievement* Portugal.
- Foi dada continuidade à ação de voluntariado que envolve a participação de Colaboradores e familiares nas campanhas regulares de recolha de alimentos do Banco Alimentar. Juntos, cerca de 150 voluntários, entre Colaboradores, familiares e amigos, deram, em Maio de 2015, o seu contributo solidário em vários armazéns do país, ajudando no processo de pesagem, separação e acondicionamento dos produtos doados.

- No Dia Mundial da Árvore, associando-se à Câmara Municipal de Oeiras e ao seu Plano de Arborização, cerca de 40 Voluntários Millennium ajudaram a plantar 200 árvores e arbustos em terrenos camarários. Esta ação visou alertar para a urgência de uma utilização responsável dos recursos naturais e da defesa do equilíbrio ecológico.

PARCERIAS

- O Banco tem-se mantido próximo das Universidades, criando condições para a realização de estágios curriculares. Durante o 1.º semestre, 15 estudantes tiveram oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos através da realização de um estágio curricular, tendo cada estagiário sido acompanhado por um tutor experiente que orientou e guiou no seu processo de aprendizagem.
- Também os 39 estágios de Verão que o Millennium bcp vai proporcionar no 2.º semestre se inserem na estratégia de articulação da vida académica com a vida profissional, estimulando em ambiente profissional real a aquisição de conhecimentos importantes para a futura vida profissional dos estudantes, independentemente do percurso que venham a percorrer.
- Dando continuidade ao Programa de Estágios Profissionais, que se iniciaram em 2013 com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian e a COTEC – Associação Empresarial para a Inovação, no âmbito do Movimento para a Empregabilidade, o Banco promoveu durante o 1º semestre de 2015, já sem apoios estatais, a realização de 114 estágios profissionais.

  A aposta do Millennium bcp para que estes estágios sejam uma experiência enriquecedora para os jovens, reflete a preocupação do Banco na sua vertente de responsabilidade social e na criação de condições para uma maior empregabilidade futura dos jovens.

FUNDAÇÃO

- No 1.º semestre de 2015 a Fundação Millennium bcp manteve a sua atividade, inserida no contexto das políticas de responsabilidade social e mecenato cultural institucional, enfocada na produção e geração de benefícios para a sociedade, através da colaboração em projetos orientados para o alargamento do acesso à cultura, à educação e à inclusão social.
- No âmbito da Cultura, principal vocação da Fundação, foram contempladas 46 iniciativas, de entre as quais se destacam:

  Na conservação e divulgação do património do Banco

  - Manutenção do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) e gestão das visitas guiadas, que recebeu neste período 6.289 visitantes. De assinalar que o NARC, que comemorou 20 anos de abertura ao público, foi este ano classificado como Monumento Nacional;
  - Realização de exposições, também de acesso gratuito, na Galeria Millennium, onde se apresentaram "O Modernismo na Coleção Millennium bcp" e "A Minha Vida Dava uma Sardinha", visitadas por 6.729 pessoas.

  Na promoção de atividades museológicas, recuperação de património e outras iniciativas culturais

  - Palácio Nacional da Ajuda – renovação da identidade gráfica e sinalética;
  - Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) – apoio às exposições;
  - Museu Nacional dos Coches – reabertura do museu ao público no novo espaço;
  - Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado (MNAC): apoio às exposições;
  - Museu de Geologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
  - Igreja de Santa Clara – Obras de requalificação e melhoria das condições de visita;
  - Igreja Paroquial de São Nicolau – Reabilitação;

- Fundação Cupertino de Miranda;
- Fundação Vieira da Silva Arpad Szenes;
- Trienal de Arquitetura de Lisboa;
- Fundação da Juventude;
- AICA - Associação Internacional dos Críticos de Arte: prémios de Artes Visuais e Arquitetura;
- Revista História de Arte da Universidade Nova de Lisboa – apoio à edição;
- Spira - Revitalização Patrimonial - Feira do Património Millennium bcp;
- Artistas Unidos: apoio à produção de desdobrável de programação.

A Fundação Millennium bcp foi este ano distinguida, pelo Governo Português, com a Medalha de Mérito Cultural.

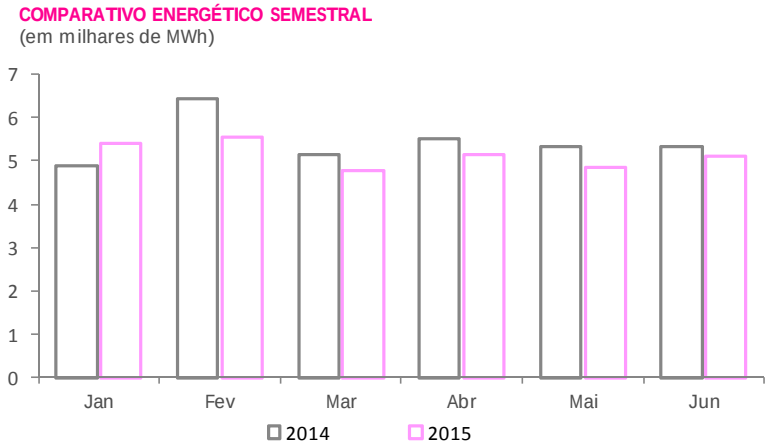
- No domínio da Educação e Investigação Científica, contam-se 22 projetos, dos quais se referem a título de exemplo:
  - Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais – Bolsas de estudo Lisbon MBA;
  - Universidade Católica Portuguesa – Instituto de Estudos Políticos – apoio à cátedra de estudos em direito europeu;
  - Instituto de Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros (BBS): apoio à realização de cursos de Pós-Graduação em Direito Bancário, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
  - Instituto de Cooperação Jurídica – Faculdade Eduardo Mondlane, Moçambique – Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas;
  - IPRI - Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa – apoio às atividades;
  - Centro de Astrofísica da Universidade do Porto – Astrocamp 2015, programa académico de Verão;
  - Instituto Camões – Prémio de melhor aluno de língua portuguesa;
  - Sociedade do Bem - projeto educativo da região de Évora.
- No âmbito da Solidariedade Social, a Fundação apoiou, até ao momento, 17 ações de diferentes entidades, de que se assinalam:
  - Banco Alimentar Contra a Fome – apoio à produção dos sacos para a realização de campanhas de recolha de alimentos e aquisição de atum;
  - Centro Doutor João dos Santos - apoio à Colónia de Férias Terapêutica e Encontro Comemorativo 40º aniversário;
  - Associação BUS - Bens de Utilidade Social – apoio ao desenvolvimento das atividades;
  - Associação de Apoio aos Deficientes Visuais Distrito Braga – apoio às atividades;
  - Associação O Joãozinho – apoio à nova ala pediátrica do Hospital de S. João, no Porto;
  - Associação de Doentes com Lupus: apoio a atividades de divulgação da doença junto de toda a sociedade civil e de integração junto dos doentes;
  - Karingana Wa Karingana – campanha nacional de recolha de material escolar para distribuição a famílias carenciadas.

DESEMPENHO AMBIENTAL

- No âmbito do programa de redução de consumos em Portugal, destaca-se o bom comportamento energético global no primeiro semestre do ano em termos de otimização de consumos energéticos. Esta melhoria expressa-se num decréscimo de 5,6% (o objetivo de redução anual proposto para 2015 é de 5%) do consumo energético quando comparado com o período homólogo de 2014, o que corresponde a uma diminuição de 1,75 GWh de consumo de energia elétrica e de cerca de 821 toneladas de CO2 evitadas.

  Esta redução deve-se essencialmente a uma preocupação constante e contínua não só com as questões da utilização racional de energia, mas também com a materialização de políticas de eficiência energética, de que são exemplo:

  - Controlo dinâmico permanente dos horários de funcionamento de dispositivos de iluminação e climatização, quer em Edifícios Centrais, quer em Sucursais;
  - Substituição de iluminação fluorescente por tecnologia LED em diversas instalações;
  - Monitorização de consumos, como forma de definir uma política energética mais rigorosa em função de perfis específicos de consumo.



- Deu-se também continuidade à campanha de comunicação interna - Redução de Consumos/ Sinalética Ambiental -. Esta iniciativa, que abrange os consumos de eletricidade, água e papel, visa contribuir para a otimização dos custos operacionais do Banco, melhorar o seu desempenho ambiental e aumentar a identificação dos Colaboradores com a organização, através do incentivo à adoção de práticas comportamentais que permitam racionalizar a sua utilização.

- Prosseguiu-se o programa - Green IT -, dinamizado pela Direção de Informática e Tecnologia, que contempla um conjunto de ações que visam a identificação de medidas e soluções que se traduzam em ganhos ambientais e tecnológicos. No âmbito dos projetos tecnológicos, destaque para a prossecução do "GO P@perless" que aposta na desmaterialização das operações como forma de inovar e otimizar os processos, recorrendo a soluções de produção e assinatura eletrónica de documentos.

- Manteve-se ainda a estratégia de promoção da adesão aos documentos em formato digital – Extrato Combinado e Faturas/Notas de Lançamento - junto dos Clientes. O Millennium bcp continua assim a contribuir para a diminuição da utilização e circulação de papel, efetuando, por um lado, ações de comunicação/informação regulares sobre as vantagens da desmaterialização documental, mas executando também, por outro, programas de migração para soluções digitais. Neste momento, mais de 860 mil Clientes, cerca de 37% dos Clientes do Banco em Portugal, recorrem já a formatos digitais para a receção da sua documentação.

AÇÃO BCP

O 1.º semestre de 2015 foi globalmente positivo para os mercados de ações a nível mundial, apesar da instabilidade política na Grécia no final do semestre.

O plano de compra de ativos (QE) que o BCE tem em curso tem sido um catalisador da recuperação europeia, impulsionando os mercados de ações. O QE tem desde logo reflexo na descida das *yields* soberanas, traduzindo-se numa valorização dos títulos de dívida pública detidos pelos Bancos, gerando mais-valias que contribuíram positivamente para os resultados do 1.º semestre. A manutenção da tendência de descida da taxa de desemprego na região do Euro que se iniciou em meados de 2013 conduziu a confiança dos consumidores para máximos desde 2007, e, consequentemente a uma expansão do consumo. No espaço pan europeu, os setores da Banca (+12,5%) e de Retalho (+13,6%) acabaram assim por estar no pódio das valorizações. A instabilidade política da Grécia que aumentou o risco de *default* helénico afetou a performance do mês de junho, mas simultaneamente serviu para demonstrar a resiliência de alguns mercados a fatores externos, caso do PSI20, que apresentou uma valorização de 15,7% no 1º semestre.

Indicadores Relativos à Ação BCP

	Unidades	1S2015	1S2014
Cotações ajustadas			
Cotação máxima	(€)	0,0959	0,1368
Cotação média do semestre	(€)	0,0820	0,1143
Cotação mínima	(€)	0,0618	0,0920
Cotação de fecho	(€)	0,0780	0,1108
Ações e capitais próprios			
Número de ações ordinárias	(M)	59.039	19.707
Capitais próprios atribuíveis ao grupo	(M€)	4.625	2.660
Capitais próprios atribuíveis às ações ordinárias (1)	(M€)	4.454	2.489
Valores por ação			
Resultado líquido ajustado (EPS) (2) (3)	(€)	0,008	-0,006
Valor contabilístico (2)	(€)	0,077	0,127
Indicadores de valorização pelo mercado			
Preço de fecho como múltiplo do valor contabilístico	(PBV)	1,01	0,87
Capitalização bolsista de fecho	(M€)	4.605	3.762
Liquidez			
Volume semestral transacionado	(M€)	2.638	4.149
Volume transacionado médio diário	(M€)	21,1	33,2
Quantidade de ações transacionadas	(M)	32.632	36.500
Quantidade média diária de ações transacionadas	(M)	261,1	292,0
Rotação do capital (4)	(%)	59,7	185,2

(1) Capitais próprios atribuíveis ao grupo - Ações Preferenciais
(2) Considerando o número de ações deduzido do número de ações próprias em carteira
(3) Resultado líquido ajustado considera o resultado líquido do exercício deduzido dos dividendos das ações preferenciais e dos Valores Mobliários Perpétuos Subordinados emitidos em 2009
(4) Número total de ações transacionadas sobre número médio semestral de ações emitidas

A cotação da ação BCP aumentou 18,7% durante o 1º semestre de 2015. Este desempenho pode ser sintetizado por duas fases:

- Subida expressiva no 1.º trimestre: de 0,0657 euros para cerca de 0,0957 euros (+45,7%)
- Desvalorização no 2.º trimestre: de 0,0957 euros para 0,0780 euros (-18,5%)

Este desempenho resultou essencialmente das seguintes causas internas e externas:

- Internas: proposta de Fusão entre o BCP e o BPI, *Accelerated Book Building* de 15,41% do capital social do Bank Millennium, conclusão com sucesso da OPT de dívida subordinada e ações preferenciais por ações ordinárias e apresentações de resultados referentes ao ano de 2014 e ao 1.º trimestre de 2015
- Externas: resultados das eleições na Grécia e posterior impasse nas negociações entre a Grécia e os credores que conduziram à necessidade de um 3.º pedido de assistência financeira; anúncio de lançamento de OPA do CaixaBank sobre o BPI; desenvolvimentos no processo da venda do NovoBanco; notícia do Financial Times mencionando que a Comissão Europeia iria analisar se o novo regime de DTAs configura ajuda estatal à Banca; *downgrade* do rating de LP pela Fitch Ratings de 44 bancos Europeus, entre os quais 4 bancos portugueses incluindo o BCP, como resultado da revisão da avaliação do suporte governamental na sequência da implementação da Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária.

Performance absoluta e relativa

Índice	Variação 1S2015
Ação BCP	18,7%
PSI Financials	10,8%
PSI20	15,7%
IBEX 35	4,8%
CAC 40	12,1%
DAX XETRA	11,6%
FTSE 100	-0,7%
MIB FTSE	18,1%
ASE	-3,5%
Eurostoxx 600 Banks	12,5%
Dow Jones Indu Average	-1,1%
Nasdaq 100	3,8%
S&P500	0,2%

Fonte: Euronext, Reuters, Bloomberg

LIQUIDEZ

Durante o 1.º semestre de 2015, a ação BCP foi o título mais transacionado no mercado português e no setor financeiro nacional. Neste período, foram transacionadas cerca de 32.632 milhões de ações, correspondendo a um volume médio diário de 261 milhões de ações. O índice de rotação de capital situou-se nos 59,7% do número médio semestral de ações emitidas.

ÍNDICES EM QUE A AÇÃO BCP PARTICIPA

O título BCP integra mais de 50 índices bolsistas nacionais e internacionais, entre os quais se destacam o Euronext PSI Financial, o PSI 20, o Euronext 150, o NYSE Euronext Iberian e o Euro Stoxx Banks.

Índice	Peso
Euronext 100	0,2%
Euronext SEBI	4,0%
Iberian Index	1,3%
PSI 20	11,6%
PSI Geral	8,2%
PSI Serviços Financeiros	61,2%

Fonte: Euronext

Adicionalmente, no final do 1º semestre de 2015, para além destes índices, o Millennium bcp integrava também os seguintes índices de Sustentabilidade: Ethibel Excellence Europe, Ethibel EXCELLENCE Investment Register, STOXX Europe Sustainability e EURO STOXX Sustainability.

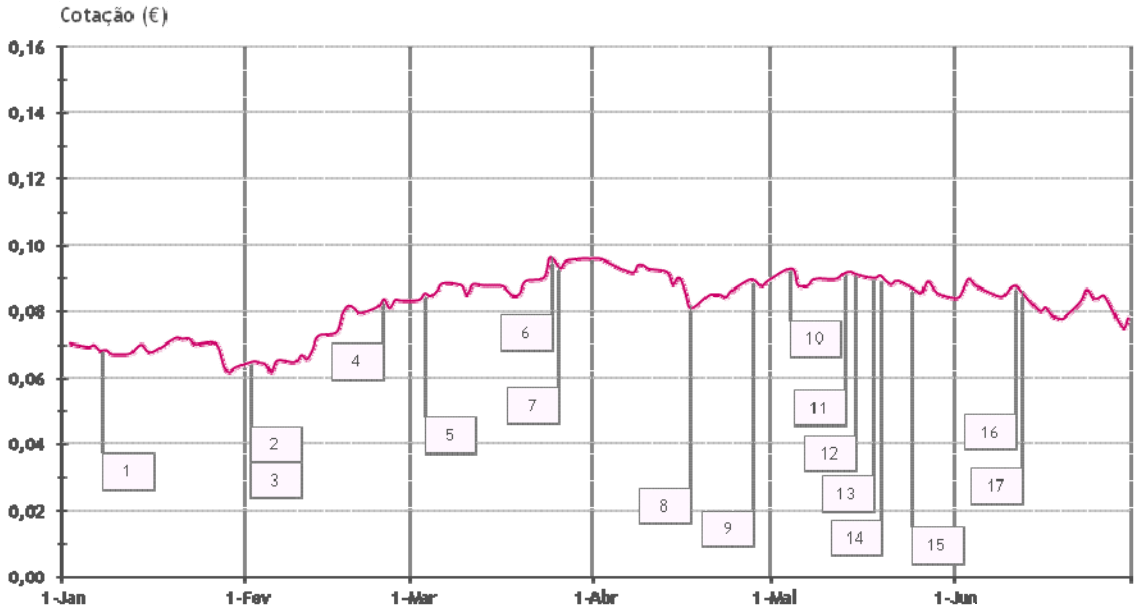
Índice de sustentabilidade

FACTOS RELEVANTES E IMPACTO NA COTAÇÃO DO TÍTULO

O quadro seguinte sumariza os factos relevantes diretamente relacionados com o Banco Comercial Português ocorridos durante o 1.º semestre de 2015, bem como as variações da cotação, quer no dia seguinte quer nos 5 dias subsequentes, e a evolução relativa face aos principais índices de referência nos períodos mencionados.

Nº	Data	Factos Relevantes	Var. +1D	Var. face ao PSI20 (1D)	Var. face ao DJS Banks (1D)	Var. +5D	Var. face ao PSI20 (5D)	Var. face ao DJS Banks (5D)
1	8-Jan	Conclusão da venda da Banca Millennium (Roménia)	-1,8%	-0,5%	1,4%	-0,4%	-4,9%	0,8%
2	2-Fev	Resultados Consolidados do Bank Millennium na Polónia em 2014	-0,6%	-2,4%	-3,1%	-0,3%	-0,5%	-1,9%
3	2-Fev	Resultados Consolidados de 2014	-0,6%	-2,4%	-3,1%	-0,3%	-0,5%	-1,9%
4	24-Fev	Anúncio do início de processos de avaliação de cenários estratégicos para o ActivoBank	-3,3%	-3,3%	-2,5%	2,2%	1,5%	2,7%
5	3-Mar	Proposta de Fusão entre o BCP e o Banco BPI, recebida da Santoro Finance - Prestação de Serviços, SA	-0,9%	0,6%	-2,2%	-0,5%	0,9%	-1,7%
6	25-Mar	Lançamento de uma colocação acelerada de até 15,41% do capital social do Bank Millennium	-2,2%	-1,1%	-1,5%	0,8%	0,9%	-0,1%
7	26-Mar	Informação sobre o preço da colocação acelerada das acções do Bank Millennium	2,4%	1,3%	2,5%	2,8%	1,3%	1,1%
8	17-Abr	Informação sobre operações de reforço do capital	5,0%	4,3%	3,6%	6,8%	6,2%	3,6%
9	27-Abr	Resultados do Bank Millennium Polónia no 1º trimestre de 2015	-0,6%	0,0%	0,4%	3,8%	2,7%	6,8%
10	4-Mai	Resultados Consolidados do 1º Trimestre de 2015	-5,4%	-3,0%	-3,4%	-3,6%	-2,7%	-5,3%
11	11-Mai	Deliberações da Assembleia Geral Anual	0,4%	1,2%	1,6%	0,4%	1,1%	1,4%
12	15-Mai	Informação sobre organização interna	-1,2%	-1,0%	-0,9%	-2,2%	-1,9%	-4,3%
13	18-Mai	Conclusão da venda da Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	0,9%	0,4%	-0,5%	-4,0%	-2,1%	-5,6%
14	20-Mai	Informação sobre decisões de *rating*	-1,2%	-1,3%	-1,0%	-0,2%	2,6%	-0,2%
15	25-Mai	Lançamento pelo Banco Comercial Português, S.A. de Oferta Pública Parcial e Voluntária de Aquisição de Valores Mobiliários	-1,2%	0,8%	-0,3%	-2,8%	-0,2%	-1,5%
16	11-Jun	Informação sobre aumento de capital com oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários	-2,1%	-0,6%	-1,3%	-10,8%	-6,3%	-7,7%
17	12-Jun	Registo de capital social	-6,8%	-4,4%	-4,7%	-9,2%	-6,8%	-7,7%

A ilustração do comportamento da ação do BCP durante o período em referência é apresentada no gráfico seguinte:



POLÍTICA DE DIVIDENDOS

De acordo com as condições da emissão de Instrumentos de Capital *Core Tier I* subscritos pelo Estado, ao abrigo da Lei nº 63-A/2008 e da Portaria nº 150-A/2012, o Banco não poderá distribuir dividendos enquanto a emissão não for totalmente reembolsada.

De acordo com o anunciado na operação de aumento de capital concluída em julho de 2014, o Banco pretende reunir condições para antecipar o retorno a uma situação de normalidade que passará pela distribuição de dividendos.

ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES E ANALISTAS

O título BCP é analisado pelas principais casas de investimento nacionais e estrangeiras, que regularmente emitem recomendações de investimento e *price targets* sobre o Banco. No final do 1.º semestre de 2015, existiam 5 recomendações de compra, 6 neutrais e 1 de venda. O *price target* médio era de 0,10 euros.

Durante os primeiros seis meses do ano, o Banco participou em diversos eventos, tendo estado presente em 5 conferências e 5 *roadshows* na Europa e nos EUA, onde realizou apresentações institucionais e reuniões *one-to-one* com investidores. Foram realizadas mais de 200 reuniões com analistas e investidores institucionais, o que continua a demonstrar um significativo interesse em relação ao Banco.

AÇÕES PRÓPRIAS

Em 30 de junho de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. não detinha ações próprias em carteira, não se tendo realizado nem compras nem vendas de ações próprias ao longo do período. Contudo, em 30 de junho de 2015, estão registados na rubrica Títulos próprios 24.280.365 ações (o mesmo número que em 31 de dezembro de 2014) detidas por clientes. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 39 as ações do Banco por eles detidas foram, em respeito por esta norma, consideradas como ações próprias.

ESTRUTURA ACIONISTA

De acordo com informação da Interbolsa, em 30 de junho de 2015, o número de Acionistas do Banco Comercial Português ascendia a 196.610. A estrutura acionista do Banco mantém-se muito dispersa, com apenas cinco Acionistas detentores de participações qualificadas (superiores a 2% do capital) e apenas dois Acionistas com uma participação superior a 5%.

Estrutura acionista	Nº de Acionistas	% do Capital social
Colaboradores do Grupo	3.210	0,37%
Outros Acionistas individuais	188.098	37,25%
Empresas	4.923	36,70%
Institucionais	379	25,68%
Total	**196.610**	**100%**

Os Acionistas com mais de 5 milhões de ações representavam 66% do capital, tendo-se assistido a um ligeiro reforço da percentagem detida por acionistas nacionais nos primeiros seis meses de 2015.

Nº de ações por Acionista	Nº de Acionistas	% do Capital social
> 5,000,000	525	65,98%
500,000 a 4,999,999	8.937	17,02%
50,000 a 499,999	54.919	14,60%
5,000 a 49,999	66.942	2,23%
< 5,000	65.287	0,17%
Total	**196.610**	**100%**

No que respeita à distribuição geográfica, é de destacar o peso dos Acionistas em Portugal, que representava 51,4% do número total de Acionistas em 30 de junho de 2015.

	Nº de Acionistas (%)
Portugal	51,4%
África	18,1%
Reino Unido / EUA	8,8%
Outros	21,7%
Total	**100%**

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Em 30 de junho de 2015, os Acionistas com participações superiores a 2% do capital social do Banco Comercial Português, S.A. eram os seguintes:

30 de junho de 2015

Acionista	Nº ações	% do capital social	% dos direitos de voto
Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP	10.534.115.358	17,84%	17,84%
Total do Grupo Sonangol	**10.534.115.358**	**17,84%**	**17,84%**
Bansabadell Holding, SL	2.644.643.445	4,48%	4,48%
BANCO DE SABADELL, S.A.	350.219.968	0,59%	0,59%
Total do Grupo Sabadell	**2.994.863.413**	**5,07%**	**5,07%**
EDP -Imobiliária e Participações, S.A	1.087.268.954	1,84%	1,84%
Fundo de Pensões EDP	373.431.822	0,63%	0,63%
Membros dos orgãos de Administração e Fiscalização	5.041.142	0,01%	0,01%
Total do Grupo EDP	**1.465.741.918**	**2,48%**	**2,48%**
BlackRock	1.308.152.656	2,22%	2,22%
Total do Grupo BlackRock*	**1.308.152.656**	**2,22%**	**2,22%**
Interoceânico - Capital, SGPS, S.A.	1.199.549.296	2,03%	2,03%
Membros dos orgãos de Administração e Fiscalização	4.445.078	0,01%	0,01%
Total do Grupo Interoceânico	**1.203.994.374**	**2,04%**	**2,04%**
Total de Participações Qualificadas	**17.506.867.719**	**29,65%**	**29,65%**

* De acordo com a última informação disponível (BlackRock em 24 de julho de 2014).

Os direitos de voto acima reportados resultam das participações diretas e indiretas dos Acionistas no capital social do Banco Comercial Português, sendo que não foram comunicadas ou apuradas quaisquer outras imputações de direitos de voto previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Após mais de sete anos desde o início da crise económica e financeira internacional, a economia mundial continua a crescer abaixo da norma histórica. Para 2015, o Fundo Monetário Internacional (FMI) voltou a rever a previsão de crescimento do PIB mundial em baixa, de 3,5% para 3,3%, citando o fraco desempenho da economia dos EUA no primeiro trimestre como a principal explicação para esta alteração. Tal como no ano anterior, a redução do dinamismo das economias emergentes constitui o fator que mais contribuiu para o menor crescimento global. Na área do euro é aguardada uma consolidação da recuperação da atividade iniciada em 2014, que deverá beneficiar da melhoria do mercado de trabalho, do teor extremamente acomodatício da política monetária e da depreciação do euro. A queda generalizada dos preços das matérias-primas, o agravamento das condições financeiras, bem como os efeitos diretos e indiretos do processo de reestruturação económica na China deverão restringir o crescimento do PIB das economias emergentes a uma taxa ligeiramente superior a 4%. O FMI identifica riscos descendentes para a atividade global, incluindo a possibilidade de uma correção nos mercados financeiros internacionais e o impacto adverso que uma potencial redução adicional dos preços das matérias-primas teria nos mercados emergentes.

Nos mercados financeiros, os primeiros seis meses do corrente ano ficaram marcados por elevados níveis de volatilidade, decorrentes essencialmente da indefinição da situação na Grécia, da incerteza relativamente à evolução da política monetária nos EUA e, ainda, dos receios relativos às perspetivas económicas e financeiras da China. No cômputo do primeiro semestre, os principais índices acionistas norte-americanos e europeus valorizaram-se e as taxas de juro de longo prazo do dólar e do euro subiram. Neste entorno, as yields da dívida pública de Portugal terminaram o primeiro semestre um pouco acima do verificado no final de 2014, mas não sem antes terem atingido mínimos históricos, em março. Nos primeiros seis meses do ano, os ativos dos mercados emergentes tiveram um desempenho positivo nas vertentes acionista e obrigacionista, mas negativo no plano cambial.

Mediante perspetivas de total ausência de pressões inflacionistas e de recuperação ainda moderada da economia da área do euro, o BCE decidiu complementar as várias medidas não-convencionais adotadas em 2014 com o anúncio, em janeiro do corrente ano, de um programa de compra de dívida pública com o objetivo de estimular o crédito e promover a procura agregada. Estas ações certamente concorreram para a inflexão da dinâmica negativa do crédito bancário na área do euro, bem como para a depreciação da moeda única. Em contraste com o maior ativismo do BCE, a Reserva Federal dos EUA prepara-se para iniciar o processo de normalização da política monetária até ao final de 2015, num contexto de relativa robustez da recuperação da economia dos EUA.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a taxa de crescimento homóloga do PIB português aumentou de 0,6% no quarto trimestre de 2014 para 1,5% no primeiro trimestre de 2015. Esta aceleração decorreu do melhor desempenho das exportações líquidas e do maior dinamismo do consumo privado e da formação bruta de capital fixo, o que permitiu compensar o contributo muito negativo da variação das existências. Os principais indicadores de atividade relativos ao segundo trimestre de 2015 sugerem um progresso robusto de todas as principais componentes da procura agregada, indiciando a manutenção do ritmo moderado de recuperação da economia portuguesa.

O FMI prevê uma nova aceleração da atividade na Polónia (de 3,3% em 2014, para 3,5% em 2015), baseada no dinamismo da procura interna. As perspetivas benignas para a inflação deverão permitir ao banco central polaco manter o forte pendor expansionista da política monetária, apesar da robustez do crescimento económico.

Segundo o FMI, a economia moçambicana deverá abrandar ligeiramente em 2015 em resultado da queda do preço das matérias-primas e dos respetivos efeitos restritivos quer sobre a política orçamental, quer sobre as condições monetárias e financeiras. Não obstante, o bom progresso de alguns projetos de grande dimensão no setor dos recursos naturais e a solidez da gestão macroeconómica deverão permitir um ritmo de crescimento em torno de 7%. Em Angola, a forte queda do preço do petróleo perspetiva um ano desafiante, sobretudo por via do impacto limitativo que exerce sobre a despesa pública, nomeadamente, ao nível do investimento. Esta situação deverá, porém, ser parcialmente mitigada pelo aumento da produção petrolífera e pela resiliência do consumo privado, o que deverá permitir, segundo o FMI, uma subida da taxa de variação do PIB, de 4,2% em 2014, para 4,5% no corrente ano.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Risco	Fontes de risco	Nível de Risco	Tendência	Interações
		ENVOLVENTE		
Regulamentar	▪ Nova regulação destinada a melhorar o perfil de crédito dos bancos e melhorar a transparência da informação fornecida pelos bancos ▪ CRD IV / CRR / SRE ▪ Aprofundamento dos mecanismos de resolução BRRD/MREL ▪ Mecanismo Único de Supervisão do BCE	**Elevado**	↔	▪ Cumprir com os mínimos regulamentares em *phased-in* e estabelecimento de *buffer* no âmbito do SREP ▪ Prática regular de realizar Testes de *Stress* pelo BCE / impacto no custo do risco ▪ Revisão do suporte governamental pelas Agências de Rating ▪ Divulgação dos rácios LCR e NFSR, de *Leverage* que terão que exceder os mínimos regulamentares
Atrasos na implementação da União Bancária	▪ Aprofundamento dos mecanismos de resolução (BRRD/MREL) e de garantia de depósitos ▪ Redução do suporte governamental	**Médio**	↔	▪ Eventual reforço do capital e/ou alteração da estrutura do passivo, emitindo nova dívida sénior com alguma estrutura de subordinação ou reforçando a dívida T2 ▪ Funcionamento regular do MMI ▪ Progressiva abertura do acesso aos mercados de dívida internacionais / prémios de risco ainda elevados nos países da periferia sob pressão ▪ Condução da política monetária na área do euro (TLTRO)
Soberano	▪ Continuação da consolidação orçamental / Implementação de reformas estruturais ▪ Eleição de governo minoritário nas eleições legislativas ▪ Correção do desequilíbrio da balança corrente e de capital ▪ Regular acesso aos mercados de financiamento internacionais / 3.º programa de ajuda financeira à Grécia	**Médio**	↔	▪ Confiança dos agentes económicos internos ▪ Necessidade de um amplo consenso para implementação de reformas estruturais e continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa ▪ Retoma económica em Portugal / dinamismo dos principais parceiros comerciais ▪ Confiança dos investidores internacionais / aumento das *yields* da dívida soberana
		FUNDING E LIQUIDEZ		
Acesso aos mercados de WSF	▪ Resolução do BES ▪ Instabilidade nos mercados relacionada com a Grécia ▪ Ainda elevada dependência do *funding* do BCE	**Médio**	↓	▪ Impacto no sistema financeiro português ▪ Diminuição do custo do *funding* ▪ *De-risking* ▪ Financiamento do crédito quase na totalidade por recursos de clientes de balanço ▪ Mercados abertos e a funcionar regularmente ▪ Pressão sobre as notações de *rating* de LP
Estrutura de *funding*	▪ Funcionamento irregular dos mercados de WSF/MMI ▪ Perda de elegibilidade da dívida garantida pelo Estado ▪ Alteração das regras de colaterais do BCE	**Médio**	↔	▪ Desalavancagem dos agentes económicos internos ▪ *De-risking* / Redução do *gap* comercial ▪ Aumento do peso dos depósitos e recursos de clientes de balanço na estrutura de *funding* ▪ Progressiva substituição do *funding* obtido junto do BCE por emissões no mercado de WSF

Risco	Fontes de risco	Nível de Risco	Tendência	Interações
		CAPITAL		
Risco de crédito	▪ Novas entradas em crédito vencido ainda positivas pressionam a evolução da qualidade dos ativos ▪ Regularidade da realização de Testes de *Stress* pelo BCE ▪ Pressão sobre o custo do risco ▪ Aumento do custo do risco na Polónia / Empréstimos à habitação denominados em CHF	**Elevado**	↔	▪ Retoma moderada em Portugal ▪ Evolução do rendimento disponível / evolução da taxa de desemprego / nível de delinquência das empresas ▪ Elevada alavancagem das empresas ▪ Exposição aos setores problemáticos ▪ Solução de conversão dos créditos à habitação em CHF para PLN
Risco de mercado	▪ Volatilidade nos mercados de capitais ▪ Cobertura efetiva ▪ Comportamento adverso no mercado imobiliário	**Médio**	↔	▪ Aprovação do 3º programa de resgate à Grécia ▪ Incerteza nos mercados ▪ Políticas monetárias dos vários Bancos Centrais ▪ Rendibilidade do fundo de pensões ▪ Redução dos resultados de *trading*
Risco operacional	▪ Pressões para cortar custos operacionais	**Médio**	↔	▪ Simplificação de processos ▪ Degradação dos controlos ▪ Aumento do risco de fraude ▪ Continuidade do negócio
Risco de concentração e de taxa de juro	▪ Taxas de juro historicamente reduzidas ▪ Elevada concentração em termos de risco de crédito	**Médio**	↔	▪ Reduzidas taxas de juro contribuem para menor incumprimento mas pressionam rendibilidade ▪ Necessidade de reduzir o peso dos principais Clientes no total da carteira de crédito
Risco reputacional, legal e de *compliance*	▪ Inerente à atividade do Grupo	**Médio**	↔	▪ A opinião negativa do público ou do setor poderá afetar adversamente a capacidade para atrair Clientes (em particular depositantes) ▪ Eventuais reclamações de Clientes ▪ Eventuais sanções ou outros procedimentos desfavoráveis resultantes de inspeções ▪ Instabilidade do quadro normativo aplicável à atividade financeira ▪ Regras AML e contra o financiamento do terrorismo
Rendibilidade	▪ Taxas de juro próximas de zero pressionam a margem financeira ▪ Reduzido espaço para ajustar *spreads* sobre os depósitos a prazo na nova produção a partir daqui ▪ Pressões regulamentares sobre o comissionamento ▪ Qualidade dos ativos/imparidades ▪ Eventuais contribuições extraordinárias para o fundo de resolução resultantes da venda do NovoBanco ▪ Solução de conversão dos créditos à habitação em CHF para PLN	**Médio**	↓	▪ Impacto negativo na margem financeira do crédito vencido ▪ Impacto negativo resultante da venda da carteira de dívida pública ▪ Redução do custo suportado com os CoCo's *versus* 2014 ▪ Progressiva redução do impacto negativo das operações de *Liability Management* realizadas em 2011 na margem financeira ▪ Possível venda do Novo Banco abaixo do valor da capitalização ▪ Solução de conversão dos créditos à habitação em CHF para PLN poderá ter impacto negativo no RL

INFORMAÇÃO SOBRE TENDÊNCIAS

Em 2015, a atividade dos bancos portugueses tem sido desenvolvida num contexto de consolidação da retoma económica e da continuação da correção dos desequilíbrios macroeconómicos, com reflexos ao nível da consolidação orçamental e da desalavancagem do setor privado não financeiro, com impacto expressivo na desalavancagem do setor bancário e na correção do desequilíbrio do saldo das contas externas.

O enquadramento internacional da economia portuguesa, caracterizado por um crescimento moderado nas principais economias e de baixas taxas de inflação, levou a que as principais autoridades monetárias tenham mantido políticas acomodatícias, conduzindo as taxas de juro de referência a níveis muito reduzidos e nalguns casos evoluindo mesmo para valores negativos, movimento que se transmitiu às taxas Euribor, encontrando-se atualmente em valores negativos até ao prazo de 3 meses. Em paralelo, assistiu-se à compressão dos prémios de risco, nomeadamente à redução dos *spreads* das obrigações governamentais face às obrigações governamentais alemãs, pontualmente interrompido pelo impasse nas negociações entre a Grécia e o Eurogrupo, que acabaram por culminar num 3.º pedido de assistência financeira pela Grécia. Esta evolução dos *spreads* beneficia ainda do programa de compra de ativos implementado pelo BCE e que deverá continuar em 2016. Este enquadramento contribuiu também para a valorização das carteiras de títulos de dívida a taxa fixa, tendo alguns bancos aproveitado este movimento para reforçar os rácios de capital.

Em Portugal e apesar da recente recuperação da atividade económica e da melhoria das condições do mercado de trabalho, as baixas taxas de crescimento do PIB, a par de níveis reduzidos de inflação, representam um desafio para a atividade e para a rendibilidade do setor financeiro. Ao contexto de baixo crescimento económico acresce ainda a manutenção de elevados níveis de endividamento dos setores privado e público, que condicionam a recuperação económica.

O crédito concedido pelo BCP tem vindo a reduzir-se, num contexto de desalavancagem dos setores não financeiros da economia, que resulta na diminuição da procura por crédito. Em paralelo, os depósitos têm vindo também a diminuir, sendo de esperar uma continuação da redução do rácio de crédito/depósitos e a diminuição do recurso ao financiamento junto do BCE.

A manutenção das taxas de juro do mercado monetário em valores muito reduzidos tem contribuído para a diminuição do *spread* sobre os depósitos a prazo dos bancos portugueses, tendência que se mantem em 2015, mais do que compensando a redução dos *spreads* no crédito. As taxas das novas operações de constituição de depósitos a prazo situava-se no final do 1.º semestre de 2015 já em valores próximo dos 50 pontos base, o que faz pensar que o ritmo de descida a partir destes valores é agora mais lento. O BCP deverá ainda registar um aumento da margem financeira como resultado (i) de menores custos suportados com os CoCo's (após ter amortizado 2,25 milhões de euros em 2014), e do (ii) menor impacto na margem das operações de *Liability Management* realizadas em 2011 e que consistiram na recompra de dívida própria com objetivo de gerar mais-valias e reforçar desta forma o capital e na emissão de nova dívida a um custo mais elevado que a dívida amortizada. Registar-se-á também uma poupança nas comissões suportadas, associadas à amortização total da dívida emitida com garantia do Estado.

As contribuições regulatórias, em 2015, deverão aumentar face a 2014, uma vez que ao abrigo do novo regulamento europeu (transposição da diretiva europeia para a implementação do fundo único de resolução), estima-se que o montante global para o pagamento do fundo de resolução aumente por via da aplicação de uma nova metodologia, mais que compensando a esperada redução na contribuição para o fundo de garantia de depósitos (alteração de metodologia).

A esperada melhoria dos proveitos *core,* bem como a continuação do esforço de reestruturação e contenção de custos deverão traduzir-se em sinais positivos, que se refletirão na melhoria dos resultados em 2015, ainda que condicionados pela conjuntura económica. As novas entradas em crédito vencido, líquidas de recuperações, continuam em níveis elevados, implicando um elevado nível de dotações para imparidade ainda na 2.ª metade de 2015.

A exposição das instituições financeiras a ativos imobiliários representa um risco adicional e tem conduzido a uma permanente monitorização das carteiras do setor bancário, através de inspeções regulares e abrangentes e um adequado registo de imparidades, em linha com as ações que têm vindo a ser desenvolvidas pelo Banco de Portugal, desde 2011, e com o exercício mais recentemente levado a cabo pelo BCE, no contexto da criação do Mecanismo Único de Supervisão. Contudo, apesar dos sinais de recuperação registados no mercado imobiliário e da evidência que aponta para a estabilidade ou mesmo valorização dos preços dos ativos imobiliários residenciais, não será de excluir uma possível diminuição dos preços.

Não é possível ainda determinar qual o possível impacto que a resolução do BES poderá ter para o BCP, enquanto instituição participante do fundo de resolução criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro (o "Fundo de Resolução"). O BCP detém uma posição correspondente a cerca de 20% do Fundo de Resolução, o qual, por sua vez, tem uma exposição de cerca de 4,9 mil milhões de euros ao Novo Banco (compreendendo 3,9 mil milhões de euros financiados por um empréstimo do Estado, a que acrescem cerca de 0,7 mil milhões de euros obtidos por via de empréstimos junto de diversos bancos e cerca de 0,3 mil milhões de euros, que já se encontravam no Fundo de Resolução).

Os recursos financeiros do Fundo de Resolução podem provir de contribuições, iniciais e periódicas, das instituições participantes, do produto das contribuições sobre o setor bancário instituídas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e ainda dos rendimentos da aplicação de recursos, podendo também obter recursos através de contribuições especiais das instituições participantes ou ainda obter garantias por partes das instituições participantes e empréstimos ou garantias por parte do Estado.

Neste contexto, o impacto que a resolução do BES poderá ter para o BCP enquanto instituição participante do referido Fundo de Resolução dependerá de fatores externos que são alheios ao Banco, incluindo o valor a que o Novo Banco será vendido e a modalidade ou modalidades que venham a ser adotadas quanto à forma de cobertura de eventuais necessidades de financiamento do Fundo de Resolução. Adicionalmente, mesmo a existir financiamento do Fundo de Resolução, que venha a ser efetuado por contribuições periódicas e/ou especiais dos participantes, estas contribuições poderão vir a ser efetuadas durante um período de tempo ainda não definido.

A Diretiva 2014/59/UE, Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (BRRD), prevê um regime de resolução comum na União Europeia que permite às autoridades lidar com a situação de falência de instituições bancárias. Os acionistas e os credores terão que internalizar os custos associados à falência de um banco, minimizando o custo para os contribuintes.

Para evitar que as instituições bancárias estruturem os seus passivos de forma que comprometa a eficácia do *bail-in* ou de outros instrumentos de resolução e para evitar o risco de contágio ou uma corrida aos depósitos bancários, a diretiva estabelece que as instituições cumpram com um requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL).

A Autoridade Bancária Europeia (EBA) publicou, em 3 de julho de 2015, o projeto final de uma norma técnica de regulamentação sobre o MREL, desenvolvido de acordo com o artigo 45.º da BRRD, e no reconhecimento contratual de *bail-in*, desenvolvido de acordo com o n.º 3 do artigo 55.º da BRRD. Ambos os *standards* especificam os elementos essenciais para garantir a eficácia do regime resolução estabelecido pela BRRD.

No entanto, a BRRD não estabelece um nível comum de MREL. Apesar da avaliação do impacto da BRRD ter estimado o impacto da exigência no pressuposto de um nível de referência de MREL de 10% do passivo total, o nível real deve ser adaptado por forma a refletir as condições particulares de resolução, o perfil de risco, a importância sistémica e outras características de cada instituição bancária. As autoridades de resolução por sua vez dependem da avaliação que o supervisor fará sobre os níveis de capital que uma instituição particular necessitar para desenvolver a sua atividade.

Este novo regime (MREL), que entrará em vigor a partir de janeiro de 2016, com um período transitório, deverá ter implicações sobre a emissão de dívida pelas instituições bancárias, podendo levar a alterações na estrutura do passivo, através da emissão de nova dívida sénior com alguma estrutura de subordinação ou reforçando o T2. A emissão de instrumentos de AT1 só deverá ser equacionada após o reembolsos integral dos CoCos.

VISÃO, MISSÃO E ESTRATÉGIA

VISÃO E MISSÃO

A visão do BCP é ser o Banco de referência no serviço ao Cliente, com base em plataformas de distribuição inovadoras, em que parte relevante dos recursos está alocada ao Retalho e às Empresas, em mercados de elevado potencial com um nível de eficiência superior, traduzido num compromisso com um rácio de eficiência que se situe em níveis de referência para o setor e com uma reforçada disciplina na gestão de capital, liquidez e de custos.

A sua missão consiste em criar valor para o Cliente através de produtos e de serviços bancários e financeiros de qualidade superior, observando rigorosos e elevados padrões de conduta e responsabilidade corporativa, crescendo com rendibilidade e sustentabilidade, de modo a proporcionar um retorno atrativo aos Acionistas, que fundamente e reforce a autonomia estratégica e a identidade corporativa.

ESTRATÉGIA

Em setembro de 2012, o BCP apresentou um novo Plano Estratégico, consistindo em três fases, a implementar até 2017 ("Plano Estratégico"). O Plano Estratégico foi ainda atualizado em setembro de 2013, após a aprovação do Plano de Reestruturação do BCP pela CE e em junho de 2014, na sequência da conclusão da operação de aumento de capital, tendo sido atualizados os seus *targets*.

As três fases do Plano Estratégico são as seguintes:

- Fase 1 (2012 a 2013): Definir as bases para o desenvolvimento futuro sustentável

Durante a primeira fase do Plano Estratégico, a prioridade chave consistiu no reforço do balanço através da redução da dependência do financiamento no mercado *wholesale* e do aumento dos rácios de capital regulamentar.

- Fase 2 (2014-2015): Criação de condições para o crescimento e rendibilidade

Durante a segunda fase do Plano Estratégico, o enfoque consiste na recuperação da rendibilidade das operações domésticas do Banco, em conjunto com o desenvolvimento continuado das subsidiárias internacionais na Polónia, em Moçambique e em Angola. Espera-se que a melhoria da rendibilidade doméstica seja impulsionada principalmente: i) pelo aumento da margem financeira através da redução do custo dos depósitos e da alteração do *mix* do crédito, privilegiando produtos de melhor margem; ii) pela continuação do enfoque na otimização de custos operacionais através da redução do número de colaboradores e a eliminação de sobreposições administrativas; e iii) pela adoção de rigorosos limites de risco de crédito, reduzindo-se dessa forma as necessidades de provisionamento.

- Fase 3 (2016-2017): Crescimento sustentado

Durante a terceira fase, a gestão estará enfocada em alcançar um crescimento sustentável do resultado líquido, beneficiando da implementação bem sucedida das duas primeiras fases do Plano Estratégico, de um melhor equilíbrio entre as contribuições das operações domésticas e internacionais para rendibilidade e da conclusão do processo de liquidação / desinvestimento da carteira não *core* do Banco.

Para 2015, a Comissão Executiva definiu um novo conjunto de prioridades estratégicas que têm como objetivo a construção de um Banco sustentável e adaptado às novas necessidades do mercado e dos Clientes. Para tal, definiu 5 pilares onde se incluem diversas iniciativas que serão desenvolvidas por forma a atingir esse objetivo, nomeadamente:

1. Redefinir o modelo de distribuição do Retalho, explorando o potencial das novas tecnologias, nomeadamente na área digital (*Internet Banking*, *Mobile Banking*, entre outras);
2. Relançar o negócio de particulares do segmento *afluente*, ajustando o modelo de serviço;
3. Ajustar o modelo de negócio do segmento empresarial orientado ao crescimento, por forma a que o Millennium bcp seja o Banco de referência no apoio às Empresas em Portugal;

4. Transformar o negócio de Recuperação de Crédito, através de uma estratégia integrada de redução do *portfolio* não *core*, que poderá incluir a alienação de ativos e de otimização do modelo operativo de Recuperação;
5. Evoluir o modelo operativo do Banco, simplificando e automatizando processos, tendo em vista a otimização do nível de serviço prestado ao Cliente.

Informação Financeira

LIQUIDEZ E *FUNDING*

No 1.º semestre de 2015 as necessidades líquidas de financiamento *wholesale* em Portugal situaram-se ao nível relevado no final do ano anterior, dado que o aumento da carteira de títulos de dívida *corporate* e dívida soberana foi globalmente compensado por uma redução adicional do *gap* comercial e pela venda de 15,41% da participação financeira detida no Bank Millennium (Polónia).

O valor do refinanciamento de operações de médio-longo prazo concretizado no 1.º semestre de 2015 situou-se em 0,4 mil milhões de euros, está relacionado com a recompra antecipada de dívida sénior e com a amortização de empréstimos bancários, determinando uma alteração da estrutura de financiamento face à verificada em dezembro de 2014.

Assim, em 30 de junho de 2015, a estrutura de financiamento refletia, entre outras evoluções de menor expressão, um aumento de 0,3 mil milhões de euros, no primeiro semestre de 2015, em operações de curto-prazo com instituições financeiras e colateralizadas por títulos, elevando o saldo para 2,1 mil milhões de euros, e de 0,2 mil milhões de euros em empréstimos bancários e uma redução de 0,5 mil milhões de euros, no mesmo período, no financiamento líquido colateralizado junto do Banco Central Europeu (BCE) ao atingir 6,1 mil milhões de euros, prosseguindo a trajetória descendente observada nos últimos anos.

A redução do saldo líquido financiado junto do BCE e o crescimento da carteira de colateral disponível para desconto permitiram um reforço de 0,9 mil milhões de euros do *buffer* de liquidez, no primeiro semestre de 2015, totalizando 8,5 mil milhões de euros no final de junho de 2015.

A composição do saldo financiado junto do Eurosistema evidenciou, no primeiro semestre de 2015, a amortização antecipada de 0,5 mil milhões de euros e o posterior vencimento do saldo remanescente de 3,5 mil milhões de euros, de um total inicial de 12,0 mil milhões de euros tomados em 2012 no âmbito das operações de cedência de liquidez a médio-prazo do BCE, os quais foram refinanciados com recurso às operações semanais e a três meses conduzidas pelo BCE.

CAPITAL

Em 26 de junho de 2013, o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram a Diretiva 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 575/2013 (Capital Requirements Directive IV / Capital Requirements Regulation - CRD IV/CRR), que estabeleceram novos e mais exigentes requisitos de capital para as instituições de crédito, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

Esta maior exigência resulta de uma definição mais estrita ao nível dos fundos próprios e dos riscos ponderados, em paralelo com o estabelecimento de rácios mínimos, incluindo uma reserva de conservação de fundos próprios, de 7% para os fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1 – CET1), 8,5% para os fundos próprios de nível 1 (Tier 1) e de 10,5% para o rácio total. A CRD IV/CRR estipula também um período transitório (*phased-in*) em que as instituições poderão acomodar os novos requisitos, quer ao nível dos fundos próprios quer da observância dos rácios mínimos de capital.

O rácio CET1 *phased-in* estimado em 30 de junho de 2015, de acordo com a nossa interpretação da CRD IV/CRR à data, atingiu 13,1%, comparando com 11,6% no final do trimestre anterior, tendo por base o valor dos impostos diferidos ativos relevados nas demonstrações financeiras consolidadas e com o novo tratamento prudencial.

A evolução favorável do rácio CET1 no segundo trimestre de 2015 reflete essencialmente o sucesso da oferta pública de troca sobre valores mobiliários emitidos pelo Grupo por contrapartida da entrega de novas ações ordinárias do Banco, o efeito favorável induzido pelos resultados líquidos positivos apurados nos primeiros seis meses de 2015 e ainda a diminuição dos riscos ponderados registada neste período.

O rácio CET1 *phased-in* fixou-se em 13,1% no final do primeiro semestre de 2015, comparando com 12,0% em 31 de dezembro de 2014, tendo esta evolução sido influenciada de forma mais relevante pelos seguintes impactos:

- Progressão do *phased-in*, que determinou reduções do CET1 de 404 milhões de euros e dos riscos ponderados de 99 milhões de euros em 1 de janeiro de 2015;
- Entrada em vigor do novo enquadramento prudencial relativo a impostos diferidos ativos instituído pela Lei n.º 61/2014, e de acordo com as IAS, que se traduziu em acréscimos do CET1 e dos riscos ponderados de 1 de janeiro de 2015 de 154 milhões de euros e de 1.139 milhões de euros, respetivamente;
- Agravamento dos ponderadores de risco aplicados à Administração Central e ao Banco Central de Angola desde 1 de janeiro de 2015, refletido num aumento de 539 milhões de euros dos riscos ponderados nesta data;
- Alienação de uma participação de 15,41% do capital social do Bank Millennium (Polónia), em março de 2015, continuando o Grupo a deter uma participação maioritária de 50,1% do capital social e mantendo o controlo desta participada. Esta operação determinou aumentos do CET1 de 262 milhões de euros e dos riscos ponderados de 95 milhões de euros;
- Oferta Pública de Troca, que determinou um aumento do CET1 de 427 milhões de euros e dos riscos ponderados de 175 milhões de euros.

Paralelamente, os rácios de capital apurados em 30 de junho de 2015 beneficiaram também da geração orgânica de capital observada nos primeiros seis meses do ano em curso ao registarem um resultado líquido positivo de 241 milhões de euros.

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE (CRD IV/CRR) Milhões de euros

	PHASED-IN		
	30 Jun. 15 (*)	**31 mar. 15 (*)**	**31 dez. 14**
Fundos próprios			
Common equity tier 1 (CET1)	5.796	5.279	5.077
Tier 1	5.796	5.279	5.077
Fundos próprios totais	**6.380**	**6.058**	**5.800**
Riscos ponderados	**44.127**	**45.348**	**42.376**
Rácios de solvabilidade			
CET1	13,1%	11,6%	12,0%
Tier 1	13,1%	11,6%	12,0%
Total	14,5%	13,4%	13,7%

(*) Estimativa considerando o novo enquadramento prudencial dos DTAs (de acordo com os IAS) e incluindo, em junho de 2015 e março de 2015, os resultados líquidos do 1º semestre de 2015 e do 1º trimestre de 2015, respetivamente.

RESULTADOS E BALANÇO

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, de 19 de julho, e de acordo com o modelo de reporte determinado pelo Banco de Portugal (Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005), na sequência da transposição para a ordem jurídica portuguesa da Diretiva n.º 2003/51/CE, de 18 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho nas versões atualmente vigentes.

As demonstrações financeiras consolidadas não são diretamente comparáveis entre o primeiro semestre de 2015 e o primeiro semestre de 2014, como resultado da alienação da totalidade do capital social do Millennium bank na Roménia, cujo acordo foi comunicado em 30 de julho de 2014 e a conclusão do processo foi concretizada em 8 de janeiro de 2015.

No âmbito do processo de venda da totalidade da participação detida no capital social do Millennium bank na Roménia, e de acordo com o disposto na IFRS 5, o Millennium bank na Roménia foi enquadrado como operação descontinuada, sendo o impacto desta operação apresentado numa linha separada da demonstração de resultados, de 30 de junho de 2014 e de 31 de dezembro de 2014, denominada "resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação".

Na sequência do processo de alienação desta subsidiária, ao nível do balanço consolidado, os ativos e passivos do Millennium bank na Roménia, considerando que o negócio de alienação foi concretizado no decurso da preparação das demonstrações financeiras de 2014, deixaram de ser relevados a partir de 31 de dezembro de 2014, dado que estavam reunidas as condições para o seu desreconhecimento.

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao plano de reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, a atividade da Millennium bcp Gestão de Activos foi enquadrada como operação em descontinuação, no decurso de 2013. Assim, a partir desta data, o impacto em resultados das suas operações passou igualmente a ser apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada "resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação" e, ao nível do balanço consolidado, a relevação dos ativos e passivos da Millennium bcp Gestão de Activos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2014. No entanto, na sequência do processo de alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras condensadas consolidadas com referência a 30 de junho de 2015, o Grupo aplicou pela primeira vez a IFRIC 21 – Taxas, a qual esclarece o momento em que se deve reconhecer o passivo pelo pagamento de taxas/impostos devidos a entidades governamentais, definindo a data em que ocorre o evento que gera a obrigação como o momento em que se deve reconhecer a responsabilidade de pagamento de uma taxa/imposto.

A alteração resultante da aplicação da IFRIC 21, em 2015, do momento de reconhecimento de um passivo pelo pagamento de algumas taxas, em particular as contribuições para o setor bancário, para o fundo de garantia depósitos e para o fundo de resolução, determinou o registo no primeiro semestre das mesmas, já que o evento gerador da obrigação ocorreu neste período, conforme nota 8. A adoção da interpretação implicou a necessidade de reexpressar, para efeitos comparativos, os valores referentes ao primeiro semestre de 2014, de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento destas taxas em ambos os períodos.

O impacto desta reexpressão nas demostrações financeiras do primeiro semestre de 2014 traduziu-se na relevação na rubrica Outros proveitos/(custos) de exploração de um custo no montante de 24,1 milhões de euros (ver nota 8), e na rubrica Impostos sobre lucros um rédito de 1,6 milhões de euros (ver nota 31).

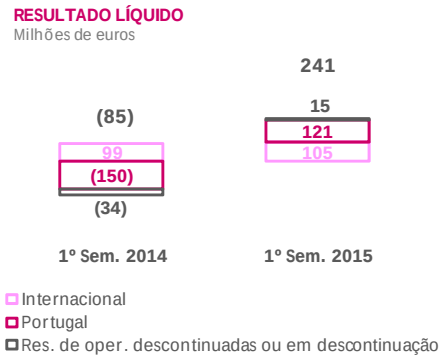
A adoção desta Interpretação não altera os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, afetando apenas os montantes relevados nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares, pelo que, consequentemente, o Balanço Consolidado de 31 de dezembro de 2014 não foi reexpresso.

ANÁLISE DA RENDIBILIDADE

Resultado Líquido

O resultado líquido do Millennium bcp atingiu 240,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, o que compara favoravelmente com um prejuízo de 84,7 milhões de euros relevado no mesmo período de 2014, refletindo a prossecução dos objetivos contemplados no Plano Estratégico, materializados na recuperação sustentada da atividade em Portugal e no aumento do contributo das operações internacionais.

O desempenho do resultado líquido no primeiro semestre de 2015 foi determinado, por um lado, pelo aumento de 62,6% do resultado *core* bruto (correspondente ao agregado da margem financeira e das comissões líquidas deduzidas dos custos operacionais) face ao primeiro semestre de 2014, refletindo a subida de 26,6% registada na margem financeira e, por outro, pelos ganhos em operações financeiras relacionados com a alienação de títulos de dívida pública portuguesa.



O resultado líquido da atividade em Portugal evidencia uma melhoria de 325,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, beneficiando dos aumentos registados em resultados em operações financeiras e na margem financeira, a par da redução dos custos operacionais.

Relativamente à atividade internacional, excluindo as operações descontinuadas ou em descontinuação, o resultado líquido registou um aumento de 6,2% face ao montante apurado no primeiro semestre de 2014, impulsionado sobretudo pela subida da margem financeira e dos resultados em operações financeiras verificado nas subsidiárias em Angola e Moçambique.

O Bank Millennium na Polónia apresentou um resultado líquido de 79,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015, evidenciando um aumento de 3,8% face aos 76,4 milhões de euros apurados no mesmo período de 2014, suportado na descida dos custos operacionais e na diminuição do custo do risco, que compensou o desempenho do produto bancário, penalizado pela redução das taxas de juro de mercado e pela evolução desfavorável do ambiente regulatório aplicável ao negócio bancário.

O Millennium bim em Moçambique evidenciou um resultado líquido de 47,9 milhões de euros, o que representou um aumento de 14,9% face ao primeiro semestre de 2014 (em meticais o resultado líquido aumentou 5,5%), potenciado pela evolução favorável da margem financeira, das comissões e dos resultados em operações cambiais, que mitigaram o impacto dos aumentos dos custos operacionais, associado em parte ao plano de expansão, e da imparidade do crédito.

O Banco Millennium Angola registou um crescimento do resultado líquido, ao evoluir de 23,1 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2014 para 38,2 milhões de euros no mesmo período de 2015, refletindo o desempenho do produto bancário, nomeadamente da margem financeira que beneficiou do aumento do negócio e dos resultados em operações financeiras, que compensou o incremento dos custos operacionais, associado ao plano de expansão em curso, e o reforço da imparidade do crédito.

O Millennium Banque Privée na Suíça apresentou um resultado líquido de 3,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, inferior em 12,0% aos resultados obtidos no mesmo período de 2014, decorrente, em francos suíços, da redução das comissões de colocação de produtos financeiros de entidades terceiras, de corretagem e de depósitos fiduciários, e da margem financeira, associada ao ambiente de queda das taxas de juro e ao impacto da apreciação do franco suíço na carteira de crédito a clientes.

O Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão registou um resultado líquido de 4,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015, que compara com 5,3 milhões de euros apurados no período homólogo, refletindo o impacto da menor reversão de imparidade do crédito e a diminuição da margem financeira, não obstante a subida dos resultados em operações financeiras.

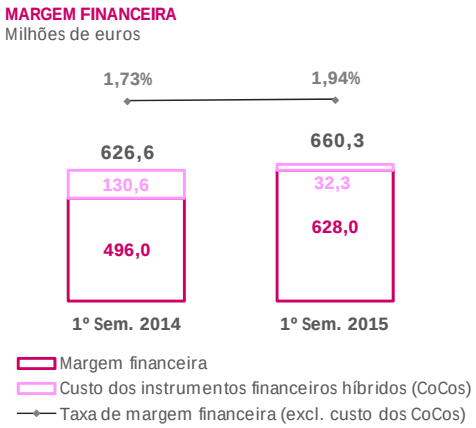
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Milhões de euros

	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Margem financeira	628,0	496,0	26,6%
Outros proveitos líquidos			
Rendimentos de instrumentos de capital	5,7	5,7	-
Comissões líquidas	350,7	341,2	2,8%
Resultados em operações financeiras	508,3	175,2	-
Outros proveitos de exploração líquidos	(42,0)	23,3	-
Resultados por equivalência patrimonial	20,6	23,0	-10,3%
	843,3	568,4	48,4%
Custos operacionais			
Custos com o pessoal	308,9	323,4	-4,5%
Outros gastos administrativos	213,0	221,5	-3,8%
Amortizações	33,3	31,8	4,6%
	555,2	576,8	-3,7%
Imparidade			
Do crédito (líquida de recuperações)	475,0	371,6	27,8%
Outras imparidades e provisões	91,8	114,0	-19,4%
Resultado antes de impostos	349,3	2,1	-
Impostos			
Correntes	44,8	62,3	-28,1%
Diferidos	9,6	(61,8)	-
Resultado após impostos de operações em continuação	294,9	1,6	-
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	14,8	(33,6)	-
Interesses que não controlam	68,9	52,6	31,0%
Resultado líquido atribuível aos Acionista do Banco	240,7	(84,7)	-

Margem Financeira

A margem financeira situou-se nos 628,0 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015, um aumento de 26,6% quando comparado com os 496,0 milhões de euros apurados em igual período de 2014, suportado nos desempenhos positivos quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

O comportamento favorável da margem financeira da atividade em Portugal, que ascendeu a 329,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, face aos 207,7 milhões de euros registados no período homólogo de 2014, reflete o menor custo dos CoCos, induzido pelo reembolso antecipado efetuado em maio e agosto de 2014, no total de 2.250 milhões de euros, bem como a redução sustentada da taxa dos depósitos a prazo, consubstanciada numa diminuição de 67 pontos base face ao primeiro semestre de 2014, em linha com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico.



A margem financeira da atividade internacional aumentou 3,6% nos primeiros seis meses de 2015, face a igual período de 2014, para o que contribuiu o desempenho do aumento do volume de crédito e de depósitos de clientes apurado pelas operações em Angola e Moçambique.

A taxa de margem financeira no primeiro semestre de 2015 situou-se nos 1,84%, comparando com 1,37% no período homólogo de 2014. Excluindo o impacto do custo dos CoCos, a taxa de margem financeira ascendeu a 1,94% nos primeiros seis meses de 2015 e a 1,73% no primeiro semestre de 2014.

BALANÇO MÉDIO				Milhões de euros
	30 jun. 15		30 jun. 14	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	3.392	0,79	3.463	1,09
Ativos financeiros	10.316	3,06	12.790	3,43
Créditos a clientes	54.063	3,60	55.707	3,84
Ativos geradores de juros	**67.771**	**3,37**	**71.960**	**3,64**
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	62		434	
Ativos não geradores de juros	9.884		9.435	
	77.717		**81.829**	
Depósitos de instituições de crédito	11.461	0,64	12.750	0,72
Depósitos de clientes	50.010	1,30	48.271	1,75
Dívida emitida	5.574	3,38	9.878	3,78
Passivos subordinados	2.011	6,25	4.244	7,61
Passivos geradores de juros	**69.056**	**1,50**	**75.143**	**2,17**
Operações descontinuadas ou em descontinuação (1)	2		354	
Passivos não geradores de juros	3.303		2.977	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	5.356		3.355	
	77.717		**81.829**	
Taxa de margem financeira		1,84		1,37
Taxa de margem financeira (excl. custo dos CoCos)		1,94		1,73

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em junho de 2015 e 2014, à respetiva rubrica de balanço.

(1) Inclui a atividade das subsidiárias na Roménia (apenas em 2014) e da Millennium bcp Gestão de Activos e respetivos ajustamentos de consolidação.

Outros Proveitos Líquidos

Os outros proveitos líquidos, que incluem os rendimentos de instrumentos de capital, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os resultados por equivalência patrimonial, cifraram-se em 843,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que comparam com 568,4 milhões de euros relevados em igual período de 2014, beneficiando quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS			Milhões de euros
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Rendimentos de instrumentos de capital	5,7	5,7	-0,1%
Comissões líquidas	350,7	341,2	2,8%
Resultados em operações financeiras	508,3	175,2	190,2%
Outros proveitos de exploração líquidos	(42,0)	23,3	
Resultados por equivalência patrimonial	20,6	23,0	-10,3%
Total de outros proveitos líquidos	843,3	568,4	48,4%
dos quais:			
Atividade em Portugal	631,0	400,7	57,5%
Atividade internacional	212,3	167,6	26,6%

Rendimentos de Instrumentos de Capital

Os rendimentos de instrumentos de capital, que incluem os dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, ascenderam a 5,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, mantendo-se ao mesmo nível do montante relevado no primeiro homólogo de 2014, suportados pelos rendimentos associados a investimentos do Grupo que integram a carteira de ações e a unidades de participação de fundos de investimento.

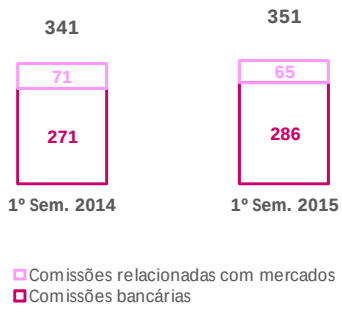
Comissões Líquidas

As comissões líquidas ascenderam a 350,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, registando um crescimento de 2,8% face ao mesmo período de 2014, refletindo as evoluções favoráveis observadas tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional.

O desempenho das comissões líquidas, nos primeiros seis meses de 2015, traduz:

- O aumento das comissões associadas ao negócio bancário em 5,7%, induzido pelo maior nível de comissões relacionadas com crédito e garantias contabilizado nas atividades em Portugal e internacional e pelo efeito favorável da redução do custo com as emissões garantidas pelo Estado, apesar da evolução das comissões de cartões e transferências de valores, penalizadas pela redução das *interchange fees* registada na Polónia;
- A diminuição das comissões relacionadas com os mercados financeiros (-8,3%), nomeadamente ao nível das operações sobre títulos na atividade em Portugal refletindo, assim, o desempenho dos mercados neste período.

COMISSÕES LÍQUIDAS
Milhões de euros



COMISSÕES LÍQUIDAS Milhões de euros

	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Comissões bancárias	285,9	270,6	5,7%
Cartões e transferências de valores	86,3	96,5	-10,6%
Crédito e garantias	92,4	79,9	15,6%
Bancassurance	37,7	36,6	3,0%
Contas	39,8	38,8	2,7%
Comissões relacionadas com a garantia do Estado	–	(16,4)	-
Outras comissões	29,7	35,2	-15,6%
Comissões relacionadas com mercados	64,7	70,6	-8,3%
Operações sobre títulos	44,8	50,9	-11,9%
Gestão de ativos	19,9	19,7	**1,2%**
Total de comissões líquidas	350,7	341,2	2,8%
das quais:			
Atividade em Portugal	225,0	217,0	3,7%
Atividade internacional	125,7	124,2	1,2%

Resultados em Operações Financeiras

Os resultados em operações financeiras, que incorporam os resultados em operações de negociação e de cobertura, os resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e os resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade, totalizaram 508,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que comparam com 175,2 milhões de euros no período homólogo de 2014.

A evolução dos resultados em operações financeiras foi determinada pela atividade em Portugal, ao beneficiar da realização de mais-valias no montante de 385,5 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015, relacionadas com a alienação de títulos de dívida pública portuguesa.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de 43,5 milhões de euros, no primeiro semestre de 2014, para 82,3 milhões de euros, no mesmo período de 2015, impulsionados pelos ganhos em operações cambiais realizados em Angola e Moçambique e de operações de *trading* de derivados na subsidiária na Polónia.

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS
Milhões de euros

RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS			Milhões de euros
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Operações cambiais	63,0	46,0	36,9%
Operações sobre títulos, derivados e outros	445,3	129,2	-
Total de resultados em operações financeiras	508,3	175,2	-
dos quais:			
Atividade em Portugal	426,0	131,7	-
Atividade internacional	82,3	43,5	89,2%

Outros Proveitos de Exploração Líquidos

Os outros proveitos de exploração líquidos, que incluem os outros proveitos de exploração, os outros resultados de atividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos, foram negativos em 42,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que comparam com 23,3 milhões de euros registados no período homólogo de 2014, refletindo a contabilização, no segundo trimestre de 2014, de uma mais-valia no montante de 69,4 milhões de euros relacionada com a venda das participações financeiras detidas no ramo de seguros Não-Vida. Na atividade em Portugal, esta rubrica incorpora o custo com a contribuição do setor bancário e para o fundo de resolução, bem como para o fundo de garantia de depósitos.

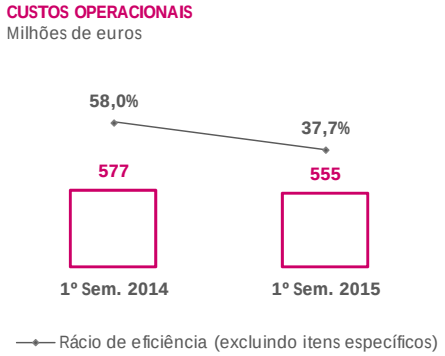
Resultados por Equivalência Patrimonial

Os resultados por equivalência patrimonial, que incorporam os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde o Grupo, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, totalizaram 20,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que compara com 23,0 milhões de euros em igual período de 2014. Os resultados por equivalência patrimonial incluem a apropriação de resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, os quais foram penalizados pela venda do negócio Não-Vida, no segundo trimestre de 2014, no âmbito do processo de enfoque nas atividades *core*, definido no Plano Estratégico.

Custos Operacionais

Os custos operacionais, que agregam os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do período cifraram-se em 555,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, registando uma redução de 3,7% face aos 576,7 milhões de euros relevados no período homólogo de 2014, materializando as iniciativas de obtenção de poupanças na atividade em Portugal definidas no Plano Estratégico.

No primeiro semestre de 2015, os custos operacionais da atividade em Portugal diminuíram 9,3%, quando comparado com o mesmo período de 2014, refletindo as poupanças de 12,5% obtidas ao nível dos custos com o pessoal, consubstanciados na diminuição do número de colaboradores e nas medidas temporárias de redução salarial implementadas em 2014.



Na atividade internacional, os custos operacionais evidenciaram um crescimento de 4,9% face ao valor apurado no primeiro semestre de 2014, refletindo as evoluções registadas nas operações em Angola e Moçambique, assim como o efeito da valorização do câmbio médio do metical e do kwanza face ao euro. Excluindo o efeito cambial, os custos operacionais no primeiro semestre de 2015 caíram 0,3% face ao primeiro semestre de 2014.

CUSTOS OPERACIONAIS			Milhões de euros
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Custos com o pessoal	308,9	323,4	-4,5%
Outros gastos administrativos	213,0	221,5	-3,8%
Amortizações do período	33,3	31,8	4,6%
Custos operacionais	**555,2**	**576,7**	**-3,7%**
dos quais:			
Atividade em Portugal	318,6	351,1	-9,3%
Atividade internacional	236,6	225,6	4,9%

Custos com o Pessoal

Os custos com o pessoal totalizaram 308,9 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015, uma redução de 4,5% face ao período homólogo de 2014, suportada na diminuição de 12,5% observada na atividade em Portugal, que beneficiou da diminuição do número de colaboradores em 752 face ao final do primeiro semestre de 2014 e da implementação das medidas de redução salarial acima referidas, não obstante a evolução relevada na atividade internacional que, excluindo o efeito cambial, aumentou 5,9%.

CUSTOS COM O PESSOAL			Milhões de euros
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Remunerações	237,2	245,8	-3,5%
Encargos sociais e outros	71,7	77,6	-7,6%
	308,9	**323,4**	**-4,5%**

Outros Gastos Administrativos

Os outros gastos administrativos reduziram 3,8%, cifrando-se em 213,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que compara com 221,5 milhões de euros no mesmo período de 2014, influenciados pelo impacto das iniciativas de melhoria da eficiência operacional que têm vindo a ser implementadas, materializadas no redimensionamento da rede de distribuição em Portugal, que reduziu de 740 sucursais no final do primeiro semestre de 2014 para 691 no final dos primeiros seis meses de 2015. Os outros gastos administrativos na atividade internacional totalizaram 97,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, registando uma diminuição de 3,6% face ao valor relevado em igual período de 2014.

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS			Milhões de euros
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Água, energia e combustíveis	9,9	9,9	-0,5%
Material de consumo corrente	3,0	3,0	-0,9%
Rendas e alugueres	53,9	58,0	-7,1%
Comunicações	13,6	14,1	-4,1%
Deslocações, estadas e representações	4,9	4,9	-0,6%
Publicidade	15,4	15,7	-2,2%
Conservação e reparação	13,8	14,5	-5,0%
Cartões e crédito imobiliário	3,0	2,3	27,6%
Estudos e consultas	6,6	5,0	32,1%
Informática	10,6	10,4	1,9%
Outsourcing e trabalho independente	37,2	37,0	0,4%
Outros serviços especializados	15,0	14,9	0,9%
Formação do pessoal	0,9	0,8	8,6%
Seguros	3,1	2,4	26,0%
Contencioso	3,4	3,8	-10,6%
Transportes	5,4	5,1	6,6%
Outros fornecimentos e serviços	13,5	19,5	-30,6%
	213,0	**221,5**	**-3,8%**

Amortizações

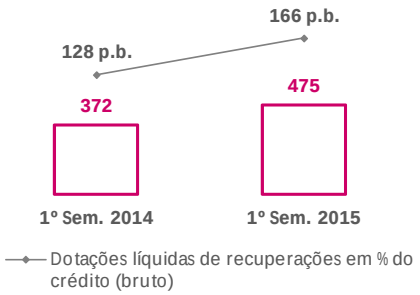
As amortizações ascenderam a 33,3 milhões de euros, no primeiro semestre de 2015, aumentando 4,6% face ao semestre homólogo de 2014, em resultado do incremento observado na atividade internacional (+16,0% face ao primeiro semestre de 2014), influenciado pelas subsidiárias em Angola e Moçambique, sendo que, na atividade em Portugal, as amortizações do período totalizaram 15,4 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2015, uma redução de 6,1% face a igual período de 2014.

Imparidade do Crédito

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) totalizou 475,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que compara com 371,6 milhões de euros no período homólogo de 2014, influenciada pelo maior nível de dotações relevado, tanto na atividade em Portugal como na atividade internacional.

O aumento da imparidade do crédito na atividade em Portugal permitiu reforçar os níveis de cobertura do crédito vencido e do crédito em risco, tendo presente, nomeadamente, a recuperação ainda moderada da economia portuguesa e o seu impacto nos níveis de endividamento das famílias e das empresas. Na atividade internacional, o aumento das dotações por imparidade de crédito foi determinado pelos montantes relevados nas operações em Angola e Moçambique.

IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA)
Milhões de euros



IMPARIDADE DO CRÉDITO (LÍQUIDA DE RECUPERAÇÕES) — Milhões de euros

	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Dotações para imparidade do crédito	494,4	379,8	30,2%
Recuperações de crédito	19,4	8,2	137,5%
	475,0	371,6	27,8%
Custo do risco:			
Dotações em % do crédito (bruto)	173 p.b.	130 p.b.	43 p.b.
Dotações líquidas de recuperações em % do crédito (bruto)	166 p.b.	128 p.b.	39 p.b.

Nota: custo do risco ajustado de operações em descontinuação.

Outras Imparidades e Provisões

As outras imparidades e provisões agregam as rubricas de dotações para imparidade de outros ativos financeiros, para imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, para imparidade do *goodwill*, bem como as dotações para outras provisões.

As outras imparidades e provisões cifraram-se em 91,8 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que comparam com 114,0 milhões de euros registados no mesmo período de 2014, refletindo a redução das provisões relacionadas com garantias e outros compromissos, apesar das maiores dotações efetuadas para ativos recebidos em dação.

Impostos

Os impostos (correntes e diferidos) sobre lucros ascenderam a 54,4 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, montante que compara com 0,5 milhões de euros apurados no período homólogo de 2014.

Os referidos impostos incluem o gasto por impostos correntes de 44,8 milhões de euros (62,3 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2014) e o gasto por impostos diferidos no montante de 9,6 milhões de euros (-61,8 milhões de euros no mesmo período de 2014).

Interesses que não controlam

Os interesses que não controlam incorporam a parte atribuível a terceiros dos resultados de empresas subsidiárias consolidadas pelo método integral nas quais o Grupo não detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

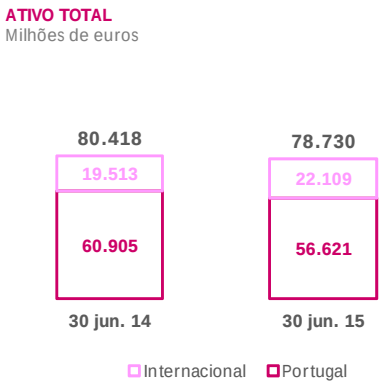
Os interesses que não controlam totalizaram 68,9 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que compara com 52,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2014, refletindo, essencialmente, os resultados do período atribuíveis a terceiros relacionados com as participações detidas no capital social do Bank Millennium na Polónia, do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

A evolução dos interesses que não controlam incorpora o efeito resultante do aumento do resultado líquido apurado pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, por um lado, e a redução da participação detida no Bank Millennium na Polónia, de 65,5% para 50,1%, verificada no final do primeiro trimestre de 2015, por outro.

ANÁLISE DO BALANÇO

O ativo total totalizou 78.730 milhões de euros em 30 de junho de 2015 (80.418 milhões de euros em 30 de junho de 2014), que compara com 76.361 milhões de euros em 31 de dezembro de 2014, influenciado pelo aumento registado na carteira de títulos, essencialmente relacionado com a carteira de Obrigações do Tesouro.

O crédito a clientes, antes da imparidade do crédito, ascendeu a 57.085 milhões de euros em 30 de junho de 2015, que compara com 57.168 milhões de euros no final de 2014 (58.261 milhões de euros em 30 de junho de 2014), evidenciando a diminuição relevada na atividade em Portugal, não obstante o aumento observado na atividade internacional.



A carteira de títulos, que inclui os ativos financeiros detidos para negociação, os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos com acordo de recompra e os ativos financeiros detidos até à maturidade, situou-se em 14.389 milhões de euros em 30 de junho de 2015, que compara com 14.757 milhões de euros em igual data de 2014, representando 18,3% do ativo total em 30 de junho de 2015, em linha com o nível registado em 30 de junho 2014.

O passivo total situou-se em 73.080 milhões de euros em 30 de junho de 2015, registando uma diminuição de 5,2%, face aos 77.070 milhões de euros apurados em igual data de 2014, traduzindo: (i) a redução do saldo de títulos de dívida emitidos em 36,7%, cifrando-se em 5.263 milhões de euros no final de junho de 2015 (8.315 milhões de euros em 30 de junho de 2014), na sequência da gradual substituição, no vencimento, de obrigações colocadas em clientes por depósitos; e (ii) a diminuição dos passivos subordinados em 57,7%, para um total de 1.661 milhões de euros em 30 de junho de 2015 (3.929 milhões de euros em igual data de 2014), repercutindo fundamentalmente o reembolso de 2,25 mil milhões de euros de instrumentos financeiros híbridos subscritos pelo Estado Português e o efeito da oferta pública de troca de valores mobiliários por contrapartida de ações ordinárias, concretizada no primeiro semestre de 2015. Não obstante, destaca-se o aumento dos depósitos de clientes que, excluindo o efeito das operações descontinuadas ou em descontinuação, registaram um aumento de 4,4%, totalizando 50.601 milhões de euros no final de junho de 2015, que compara com os 48.463 milhões de euros relevados no final de junho de 2014.

Os recursos totais de clientes, excluindo o impacto relacionado com as operações descontinuadas ou em descontinuação, registaram um aumento de 2,8%, atingindo 65.742 milhões de euros em 30 de junho de 2015, que compara com 63.976 milhões de euros em igual data de 2014, influenciado pelo crescimento quer dos recursos de balanço de clientes, quer dos recursos fora de balanço de clientes, que aumentaram, respetivamente, 2,4% e 4,4% face a 30 de junho de 2014.

Os capitais próprios totalizaram 5.651 milhões de euros em 30 de junho de 2015, que compara com 3.348 milhões de euros relevados em igual data de 2014, refletindo o aumento de capital social realizado em 2014, no montante de 2,2 mil milhões de euros, e o impacto do resultado da oferta pública de troca de valores mobiliários por contrapartida de ações ordinárias concretizada no primeiro semestre de 2015, fixando-se o capital social em 4.094 milhões de euros em 30 de junho de 2015. Adicionalmente, a evolução dos capitais próprios foi favoravelmente influenciada pelo apuramento de um resultado líquido positivo no primeiro semestre de 2015, que compara com um resultado líquido negativo no primeiro semestre de 2014, contrariando a evolução das reservas de justo valor, induzidas pelo desempenho das reservas de justo valor relacionadas com títulos de dívida pública portuguesa.

BALANÇO AGREGADO EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Milhões de euros

	30 jun. 15	31 dez. 14	30 jun. 14	Var. 15/14
Ativo				
Caixa e disponibilidades e aplicações em bancos centrais e instituições de crédito	4.399	3.959	3.661	20,1%
Crédito a clientes	53.409	53.686	55.547	-3,9%
Ativos financeiros detidos para negociação	2.217	1.674	1.447	53,3%
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.704	8.263	10.490	11,6%
Ativos financeiros detidos até à maturidade	437	2.311	2.744	-84,1%
Investimentos em associadas	305	323	443	-31,1%
Ativos não correntes detidos para venda	1.675	1.622	1.571	6,6%
Outros ativos tangíveis, goodwill e ativos intangíveis	913	1.008	978	-6,6%
Ativos por impostos correntes e diferidos	2.585	2.440	2.235	15,7%
Outros (1)	1.086	1.075	1.302	-16,5%
Total do Ativo	**78.730**	**76.361**	**80.418**	-2,1%
Passivo				
Depósitos de instituições de crédito	12.413	10.966	13.080	-5,1%
Depósitos de clientes	50.601	49.817	48.807	3,7%
Títulos de dívida emitidos	5.263	5.710	8.315	-36,7%
Passivos financeiros detidos para negociação	824	953	921	-10,5%
Passivos subordinados	1.661	2.026	3.929	-57,7%
Outros (2)	2.318	1.903	2.018	14,9%
Total do Passivo	**73.080**	**71.375**	**77.070**	-5,2%
Capitais Próprios				
Capital	4.094	3.707	1.465	179,5%
Títulos próprios	(120)	(14)	(33)	-
Prémio de emissão	16	-	-	-
Ações preferenciais	171	171	171	-
Outros instrumentos de capital	10	10	10	-
Reservas de justo valor	(101)	107	188	-
Reservas e resultados acumulados	314	458	922	-66,0%
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	241	(227)	(85)	-
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco	**4.625**	**4.212**	**2.638**	75,4%
Interesses que não controlam	1.026	774	711	44,4%
Total de Capitais Próprios	**5.651**	**4.986**	**3.348**	68,8%
Total do Passivo e Capitais Próprios	**78.730**	**76.361**	**80.418**	-2,1%

(1) Inclui Ativos com acordo de recompra, Derivados de cobertura, Propriedades de investimento e Outros ativos.

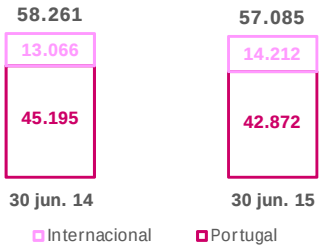
(2) Inclui Derivados de cobertura, Provisões, Passivos por impostos correntes e diferidos e Outros passivos.

Crédito a Clientes

O crédito a clientes (bruto) ascendeu a 57.085 milhões de euros em 30 de junho de 2015, que compara com 57.168 milhões de euros no final de 2014 (58.261 milhões de euros em 30 de junho de 2014), evidenciando a diminuição observada na atividade em Portugal, apesar do aumento relevado na atividade internacional.

O crédito a clientes (bruto) da atividade em Portugal registou uma redução de 2,1% face a 31 de dezembro de 2014, refletindo as evoluções observadas no crédito a particulares, como resultado das amortizações de capital associadas ao crédito à habitação, na medida em que o crédito a empresas, excluindo o efeito das vendas e de *write-offs*, ficou sensivelmente ao mesmo nível do montante relevado no final de 2014.

CRÉDITO A CLIENTES (*)
Milhões de euros



(*) Antes de imparidade e exclui impactos relacionados com operações em descontinuação (Millennium bank na Roménia).

Na atividade internacional, excluindo o impacto das operações descontinuadas, o crédito a clientes registou um aumento de 8,8% face ao final de junho de 2014, suportado nos crescimentos do crédito a empresas e a particulares verificado na generalidade das geografias, nomeadamente na subsidiária na Polónia.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões semelhantes e equilibrados de diversificação, entre os finais de junho de 2014 e de 2015, com o crédito a empresas a representar 48% do crédito total concedido em 30 de junho de 2015.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

Milhões de euros

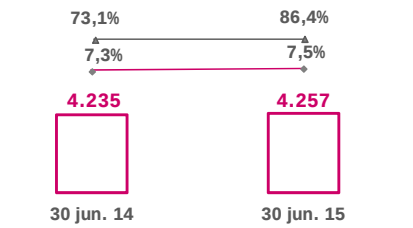
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Particulares	**29.910**	**29.617**	**1,0%**
Hipotecário	25.828	26.043	-0,8%
Consumo	4.081	3.574	14,2%
Empresas	**27.175**	**28.643**	**-5,1%**
Serviços	10.404	11.857	-12,3%
Comércio	3.425	3.443	-0,5%
Construção	3.984	4.050	-1,6%
Outros	9.361	9.293	0,7%
Subtotal	**57.085**	**58.261**	**-2,0%**
Operações descontinuadas	--	452	
Total	**57.085**	**58.712**	**-2,8%**
do qual (1):			
Atividade em Portugal	42.872	45.195	-5,1%
Atividade internacional	14.212	13.066	8,8%

(1) Exclui impactos relacionados com operações descontinuadas (Millennium bank na Roménia).

A qualidade da carteira de crédito, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, ajustado do efeito das operações descontinuadas, fixou-se em 7,5% em 30 de junho de 2015, comparando com os 7,3% apurados em 31 de dezembro e em 30 de junho de 2014, não obstante os continuados esforços de atuação das áreas comerciais em articulação com as áreas de recuperação de crédito, quer ao nível da redução do incumprimento, quer da perda esperada.

QUALIDADE DO CRÉDITO (*)

Milhões de euros



(*) Antes de imparidade e exclui impactos relacionados com operações em descontinuação (Millennium bank na Roménia).

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades, ajustado do efeito das operações descontinuadas, situou-se em 86,4% em 30 de junho de 2015, evoluindo favoravelmente quando comparado com os 83,1% e os 73,1% registados, respetivamente, em 31 de dezembro e 30 de junho de 2014. O rácio de cobertura do crédito vencido total por imparidades aumentou face aos 81,3% registados em 31 de dezembro de 2014, situando-se em 84,1%, em 30 de junho de 2015.

O rácio do crédito em risco situou-se em 12,4% do crédito total, em 30 de junho de 2015, que compara com 12,0% no final de dezembro de 2014 (11,9% em 30 de junho de 2014). Em 30 de junho de 2015, o rácio do crédito reestruturado fixou-se em 10,4% do crédito total, evidenciando uma evolução favorável face ao rácio apurado em 31 de dezembro de 2014 (11,0%) e o rácio do crédito reestruturado não incluído no crédito em risco situou-se em 6,4% do crédito total em 30 de junho de 2015 (7,2% em 31 de dezembro de 2014).

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE JUNHO DE 2015

Milhões de euros

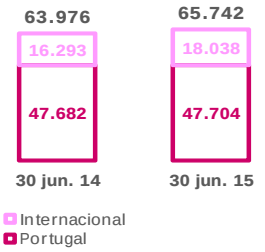
	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	**895**	**760**	**3,0%**	**84,9%**
Hipotecário	285	314	1,1%	110,2%
Consumo	610	446	15,0%	73,1%
Empresas	**3.362**	**2.916**	**12,4%**	**86,7%**
Serviços	1.236	1.194	11,9%	96,7%
Comércio	364	347	10,6%	95,2%
Construção	1.152	724	28,9%	62,8%
Outros	610	651	6,5%	106,8%
Total	**4.257**	**3.676**	**7,5%**	**86,4%**

Recursos de Clientes

Os recursos totais de clientes, excluindo o impacto relacionado com as operações descontinuadas ou em descontinuação, registaram um aumento de 2,8%, atingindo 65.742 milhões de euros em 30 de junho de 2015, que compara com 63.976 milhões de euros em igual data de 2014, influenciado pelo crescimento quer dos recursos de balanço de clientes, quer dos recursos fora de balanço de clientes, que aumentaram, respetivamente, 2,4% e 4,4% face a 30 de junho de 2014.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes ascenderam a 47.704 milhões de euros em 30 de junho de 2015, situando-se sensivelmente ao mesmo nível dos 47.682 milhões relevados em igual data de 2014, traduzindo o esforço comercial de transformação dos vencimentos de produtos estruturados em depósitos, materializados num decréscimo de 26,7% dos débitos para com clientes titulados, cujo impacto foi parcialmente mitigado pelos aumentos de 10,4% dos ativos sob gestão e de 1,7% dos depósitos de clientes, não obstante o impacto que a operação de aumento de capital concretizada em julho de 2014 induziu ao agregado dos depósitos de clientes.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES (*)
Milhões de euros



(*) Exclui impactos relacionados com operações em descontinuação (Millennium bank na Roménia e Millennium bcp Gestão de Activos).

Os recursos totais de clientes, na atividade internacional, aumentaram 10,7% totalizando 18.038 milhões de euros em 30 de junho de 2015 (16.293 milhões de euros em igual data de 2014), determinados pelo desempenho alcançado na generalidade das geografias, como resultado do enfoque na captação de depósitos, com destaque para a subsidiária na Polónia.

Em 30 de junho de 2015, excluindo operações descontinuadas ou em descontinuação, os recursos de balanço de clientes representavam 81% dos recursos totais de clientes, com especial destaque para os depósitos de clientes, que representam 77% dos recursos totais de clientes.

O rácio de transformação evoluiu favoravelmente situando-se nos 107% em 30 de junho de 2015, face aos 115% na mesma data de 2014, para o que contribuiu a redução de 3,9 milhões de euros do *gap* comercial. O mesmo indicador, considerando o total de recursos de balanço de clientes, ascendeu a 100% (106% a 30 de junho de 2014).

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES — Milhões de euros

	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Recursos de balanço de clientes	**53.148**	**51.915**	**2,4%**
Depósitos de clientes	50.601	48.463	4,4%
Débitos para com clientes titulados	2.547	3.451	-26,2%
Recursos fora de balanço de clientes	**12.594**	**12.061**	**4,4%**
Ativos sob gestão	3.890	3.463	12,3%
Produtos de capitalização	8.704	8.597	1,2%
Subtotal	**65.742**	**63.976**	**2,8%**
Operações descontinuadas ou em descontinuação	--	1.897	
Total	**65.742**	**65.872**	**-0,2%**
dos quais (1):			
Atividade em Portugal	47.704	47.682	0,0%
Atividade internacional	18.038	16.293	10,7%

(1) Exclui impactos relacionados com operações descontinuadas ou em descontinuação (Millennium bank na Roménia e da Millennium bcp Gestão de Activos).

Carteira de títulos

A carteira de títulos, que inclui os ativos financeiros detidos para negociação, os ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos com acordo de recompra e os ativos financeiros detidos até à maturidade, situou-se em 14.389 milhões de euros em 30 de junho de 2015, que compara com 14.757 milhões de euros em igual data de 2014, representando 18,3% do ativo total em 30 de junho de 2015, em linha com o nível registado em 30 de junho 2014, essencialmente relacionado com a carteira de Obrigações do Tesouro.

Informação complementar e detalhe sobre a composição e a evolução das mencionadas rubricas encontra-se descrita nas notas 23 e 25 às demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2015.

ÁREAS DE NEGÓCIO

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas, de Corporate & Banca de Investimento e de Asset Management & Private Banking.

Na sequência do compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) foi considerado um segmento adicional denominado Portfolio de Negócios não Core, observando os critérios então acordados.

Segmentos de Negócios	Perímetro
Retalho	Rede de Retalho do Millennium bcp (Portugal) ActivoBank
Empresas	Rede de Empresas do Millennium bcp (Portugal) Direção de Recuperação Especializada Direção de Negócio Imobiliário Interfundos
Corporate & Banca de Investimento	Rede de Corporate e Large Corporate do Millennium bcp (Portugal) Direção de Acompanhamento Especializado Banca de Investimento Direção Internacional
Asset Management & Private Banking	Rede de Private Banking do Millennium bcp (Portugal) Gestão de Patrimónios BII Investimentos Internacional Millennium Banque Privée (Suíça) (*) Millennium bcp Bank & Trust (Ilhas Caimão) (*)
PNNC (*Portfolio de Negócios não Core*)	Em conformidade com o acordado com a DG Comp (**)
Negócios no Exterior	Bank Millennium (Polónia) BIM - Banco Internacional de Moçambique Banco Millennium Angola Millennium Banque Privée (Suíça) (*) Millennium bcp Bank & Trust (Ilhas Caimão) (*)
Outros	Inclui todos os outros negócios e valores não alocados, nomeadamente a gestão centralizada de participações financeiras, as atividades e operações de caráter corporativo e a atividade seguradora.

(*) Para efeitos de segmentação de negócios o Millennium Banque Privée (Suíça) e o Millennium bcp Bank & Trust (Ilhas Caimão) estão incluídos no segmento Asset Management e Private Banking, enquanto que em termos de segmentação geográfica ambas as operações são consideradas em Negócios no Exterior.

(**) *Portfolios* de crédito em Portugal a descontinuar de forma progressiva no âmbito do acordo com a DG Comp.

Nota: Os valores referentes à Banca Millennium na Roménia e à Millennium bcp Gestão de Activos estão considerados em operações descontinuadas/em descontinuação.

ATIVIDADE POR SEGMENTOS

Os valores reportados para cada segmento resultaram da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada um desses segmentos, refletindo também o impacto, quer ao nível do balanço quer da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio foram recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação de capital com base nos critérios regulamentares de solvabilidade.

Assim, tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afeto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia III, de acordo com a CRD IV/CRR, com referência a junho de 2014 e junho de 2015. A afetação de capital a cada segmento, em junho de 2014 e junho de 2015, resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos naquelas datas, refletindo a aplicação das metodologias de Basileia III. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

O resultado líquido de cada segmento não está deduzido, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores dos resultados líquidos apresentados incorporam os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, e os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 30 de junho de 2015.

RETALHO EM PORTUGAL

Nos primeiros seis meses de 2015, o Retalho registou um resultado líquido de 17,6 milhões de euros, comparando favoravelmente com o valor negativo de 41,2 milhões de euros relevado em igual período de 2014, determinado essencialmente pelo aumento verificado na margem financeira e nas comissões e outros proveitos líquidos, bem como pela redução dos custos operacionais.

Milhões de euros

Retalho	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Demonstração de resultados			
Margem financeira	129,6	104,7	23,8%
Outros proveitos líquidos	197,7	159,4	24,0%
	327,3	264,2	23,9%
Custos operacionais	251,2	278,5	-9,8%
Imparidade	53,5	45,6	17,4%
Resultado antes de impostos	22,5	(59,9)	137,6%
Impostos	4,9	(18,7)	126,4%
Resultado líquido	17,6	(41,2)	142,7%
Síntese de indicadores			
Capital afeto	589	689	-14,5%
Rendibilidade do capital afeto	6,0%	-12,1%	
Riscos ponderados	5.404	5.467	-1,1%
Rácio de eficiência	76,8%	105,4%	
Crédito a clientes	17.407	17.882	-2,7%
Recursos totais de clientes (*)	32.637	31.773	2,7%

Notas:

Recursos de clientes e Crédito a clientes (líquido de imparidades) em saldos médios mensais.

(*) Em base comparável: exclui em junho de 2014 o impacto da alienação da MGA.

A melhoria da margem financeira, ao evoluir de 104,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2014 para 129,6 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, evidencia a redução do valor dos juros pagos associada à descida sustentada da taxa dos depósitos a prazo.

Os custos operacionais situaram-se nos 251,2 milhões de euros no primeiro semestre de 2015 registando uma redução de 9,8% face aos 278,5 milhões de euros relevados no período homólogo de 2014, materializando as iniciativas de obtenção de poupanças na atividade em Portugal definidas no Plano Estratégico. Esta redução reflete as poupanças obtidas ao nível dos custos com o pessoal, consubstanciados na diminuição do número de colaboradores e nas medidas temporárias de redução salarial implementadas em 2014.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) totalizou 53,5 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, que compara com 45,6 milhões de euros observados em igual período do ano anterior, influenciada pelo maior nível de dotações que permitiu reforçar os níveis de cobertura do crédito vencido e do crédito em risco, tendo presente, nomeadamente, a recuperação ainda moderada da economia portuguesa e o seu impacto nos níveis de endividamento das famílias.

O crédito a clientes diminuiu 2,7%, face a 30 de junho de 2014 totalizando 17.407 milhões de euros em 30 de junho de 2015 refletindo as evoluções observadas no crédito a particulares, como resultado das amortizações de capital associadas ao crédito à habitação.

Os recursos totais de clientes situaram-se, em base comparável, em 32.637 milhões de euros em 30 de junho de 2015, comparando com o valor de 31.773 milhões de euros relevado em 30 de junho de 2014, para o que contribuiu o desempenho dos recursos de balanço de clientes ao ascenderem a 24.280 milhões de euros em 30 de junho de 2015, comparando favoravelmente com o valor de 23.248 milhões de euros relevados em igual data de 2014, influenciados pelos depósitos de clientes que registaram um crescimento de 1.895 milhões de euros.

Particulares e Negócios

Mass-Market

O arranque do ano de 2015 foi marcado pelo enriquecimento da oferta e pelo ajustamento do *pricing* nas contas à ordem, com destaque para o lançamento de novos critérios de acesso à isenção da comissão de manutenção.

As soluções integradas continuaram a ser uma aposta na dinâmica comercial da rede retalho do Banco tendo havido a preocupação de ajustar *pricing* e oferta a perfil de clientes e de forma a incrementar a respetiva penetração na base de clientes.

Desta forma, conseguimos atingir um crescimento significativo na rúbrica de comissões, bem como promover o envolvimento dos Clientes na utilização diária da sua conta no Millennium bcp, tendo sempre presente a nossa aspiração em ser o Banco principal do nosso Cliente.

Continuámos a apresentar diversas soluções de Crédito Pessoal que pretendem ajudar os nossos Clientes na concretização de pequenos projetos pessoais e familiares. Para apoiar os nossos clientes na melhor gestão das suas pequenas poupanças o Millennium bcp continua a apresentar um conjunto de poupanças programadas que permitem com pequenos montantes assegurar níveis razoáveis de poupança anual.

O Millennium bcp promoveu a diversificação de recursos no segmento Mass-Market, através de ações em que destacou as vantagens do investimento numa carteira com diferentes produtos, diferentes maturidades/prazos e diferentes níveis de exposição ao risco, garantindo assim uma maior rentabilidade para o Banco e aumentando a fidelização dos Clientes.

A dinamização dos canais automáticos foi também uma constante no primeiro semestre deste ano, com o lançamento de novas funcionalidades no Mobile Banking e no *site* externo do Banco. Houve em simultâneo preocupação de promover ações mais cirúrgicas dirigidas a utilizadores destas duas plataformas.

Prestige

Em linha com as prioridades estratégicas do Banco, o segmento Prestige estabeleceu três grandes objetivos para 2015: recuperar quota de mercado, aumentar a rendibilidade do segmento para o Banco e proporcionar um serviço distintivo e aspiracional.

Tendo em vista estes objetivos, desde o início do ano que se procurou reforçar a visibilidade da marca Millennium bcp Prestige, com destaque para o Programa Prestige e Portugal Prestige (Residentes no Exterior), uma solução integrada de produtos e serviços bancários e financeiros adequados para este segmento e o lançamento da campanha Vantagem Família Prestige, estendendo algumas das vantagens exclusivas dos Clientes Prestige aos seus familiares, como ação de fidelização e retenção de Clientes e de rejuvenescimento da base de Clientes.

Para acolher de forma distintiva os novos Clientes Prestige, quer na abertura de conta Prestige, quer aquando da primeira afetação a um Gestor de Cliente, criámos o *Welcome Pack* Prestige, que disponibiliza ao Cliente uma brochura com informação subjacente a cada família de produtos de poupança/investimento, o cartão com os contactos do seu Gestor e um bloco e caneta como oferta simbólica.

No âmbito das Soluções de Investimento, o Banco reforçou a sua oferta com a comercialização, desde início do ano, via Sucursal e em formato de arquitetura aberta, de uma ampla oferta de Fundos de Investimento geridos pelas mais prestigiadas Sociedades Gestoras Internacionais. Paralelamente, por forma a prestar um serviço adequado aos Clientes a nível a gestão do seu património e do seu dia-a-dia,

tem sido feito um trabalho importante em termos de formação dos gestores e no acompanhamento mais especializado das sucursais, tendo sido criada a Equipa de Dinamização Prestige para o efeito.

Como reforço da oferta de produtos e serviços dirigidos ao segmento, foi também lançado o Prestige World, uma plataforma de oferta não financeira exclusiva para Clientes Prestige, com benefícios e descontos em parceiros do Banco em diversas áreas, desde lojas e estabelecimentos comerciais a restaurantes e hotelaria.

Residentes no exterior

No segmento de Residentes no Exterior, o primeiro semestre de 2015 foi marcado por um aumento do volume de negócios, quer ao nível da captação de recursos, quer ao nível do *cross-selling*. Estes resultados positivos foram suportados por um conjunto de vetores estratégicos definidos pelo Banco para este segmento:

- Reforço da Presença junto das Comunidades Portuguesas no estrangeiro, conseguida através da Rede de Escritórios de Representação e de Bancos Parceiros, que garantem um apoio local e presencial aos Clientes do Banco;
- Reforço da proximidade e proatividade da Rede de Retalho em Portugal;
- Aumento da eficiência e otimização global dos processos operativos que envolvem a rede de Escritórios de Representação, as parcerias e as áreas centrais;
- Reforço da presença de informação destinada aos Clientes do segmento de Residentes no Exterior no portal externo "millenniumbcp.pt";
- Dinamização da utilização, dos meios de comunicação à distância (Internet, aplicação móvel e linha Mais Portugal) junto deste segmento.

Negócios

Com o objetivo de assegurar o financiamento e apoio às Empresas com Volume de Negócios até 2,5 milhões de euros, desenvolvemos no 1.º semestre de 2015 um conjunto de iniciativas, das quais destacamos:

- Dinamização do Programa de fundos comunitários Portugal 2020 através da realização de *roadshows* e *workshops* pelos principais centros económicos do país com a participação de Empresas de cada região e representantes das principais associações empresariais e industriais, reforçando a presença do Millennium como Banco parceiro no Portugal 2020.
- Apoio a projetos de investimento e reforço de tesouraria em condições competitivas através da Linha BEI, das linhas PME Crescimento 2015 e soluções de apoio aos diversos setores de atividade, designadamente Agricultura e Turismo.
- Disponibilização de uma nova solução de financiamento "Crédito Avançar" para Microempresas e ENI para reforço de tesouraria e apoio ao investimento até 50.000 euros, que se distingue das restantes soluções de crédito pela simplicidade na formalização e rapidez de decisão.
- Promoção de condições especiais para a captação de novos Clientes Empresariais do Millennium com isenções nos produtos e serviços de transacionalidade e condições preferenciais de crédito.
- Implementação do Programa Empresa Aplauso 2015 que distingue as Empresas de bom risco e com maior envolvimento com o Banco mediante a atribuição de condições preferenciais no apoio à gestão de tesouraria, à exportação e proteção ao negócio e um conjunto de benefícios em serviços não financeiros em Parceiros de referência.

Segmentação por Produto

Poupanças e investimento

A continuação da diminuição do custo dos depósitos a prazo, foi um dos fatores mais relevantes para a recuperação da rentabilidade do negócio doméstico do Millennium bcp, essencial na concretização da sua estratégia de defesa da solidez financeira e recuperação dos níveis de rendibilidade. No 1.º semestre de 2015 verificou-se uma descida acentuada das taxas de juro nos produtos de recursos, resultante de uma estratégia comercial enfocada na redução do custo dos produtos de passivo,

mantendo simultaneamente a preocupação constante na retenção e crescimento da carteira de recursos de balanço.

O ajustamento gradual da remuneração dos depósitos a prazo permitiu que a Rede de Retalho contribuísse positivamente para a conta de exploração do banco. Estes resultados foram obtidos pelo lançamento de produtos que sustentam a redução do custo da carteira e com o redesenho da oferta comercial por segmento, tendo em vista a retenção e crescimento da base de Cliente e de Recursos.

Dando continuidade ao processo de diversificação do património financeiros iniciado em exercícios anteriores, e tendo presente o cenário de taxas de juro historicamente baixas, a Rede de Retalho manteve a dinâmica na apresentação de soluções de diversificação junto de clientes, onde se incluem os Certificados, Depósitos Indexados, Fundos de Investimento e Seguros Financeiros.

O ano de 2015 ficará também assinalado pela consolidação da oferta de fundos investimento em Arquitetura Aberta nas sucursais da rede de Retalho, enriquecendo desta forma a proposta de valor de investimento com fundos das mais prestigiadas sociedades gestoras internacionais.

No 2.º trimestre de 2015 realizou-se a Oferta Pública de Troca de Valores Mobiliários Subordinados por ações, que mobilizou e contou com a dedicação da Rede de Retalho, tendo esta Rede contribuído decisivamente para o sucesso da operação.

Crédito a particulares

No 1.º semestre de 2015, pela relevância que tem na conta de exploração, o Crédito a Particulares foi uma das prioridades estratégicas do Banco.

Desta forma, destacaram-se diversas iniciativas com vista a estimular o crescimento e o financiamento da Economia:

Crédito Pessoal - foram desenvolvidas várias ações no âmbito do produto, nomeadamente condições especiais de preço e ações de venda dirigida, mantendo-se o produto em campanha com visibilidade nas Sucursais.

Crédito Habitação – em face das condições e forte dinamismo do Mercado com algumas Instituições a apresentarem campanhas com visibilidade, efetuamos diversos ajustamentos na oferta, ao nível de condições especiais de preço, de produto e reforço das soluções quer para aquisição quer para troca de casa. Paralelamente continuou-se o acompanhamento do processo, com especial enfoque na agilização e rapidez, indo assim ao encontro das expetativas dos nossos Clientes.

A concessão de Crédito para a venda de Imóveis do Banco, continuou também a ser uma constante ao longo de todo o semestre.

Crédito vencido –manteve-se a campanha de cobrança e reestruturação de crédito vencido em toda a Rede de Retalho, o que contribuiu para atenuar o crescimento da delinquência.

Cartões e meios de pagamento

O 1.º semestre de 2015 foi um semestre de grande dinâmica comercial para os Cartões onde destacamos diversas iniciativas com vista a estimular a utilização de Cartão Débito e Crédito, quer no segmento de Particulares quer de Empresas. Os objetivos foram claros: colocar mais cartões, aumentar a utilização/faturação e o crédito/*revolving*.

No Segmento Particulares tivemos uma semana exclusiva Millennium bcp no evento Portugal Restaurant Week, com promoção e divulgação nos *media* dos Cartões Millennium bcp. Demos também destaque ao cartão Free Travel para os nossos Clientes viajantes. Para os restantes cartões de crédito mantivemos uma dinâmica de campanhas, quer pela atribuição de pontos extra quer pela atribuição de milhas promocionais em programas de fidelização.

No Segmento de Empresas destacamos o Free Refeição e os Cartões Business Gémeos. No Cartão Business Gémeos, oferecemos 2% de cashback nas compras com o Gémeo AmEx Business. A proposta de valor do Cartão Free Refeição foi enriquecida, ao ser acordada em Abril a transmissão do negócio à Sodexo Pass Internacional, um dos maiores especialistas mundiais em matéria de *benefits & rewards*.

Verifica-se que o volume de faturação cresceu 5,2% face ao período homólogo do ano passado, destacando-se o crescimento do volume de compras em 9,9%. O número de transações aumentou também 5,5%. Relativamente a cartões de crédito, a faturação média aumentou 8,6% e nas compras 6,8%. A carteira de cartões continua a crescer (4,6%) com um marco importante atingido no 1.º semestre: ultrapassámos 1 milhão de cartões de crédito e em cartões American Express mais de 310 mil cartões.

Por sua vez, na atividade de Acquiring American Express, fechamos o 1.º semestre de 2015 com uma rede de 55 mil estabelecimentos em Portugal, com um aumento de 7% no número de transações, a que corresponde um aumento de 10% na faturação acumulada do ano, denotando a crescente importância deste negócio. Em maio foi lançada internacionalmente em 11 países uma nova campanha Experience Portugal 2015, destinada a atrair a Portugal um maior número de titulares cartões American Express, ao oferecer vantagens e benefícios exclusivos em mais de 350 Estabelecimentos nacionais aderentes, tais como hotéis, restaurantes, lojas, spas, vinhos, entretenimento, desporto e lazer. A campanha estará em vigor até final de Setembro de 2015 e os primeiros indicadores são animadores, registando um aumento de 11% no volume internacional.

Quanto ao negócio de selfbanking, o Millennium bcp lançou um novo conceito de Sucursal automática designado por "Ponto Millennium". Trata-se de um espaço com arquitetura e *design* inovadores, com um conjunto moderno e completo de equipamentos de selfbanking, espaço no qual destacamos o *videobanking* - contacto com o Banco com atendimento humano por vídeo chamada, através de écran *touch* - simples, rápido e onde Cliente pode tratar inúmeros assuntos visualizando o colaborador do Banco. O Ponto Millennium tem ao seu dispor um vasto conjunto de funcionalidades para os seus Clientes, como a emissão no momento de cheques ou de extratos de movimentos, onde privilegiámos soluções para depósitos, com contagem e validação de notas e crédito imediato em conta ou depósitos de maiores volumes de numerário ou valores em sacos e equipamentos específicos, são alguns dos exemplos.

Oferta Não Financeira

A área de oferta não financeira, tem-se afirmado como uma área de criação de mais valor, a complementar a oferta de serviços financeiros dirigidos aos vários segmentos de Retalho do Millennium bcp.

Nesse sentido, o Banco tem vindo a negociar com parceiros externos, de reconhecido valor percebido pelos nossos clientes, a obtenção de um conjunto de descontos e vantagens diferenciadamente dirigidos aos vários segmentos.

Especial destaque para o lançamento, em janeiro deste ano, do espaço de vantagens denominado "PrestigeWorld" e para o alargamento do número de parcerias com valor percebido pelos nossos clientes mais jovens (solução GO)

Realçamos igualmente, a forte dinamização do Espaço Millennium bcp Acionista, espaço de vantagens destinado a todos os Acionistas do Banco, independentemente de serem ou não clientes. O reforço com novos parceiros tem sido constante, bem como uma forte e continuada comunicação aos seus destinatários – os Acionistas - dando-lhes a conhecer a forma fácil de adesão e todas as suas vantagens.

Seguros

Em 2015, os seguros de risco mantêm-se como aposta estratégica. Com objetivos ambiciosos, o Banco aumentou as vendas, isto é o volume de prémios de apólices subscritas, em mais de 26% relativamente ao 1º semestre de 2014.

Para estes resultados contribuiu a campanha Móbis, durante o 1.ºtrimestre, a apelar à simulação deste seguro automóvel, onde se observa um crescimento de mais de 35% do volume de vendas.

Também o Médis mereceu visibilidade no interior das sucursais do Banco mas no 2.º trimestre. Esta campanha foi acompanhada, em Abril e Maio da oferta da 12ª mensalidade para as novas apólices e, em junho, da oferta de *vouchers* de uma marca muito conhecida, tendo resultado na aceleração do crescimento de vendas deste produto de 6% no 1.º trimestre para 26% neste 2.º trimestre (comparação de períodos homólogos).

Os restantes seguros de risco, estão sempre presentes na oferta do Banco, com bons resultados, particularmente o Multirriscos Habitação – HomIN – com um crescimento das vendas acima de 25% neste 1.º semestre.

A estratégia da venda de seguros para os pequenos negócios, baseada na disponibilização de simuladores que permitam uma cotação imediata dos principais seguros para este tipo de clientes e numa abordagem comercial alinhada com as restantes ofertas do Banco, está a resultar em pleno com um crescimento muito significativo das vendas neste segmento (+68%).

ACTIVOBANK

A aposta do Banco no 1º semestre de 2015 continuou centrada nos objetivos estratégicos de crescimento da base de Clientes e do aumento do seu envolvimento. Cada um destes dois objetivos estratégicos foi enquadrado de acordo com os seguintes vetores:

Captação de Clientes

- Reforço da expansão da força de recomendação não bancária ("Associados") e da abordagem aos Colaboradores das empresas identificadas com o target do Banco ("Worksites");
- Lançamento de campanha de comunicação institucional e reforço da proposta de valor, juntamente com o lançamento de novos produtos e serviços diferenciadores.

Fidelização de Clientes

- Implementação de um modelo de reforço de vinculação e segmentação, direcionado para a identificação e satisfação das necessidades financeiras dos Clientes;
- Lançamento de novos produtos com o intuito de responder a uma série de necessidades identificadas junto dos nossos clientes;
- Recuperação de uma posição de destaque e liderança, na oferta de banca de investimento online.

Para materializar a aposta no crescimento da base de Clientes e respetivo envolvimento, foram desenvolvidas no 1º semestre de 2015 uma série de iniciativas, com destaque para:

I. Crescimento e consolidação da rede comercial

Lançamento de página no Linkedin com a finalidade de aumentar a base de Promotores Associados.

II. Campanhas de comunicação institucional e proposta de valor

A campanha de comunicação para captação de Clientes em rádio, facebook e internet realizada durante o 1º semestre de 2015, enfocou nas vantagens competitivas que demarcam o ActivoBank da concorrência, permitindo a obtenção de uma elevada notoriedade da marca e crescimento da base de amigos no facebook.

Também no 1º semestre, a intensificação da presença publicitária permanente no facebook, permitiu que o banco continuasse a crescer em número de amigos neste meio, tornando-se numa das principais instituições das redes sociais nacionais.

Em simultâneo com a comunicação institucional, o Banco privilegiou a dinamização local dos Pontos Activo, seja através de ações pontuais locais, ou do apoio a eventos específicos de cada cidade, como a associação à conferência TEDx Porto, ou em ações de grande visibilidade como é a presença na corrida Color Run.

III. Banca de investimento

Durante o 1º semestre, o ActivoBank lançou uma campanha de promoção da Plataforma Ontrade.

Microcrédito

Em 2015, o Millennium bcp continua a reforçar o seu compromisso para com a atividade de Microcrédito. O atual contexto económico continua a ser percecionado pelo Banco como uma oportunidade para apoiar todos aqueles que têm espírito empreendedor e uma ideia de negócio viável, incentivando-os, através desta solução, a criar o seu próprio posto de trabalho.

Como resultado do trabalho desenvolvido no 1º semestre de 2015, o Microcrédito do Millennium bcp aprovou o financiamento de 176 novas operações, traduzindo-se num total de 1,765 milhões de euros de crédito e 301 novos postos de trabalho criados. O volume de crédito concedido às 1.045 operações em carteira, até 30 de junho de 2015, foi de 8,03 milhões de euros.

EMPRESAS

As Empresas registaram nos primeiros seis meses de 2015 um resultado líquido negativo de 37,7 milhões de euros, comparando com um resultado líquido também negativo de 3,5 milhões de euros em igual período de 2014, fundamentalmente devido ao aumento observado nas dotações para imparidade.

Milhões de euros

Empresas	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Demonstração de resultados			
Margem financeira	55,2	63,1	-12,4%
Outros proveitos líquidos	29,8	29,4	1,4%
	85,1	92,5	-8,0%
Custos operacionais	29,6	32,7	-9,7%
Imparidade	109,3	65,1	68,0%
Resultado antes de impostos	(53,7)	(5,3)	<-200%
Impostos	(16,1)	(1,8)	<-200%
Resultado líquido	(37,7)	(3,5)	<-200%
Síntese de indicadores			
Capital afeto	318	630	-49,5%
Rendibilidade do capital afeto	-23,9%	-1,1%	
Riscos ponderados	2.594	3.801	-31,7%
Rácio de eficiência	34,7%	35,4%	
Crédito a clientes	4.642	4.802	-3,3%
Recursos totais de clientes (*)	3.294	3.390	-2,8%

Notas:

Recursos de clientes e Crédito a clientes (líquido de imparidades) em saldos médios mensais.

(*) Em base comparável: exclui em junho de 2014 o impacto da alienação da MGA.

A evolução da margem financeira observada entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, ao evoluir, respetivamente, de 63,1 milhões de euros para 55,2 milhões de euros, evidencia, por um lado, o efeito da redução das taxas de juro do crédito e, por outro, o impacto do menor volume de negócios.

Os custos operacionais diminuíram 9,7%, ao evoluírem de 32,7 milhões de euros nos primeiros seis meses de 2014 para 29,6 milhões de euros em igual período de 2015, traduzindo as iniciativas de obtenção de poupanças na atividade em Portugal definidas no Plano Estratégico. Esta redução reflete as poupanças obtidas ao nível dos custos com o pessoal, consubstanciados na diminuição do número de colaboradores e nas medidas temporárias de redução salarial implementadas em 2014.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) situou-se em 109,3 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, comparando com 65,1 milhões de euros no período homólogo de 2014. Este aumento da imparidade do crédito permitiu reforçar os níveis de cobertura do crédito vencido e do crédito em risco, tendo presente, nomeadamente, a recuperação ainda moderada da economia portuguesa e o seu impacto nos níveis de endividamento das empresas.

O crédito a clientes diminuiu 3,3% face ao final de junho de 2014, ao evoluir de 4.802 milhões de euros para 4.642 milhões de euros no final de junho de 2015, evidenciando os impactos quer da moderada recuperação da economia quer do reduzido nível do investimento privado.

Em 30 de junho de 2015 os recursos totais de clientes ascenderam a 3.294 milhões de euros, diminuindo, em base comparável, 2,8% face ao valor apurado em 30 de junho de 2014, para o que contribuiu essencialmente a evolução verificada nos ativos sob gestão.

Rede de Empresas

No 1º semestre de 2015 acentuou-se a recuperação da atividade económica, apesar da instabilidade na Área do Euro decorrente da situação grega. Neste contexto, as prioridades estratégicas para a Rede de Empresas pautaram-se por:

- Uma forte proximidade às empresas, especialmente PMEs, através de uma constante abordagem proativa, potenciando um verdadeiro espírito de parceria e conhecimento mútuo.
- O desenvolvimento de soluções financeiras ajustadas às necessidades das empresas.

- O apoio permanente às empresas, nas diferentes vertentes, designadamente para implementação de estratégias de internacionalização, melhoria da competitividade, concretização de novos investimentos e gestão quotidiana de tesouraria.

No quadro da estratégia estabelecida, os principais objetivos da Rede Empresas em 2015 são os seguintes:

- Intensificação da atribuição de crédito a empresas de bom risco e com projetos de desenvolvimento sustentáveis, considerando o seu papel fundamental na retoma da economia, designadamente na execução de novos investimentos tendentes ao reforço da sua competitividade, com especial destaque para os Programas de incentivos comunitários do Portugal 2020, ou para apoio pontual às necessidades correntes de fundo de maneio
- Apoio à implementação das estratégias de internacionalização das empresas, através da disponibilização de soluções completas de Trade Finance, aproveitando as vantagens decorrentes da presença do Banco em geografias com forte crescimento, como Angola, Moçambique, Polónia e China.
- Desenvolvimento de Ofertas Setoriais (Turismo e Agricultura) e de soluções de apoio à tesouraria customizadas em função da atividade comercial corrente das empresas, nomeadamente no respeitante à gestão de pagamentos e recebimentos, com realce para as soluções de *factoring* e o *confirming*, bem como o apoio de médio e longo prazo a projetos de investimento produtivo.

De entre as principais Iniciativas no 1.º semestre de 2015 destacam-se as seguintes:

- Intensificação da utilização do GPS como ferramenta de planificação e gestão da atividade comercial, estabelecendo uma segmentação dos Clientes em função do seu perfil, adequando a ação comercial e as soluções financeiras e identificando oportunidades de reforço do relacionamento entre o Banco e as empresas.
- Criação da solução "Millennium Encomenda", destinada ao financiamento das empresas com encomendas firmes e ciclos de exploração longos. Com esta solução as Empresas podem solicitar o adiantamento do valor das encomendas em carteira e posteriormente optar pelo recebimento antecipado das faturas que lhes estão associadas.
- Utilização pró-ativa da Linha Millennium BEI, capitalizando as vantagens competitivas de pricing das Linhas acordadas com o BEI no montante global de 500 milhões de euros (200 milhões de euros em 2013 e mais 300 milhões de euros em 2014).
- Reforço da participação nas linhas de crédito protocoladas com o Estado Português:
  - Lançamento da Linha PME Crescimento 2015. Com um plafond global de 1.400 milhões de euros, esta linha destina-se a apoiar as empresas com necessidades de fundo de maneio ou para novos investimentos, com uma nova sub-linha dedicada exclusivamente a Empresas que apresentam elevados crescimentos do volume de negócios.
  - Lançamento da Linha de Apoio à Revitalização Empresarial. Linha de crédito que visa promover o acesso ao crédito a empresas que tendo visto aprovado um processo de revitalização/reestruturação são, por isso, economicamente viáveis, necessitando de financiar o fundo de maneio e o investimento associados a novos ciclos de expansão e crescimento.
  - Lançamento da "Linha de Crédito para Empresas internacionalizadas em Angola". Com um plafond de 500 milhões de euros, esta linha de crédito protocolado é dirigida às empresas portuguesas com exportações ou em processo de internacionalização para o mercado Angolano, e visa financiar transitoriamente as empresas que aguardam a transferência para Portugal dos montantes correspondentes às exportações efetuadas.

- Disponibilização de novas Soluções de *factoring* e c*onfirming*, de que são exemplo o *Factoring* Direto e a Linha de Crédito associada ao *confirming*, que reforçam a Oferta do Banco e permitem responder às diferentes necessidades e expetativas dos Clientes.
- Lançamento de ferramenta interna multicanal, que assenta numa visão integral do Cliente (IPAC 3.0).
- Desenvolvimento de iniciativas e realização de Eventos para promoção e reforço da presença do Banco junto dos Clientes, de que destacamos:

- Realização das "Jornadas Millennium Empresas" no Porto, Braga e Aveiro, que contaram com a participação de mais de 700 Clientes.
- Jornadas de Empreendedorismo no Turismo – "Visitar o Futuro" – Iniciativa que resulta de uma parceria com a Global Media Group (DN/JN/TSF), com o patrocínio do Turismo de Portugal.
- *Roadshow* de apresentação Millennium Portugal 2020, em estreita articulação com as Associações Empresariais mais representativas das Regiões.

Interfundos

O 1º semestre de 2015 não só confirmou a recuperação verificada em 2014 como excedeu todas as expetativas. Ao longo dos primeiros cinco meses do ano, o mercado de investimento atingiu um máximo histórico de 800M€. Este assinalável aumento da procura, associado a níveis de liquidez elevados, tem provocado uma generalizada redução das *yields prime*, em todos os setores imobiliários e uma consequente valorização do setor imobiliário. A Sociedade Gestora prosseguiu a estratégia de reforço da sustentabilidade financeira dos Organismos de Investimento Imobiliário (OII) e de criação de condições de liquidez para os Participantes.

Para a persecução desta estratégia a Interfundos promoveu um conjunto de iniciativas, salientando-se:

- Realizaram-se cinco operações de aumento de capital (OII Imopromoção, OII Grand Urban, OII Sand, OII Stone e OII Fundipar) e três operações de redução de capital (OII Imosotto, OII Renda Predial e OII Fundipar);
- Procedeu-se à liquidação do OII Lapa Properties e à transferência do OII Imonor para outra sociedade gestora;
- No que respeita ao Contrato de Reabilitação Urbana do Quarteirão de D. João I finalizou-se o processo de expropriações e a adjudicação dos projetos de especialidades e das demolições;
- Iniciou-se processo de adaptação às novas disposições legais e regulamentares tendo sido submetido requerimento de nova autorização e registo para a Sociedade Gestora junto do Banco de Portugal e requerimento de novo registo para a Sociedade Gestora junto da CMVM. A Interfundos procedeu ainda à sua adaptação ao novo regime fiscal dos OIC, na esfera dos Participantes e dos OII.

No 1º semestre de 2015 o volume de ativos dos 40 OII sob gestão da Interfundos atingiu 1.413 milhões de euros, o que lhe assegura a continuada liderança de mercado.

Negócio imobiliário

As prioridades estratégicas da Direção de Negócio Imobiliário no 1º semestre de 2015 foram, na vertente de crédito, o acompanhamento de proximidade de clientes e projetos, antecipando necessidades e desenvolvendo soluções de reestruturação de forma a reduzir o risco e melhorar o contributo para os resultados agregados do banco, e, na vertente de imóveis, na sustentabilidade e devolução dos ativos imóveis ao mercado o mais rapidamente possível, mantendo-se um bom equilíbrio entre dois vetores - incremento das vendas e um preço justo na sua alienação. Destacam-se as seguintes iniciativas:

- O acompanhamento comercial dos clientes de promoção imobiliária passou a enquadrar todas as fases de vida do Cliente o que implicou um acréscimo de Clientes na estrutura da DNI mas também a necessidade do desenvolvimento do aprofundamento de capacidades específicas (recuperação litigante);
- Manteve-se como alavanca à ação comercial o incentivo ao programa de dinamização comercial M Imóveis para os empreendimentos de Clientes, criando condições para a venda dos projetos financiados;
- Continuidade do aprofundamento dos modelos de diagnóstico, estruturação e avaliação, bem como da exploração de novos canais de *placement* de ativos;
- Manutenção da politica de defesa do valor dos imóveis Banco e da sua assunção nas operações de venda;
- Desenvolvimento de novas parcerias de comercialização dos imóveis em mercados fora de Portugal, presença em seminários e feiras internacionais (por ex: Barcelona, Paris, Xangai e Lyon);

- Consolidação dos canais de venda em Portugal, reforçando aposta nas parcerias com empresas de mediação especializadas em ativos não habitacionais, a realização de campanhas nacionais e regionais e de ações promocionais por segmentos de ativos e manutenção das boas praticas dos anos anteriores;
- Promoção de ações de conclusão/transformação dos imóveis tendente a maximizar o valor de mercado dos mesmos.

CORPORATE E BANCA DE INVESTIMENTO

O resultado líquido do Corporate & Banca de Investimento no primeiro semestre de 2015 situou-se em 185,4 milhões de euros, comparando favoravelmente com o resultado líquido de 78,3 milhões de euros relevados em igual período de 2014, essencialmente devido à diminuição verificada nas dotações para imparidade.

Milhões de euros

Corporate & Banca de Investimento	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Demonstração de resultados			
Margem financeira	109,2	107,1	1,9%
Outros proveitos líquidos	59,4	57,2	3,8%
	168,6	164,4	2,6%
Custos operacionais	19,0	18,9	0,4%
Imparidade	(113,4)	31,1	<-200%
Resultado antes de impostos	262,9	114,4	129,9%
Impostos	77,6	36,0	115,3%
Resultado líquido	185,4	78,3	136,6%
Síntese de indicadores			
Capital afeto	603	885	-31,9%
Rendibilidade do capital afeto	62,0%	17,9%	
Riscos ponderados	5.053	8.000	-36,8%
Rácio de eficiência	11,3%	11,5%	
Crédito a clientes	6.843	7.493	-8,7%
Recursos totais de clientes (*)	7.311	8.798	-16,9%

Notas:

Recursos de clientes e Crédito a clientes (líquido de imparidades) em saldos médios mensais.

(*) Em base comparável: exclui em junho de 2014 o impacto da alienação da MGA.

Nos primeiros seis meses de 2015 os proveitos totais, que incluem a margem financeira, as comissões e outros proveitos, registaram uma subida de 2,6% face ao semestre homólogo, induzida pelo aumento das comissões associadas ao negócio bancário nomeadamente as comissões relacionadas com crédito e garantias.

Os custos operacionais totalizaram 19,0 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, mantendo-se em linha com os valores verificados em igual período do ano anterior, beneficiando da redução do número de colaboradores.

O valor da imparidade evidenciado no primeiro semestre de 2015 (um proveito de 113,4 milhões de euros) inclui o efeito da realocação de imparidades entre segmentos de negócio no montante de 175 milhões de euros, sem determinar, contudo, qualquer impacto ao nível consolidado.

Em 30 de junho de 2015 o crédito a clientes registou um decréscimo de 8,7% face a 30 de junho do ano anterior, situando-se em 6.843 milhões de euros devido a um ambiente competitivo muito agressivo e à necessidade de redimensionar o envolvimento creditício em grandes exposições.

Os recursos totais de clientes em base comparável, cifraram-se em 7.311 milhões de euros em 30 de junho de 2015, registando uma diminuição de 16,9% face ao valor de 8.798 milhões de euros contabilizado em 30 de junho de 2014, muito influenciada pela redução de depósitos em clientes institucionais e outros grandes depositantes.

CORPORATE E LARGE CORPORATE

A manutenção da tendência positiva da evolução da atividade económica, pese embora a instabilidade na zona Euro provocada pela situação na Grécia, teve um impacto positivo na atuação das Redes Corporate e Large Corporates ao longo do 1.º semestre de 2015. Neste ambiente económico, as prioridades estratégicas das Redes Corporate e Large Corporates foram as seguintes:

- Crescente proximidade às empresas, procurando reforçar o conhecimento da sua atividade e estratégia de desenvolvimento, através de uma abordagem proativa, procurando adaptar a oferta do banco às reais necessidades das Empresas, através da disponibilização de soluções financeiras customizadas (tanto para a concretização de novos investimentos como para a atividade corrente), indutoras de maior fidelização e aprofundamento das relações comerciais;
- Dinamização das potencialidades e sinergias com as operações do Banco em mercados externos com fortes índices de crescimento - com destaque para a Polónia, Angola, Moçambique e China – para apoiar a internacionalização das empresas, em articulação com a Direção Internacional

De entre as principais iniciativas implementadas no 1.º semestre de 2015 destacam-se as seguintes:

- Intensificação da dinâmica comercial, com crescente utilização do GPS Comercial (aplicativo de apoio à atividade comercial), possibilitando uma planificação sistematizada das visitas aos Clientes e a identificação e prossecução de oportunidades de negócio, nas várias vertentes empresariais (financiamento, tesouraria, investimento, internacionalização);
- Articulação entre a Banca de Investimento e a Direção Large Corporate, visando o reforço e desenvolvimento de relações globais com os Clientes, agregando soluções de financiamento, produtos associados à transacionalidade (nomeadamente para pagamentos e recebimentos), soluções personalizadas de gestão da tesouraria e potenciando o know-how especializado destas áreas para o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio nas vertentes de gestão de tesouraria, colocação de dívida e consultoria para projetos de investimento;
- Intensificação da atribuição de crédito às empresas com projetos de desenvolvimento sustentáveis, considerando o seu papel fundamental na retoma da economia, designadamente na execução de novos investimentos tendentes, seja em território nacional ou em mercados internacionais, ao reforço da sua competitividade, com especial destaque para os Programas de incentivos comunitários do Portugal 2020, ou para apoio pontual às necessidades correntes de fundo de maneio
- Lançamento da "Linha de Crédito para Empresas internacionalizadas em Angola". Linha de crédito protocolado, com um *plafond* de 500 milhões de euros, dirigida às empresas portuguesas com exportações ou em processo de internacionalização para o mercado Angolano, que visa financiar transitoriamente as empresas que aguardam a transferência para Portugal dos montantes correspondentes às exportações efetuadas.
- Disponibilização de novas Soluções de Factoring e Confirming, de que são exemplo o Factoring Direto e a Linha de Crédito associada ao Confirming, que reforçam a Oferta do Banco e permitem responder às diferentes necessidades e expetativas dos Clientes.
- Dinamização do relacionamento comercial com os principais grupos económicos com atividade em Portugal, aproveitando a experiência e especialização da Direção Large Corporates, permitindo uma maior proximidade à sua atividade e traduzindo-se na identificação e concretização de novas oportunidades de negócio.

BANCA DE INVESTIMENTO

Alcançando um crescimento assinalável no negócio realizado face a período homólogo (+10%), a Direção de Coordenação de Banca de Investimento desenvolveu no 1.º semestre de 2015 a sua atividade segundo os vetores que regem a sua organização funcional: originação e execução.

O esforço de geração de novo negócio, centrou-se nos mercados de Portugal, Angola, Moçambique e na ponte destes com investidores do Brasil e de Macau/China, tendo como alavanca a criação de soluções inovadoras e ajustadas a cada projeto, a cada mercado e ao contexto económico e financeiro prevalecente em cada momento. O esforço de execução de mandatos, foi desenvolvido através das áreas de produto, de *corporate finance*, *project finance*, *structured finance* e *capital markets*.

O Millennium investment banking teve no 1.º semestre de 2015 uma forte atividade de assessoria financeira na área de *corporate finance* em *dossiers* de estudo e realização de operações de M&A, avaliações de empresas, reestruturações e reorganizações empresariais, bem como análises e estudos económico-financeiros de projetos. De entre os múltiplos trabalhos desenvolvidos pela área de

corporate finance do Millennium Investment banking nos primeiros seis meses do corrente ano destacam-se:

- Assessoria ao Grupo Efacec na alienação de participações na Efacec Power Solutions e da área de logística;
- Assessoria na aquisição de uma participação na Brisa Concessão Rodoviária SGPS;
- Assessoria a diversos processos relacionados com operações em Portugal, Angola e Moçambique;
- Assessoria na análise de opções estratégicas relativamente à sua participação no ActivoBank.

Prosseguindo o esforço de reorientação de atividade e para além da gestão de carteira *outstanding*, a área de *project finance* aumentou a sua projeção nos mercados de Angola e Moçambique. A nível nacional e internacional, destacam-se as seguintes operações:

- Assessoria financeira para a estruturação e angariação do financiamento para a construção e operação de uma central térmica a gás em Moçambique;
- Assessoria Financeira à sociedade de desenvolvimento da Baía de Luanda no refinanciamento da sua dívida;
- Assessoria Financeira a um dos principais *players* no setor de Oil & Gas em Moçambique para o levantamento de fundos necessários para a concretização dos projetos da bacia do Rovuma;
- Estruturação do financiamento referente ao maior projeto de Independent Power Producer em Moçambique.

A assessoria na estruturação e negociação de projetos e reorganização societária, tanto em Portugal como em Angola e Moçambique, gerou um forte nível de atividade na área de *structured finance*.

Evidencia-se em Angola a assessoria financeira prestada na montagem de financiamentos sindicados em diversos setores da economia, sobretudo no agro-industrial, saúde, distribuição e alimentação e bebidas e em Moçambique a estruturação de diversos empréstimos para as indústrias de energia, extrativa e de telecomunicações.

Durante o 1.º semestre de 2015, o Millennium investment banking manteve uma forte presença no segmento de emissões de obrigações, tanto dirigidas ao retalho como a investidores institucionais. Ainda na componente de emissões de dívida titulada, o semestre foi também marcado pelo incremento nas operações de financiamento, com reflexo na contratação de novos Programas de Papel Comercial.

Neste contexto merecem destaque a liderança das emissões de obrigações Saudaçor, Sporting, Brisa Concessão Rodoviária, REN e FC Porto, a participação na emissão do Benfica e os Programas de Papel Comercial Esporão, Farminveste, Lease Plan e Cofina SGPS.

Na vertente acionista é de salientar a organização e montagem da Oferta Pública de Troca de valores mobiliários subordinados por contrapartida de novas ações a emitir lançada pelo próprio Banco Comercial Português, S.A., oferta que registou um nível de aceitação na ordem dos 75% (traduzido em mais de 18.700 ordens) e conduziu à emissão de novas ações BCP no valor total de 404 milhões de euros.

Brisa Concessão	edp	REN	Brisa
Concessão Rodoviária Aquisição de uma participação na BCR SGPS	*Accelerated Bookbuilding* 2% capital social	2.5% *Senior Notes* Janeiro 2025	Brisa Concessão Rodoviária 1.875% *Notes* Vencimento 2025
€ 770 milhões	€ 249 Milhões	€ 300 Milhões	€300 Milhões
Sole Adviser	*Jointbookrunner*	*Joint bookrunner*	*Joint Lead Manager*
2015	2015	2015	2015
Millennium investment banking	Millennium investment banking	Millennium investment banking	Millennium investment banking

Direção Internacional

Com o objetivo de garantir as melhores condições para a realização de operações de negócio internacional, o Financial Institutions Group manteve, no primeiro semestre de 2015, uma grande proximidade e contactos permanentes com instituições financeiras nos mercados estrangeiros mais procurados pelos Clientes do Banco. Atuando proativamente junto dos bancos correspondentes assegurou a cobertura de operações de *trade* e reforçou linhas e limites comerciais e de Tesouraria. Nas

reuniões bilaterais mantidas procurou captar simultaneamente o interesse de outras contrapartes para o Grupo, nas várias geografias onde está presente.

Junto de entidades multilaterais o Financial Institutions Group negociou e contratou novas linhas de crédito, destinadas a apoiar o comércio externo e a internacionalização das empresas. No 1º semestre de 2015 foram integralmente utilizados empréstimos superiores a 300 milhões de euros.

Para melhor servir os seus clientes institucionais de custódia de títulos, o Financial Institutions Group focou-se na flexibilidade e customização do serviço prestado, o que permitiu a angariação de novo negócio e o aumento da carteira e do volume de comissões cobradas. Manteve-se em 49% a quota de mercado do Banco relativa ao total de ativos sob custódia detidos por investidores institucionais não residentes no mercado nacional.

ASSET MANAGEMENT & PRIVATE BANKING

O Asset Management & Private Banking, de acordo com a segmentação geográfica, registou no primeiro semestre de 2015 um resultado líquido de 5,8 milhões de euros, comparando favoravelmente com um resultado líquido de 3,7 milhões de euros contabilizado em igual período do ano anterior. Esta evolução ficou a dever-se fundamentalmente à subida verificada na margem financeira e também ao incremento observado nas comissões e outros proveitos líquidos.

Milhões de euros

Asset Management & Private Banking	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Demonstração de resultados			
Margem financeira	1,9	(1,0)	>200%
Outros proveitos líquidos	15,9	14,5	9,7%
	17,8	13,5	31,9%
Custos operacionais	8,1	8,4	-3,1%
Imparidade	1,4	(0,2)	>200%
Resultado antes de impostos	8,3	5,4	54,3%
Impostos	2,4	1,7	44,9%
Resultado líquido	5,8	3,7	58,6%
Síntese de indicadores			
Capital afeto	14	18	-21,4%
Rendibilidade do capital afeto	83,0%	41,1%	
Riscos ponderados	118	165	-28,3%
Rácio de eficiência	45,5%	61,9%	
Crédito a clientes	250	249	0,6%
Recursos totais de clientes (*)	4.925	4.477	10,0%

Notas:

Recursos de clientes e Crédito a clientes (líquido de imparidades) em saldos médios mensais.

(*) Em base comparável: exclui em junho de 2014 o impacto da alienação da MGA.

O aumento verificado na margem financeira nos primeiros seis meses de 2015, face ao valor apurado no primeiro semestre de 2014, evidencia a redução do valor dos juros pagos associada à descida sustentada da taxa dos depósitos a prazo, em linha com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico, não obstante o aumento registado no volume de depósitos.

No primeiro semestre de 2015 os outros proveitos líquidos alcançaram 15,9 milhões de euros aumentando 9,7% face ao valor do semestre homólogo do ano anterior, devido, essencialmente, à venda de produtos de maior valor acrescentado em segmentos de clientes de maior património financeiro.

Os custos operacionais cifraram-se em 8,1 milhões de euros no primeiro semestre de 2015 comparando com 8,4 milhões de euros relevados em igual período de 2014, beneficiando da redução do número de colaboradores.

O crédito a clientes manteve-se face ao valor apurado em 30 de junho de 2014 situando-se em 250 milhões de euros em 30 de junho de 2015.

Os recursos totais de clientes em 30 de junho de 2015, em base comparável, subiram 10,0% face ao valor registado em 30 de junho de 2014, situando-se em 4.925 milhões de euros, influenciados maioritariamente pelo aumento verificado nos ativos sob gestão.

Os depósitos de clientes registaram um aumento de 136 milhões de euros face a 30 de junho de 2014, atingindo 1.588 milhões de euros em 30 de junho de 2015, traduzindo o esforço comercial de transformação dos vencimentos de produtos estruturados em depósitos.

ASSET MANAGEMENT

Conclusão da venda da totalidade do capital social da Millennium bcp Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. à Corretaje e Información Monetária y de Divisas, S.A. (Grupo CIMD), mantendo-se a atual oferta dos fundos de investimento geridos pela MGA em todos os canais e redes de distribuição do Millennium bcp.

PRIVATE BANKING

Nos primeiros seis meses de 2015, a Rede Private Banking manteve as suas prioridades estratégicas, nomeadamente:

- Preservar e valorizar o património sobre gestão, privilegiando quer a adequação ao perfil de investimento de cada cliente quer a diversificação da sua carteira de investimento.
- Prestar um serviço de consultoria para investimentos de grande qualidade suportado num processo de estruturação, de acompanhamento e de reporting, que permita manter os Clientes informados sobre os fatores de contexto que afetam os seus investimentos e que simultaneamente os auxilie na tomada de decisões de investimento.
- Aprofundar o relacionamento com os Clientes através de uma cultura de serviço alicerçada não só na parceria entre Private Bankers e Especialistas de Investimento, como em princípios de independência na seleção das soluções apresentadas.

A materialização das prioridades estratégicas traduz-se nos seguintes objetivos:

- Reforçar a Base de Clientes;
- Preservar o património dos clientes;
- Contribuir para o crescimento sustentado e solidez financeira do Banco.

Destacam-se, no primeiro semestre, as seguintes iniciativas:

- Reforçar a captação de novos Clientes;
- Incrementar a penetração dos serviços de Gestão Discricionária e de Consultoria para investimento;
- Aprofundar o modelo de Segmentação de Clientes, adequando a política de contactos.

NEGÓCIOS NO EXTERIOR

O resultado líquido dos Negócios no Exterior, de acordo com a segmentação geográfica, situou-se em 164,7 milhões de euros no primeiro semestre de 2015, comparando favoravelmente com o valor de 139,6 milhões de euros obtido no primeiro semestre de 2014 essencialmente devido à evolução verificada nas comissões e outros proveitos líquidos e também na margem financeira.

A margem financeira nos primeiros seis meses de 2015 aumentou 4,9% face a igual período de 2014, situando-se em 287,9 milhões de euros para o que contribuiu o desempenho do crédito e dos depósitos de clientes apurado pelas operações em Angola e Moçambique.

No primeiro semestre de 2015, os custos operacionais evidenciaram um aumento de 4,9% face ao semestre homólogo do ano anterior, refletindo as evoluções registadas nas operações em Angola e Moçambique, assim como o efeito da valorização do câmbio médio do metical e do kwanza face ao euro. Excluindo o efeito cambial, os custos operacionais no primeiro semestre de 2015 caíram 0,3% face ao primeiro semestre de 2014.

Em 30 de junho de 2015 o crédito a clientes aumentou 8,7% face a 30 de junho de 2014, cifrando-se em 13.725 milhões de euros, suportado nos crescimentos do crédito a empresas e a particulares verificado na generalidade das geografias, nomeadamente na subsidiária na Polónia.

Em 30 de junho de 2015 os recursos totais de clientes, aumentaram 10,7% face ao valor apurado em 30 de junho de 2014, atingindo 18.038 milhões de euros determinados pelo desempenho alcançado na generalidade das geografias, como resultado do enfoque na captação de depósitos, com destaque para a subsidiária na Polónia.

Milhões de euros

Negócios no Exterior			
	30 jun. 15	30 jun. 14	Var. 15/14
Demonstração de resultados			
Margem financeira	287,9	274,5	4,9%
Outros proveitos líquidos	212,3	167,6	26,6%
	500,1	442,1	13,1%
Custos operacionais	236,6	225,6	4,9%
Imparidade	58,9	40,5	45,2%
Resultado antes de impostos	204,7	176,0	16,3%
Impostos	40,0	36,4	9,7%
Resultado líquido	164,7	139,6	18,0%
Síntese de indicadores			
Capital afeto	1.378	1.118	23,3%
Rendibilidade do capital afeto	24,0%	25,1%	
Riscos ponderados	13.445	10.778	24,8%
Rácio de eficiência	47,3%	51,0%	
Crédito a clientes	13.725	12.629	8,7%
Recursos totais de clientes	18.038	16.293	10,7%

Notas: o segmento Negócios no Exterior não inlui a Banca Millennium na Roménia por ser considerada em operações descontinuadas/em descontinuação.

NEGÓCIOS NA EUROPA

Polónia

Durante o 1.º semestre de 2015, o Bank Millennium iniciou a implementação do seu Plano Estratégico para o período de 2015-2017, anunciado em fevereiro de 2015. Os principais objetivos de médio prazo definidos para 2017, de acordo com a nova estratégia, são os seguintes:

- Número de clientes de Retalho ativos: 1,6 milhões;
- Quota de mercado em recursos de clientes superior a 6%;
- Quota de mercado em crédito a empresas: 4%;
- ROE entre 13-14%;
- Cost–to-income entre 45-47%;
- Rácio de *Loans-to-Deposits* inferior a 100%.

As principais iniciativas para materializar esta estratégia têm por objetivo a melhoria dos proveitos e simultaneamente a redução dos custos para os segmentos de Retalho e Empresas e baseiam-se em quatro pilares: (1) Aceleração da aquisição de clientes de Retalho através de canais tradicionais e digitais, mantendo o enfoque em produtos com elevadas margens, nomeadamente o crédito ao consumo e os produtos de investimento, com o objetivo de preservar a rendibilidade do segmento; (2) Maximizar o valor dos Clientes e aumentar a eficiência de retenção de Clientes através de um CRM avançado; (3) Manter o ritmo de crescimento no segmento de Empresas, melhorando a rendibilidade, reduzindo o custo do risco, reforçando a posição em financiamento especializado; (4) Manutenção da excelência operacional e controlo rigoroso dos custos, através de um modelo operacional simplificado, baseado na tecnologia digital e preparação da plataforma informática para os desafios futuros.

A execução da estratégia do grupo no 1.º semestre de 2015 decorreu numa envolvente marcada por um novo corte das taxas de juro na Polónia, pelo limite regulamentar nas comissões cobradas em cartões e pelo aumento de contribuição obrigatória para o fundo de garantia bancária.

Não obstante, o Bank Millennium conseguiu apresentar um bom desempenho. Os depósitos atingiram um nível recorde de 50 mil milhões de zlótis, tendo aumentado 5,6% desde o início do ano, o que foi acompanhado por um crescimento ainda mais expressivo dos outros recursos, que aumentaram 12,9% no 1.º semestre de 2015. No que respeita ao ativo, o Banco atingiu um novo recorde na produção de crédito ao consumo em 1,3 mil milhões de zlótis. No que respeita às empresas, o Grupo apresentou um crescimento anual de dois dígitos nas carteiras de *leasing* e *factoring*.

Este bom desempenho comercial foi suportado na aquisição de clientes de Retalho. O número total de contas correntes aumentou 166 mil durante os últimos 12 meses e o Bank Millennium situou-se na 4.ºposição do *ranking* no que respeita ao aumento de contas correntes em zlótis, como resultado, principalmente, de uma campanha bem-sucedida da nova conta corrente Konto 360º. De acordo com a estratégia adotada, o Banco tem vindo a implementar um conjunto de inovações digitais, incluindo aplicações móveis atualizadas para Android, iOS e Smartwatch. Assim, os utilizadores móveis ativos quase duplicaram, em termos anuais, para 279 mil.

O resultado líquido consolidado no 1.º semestre 2015 aumentou 2,4% para 327,8 milhões de zlótis (79,3 milhões de euros), apesar das condicionantes negativas anteriormente mencionadas. A pressão sobre a margem financeira e comissões resultou numa queda do produto bancário de 2%, em termos homólogos. Mas essa queda foi compensada pela diminuição dos custos operacionais (-1,6% em termos homólogos) e pelas menores imparidades de crédito (-9% em termos homólogos). A queda dos custos operacionais foi alcançada, apesar do significativo aumento da contribuição obrigatória para o fundo de garantia. Como consequência, o rácio de *cost-to-income* manteve-se em cerca de 50%, em linha com o objetivo estabelecido para 2015.

Os rácios de capital em junho 2015 mantiveram-se em níveis elevados (rácio de capital total de 15,2% e rácio de CET1 de 14,6%) tal como registado em dezembro de 2014, tendo o efeito negativo da apreciação do CHF sido compensada pela retenção da totalidade do resultado de 2014.

Milhões de euros

	1S 2015	1S 2014	Var. % 15/14	1S 2014 excluindo efeito cambial	Var. % 15/14 excluindo efeito cambial
Ativo total	16.434	14.249	15,3%	14.133	16,3%
Crédito a clientes (bruto)	11.565	10.761	7,5%	10.673	8,4%
Crédito a clientes (líquido)	11.214	10.435	7,5%	10.349	8,4%
Recursos de clientes	13.808	12.663	9,0%	12.559	9,9%
Dos quais: de Balanço	12.059	11.143	8,2%	11.052	9,1%
fora de Balanço	1.748	1.520	15,0%	1.508	16,0%
Capitais próprios	1.437	1.307	9,9%	1.297	10,8%
Margem financeira	161,3	174,5	-7,6%	176,9	-8,8%
Outros proveitos líquidos	102,2	90,8	12,6%	92,0	11,1%
Custos operacionais	132,0	132,3	-0,2%	134,1	-1,6%
Imparidades e provisões	30,8	33,4	-7,8%	33,8	-9,0%
Resultado líquido	79,3	76,4	3,8%	77,4	2,4%
Nº de clientes (milhares)	1.329	1.277	4,1%		
Colaboradores (número) (*)	5.939	5.883	1,0%		
Sucursais (número)	411	430	-4,4%		
Capitalização bolsista	1.896	2.268	-16,4%	2.249	-15,7%
% de capital detido	50,1%	65,5%			

Nota: a informação apresentada neste quadro foi retirada, sempre que disponível, das demonstrações financeiras reportadas pela subsidiária para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Fonte: Bank Millennium

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =	4,1911	4,1568	zlótis
Demonstração de Resultados 1 euro =	4,1332	4,1891	zlótis

(*) Número de Colaboradores de acordo com o critério *Full Time Equivalent (FTE)*

Roménia

O Banco concluiu, em 8 de janeiro de 2015, o processo de venda da Banca Millennium ("BMR"), operação de *greenfield* lançada na Roménia em 2007, ao OTP Bank. O BCP recebeu do OTP Bank nessa data 39 milhões de euros relativos ao preço total acordado para a venda. O OTP Bank assegurou também o reembolso integral ao BCP do financiamento prestado por este ao BMR, no montante aproximado de 150 milhões de euros. A operação teve um impacto negligenciável no rácio *common equity tier* 1 consolidado do BCP. A venda do BMR antecipou mais uma importante medida com a qual o BCP se tinha comprometido junto da Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia, no âmbito do seu plano de restruturação.

Suíça

O Millennium Banque Privée, constituído na Suíça em 2003, é uma plataforma de *private banking*, que presta serviços de gestão discricionária a Clientes particulares de elevado património e Clientes institucionais e serviços de aconselhamento financeiro e serviços de execução.

Em 30 de junho de 2015, os recursos totais dos clientes sob gestão totalizaram 2,7 mil milhões de euros, representando um aumento de 5,8% face a dezembro de 2014, resultante em larga medida do desempenho positivo das carteiras e em menor escala da entrada de dinheiro novo. O valor dos ativos sob gestão discricionária representava, em 30 de junho de 2015, mais de 20% dos ativos brutos sob gestão.

Durante os primeiros seis meses de 2015, as comissões aumentaram 0,3 milhões de euros face a junho de 2014. As comissões de gestão e as comissões sobre operações cambiais compensaram a redução das comissões de colocação de produtos estruturados e a diminuição da margem financeira, penalizada pela envolvente de reduzidas taxas de juro.

Os custos operacionais aumentaram 15,1% em termos homólogos, refletindo um efeito cambial negativo. Em moeda local os custos operacionais reduziram-se 12% face a junho de 2014. Nos primeiros seis meses de 2015, o Banco obteve um lucro líquido de 3,3 milhões de euros, 12% abaixo do registado nos primeiros seis meses de 2014.

Milhões de euros

	1S 2015	1S 2014	Var. % 15/14	1S 2014 excluindo efeito cambial	Var. % 15/14
Ativo total	489	470	4,0%	549	-10,9%
Crédito a clientes (bruto)	215	203	5,9%	237	-9,3%
Crédito a clientes (líquido)	214	202	6,0%	236	-9,2%
Recursos de clientes	2.653	2.355	12,7%	2.749	-3,5%
Dos quais: de Balanço	339	318	6,6%	371	-8,7%
fora de Balanço	2.314	2.037	13,6%	2.378	-2,7%
Capitais próprios	93	90	3,6%	105	-11,3%
Margem financeira	2,2	2,4	-10,5%	2,8	-23,1%
Outros proveitos líquidos	13,7	12,6	8,7%	14,7	-6,7%
Custos operacionais	11,4	9,9	15,1%	11,5	-1,2%
Imparidades e provisões	0,1	0,1	-36,1%	0,2	-45,1%
Resultado líquido	3,3	3,8	-12,0%	4,4	-24,4%
Colaboradores (número)	71	67	6,0%		
Sucursais (número)	1	1	0,0%		
% de capital detido	100%	100%			

Nota: a informação apresentada neste quadro foi retirada, sempre que disponível, das demonstrações financeiras reportadas pela subsidiária para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Taxas de câmbio:

Balanço 1 euro =	1,0413	1,2156 francos suíços
Demonstração de Resultados 1 euro =	1,0472	1,2193 francos suíços

OUTROS NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Moçambique

O plano estratégico para 2015 visa reforçar a liderança do Banco nos seus segmentos de atuação, tendo por base o enfoque na melhoria contínua da qualidade do serviço, a continuação do alargamento da base de Clientes na rede de Retalho do Banco e a expansão dos canais remotos (Millennium IZI, Internet Banking e redes de ATM e TPA), no sentido de estar cada vez mais próximo dos Clientes; o aprofundamento da relação com os Clientes e a prestação de um serviço de excelência no segmento Prestige; e a excelência na qualidade de serviço, originação de negócio e aumento da base de Clientes no segmento Corporate.

Durante o 1º semestre de 2015, o Millennium bim manteve a liderança do setor financeiro em Moçambique. Como parte do seu plano geral de expansão, o Banco abriu dois novos balcões, para um total de 168 (159 em Junho 2014). Paralelamente, o foco no crescimento dos canais remotos culminou num parque de 452 ATM e 6.512 TPA, um aumento face ao período homólogo de 8% e 26%, respectivamente.

Prosseguindo a tendência global observada desde o final de 2013, nos primeiros seis meses de 2015 assistiu-se a um crescimento do crédito concedido no sistema financeiro superior ao crescimento observado nos recursos. Este fator, condicionou a Banca Comercial à sustentação, mais uma vez, de uma política generalizada de pressão sobre a captação de recursos, com consequente impacto negativo no custo dos mesmos.

Simultaneamente, o Millennium bim prosseguiu o lançamento de produtos e serviços inovadores e orientados para satisfazer as necessidades dos seus Clientes, entre os quais se destacam:

- Passou a ser possível, na plataforma Mass Market e no acto de abertura da conta a um Cliente Particular, a entrega imediata do cartão de débito Visa Electron, independentemente do tipo de conta que for aberta pelo cliente. Esta funcionalidade, que estava disponível apenas para um tipo de Conta Depósitos à Ordem, estende-se assim a todas as contas do segmento, reforçando a qualidade da relação comercial que se inicia com o Cliente.
- Novas funcionalidades do Millennium IZI: i) Mais informação e entretenimento, através da disponibilização do serviço de recarregamento de pacotes de televisão da operadora de sinal de TV Startimes; ii) Mais segurança, tendo sido disponibilizada a funcionalidade de bloqueio e desbloqueio do cartão de Débito; e iii) mais proximidade, tendo sido disponibilizada a "Manda Mola IZI", funcionalidade que permite efectuar uma transferência através do número de telemóvel do destinatário com contrato ativo no serviço Mobile.

Mais uma vez, o mercado reconheceu e premiou a proposta de valor do Millennium bim, através da adesão e da confiança nos produtos e serviços apresentados, comprovado pelo crescimento de 9% da base de Clientes face ao período homólogo, tendo o Banco ultrapassado os 1.367 mil Clientes.

Como tem vindo a fazer parte do seu posicionamento estratégico, o Banco potenciou o negócio da Banca de Investimento com presença ao nível dos grandes projetos, contribuindo para a forte evolução do negócio, solidez e estabilidade financeira do Banco.

Durante os primeiros seis meses de 2015, Moçambique viveu uma conjuntura económica mais restritiva do que no ano anterior, em consequência de atrasos no investimento estrangeiro e da desvalorização do Metical face ao dólar norte-americano. Ainda assim, o Millennium bim atingiu a 30 de Junho o resultado líquido de 1,89 mil milhões de meticais, equivalente a 47,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 5,5% face ao período homólogo, permitindo um rendibilidade dos capitais próprios (ROE) superior a 21,0%. Apesar do impacto nos custos da continuação do plano de expansão da rede de balcões, já referido, o rácio de eficiência manteve-se nos 43,4%.

O crédito a clientes registou um crescimento de 11,4% face a Junho de 2014, tendo atingido os 62 mil milhões de meticais (1,44 mil milhões de euros), enquanto os recursos de clientes aumentaram 22,1%, cifrando-se nos 81,8 mil milhões de meticais (1,89 mil milhões de euros).

Milhões de euros

	1S 2015	1S 2014	Var. % 15/14	1S 2014 excluindo efeito cambial	Var. % 15/14 excluindo efeito cambial
Ativo total	2.514	2.072	21,3%	2.065	21,7%
Crédito a clientes (bruto)	1.435	1.293	11,0%	1.288	11,4%
Crédito a clientes (líquido)	1.353	1.224	10,6%	1.220	10,9%
Recursos de clientes	1.893	1.556	21,7%	1.551	22,1%
Dos quais: de Balanço	1.893	1.556	21,7%	1.551	22,1%
Capitais próprios	429	372	15,4%	370	15,8%
Margem financeira	74,7	66,4	12,5%	72,3	3,2%
Outros proveitos líquidos	53,6	36,6	46,3%	39,9	34,3%
Custos operacionais	55,7	46,5	19,8%	50,6	9,9%
Imparidades e provisões	12,8	5,0	157,0%	5,4	135,9%
Resultado líquido	47,9	41,7	14,9%	45,4	5,5%
Nº de clientes (milhares)	1.367	1.256	8,9%		
Colaboradores (número)	2.486	2.454	1,3%		
Sucursais (número)	168	159	5,7%		
% de capital detido	66,7%	66,7%			

Nota: a informação apresentada neste quadro foi retirada, sempre que disponível, das demonstrações financeiras reportadas pela subsidiária para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Taxas de câmbio:			
Balanço 1 euro =	43,2150	43,0650	meticais
Demonstração de Resultados 1 euro =	39,4546	42,9779	meticais

Angola

Para o ano de 2015, os objetivos do Banco Millennium Angola(BMA) são ambiciosos e contam com um crescimento expressivo dos volumes, uma evolução positiva do produto bancário e do custo do risco, o aumento e a especialização da nossa Rede Comercial, a captação de novos Clientes, a oferta de produtos e serviços dedicados, inovadores e personalizados para todos os segmentos de negócio, o desenvolvimento da Banca Digital, o aumento do apoio às micro, pequenas, médias e grandes empresas, dando assim, em 2015, mais um passo para a história de sucesso do Millennium Angola.

No que concerne à expansão da Rede, no primeiro semestre de 2015, foi inaugurado um novo Balcão, totalizando agora 89 Balcões a Rede de Retalho, dos quais 55 têm abertura aos sábados de manhã. Em termos de espaços comerciais àquele número deverão ser adicionados 12 Centros Prestige e 8 Centros de Empresas Corporate, dois dos quais vocacionados para a indústria petrolífera. O número de Clientes ascendeu a 357 mil em junho de 2015, registando um crescimento de 10,4% face ao ano anterior.

Relativamente à oferta de produtos e serviços, com o objetivo de aumentar o número de Clientes utilizadores dos canais eletrónicos do Banco, reduzindo-se a necessidade de deslocação ao Balcão, foi implementado o serviço "Paga Fácil" que inclui Internet Banking, SMS Banking, APP Mobile e *Contact Center*, dos quais o Banco foi pioneiro aquando do seu lançamento em 2014. Ainda no primeiro semestre de 2015, deu-se continuidade à campanha Sou + Millennium, um programa de fidelização de Clientes, que atribui "Millenniuns" – os pontos que valem prémios – aos Clientes pelo seu índice de transacionalidade no Banco. Foi também lançado o Crédito Vantagem TPA, uma linha de crédito associada à facturação liquidada pelos comerciantes clientes do banco através de TPA.

A nível da poupança foram lançados dois novos produtos com taxas crescentes atrativas, a 24 meses: o DP Sempre a Subir para o segmento Mass Market e o Depósito Taxa Crescente para o segmento Prestige. Foi ainda lançado um depósito a prazo alusivo ao 9.º aniversário do BMA, o Depósito Aniversário com uma taxa excepcional de 9%, exclusivo para Colaboradores.

Nas empresas, o Banco manteve a sua aposta nas pequenas e médias empresas através da iniciativa PME de Excelência, um programa inovador no mercado que visa distinguir, no universo de Clientes do Banco, as empresas que se destacaram pelo seu desempenho económico, profissionalismo, solidez financeira, mão-de-obra qualificada e boa posição no mercado. Este ano foram distinguidas 575 empresas na 2.ª gala PME de Excelência, número bastante superior às 230 empresas de 2014, confirmando a afirmação do Banco neste segmento. Em 2015 o Banco mantém quotas de mercado superiores a 30% e com isso a liderança destacada no Programa Angola Investe, um programa criado pelo Executivo em parceria com os Bancos Comerciais e que visa promover a concessão de crédito às Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME).

Com o objetivo de atrair novos talentos, o Banco mantém as suas participações em feiras de Emprego (Luanda e Lisboa) e realizou apresentações junto da Universidade Agostinho Neto.

No âmbito da Política de Gestão e Retenção de Talentos em vigor, estão atualmente em curso dois novos Programas de Desenvolvimento de Competências - Millennium Elevados Potenciais (Colaboradores especialmente talentosos, com antiguidade superior a 4 anos) e People Grow (colaboradores mais jovens e de grande potencial), procurando vincular os Colaboradores mais valiosos à missão e visão do Banco, orientando-os para o negócio, Clientes e resultados, potenciando ao mesmo tempo o desenvolvimento de competências e a progressão de carreira.

O reconhecimento internacional da evolução do BMA e do seu papel no crescente protagonismo do país continuou a verificar-se, tendo sido distinguido com o prémio "Best Commercial Bank Angola 2015" pela *Capital Finance Internacional* (cfi.co), prestigiada revista Britânica especializada em assuntos económicos e financeiros.

Recentemente o Banco tornou-se também no mais recente membro da BODIVA, Bolsa de Dívida de Valores de Angola, depois de assinado um contrato que o habilita a transacionar títulos emitidos pelo Estado. O acordo permite ao Banco participar em nome dos seus Clientes nos Mercados de Registo de Títulos do Tesouro, no Mercado de Transações por Grosso e também no Mercado de Transações em Contínuo.

Por fim, o Banco apostou também em patrocínios e presença em eventos, como o Campeonato do Mundo de Pesca Desportiva de Alto Mar; as Celebrações do "Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas"; o evento "Luanda *International Summit* 2015" com a participação do Ex-Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso; o Baile do Grupo da Amizade 2015; e a FIB (Feira Internacional de Benguela).

O resultado líquido do BMA, referente ao 1º semestre de 2015, foi de 38,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 49,1% em AOA face ao período homólogo de 2014. O produto Bancário registou um aumento de 36,3% em AOA face ao 1º semestre de 2014, em virtude do forte aumento da margem financeira (+25,6% em AOA) e dos resultados em operações financeiras (+150,3% em AOA). A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) situou-se em 22,5% e o rácio de eficiência em 43,7% (53,6% em junho de 2014). Os recursos de clientes aumentaram cerca de 20,9% em AOA, totalizando 1.501 milhões de euros e o crédito bruto a clientes ascendeu a 948 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 22,7% em AOA face a junho de 2014.

Milhões de euros

	1S 2015	1S 2014	Var. % 15/14	1S 2014 excluindo efeito cambial	Var. % 15/14
Ativo total	2.118	1.719	23,2%	1.687	25,6%
Crédito a clientes (bruto)	948	787	20,4%	772	22,7%
Crédito a clientes (líquido)	896	749	19,7%	735	22,0%
Recursos de clientes	1.501	1.265	18,7%	1.241	20,9%
Dos quais: de Balanço	1.501	1.265	18,7%	1.241	20,9%
Capitais próprios	324	272	19,1%	267	21,3%
Margem financeira	56,5	40,6	39,4%	45,0	25,6%
Outros proveitos líquidos	46,7	27,7	68,5%	30,7	51,9%
Custos operacionais	45,2	36,6	23,4%	40,6	11,2%
Imparidades e provisões	11,6	3,4	> 200%	3,7	209,2%
Resultado líquido	38,2	23,1	65,4%	25,6	49,1%
Nº de clientes (milhares)	357	324	10,4%		
Colaboradores (número)	1.191	1.107	7,6%		
Sucursais (número)	89	84	6,0%		
% de capital detido	50,1%	50,1%			

Nota: a informação apresentada neste quadro foi retirada, sempre que disponível, das demonstrações financeiras reportadas pela subsidiária para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Taxas de câmbio:			
Balanço 1 euro =	135,7100	133,2000	kwanzas
Demonstração de Resultados 1 euro =	120,5483	133,7308	kwanzas

Macau

A presença do Millennium bcp em Macau remonta a 1993, inicialmente, através de uma licença *off-shore* até 2010 e, posteriormente, através de uma licença plena.

No decorrer do primeiro semestre de 2015 a orientação da sucursal visou fundamentalmente a prestação de serviços às redes do Banco através do apoio a clientes particulares e empresas, o alargamento da base de clientes locais e a expansão da atividade em torno da plataforma China – Macau – países de língua portuguesa.

De entre as iniciativas adotadas para a concretização dos objetivos destacam-se:

- Apoio a empresas portuguesas na domiciliação de atividades em Macau para negócios no Sul da China atuando a sucursal como ponto de apoio;
- Lançamento de operações de *trade finance* para apoio a empresas portuguesas com exportações e/ou importações da China;
- Continuação do desenvolvimento de soluções informáticas para alargar a oferta de serviços e produtos aos clientes das várias redes do Banco.

No primeiro semestre de 2015, os depósitos de clientes situaram-se em 1.012 milhões de euros e o crédito bruto em 877 milhões de euros.

O resultado líquido cifrou-se em 10,8 milhões de euros (-4,1% em MOP e +17,1% em euros), tendo sido influenciado favoravelmente pela libertação de provisões para riscos gerais e pelo reconhecimento de proveitos diferidos relativos a reembolsos antecipados de empréstimos.

Ilhas Caimão

O Millennium bcp Bank & Trust, banco com sede nas Ilhas Caimão, detentor de uma licença bancária de categoria "B", presta serviços bancários internacionais a Clientes não residentes em Portugal. As Ilhas Caimão são consideradas como uma jurisdição cooperante pelo Banco de Portugal.

O Millennium bcp Bank & Trust obteve um resultado líquido de 4,4 milhões de euros no 1º semestre de 2015, que representa uma redução de 16% face ao período homólogo, determinado pela diminuição da margem financeira e pela diminuição da reversão de imparidades de crédito.

Milhões de euros

	1S 2015	1S 2014	Var. % 15/14
Ativo total	912	870	4,8%
Crédito a clientes (bruto)	49	50	-1,6%
Crédito a clientes (líquido)	47	47	0,2%
Recursos de clientes	578	586	-1,3%
Dos quais: de Balanço	559	574	-2,6%
fora de Balanço	19	12	68,1%
Capitais próprios	342	280	22,1%
Margem financeira	4,1	4,3	-5,9%
Outros proveitos líquidos	1,4	0,7	89,7%
Custos operacionais	1,1	1,1	2,6%
Imparidades e provisões	-0,1	-1,3	93,9%
Resultado líquido	4,4	5,3	-16,5%
Nº de clientes (milhares)	0,4	0,4	-7,3%
Colaboradores (número)	12	15	-20,0%
% de capital detido	100%	100%	

Nota: a informação apresentada neste quadro foi retirada, sempre que disponível, das demonstrações financeiras reportadas pela subsidiária para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

MILLENNIUM BCP AGEAS

Na primeira metade de 2015, as redes comerciais do Millennium bcp demonstraram mais uma vez o dinamismo na atividade de *bancassurance*. Em termos de seguros Não- vida o crescimento do negócio *bancassurance* foi de 6,5%, bastante acima do mercado que cresceu 2,7% após vários anos de quedas consecutivas. O negócio de Vida da Ocidental registou um total de 780,4 milhões de euros, um crescimento de 23,1% face ao período homólogo, também acima do mercado, que ainda assim cresceu 1,8%.

Esta trajetória positiva em Vida deveu-se sobretudo ao bom desempenho do segmento de produtos de poupança e *unit linked* abertos. No final do primeiro semestre, a Ocidental alcançou uma quota de mercado de 14,8% em prémios, uma evolução positiva de 0,2pp face ao mesmo período do ano passado, tendo mantido a liderança de mercado em termos de provisões matemáticas.

A Ocidental Vida continuou o bom desempenho operacional, apresentando um crescimento de 7,5% na margem técnica líquida de custos administrativos. O resultado líquido registou um decréscimo de 5,3% para os 33 milhões de euros, essencialmente justificado pelo aumento de custos com juros pagos de um empréstimo subordinado. A solidez financeira mantém-se com rácio de solvência I consolidado nos 220,3%.

A agenda estratégica (Vision 2015) continua a ser implementada, destacando-se o lançamento com sucesso da nova marca Ocidental que agrega as diferentes marcas do grupo, reforçando a identidade corporativa, e deu-se início à reflexão estratégica para a consolidação de uma nova visão para 2020 (Vision 2020), consubstanciada em quatro escolhas estratégicas para os próximos cinco anos.

Para o segundo semestre, perspetiva-se a consolidação dos resultados atingidos no primeiro semestre, que mostraram um bom desempenho comercial após a adaptação da oferta aos requisitos de maior exigência de capital do Solvência II, assegurando em simultâneo uma proposta atrativa para os clientes e um contributo crescente para os resultados do Millennium bcp.

Milhões de euros, excepto percentagens

Síntese de Indicadores	jun 15	jun 14	Variação
Prémios de seguro directo			
Vida	780	634	23,1%
Quota de Mercado			
Vida	14,8%	14,6%	0,2 pp
Não Vida	6,7%	6,3%	0,4 pp
Total	12,6%	12,4%	0,2 pp
Margem técnica (1)	63	60	4,5%
Margem técnica líquida de custos administrativos	47	44	7,5%
Resultados líquidos (2)	33	35	-5,3%
Custos de exploração líquidos Vida / Investimentos Vida	0,83%	0,82%	0,0 pp

(1) Antes de imputação de custos administrativos.

(2) Antes de VOBA ("*value of business acquired*")

FUNDO DE PENSÕES

As responsabilidades do Grupo relacionadas, nomeadamente, com o pagamento aos seus colaboradores de pensões de reforma por velhice e por invalidez, com referência ao final do primeiro semestre de 2015, encontravam-se totalmente financiadas e em níveis superiores aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, evidenciando um grau de cobertura de 109%, comparando com uma taxa de cobertura de 110% registada no final de 2014.

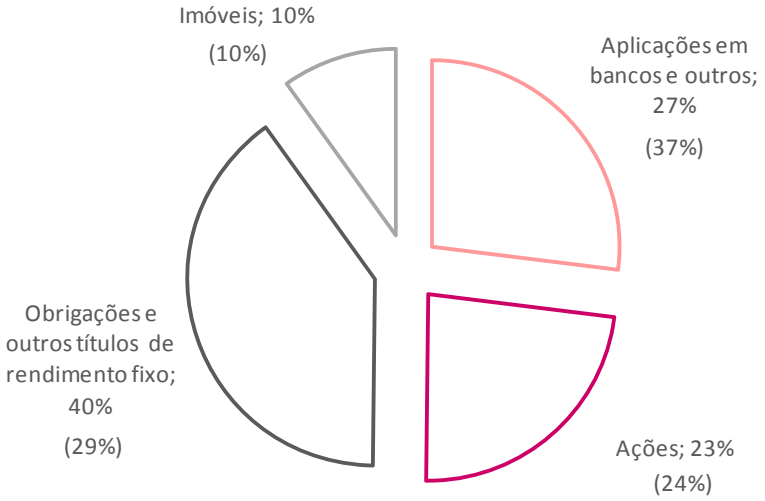
As responsabilidades com o Fundo de Pensões no final do primeiro semestre de 2015 ascendiam a 3.136 milhões de euros, representando um aumento de 377 milhões de euros face ao valor de 2.759 milhões de euros relevados na mesma data do ano anterior.

Os ativos do Fundo de Pensões registaram, nos primeiros seis meses de 2015 uma taxa de rendibilidade positiva de 0,5%, inferior à taxa de 2,5% considerada nos pressupostos atuariais.

Em 30 de junho de 2015 a estrutura da carteira de ativos do Fundo de Pensões, quando comparada com a verificada no final do exercício de 2014, era a seguinte para as principais categorias de ativos:

- Ao nível das ações a proporção atingiu 23% em 30 de junho de 2015 versus 24% no final de 2014;
- A componente das obrigações representou 40% no final do primeiro semestre de 2015 e 29% em 31 de dezembro de 2014;
- A proporção das aplicações em bancos e outros ascendeu a 27% em 30 de junho de 2015 face aos 37% no final de 2014;
- Os imóveis atingiram 10% do total dos ativos do Fundo de Pensões em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

Estrutura da carteira de ativos do Fundo de Pensões em 30 de junho de 2015



(xx%) Proporção em 31 de dezembro de 2014

Na sequência da avaliação da razoabilidade dos pressupostos atuariais do Fundo de Pensões com referência a 30 de junho de 2015, o Banco considerou adequado manter os pressupostos atuariais já considerados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, os quais se sistematizam conforme segue:

- taxa de crescimento salarial de 0,75% até 2017 e de 1,0% após 2017;
- taxa de crescimento das pensões de 0,0% até 2017 e 0,5% após 2017;
- taxa de desconto de 2,5%, tendo em consideração as *yields* de obrigações de empresas consideradas de "*high quality corporate bonds*" para a Zona Euro e a duração das responsabilidades;

- tábuas de mortalidade para os homens TV 73/77 menos dois anos e para as mulheres TV 88/90 menos três anos;
- taxa de rendimento do Fundo de Pensões de 2,5%.

Os principais pressupostos atuariais utilizados para efeitos da determinação das responsabilidades nos exercícios de 2013, 2014 e para os primeiros seis meses de 2015 são os que se evidenciam no quadro seguinte:

Pressupostos	2013	2014	jun 15
Taxa de desconto	4,00%	2,50%	**2,50%**
Taxa de crescimento salarial	1% até 2016 1,75% após 2017	0,75% até 2017 1% após 2017	**0,75% até 2017** **1% após 2017**
Taxa de crescimento das pensões	0% até 2016 0,75% após 2017	0% até 2017 0,5% após 2017	**0% até 2017** **0,5% após 2017**
Taxa de rendimento do fundo	4,00%	2,50%	**2,50%**
Tábuas de mortalidade			
Homens	TV 73/77 - 1 ano	TV 73/77 - dois anos	**TV 73/77 - dois anos**
Mulheres	TV 88/90 - dois anos	TV 88/90 - três anos	**TV 88/90 - três anos**

Nos primeiros seis meses de 2015 foram registadas diferenças atuariais financeiras negativas 34 milhões de euros que, juntamente com as diferenças atuariais não financeiras, determinaram a relevação de diferenças atuariais totais também negativas de 38 milhões de euros, as quais afetaram negativamente os rácios de capital em 30 de junho de 2015.

Os principais indicadores do Fundo de Pensões com referência ao final dos exercícios de 2013, de 2014 e do primeiro semestre de 2015 encontram-se sistematizados no quadro que de seguida se apresenta:

Principais indicadores	2013	2014	jun 15
Responsabilidades com pensões	2.533	3.133	**3.136**
Fundo de Pensões	2.547	3.095	**3.070**
Cobertura de responsabilidades	112%	110%	**109%**
Rendibilidade do Fundo de Pensões	4,4%	8,1%	**0,5%**
Desvios atuariais (negativos)	212	477	**38**

RATINGS DO BCP

A melhoria generalizada das condições macroeconómicas, nomeadamente no que respeita aos progressos na redução do défice aliada à recuperação da economia, tendo o Governo divulgado no seu Plano de Estabilidade para 2015-2019 uma projeção de redução do défice orçamental neste período, atingindo mesmo um excedente de 0,2% do PIB em 2019, enquanto o PIB atinge uma taxa de crescimento real de 2,4% em 2017 (crescimento de 1,5%, em termos homólogos, nos primeiros dois trimestre de 2015), a amortização antecipada de 1,8 mil milhões de euros ao FMI (tendo autorização dos credores para amortizar antecipadamente até 50% do crédito concedido pelo FMI), a par do regresso generalizado aos mercados de financiamento, deverão ser percecionadas como fatores positivos pelas Agências de Rating.

O sistema financeiro em Portugal poderá iniciar uma nova fase, mantendo-se alguma expectativa quanto à alienação do Novo Banco, que poderá ter implicações em termos de *rating*, para os bancos portugueses. Durante o 1.º semestre de 2015, foram realizadas diversas ações de *rating* pelas várias Agências:

Moody's	
Baseline Credit Assessment	caa1
Adjusted Baseline Credit Assessment	caa1
Notação de Crédito de Contraparte LP / CP	Ba3/NP
Depósitos LP / CP	B1/NP
Dívida Sénior não garantida LP / CP	B1/NP
Outlook	Estável
Dívida Subordinada - MTN	(P) Caa2
Ações Preferenciais	Ca (hyb)
Outra dívida de curto prazo	P (NP)
Obrigações Hipotecárias	Baa1

Ações de Rating

12 de fevereiro de 2015 - conclusão do processo de revisão, com confirmação dos *ratings* .

11 de junho de 2015 - confirmação do *rating* de LP de dívida sénior não garantida e de depósitos em "B1", *revisão em alta* do BCA para "caa1" e *outlook* em "Estável".

Standard & Poor's	
Stand-alone credit profile (SACP)	b
Notação de Crédito de Contraparte LP / CP	B+ / B
Dívida Sénior garantida LP / não garantida LP	B+ / B
Outlook	Estável
Dívida subordinada	CCC
Ações Preferenciais	D
Certificados de Depósitos	B+/B

Ações de Rating

28 de maio de 2015 - revisão do *outlook* do BCP para "Estável" e afirmação do *rating* de contraparte de LP / CP em "B+/B" .

Fitch Ratings	
Viability Rating	bb-
Suporte	5
Floor de Suporte	Sem *Floor*
Depósitos LP/ CP	BB- / B
Dívida Sénior não garantida LP/CP	BB- / B
Outlook	Estável
Dívida Subordinada Lower Tier 2	B+
Ações Preferenciais	B-
Obrigações Hipotecárias	BBB-

Ações de Rating

19 de maio de 2015 - revisão em baixa do *rating* de IDR de LP para "BB-", *outlook* em "Estável".

DBRS	
Intrínseco	BB (high)
Dívida Sénior & Depósitos de LP/ CP	BBB (low) / R-2 (mid)
Tendência	implicações negativas
Dívida Subordinada	BB
Obrigações Hipotecárias	A *(low)*

Ações de Rating

28 de maio de 2015 - Manutenção do IA em BB (high) e os *ratings* de dívida sénior em revisão.

Gestão do Risco

GESTÃO DO RISCO

Ao longo do primeiro semestre de 2015 foram prosseguidas as atividades do Sistema de Gestão de Riscos (SGR) do Grupo, relativas aos mecanismos de controlo e de monitorização dos riscos que incidem sobre as suas atividades e à respetiva aferição.

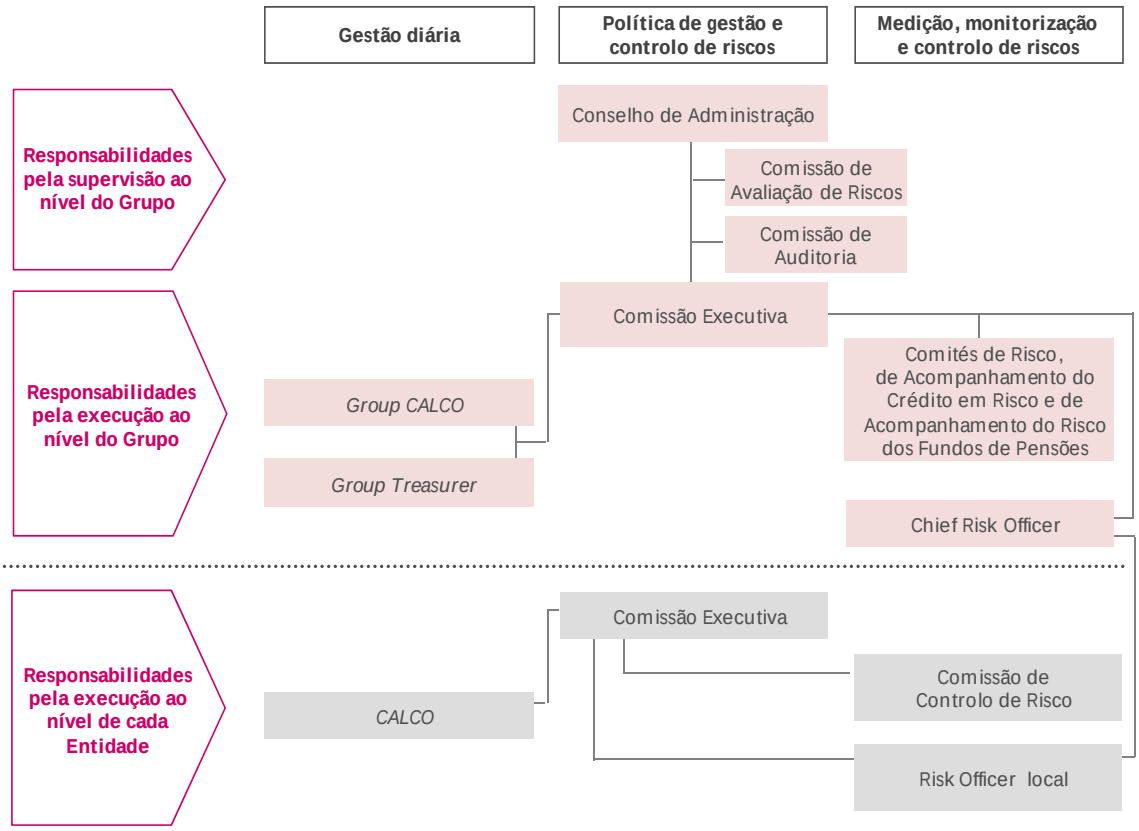
Recorde-se que o SGR se integra no Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo - a par das funções de Auditoria Interna e de Compliance – para proporcionar um sólido ambiente de controlo no âmbito do qual o Grupo desenvolve o seu negócio, sendo o SCI do Grupo materializado pelos instrumentos, métricas e normas de controlo interno adequados à magnitude e frequência de materialização dos riscos envolvidos.

De forma muito sintética, descrevem-se em seguida as principais atividades iniciadas e/ou desenvolvidas bem como as intervenções mais relevantes da Gestão de Risco nos primeiros 6 meses de 2015:

- Lançamento do projeto *Strategic Risk Management Upgrade*;
- Entrega dos planos de ação sobre as recomendações da supervisão referentes ao seguimento dos modelos IRB do Grupo BCP e ao tratamento dos riscos de mercado;
- Aprovação do RAS (*Risk Appetite Statement*) do Grupo – um conjunto de indicadores de risco para os quais se definiram patamares/níveis a não ultrapassar/atingir, os quais traduzem o "Apetite de Risco" do Grupo;
- Definição e implementação de uma nova abordagem ao processo de ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*), envolvendo os testes de esforço realizados regularmente e os indicadores do RAS (acima referido);
- Validação independente do novo modelo de apuramento da imparidade do crédito;
- Reformulação e implementação de nova definição de default, na sequência de recomendação do Banco de Portugal nesse sentido;
- Entrega dos templates do Short Term Exercise (STE) no âmbito da *Supervisory Review and Evaluation* (SREP);
- Elaboração doe diversos relatórios regulares regulamentarmente definidos (risco de concentração, ICAAP, ILAAP – *Internal Liquidity Adequacy Assessement Process*);
- Lançamento de candidaturas para modelos de notação interna (IRB) para as carteiras 'Veículos especiais de investimento' e 'Valores a receber adquiridos';
- Receção das conclusões do Banco de Portugal relativamente à inspeção realizada ao sistema de gestão do risco operacional do Grupo e discussão das principais questões com o supervisor.

Governo da Gestão de Risco

O governo da gestão de risco é constituído por diversos órgãos, conforme ilustrado pela figura seguinte:



Seguidamente apresentam-se as competências e atribuições dos órgãos intervenientes na governação da gestão de risco – de gestão ou de supervisão interna - ao nível do Grupo e para além do Conselho de Administração (CA) e da Comissão Executiva (CE).

Comissão de Avaliação de Riscos

A Comissão de Avaliação de Riscos é composta por três membros não-executivos do CA e tem as seguintes competências:

- Acompanhar os níveis globais de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos, recursos financeiros disponíveis e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade do grupo.
- Aconselhar o CA em matérias relacionadas com a definição da estratégia do risco (designadamente, no que se refere aos indicadores de Apetite de Risco) da gestão de capital e liquidez e da gestão dos riscos de mercado.

O Chief Risk Officer participa nas reuniões deste órgão, reportando-lhe a evolução dos principais indicadores e métricas de risco e imparidade do crédito, bem como todas as incidências, alterações e evoluções relativas ao SGR.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é composta por 3 a 5 membros não-executivos do CA. No âmbito da governação da gestão de riscos, este órgão destaca-se pelas suas competências globais de supervisão/fiscalização societária - no que se refere, por exemplo, ao acompanhamento dos níveis de risco do Grupo - bem como por aquelas que lhe são cometidas na esfera do SCI, designadamente:

- O controlo da eficácia do SGR e do SCI (e, também, do próprio sistema de auditoria interna);
- A emissão de parecer prévio sobre a entidade designada pelo Banco para avaliar a adequação e eficácia do SCI;

O Chief Risk Officer participa habitualmente nas reuniões regulares deste órgão, reportando-lhe a evolução dos principais indicadores e métricas de risco e da imparidade do crédito, bem como o estado de resolução das recomendações do âmbito do SGR (de controlo interno ou emitidas pelas autoridades de regulação/supervisão).

Comité de Risco

É responsável, ao nível executivo, por acompanhar os níveis globais de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos, os recursos financeiros disponíveis e as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade do Grupo.

Cabe também ao Comité de Risco, em conjunto com o Chief Risk Officer, estabelecer e propor ao CA, para aprovação, a definição de indicadores (e respetivos níveis) que materializam o Apetite de Risco do Grupo, bem como acompanhar os níveis de risco incorridos, enquadrados pelo *framework* de Apetite de Risco.

Integram este Comité todos os membros da CE, o 1º Responsável pelo Risk Office, o Compliance Officer e os primeiros responsáveis das direções de Auditoria, de Tesouraria e Mercados, de Estudos Planeamento e ALM, de Crédito e de Rating.

Comité de Acompanhamento do Crédito em Risco

Tem as seguintes funções e responsabilidades:

- Acompanhar a evolução da exposição de crédito e do processo de contratação;
- Acompanhar a evolução da qualidade da carteira e dos principais indicadores de performance e risco;
- Acompanhar o risco de contraparte e o risco de concentração das maiores exposições;
- Acompanhar a evolução da imparidade e dos principais casos de análise individual de imparidade;
- Análise da performance dos processos de recuperação de crédito;
- Acompanhamento do desinvestimento da carteira de imóveis.

Integram este Comité todos os membros da CE e os responsáveis pelas seguintes Direções: Crédito; Rating; Risk Office; Recuperação Especializada; Acompanhamento Especializado; Recuperação de Retalho; Negócio Imobiliário; Assessoria Jurídica e Contencioso; Informação de Gestão; Marketing Produtos de Empresas; Marketing Clientes Empresas.

Comité de Acompanhamento do Risco dos Fundos de Pensões

Este Comité tem por missões a monitorização da performance e do risco do Fundo de Pensões do BCP e o estabelecimento de políticas de investimento adequadas e das respetivas estratégias de cobertura.

Fazem parte deste Comité: o Presidente da CE, os membros da CE responsáveis pela área financeira e pela área seguradora, o Chief Risk Officer e os primeiros responsáveis das direções de Estudos, Planeamento e ALM, Risk Office e de Recursos Humanos. Estão também representadas, por convite permanente, as entidades ligadas à gestão dos Fundos de Pensões (Millennium bcp Ageas, Pensõesgere e F&C).

Group CALCO

É responsável pela gestão do capital global do Grupo, gestão de ativos e passivos e definição de estratégias de gestão da liquidez ao nível consolidado. Em concreto, o Group CALCO (igualmente designado por Comité de Planeamento e Alocação de Capital e Gestão de Ativos e Passivos) é responsável pela gestão estrutural dos riscos de taxa de juro e liquidez, incluindo, entre outros, os seguintes aspetos:

- Monitorização e gestão do risco de taxa de juro associado à estrutura de ativos e passivos;
- Planeamento e propostas de alocação de capital;
- Elaboração de propostas para definição das políticas adequadas à gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, ao nível do balanço consolidado do Grupo.

O Group CALCO reúne mensalmente e é composto por todos os membros da CE e pelos primeiros responsáveis das seguintes Direções: Estudos, Planeamento e ALM; Risk Office; Corporate; Informação de Gestão; Marketing Produtos de Empresas; Marketing Clientes Empresas; Marketing do Retalho; Tesouraria e Mercados; Estudos Estratégicos Internacionais (por convite). Poderão participar do Group CALCO outros elementos que, em função dos temas a abordar, sejam convocados.

Chief Risk Officer

É o membro da CE responsável pela função de controlo de risco para todas as entidades do Grupo, nomeadamente, pela identificação dos riscos a que a atividade do Grupo está sujeita e pela proposta de medidas para melhorar o controlo desses riscos. Tem também a responsabilidade, de assegurar o alinhamento transversal de conceitos, práticas e objetivos, para todo o Grupo. O Chief Risk Officer tem poder de veto em qualquer decisão que não esteja sujeita a aprovação pelo CA ou pela Comissão Executiva e que possa ter impacto nos níveis de risco do Grupo. As respetivas funções incluem:

- Suportar o estabelecimento de políticas e metodologias de gestão de risco para a identificação, medição, limitação, monitorização, mitigação e reporte dos diversos tipos de risco;
- Propor e implementar um conjunto de métricas para os vários tipos de risco;
- Assegurar a existência de um corpo de regras e procedimentos para suportar a gestão de risco;
- Controlar, numa base permanente, a evolução dos diferentes riscos e a conformidade com as políticas, regulações e limites aplicáveis;
- Assegurar a existência de uma plataforma de IT efetiva e uma base de dados de informação para a gestão de risco robusta e completa;
- Participar em todas as decisões com relevância no risco e com impacto no SCI, assegurando a conformidade com os regulamentos e objetivos de risco do Grupo;
- Assegurar que a informação relativa à gestão e níveis de risco é divulgada, internamente e ao mercado.

PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DO CAPITAL INTERNO (ICAAP)

Trata-se de um processo chave da gestão de risco e realiza-se anualmente com o objetivo de verificar da adequação do capital necessário ao Grupo para cobrir os riscos em que incorre no desenvolvimento da sua estratégia de negócio - atual e projetada para o médio prazo. Este processo permite também aferir a sustentabilidade do plano estratégico do Grupo (e orçamento de negócio), bem como o respetivo enquadramento nos limites de risco definidos no RAS (*Risk Appetite Statetment*) aprovado.

O ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*) é suportado pelas ferramentas de testes de esforço utilizadas regularmente e inclui a visão prospetiva das estimativas de impacto da materialização dos diversos riscos sobre o capital do Banco, considerando a respetiva escala ou dimensão, complexidade, frequência e probabilidade, tendo como pano de fundo os desenvolvimentos projetados para a atividade do Grupo num horizonte temporal de médio prazo (3 anos), para um cenário- base e um cenário de stress.

A abordagem metodológica assenta na definição e identificação de um conjunto de riscos, cobrindo mais de 50 tipos de riscos diferentes, considerando-se a relevância e incidência de cada um sobre a atividade do Grupo a partir da respetiva probabilidade de ocorrência e magnitude dos impactos.

A partir desta taxonomia, são definidos os cenários base e de *stress* que enquadram o processo do ICAAP. O primeiro destes cenários corresponde à visão do Grupo relativamente à evolução mais provável das condicionantes do negócio no médio prazo, enquanto o cenário de stress incorpora condições extremas, com baixa probabilidade de ocorrência mas de grande impacto potencial na atividade do Grupo.

Assim, os diversos tipos de risco modelizados no quadro da metodologia de *stress tests* produzem impactos estimados sobre os níveis de capital - quer por via do impacto nos resultados de exploração, quer por via de alterações nos níveis de ativos ponderados pelo risco (RWA), permitindo assim aferir sobre a adequação da capacidade de absorção de riscos do Grupo (*Risk Taking Capacity* - RTC), enquanto grandeza equiparada a fundos próprios totais.

A RTC está alinhada com as definições de rácios de capital regulamentares, nos termos da CRD IV/CRR* e da regulamentação conexa emitida pelo Banco de Portugal, assegurando-se assim os níveis adequados de conservadorismo na abordagem às projeções da evolução dos fundos próprios consolidados.

Os resultados do ICAAP são testados face aos limites para os rácios de capital regulamentar aprovados pelo Conselho de Administração no âmbito do RAS. Os exercícios levados a cabo até à data evidenciam que os atuais níveis de capitalização são adequados para um horizonte de 3 anos, quer sob o cenário base, quer sob o cenário de *stress*.

Risco de crédito

A materialização deste risco resulta nas perdas ocorridas na carteira de crédito, pela incapacidade dos tomadores de empréstimos (ou dos seus garantes, quando existam) - ou dos emissores de títulos ou, ainda, das contrapartes de contratos - em cumprir com as suas obrigações creditícias.

Este tipo de risco – que é muito relevante e tem elevada representatividade em termos da exposição global ao risco do Grupo – assume particular incidência em condições macro-económicas adversas (como se tem vindo a verificar em Portugal), implicando dificuldades financeiras para as famílias e as empresas.

O controlo e a mitigação deste risco fazem-se, por um lado, através de uma sólida estrutura de análise e avaliação de riscos – pela utilização de sistemas internos de *rating* adequados aos diversos segmentos do negócio e de um modelo de deteção antecipada da potencial sinistralidade da carteira - e, por outro, através de unidades de estrutura exclusivamente dedicadas à recuperação de crédito, para as situações de incumprimento ocorridas.

Destacam-se, em termos das atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2015, no âmbito do reforço das práticas de avaliação, acompanhamento e controlo do risco de crédito:

- O lançamento da candidatura IRB para as carteiras de 'Veículos especiais de investimento' e de 'Valores a receber adquiridos' (*Purchased Receivables*) – i.e., neste último caso, para as posições em risco relativas a Letras, Factoring (com e sem recurso) e Confirming (Serviço de Pagamento a Fornecedores);
- Conforme referido anteriormente, a implementação de uma nova definição de default, na sequência de recomendações da Supervisão sobre esta matéria.

Evolução e composição da carteira de crédito

No quadro seguinte mostra-se a evolução da carteira de crédito do Grupo na primeira metade de 2015, nas principais geografia em que opera, em termos de EAD (*Exposure at Default*).

(milhões de euros)

Geografia	jun-15	dez-14	Variação	
			Valor	%
Portugal (PT)	52.471	51.857	614	1,2%
Polónia (PL)	16.077	14.642	1.435	9,8%
Angola (AO)	2.038	1.861	178	9,5%
Moçambique (MZ)	2.682	2.529	153	6,0%
PT+PL+AO+MZ	**73.268**	**70.888**	**2.379**	**3,4%**

O acréscimo de valor das quatro principais carteiras de crédito do Grupo, em euros, resulta de alguns fatores que importa referir:

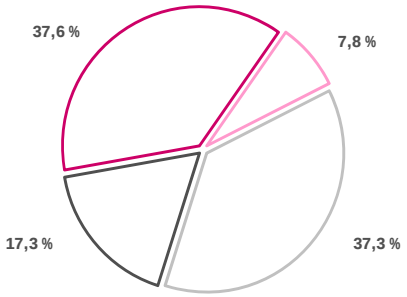
- Em Portugal, o aumento de valor da carteira provém, sobretudo, das classes de risco 'Soberanos' e 'Bancos', tendo-se verificado alguma contração nas carteiras de Empresas e Retalho.

* *Capital Requirements Directive* (Diretiva 2013/36/EU)/*Capital Requirements Regulation* (Regulamento (UE) nº 575/2013)

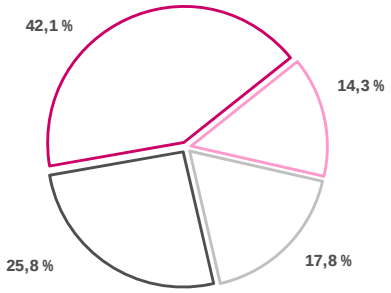
- Na Polónia, o crescimento da carteira de crédito é devido ao crescimento da carteira de Empresas e, também, à valorização do franco suíço face ao euro ocorrida no início de 2015 (nesta geografia, uma parte relevante de crédito à habitação está expresso nessa divisa);
- Quanto às duas geografias africanas, o crescimento da certeira expresso em euros espelha o crescimento do negócio nestas operações e a valorização do dólar norte-americano face ao euro (as posições em USD nestas geografias são relevantes), apesar da desvalorização do kwanza e do metical verificada no primeiro semestre de 2015.

A composição das carteiras nestas quatro geografias, por segmento de exposição, é ilustrada pelos seguintes gráficos (em 30 de junho de 2015):

Portugal

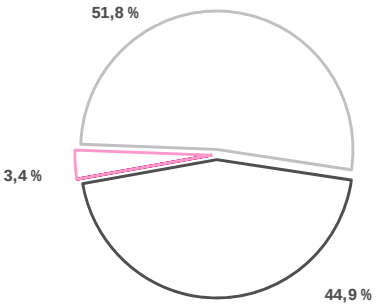


Polónia

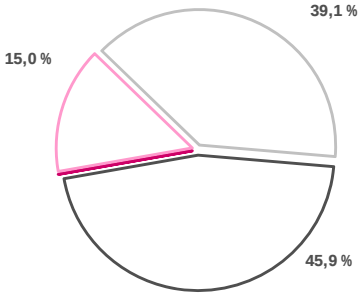


Retalho com garantias hipotecárias | Retalho (outras exposições e PME Retalho)) | Empresas (incluindo PME) | Bancos e Soberanos

Angola



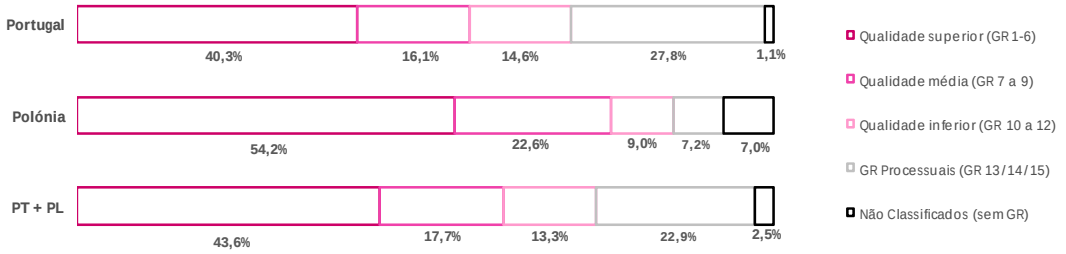
Moçambique



Retalho | Empresas | Bancos e Soberanos

Em consequência do que acima se referiu acerca da evolução da carteira de crédito em Portugal, verificou-se um aumento de peso de 'Bancos e Soberanos' em detrimento do peso dos segmentos de 'Retalho' e 'Empresas' face a Dezembro de 2014. Em Angola e Moçambique a composição da carteira também registou um aumento do peso de 'Bancos e Soberanos' relativamente aos restantes segmentos, enquanto na Polónia, a estrutura da carteira manteve-se praticamente inalterada.

No que se refere à qualidade dos riscos da carteira, medida pela distribuição da EAD por graus de risco internos (GR), atribuídos em Portugal e na Polónia, a situação em 30 de junho de 2015 era a seguinte:



(Não considerando exposições a Bancos e Soberanos e de *Specialised Lending*)

Esta distribuição denota continuidade de tendência positiva face ao final de 2014: o peso de EAD para graus de risco de qualidade média ou alta era então de 55,0% em Portugal e de 75,9% na Polónia (59,6% nos 2 países), sendo estes pesos em 30 de junho de 2015 de 56,4% (PT), 76,8% (PL) e 61,3% (PT + PL).

Principais indicadores de risco de crédito

O quadro seguinte mostra a evolução trimestral dos principais indicadores de risco de crédito entre junho de 2014 e junho de 2015 para o Grupo e para as carteiras de Portugal, Polónia, Angola e Moçambique.

	jun-15	mar-15	dez-14	set-14	jun-14
Consolidado					
Crédito vencido > 90 dias / Crédito Total	6,8%	6,6%	6,7%	6,9%	6,7%
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias / Crédito Total	11,0%	10,6%	10,5%	10,6%	10,4%
Imparidade / Crédito Total	6,0%	5,8%	6,0%	5,9%	5,3%
Portugal					
Crédito vencido > 90 dias / Crédito Total	8,4%	8,1%	8,1%	8,3%	7,9%
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias / Crédito Total	13,5%	13,2%	12,7%	12,8%	12,4%
Imparidade / Crédito Total	6,9%	6,7%	6,8%	6,7%	5,8%
Polónia					
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias / Crédito Total	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	2,8%
Imparidade / Crédito Total	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%	3,1%
Moçambique					
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias / Crédito Total	3,9%	3,3%	3,5%	3,2%	3,3%
Imparidade / Crédito Total	4,7%	4,6%	4,6%	4,8%	5,0%
Angola					
Crédito Vencido (NPL) > 90 dias / Crédito Total	7,8%	5,9%	5,3%	4,0%	3,5%
Imparidade / Crédito Total	4,5%	4,1%	4,0%	4,1%	4,0%

NPL = *Non-performing loans*

Estes valores evidenciam estabilidade na evolução destes indicadores, ao nível consolidado e na Polónia. Refira-se, ainda, que os níveis de cobertura do crédito NPL por provisões para imparidade se vêm mantendo constantes (ou até com ligeiro aumento).

Risco de concentração de crédito

O peso das 20 maiores exposições líquidas (LGD x EAD)* sobre o valor de Fundos Próprios consolidados (FPC) e o peso de cada uma destas exposições sobre a exposição total (em termos de EAD), em 30 de junho de 2015 e sem considerar 'Bancos e Soberanos' são apresentados no seguinte quadro:

Grupos de clientes	Peso da exposição líquida em Fundos Próprios	Peso da exposição no total (EAD)
Grupo 1	7,5%	1,5%
Grupo 2	7,4%	1,6%
Grupo 3	3,1%	0,7%
Grupo 4	3,0%	0,6%
Grupo 5	2,5%	0,4%
Grupo 6	2,5%	0,5%
Grupo 7	2,3%	0,5%
Grupo 8	2,3%	0,5%
Grupo 9	2,1%	0,5%
Grupo 10	2,0%	0,3%
Grupo 11	1,9%	0,4%
Grupo 12	1,9%	0,4%
Grupo 13	1,8%	0,4%
Grupo 14	1,8%	0,4%
Grupo 15	1,7%	0,3%
Grupo 16	1,6%	0,3%
Grupo 17	1,5%	0,3%
Grupo 18	1,5%	0,3%
Grupo 19	1,4%	0,3%
Grupo 20	1,3%	0,2%
Total	**51,2%**	**10,2%**

Estes pesos evidenciam uma ligeira diminuição da concentração da carteira de crédito do Grupo, uma vez que, no final de 2014, o peso destas 20 maiores exposições líquidas sobre os FPC era de 53,5% e o peso da EAD destas 20 exposições na EAD total era de 11,1%.

Risco operacional

O risco operacional materializa-se pela ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequação dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, de eventos externos.

Na gestão deste tipo de risco, o Grupo adota princípios e práticas devidamente documentados, que se traduzem em mecanismos de controlo passíveis de melhoria contínua. Integram este *framework* diversos elementos, como sejam: a segregação de funções, as linhas de responsabilidade e respetivas autorizações, a definição de limites de tolerância e de exposição aos riscos, os códigos deontológicos e de conduta, os exercícios de autoavaliação dos riscos (RSA – *risks self-assessment*), os indicadores de risco (KRI – *key risk indicators*), os controlos de acessos (físicos e lógicos), as atividades de reconciliação, os relatórios de exceção, o processo estruturado para a aprovação de novos produtos, os planos de contingência, a contratação de seguros e a formação interna sobre processos, produtos e sistemas.

No âmbito da gestão do risco operacional, as principais atividades levadas a cabo no primeiro semestre de 2015 foram:

- Continuação dos trabalhos de implementação/desenvolvimento das estruturas e mecanismos de controlo e gestão do risco operacional em Angola;

* LGD = perda em caso de default (*Loss given default*)

- A continuidade dos trabalhos de reforço do sistema de gestão do risco operacional no âmbito da preparação da candidatura do grupo à adoção da abordagem avançada (*Advanced Measurement Approach* - AMA) para o cálculo dos requisitos de capital deste tipo de risco;
- Elaboração de plano de ação para endereçar as recomendações resultantes da inspeção do Banco de Portugal ao *framework* de gestão do risco operacional;
- Realização de ações de formação aos *process owners* relativamente aos conceitos envolvidos no *framework* das "3 linhas de defesa" (consciencialização e aprofundamento relativamente às funções de cada linha).

Estrutura de gestão do risco operacional

O sistema de gestão do risco operacional assenta numa estrutura de processos *end-to-end*, considerando-se que uma visão transversal às unidades funcionais da estrutura organizacional é a abordagem mais adequada para percecionar os riscos e estimar o efeito das medidas corretivas introduzidas para os mitigar. Além disso, este modelo de processos suporta também outras iniciativas estratégicas relacionadas com a gestão deste risco, como são o caso da certificação da qualidade dos principais produtos e serviços oferecidos (ISO 9001) ou das ações para melhoria da eficiência operativa e da gestão da continuidade do negócio.

Assim, todas as subsidiárias do Grupo onde o *framework* está implementado têm definida a sua própria estrutura de processos, a qual é periodicamente ajustada em função da evolução do negócio, para assegurar uma adequada cobertura das atividades de negócio (ou de suporte ao negócio) desenvolvidas.

A responsabilidade pela gestão dos processos foi atribuída a *process owners* (secundados por *process managers*), que têm por missão caracterizar as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, monitorizar os respetivos KRI, realizar os exercícios de RSA, bem como identificar e implementar as ações adequadas para mitigação das exposições ao risco operacional, contribuindo assim para o reforço dos mecanismos de controlo e para a melhoria do ambiente de controlo interno.

Autoavaliação dos riscos operacionais (RSA)

O objetivo dos exercícios de RSA é o de promover a identificação e a mitigação (ou eliminação) de riscos, atuais ou potenciais, no âmbito de cada processo, através da classificação de cada uma de 20 subtipologias de risco operacional consideradas. Essas classificações são posicionadas numa matriz de tolerância ao risco, considerando-se o pior caso que pode ocorrer em cada processo (*worst-case event*), para três diferentes cenários. Tal permite:

- Avaliar o risco inerente dos vários processos, que não considera a influência dos controlos existentes (Risco Inerente);
- Determinar a influência do ambiente de controlo instalado na redução do nível das exposições (Risco Residual);
- Identificar o impacto das oportunidades de melhoria na redução de risco das exposições mais significativas (Risco Objetivo).

Os exercícios de RSA são realizados através de *workshops*, assistidos pelo Risk Office e com a participação dos *process owners* e *process managers*, ou através de respostas a questionários enviados aos *process owners* para revisão dos resultados de RSA anteriores, em função de critérios de atualização pré-definidos.

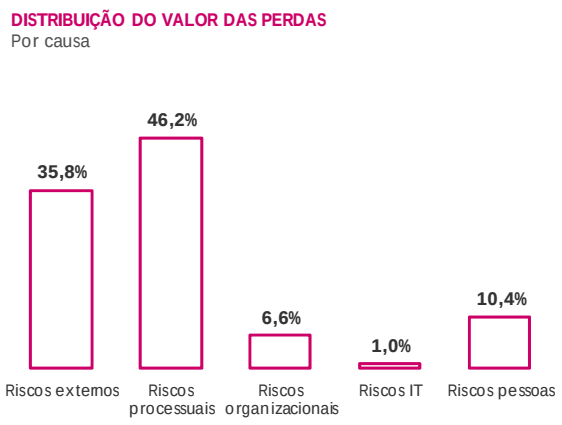
Captura de perdas operacionais

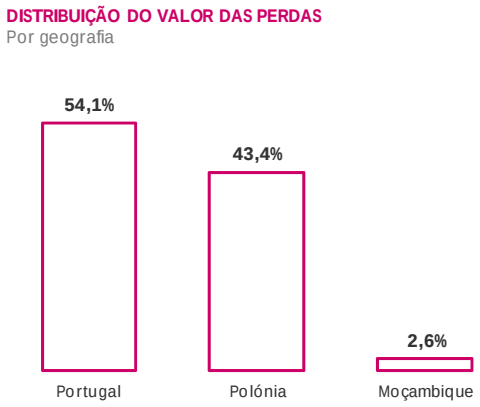
A captura (i.e., a identificação, registo e caracterização) de perdas operacionais e dos eventos que lhes deram origem, levada a cabo pelo Grupo nas operações cobertas pelo *framework* de gestão de risco operacional, tem por objetivo reforçar a consciencialização para este risco e facultar informação relevante aos *process owners*, destinada a ser incorporada na gestão dos seus processos, sendo um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco. Acresce ainda que os dados das perdas operacionais são utilizados para *backtesting* dos resultados dos RSA, possibilitando aferir a avaliação/classificação atribuída às sub-tipologias de risco, em cada processo.

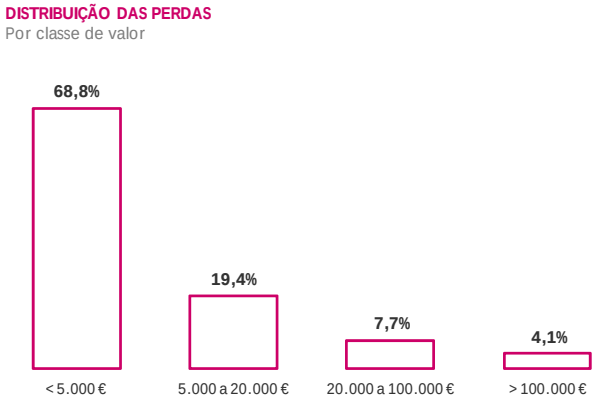
A deteção e reporte das perdas operacionais é uma responsabilidade de todos os Colaboradores do Grupo, cabendo aos *process owners* um papel determinante na dinamização desses procedimentos no âmbito dos processos pelos quais são responsáveis.

Assim, os eventos identificados em que as perdas, efetivas ou potenciais, superem os limites de materialidade definidos (para cada geografia), são caracterizados pelos *process owners* e *process managers* dos processos com os quais as perdas são relacionadas, o que inclui, para além da descrição da respetiva causa-efeito, a valorização da perda e, quando aplicável, a descrição da ação de melhoria identificada (a partir da análise da causa da perda), destinada a mitigar o risco.

O perfil das perdas acumuladas até 30 de junho de 2015 é apresentado nas figuras seguintes:







Indicadores de risco (KRI)

Os KRI alertam para alterações do perfil dos riscos ou da eficácia dos controlos e, por essa via, permitem identificar a necessidade de introduzir ações corretivas sobre os processos, para prevenir que riscos potenciais se materializem em perdas efetivas. A utilização deste instrumento de gestão abrange os processos mais relevantes nas principais operações do Grupo (Portugal, Polónia e Moçambique).

Gestão da continuidade de negócio

A gestão da continuidade do negócio engloba duas componentes complementares - o Plano de Continuidade de Negócio, relativo a pessoas, instalações e equipamentos, e o Plano de Recuperação Tecnológica, relativo a sistemas de informação, aplicações e infraestruturas de comunicações.

Ambos os planos estão definidos e implementados para um conjunto de processos críticos de negócio e são promovidos e coordenados por uma unidade de estrutura dedicada, cuja metodologia assenta num princípio de melhoria contínua, orientada pelas boas práticas internacionais e pelas recomendações das entidades de supervisão.

Estes planos de continuidade são regularmente testados e atualizados, mediante a realização de exercícios que visam melhorar a capacidade de resposta a incidentes e aprofundar a articulação entre a resposta de emergência, a recuperação tecnológica, a gestão de crise e a recuperação do negócio.

Contratação de Seguros

A contratação de seguros para riscos de natureza patrimonial, pessoal ou relacionados com responsabilidades perante terceiros é também um instrumento relevante de gestão do risco operacional, tendo por objetivo a transferência - total ou parcial – de riscos. As propostas para a contratação de

novos seguros são submetidas pelos *process owners* no âmbito das respetivas competências para a gestão do risco operacional inerente aos seus processos ou apresentadas pelos responsáveis de área ou de unidade orgânica, sendo analisadas pelo Comité de Risco e autorizadas pela CE.

Riscos de mercado

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respetivas volatilidades.

Para efeitos de análise de rendibilidade e da quantificação e controlo dos riscos de mercado, são definidas as seguintes "áreas de gestão" para cada entidade do Grupo:

- Negociação – Gestão das posições cujo objetivo é a obtenção de ganhos a curto prazo, através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionam-se sem restrições e podem ser avaliadas frequentemente e de forma precisa. Nas posições em causa incluem-se os títulos e os derivados de atividades de vendas;
- Financiamento – Gestão dos financiamentos institucionais (*wholesale funding*) e das posições de mercado monetário;
- Investimento – Gestão de todas as posições em títulos a deter até à maturidade (ou durante um período alargado de tempo) ou que não sejam transacionáveis em mercados líquidos;
- Comercial – Gestão das posições resultantes da atividade comercial com Clientes;
- Estrutural – Gestão de elementos de balanço ou de operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das áreas de gestão anteriormente referidas; e
- ALM - Gestão de Ativos e Passivos (*Assets & Liabilities Management*).

A definição destas áreas permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada, de acordo com o respetivo contexto.

De modo a garantir que os níveis de risco incorridos nas diversas carteiras do Grupo estão de acordo com os níveis pré-definidos de tolerância ao risco, são estabelecidos, com periodicidade mínima anual, vários limites para riscos de mercado que se aplicam a todas as carteiras das áreas de gestão sobre as quais os riscos incidem. Estes limites são acompanhados numa base diária (ou intradiária, no caso das áreas de mercados financeiros) pelo Risk Office.

São também definidos limites de *stop loss* para as áreas de mercados financeiros, com base em múltiplos dos limites de risco definidos para as mesmas, visando limitar as perdas máximas que podem ocorrer nestas áreas. Quando estes limites são atingidos, é obrigatória uma revisão da estratégia e dos pressupostos relativos à gestão das posições em causa.

No decurso do primeiro semestre de 2015, o *framework* de controlo interno dos riscos de mercado tem continuado a ser reforçado e desenvolvido, designadamente, dando-se seguimento a um conjunto de recomendações da autoridade de supervisão enfocadas no apuramento de requisitos de capital para risco cambial (Método Padrão) e no controlo de qualidade dos dados de mercados utilizados no âmbito do modelo VaR (*Value-at-risk*) para medição do risco de mercado genérico.

Riscos de mercado da carteira de negociação*

O Grupo utiliza uma medida integrada de riscos de mercado que permite uma monitorização de todas as sub-tipologias de risco consideradas relevantes. Esta medida integra a avaliação do risco genérico, do risco específico, do risco não linear e do risco de mercadorias. Cada um destes sub-tipos de risco é medido individualmente, utilizando-se um modelo de risco adequado, sendo a medida integrada apurada a partir das medidas de cada sub-tipo sem considerar qualquer tipo de diversificação entre os 4 sub-tipos (abordagem de *worst case scenario*).

---

* Posições afetas à Área de Gestão de Negociação (e não, especificamente, à carteira de negociação em termos contabilísticos).

Para a medição diária do risco genérico de mercado – incluindo o risco de taxa de juro, o risco cambial, o risco de ações e o risco de preço dos *Credit Default Swaps* - é utilizado um modelo de VaR (*Value-at-Risk*), considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%.

Para risco não-linear, é aplicada uma metodologia desenvolvida internamente que replica o efeito que os principais elementos não-lineares das posições em opções podem ter no apuramento dos resultados das diversas carteiras em que estão incluídas, de uma forma semelhante ao considerado na metodologia VaR e utilizando-se o mesmo horizonte temporal e o mesmo nível de significância.

O risco específico e o risco de mercadorias são medidos através das metodologias padrão definidas na regulamentação aplicável, com uma alteração adequada do horizonte temporal considerado.

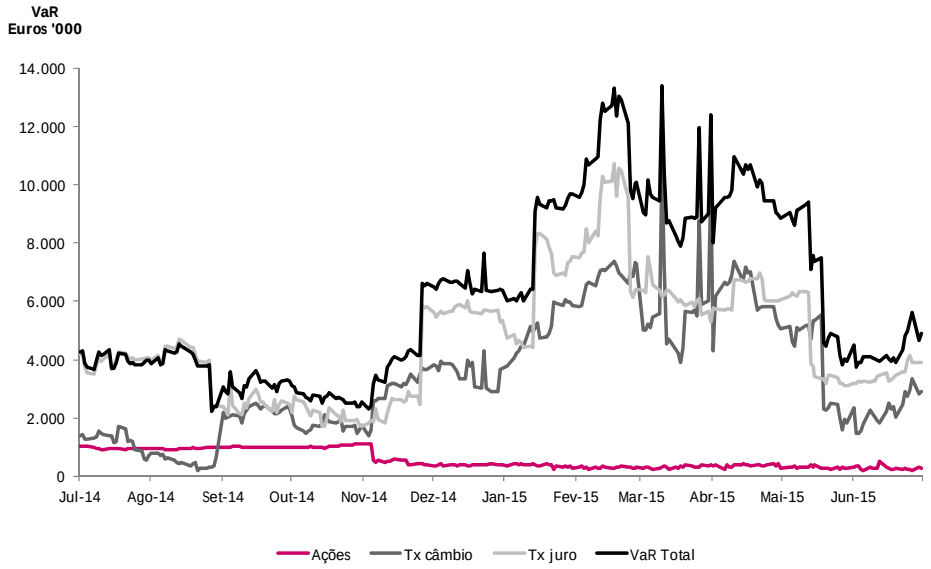
No quadro seguinte apresentam-se os valores em risco medidos pelas metodologias referidas, para a carteira de negociação, entre 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2015:

milhares de euros

	jun-15	Média	Máximo	Mínimo	dez-14
Risco genérico (VaR)	3.716,2	5.900,0	10.209,4	3.072,4	5.367,8
Risco de taxa de juro	3.691,6	5.539,2	9.792,5	3.127,8	5.092,0
Risco cambial	659,2	907,6	961,4	517,3	452,2
Risco de acções	258,0	323,2	303,8	271,9	391,6
Efeito de diversificação (-)	*892,6*	*870,0*	*848,3*	*844,6*	*567,9*
Risco específico	308,6	351,8	706,6	274,1	285,6
Risco não linear	251,6	107,0	640,1	15,2	52,2
Risco de commodities	14,0	17,2	211,8	11,1	15,1
Risco global	4.290,4	6.376,0	10.697,5	3.555,5	5.720,7

Notas:
- Periodo de detenção de 10 dias e 99% de nivel de confiança.
- Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias do Millennium bcp, Bank Millennium. Banco Millennium Angola e Banco Internacional de Moçambique

Como se pode verificar pelos valores apresentados e, também, pelo gráfico seguinte - que ilustra a decomposição do VaR para risco genérico da carteira de negociação nas suas 3 componentes (taxa de juro, cambial e ações) - tanto os níveis de risco como a volatilidade foram claramente superiores nos primeiros 6 meses de 2015 face ao último semestre de 2014. Em particular, estes níveis de risco e de volatilidade estiveram associados ao risco de taxa de juro, ligado à carteira de dívida pública portuguesa.



Monitorização e validação do modelo VaR

Com o intuito de verificar a adequação do modelo interno de VaR para avaliação dos riscos envolvidos nas posições assumidas, são levadas a cabo diversas validações ao longo do tempo, com diferentes âmbitos e frequências, nos quais se incluem o *backtesting*, a estimação dos efeitos de diversificação e a análise da abrangência dos fatores de risco.

Neste âmbito, refira-se que o exercício de backtesting hipotético do modelo VaR para o período entre 1 de julho de 2014 e 30 de junho de 2015, sobre a carteira de negociação - através do qual se confrontam os valores verificados para VaR com os resultados hipotéticos do modelo utilizado – resultou em 4 excessos de valor (sobre os resultados previstos pelo modelo), com uma frequência de 1,56% em 256 dias de observações (valor em linha com o valor esperado para o número de excessos).

Stress tests sobre a carteira de negociação

Complementarmente ao apuramento do VaR, o Grupo testa de forma contínua um conjunto alargado de cenários de esforço (*stress scenarios*), analisando os respetivos resultados com vista à identificação de concentrações de risco não capturadas pelo modelo VaR e, também, para testar outras possíveis dimensões de perda. Os resultados destes testes sobre a carteira de negociação do Grupo, em 30 de junho de 2015, foram os seguintes:

milhões de euros

Cenários standard testados	Cenário com resultado negativo	Resultado
Variação paralela da curva de rendimentos em +/- 100 p.b.	+ 100 p.b.	-6,4
Variação no declive da curva de rendimentos (para maturidades entre 2 e 10 anos) em +/- 25 p.b.	+ 25 p.b.	-1,5
Combinações possíveis dos 2 cenários anteriores	+ 100 p.b. e + 25 p.b.	-9,6
	+ 100 p.b. e - 25 p.b.	-5,1
Variação dos principais índices accionistas em +/- 30%	-30%	-1,4
Variação das taxas de câmbio (em relação ao euro) em +/- 10% para as principais moedas e +/- 25% para as restantes moedas	-10%, -25%	-5,4
Variação dos *spreads* dos *swaps* em +/- 20 p.b.	- 20 p.b.	-0,1
Cenários não-standard testados	**Cenário com resultado negativo/cenário utilizado**	**Resultado**
Alargamento/Estreitamento do *Bid-Ask Spread*	Alargamento	-0,2
Cenário customizado (1)		-3,2
Cenários históricos (2)	07-04-2011	-7,4
	22-09-2011	-6,5

(1) Cenário em que os principais fatores de risco historicamente verificados (num horizonte temporal de três anos) são aplicados de forma simulada sobre a atual carteira, por forma a medir os impactos potenciais desses fatores de risco.

(2) Cenário que aplica à carteira atual variações de mercado ocorridas em crises passadas; no caso, nas datas consideradas, registou-se grande volatilidade nas *yields* da dívida pública portuguesa.

Estes resultados mostram que a exposição da carteira de negociação do Grupo aos diversos fatores de risco considerados é limitada, sendo que o cenário mais adverso a ter em conta é a subida do nível das taxas de juro, sobretudo quando acompanhada por um aumento no declive da *yield* curve. A sensibilidade da carteira de negociação ao risco de taxa de juro é semelhante à que já se verificava em final de 2014.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária (Banking Book) é efetuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o Balanço consolidado do Grupo.

As variações das taxas de juro de mercado têm efeito ao nível da margem financeira, tanto numa ótica de curto como de médio/longo prazo, afetando o valor económico da mesma numa perspetiva de longo prazo. Os principais fatores de risco advêm do *mismatch* de *repricing* das posições da carteira (risco de *repricing*) e do risco de variação do nível das taxas de juro de mercado (*yield curve risk*). Para além

disso – embora com menor impacto - existe o risco de variações desiguais em diferentes indexantes com o mesmo prazo de repricing (*basis risk*).

Por forma a identificar a exposição da carteira bancária do Grupo a estes riscos, a monitorização do risco de taxa de juro entra em consideração com as características financeiras das posições registadas nos sistemas de informação, sendo efetuada uma projeção dos respetivos cash-flows esperados de acordo com as datas de *repricing*, calculando-se assim o impacto no valor económico resultante de cenários alternativos de alteração nas curvas de taxas de juro de mercado.

Esta análise, reportada a 30 de junho de 2015 e efetuada pelo cálculo da diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro (descontado às taxas de juro de mercado) e o valor desse *mismatch* descontado a um nível de taxas com +100 p.b. (para todos os prazos) resulta num impacto positivo de cerca de 56,6 milhões de euros para posições denominadas em euros. Para o mismatch descontado a um nível de taxas com – 100 p.b., o impacto simulado é ainda positivo, de cerca de 2 milhões de euros.

No quadro seguinte apresenta-se a decomposição deste impacto, para + 100 p.b. de variação de taxas, entre cada uma das áreas de gestão da carteira bancária e para os diferentes prazos residuais das

(milhares de euros)

Impacto de uma deslocação da curva de rendimentos de +100 p.b.

Gap de taxa de juro para o balanço em EUR

	Prazos residuais de repricing					
	< 1 A	**1 - 3 A**	**3 - 5 A**	**5 - 7 A**	**> 7 A**	**Total**
Actividade da Área Comercial	70,0	83.033,0	344.413,0	9.843,0	-14.688,0	422.671,0
Actividade da Área Estrutural	-15.971,0	59.170,0	12.357,0	8.279,0	-3.925,0	59.911,0
Subtotal	**-15.900,0**	**142.204,0**	**356.769,0**	**18.122,0**	**-18.612,0**	**482.582,0**
Cobertura de risco	4.185,0	-202.043,0	-207.596,0	-12.053,0	10.249,0	-407.258,0
Total Comercial e Estrutural	**-11.716,0**	**-59.840,0**	**149.173,0**	**6.069,0**	**-8.363,0**	**75.324,0**
Carteira de Financiamento	-13.903,0	789,0	46.892,0	-6.060,0	-7.989,0	19.728,0
Carteira de Investimento	-21.970,0	-911,0	-1.855,0	-958,0	-6.736,0	-32.431,0
Carteira de ALM	16.305,0	77.274,0	5.281,0	-67.551,0	-37.272,0	-5.963,0
Total da carteira bancária em 30/06/2015	**-31.282,0**	**17.311,0**	**199.491,0**	**-68.501,0**	**-60.361,0**	**56.658,0**
Total da carteira bancária em 31/12/2014	-24.789,0	62.031,0	150.126,0	-51.627,0	-44.124,0	91.617,0
Impacto de uma deslocação da curva de rendimentos de -100 p.b. (*)						
Total da carteira bancária em 30/06/2015	**-2.433,0**	**-948,0**	**-101.906,0**	**40.079,0**	**67.271,0**	**2.064,0**

(*) Cenário limitado a taxas não negativas (o que impica variações efetivas de menor amplitude que 100 p.b., sobretudo nos prazos mais curtos).

posições em causa:

As posições em risco que não são objeto de operações de cobertura específica em mercado são transferidas internamente para duas áreas de mercados (Financiamento e ALM), passando assim a fazer parte integrante das respetivas carteiras. Como tal, são avaliadas diariamente com base no modelo de controlo de risco de mercado da carteira de negociação atrás identificado.

Risco cambial e de ações na carteira bancária

O risco cambial da carteira bancária é transferido internamente para área de Negociação (Tesouraria), de acordo com o modelo de especialização de riscos seguido pelo Grupo para a gestão do risco cambial. As exposições a risco cambial que não são integradas nesta transferência – as participações financeiras nas subsidiárias, em moeda estrangeira – poderão ser objeto de cobertura por operações em mercado, a decidir casuisticamente.

Em 30 de junho de 2015 o Grupo tinha coberto as participações financeiras em USD, CHF e PLN (parcialmente, neste último caso). Estas coberturas, em base consolidada, estão identificadas em termos contabilísticos como coberturas de "Net Investment", de acordo com a nomenclatura IFRS.

No que se refere ao risco de ações, o Grupo mantém um conjunto de posições em ações com dimensão não significativa, que não se destinam a ser negociadas com objetivos de trading. A gestão destas posições é feita por uma área específica do Grupo, sendo o risco das mesmas incluído na área de Investimento e controlado em base diária, através das métricas e limites definidos para controlo dos riscos de mercado. Estas posições têm uma dimensão e risco bastante reduzido na carteira de investimento do Grupo, contribuindo apenas com cerca de 7,0% do VaR desta carteira (em 30 de junho de 2015).

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Grupo em cumprir as suas obrigações de reembolso de financiamentos sem incorrer em perdas significativas, seja por condições de financiamento gravosas (risco de financiamento), seja por venda de ativos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado).

No primeiro semestre de 2015 as necessidades líquidas de financiamento *wholesale* em Portugal não registaram variação material, com o aumento da carteira de títulos de dívida corporate e soberana a ser globalmente compensado por redução adicional no gap comercial e pela venda de parte da participação no Bank Millennium (Polónia).

Com o refinanciamento de operações de *funding* de médio-longo prazo limitado a 368 milhões de euros no primeiro semestre de 2015 (valor respeitante a recompra antecipada de dívida sénior e amortização de empréstimos bancários), a estrutura de financiamento denotou, face a dezembro de 2014 e entre outras evoluções de menor expressão, aumentos de 263 milhões de euros em operações de curto-prazo com instituições financeiras e colateralizadas por títulos (que atingiram um saldo de 2.143 milhões de euros) e de 167 milhões de euros em empréstimos bancários (resultantes de novos empréstimos junto do Banco Europeu de Investimento no total de 300 milhões de euros), bem como uma redução de 516 milhões de euros no financiamento líquido colateralizado junto do Banco Central Europeu (que atingiu um saldo de 6.053 milhões de euros), que assim prosseguiu a trajetória descendente observada nos últimos anos.

O saldo financiado junto do Eurosistema evidenciou, no primeiro semestre de 2015, a amortização antecipada de 500 milhões de euros e o posterior vencimento do saldo remanescente de € 3.500 milhões de euros, de um total inicial de 12.000 milhões de euros tomados em 2012 no âmbito das operações de cedência de liquidez a médio-prazo do Banco Central Europeu. O refinanciamento ocorreu por recurso às operações semanais e a três meses conduzidas regularmente pelo BCE.

O quadro seguinte mostra a estrutura de *wholesale funding* (WSF), em 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho 2015, em termos do peso relativo de cada um dos instrumentos utilizados:

Composição da liquidez
(*Wholesale funding*)

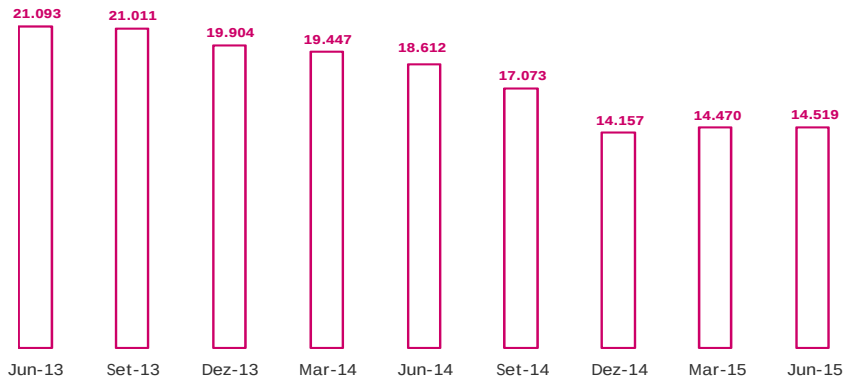
	30 jun 15	31 dez 14	Var. Peso
MM	4,4%	4,1%	0,3%
BCE	48,6%	50,5%	-1,9%
CoCo's	5,1%	5,7%	-0,6%
Papel Comercial	0,0%	0,0%	0,0%
Repos	19,1%	14,0%	5,1%
Acordos de empréstimo	7,9%	7,5%	0,4%
Schuldschein	0,8%	0,8%	-0,1%
EMTN	3,6%	5,5%	-1,9%
Equity Swaps	0,0%	0,0%	0,0%
Obrigações Hipotecárias	8,9%	9,8%	-1,0%
Dívida Subordinada	1,7%	1,9%	-0,2%
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**-**

A estrutura de WSF do Grupo é definida para cada período anual pelo Plano de Liquidez (que faz parte integrante do processo de orçamentação), sendo formulado a nível consolidado e para as principais subsidiárias do Grupo. A preparação deste plano é coordenada pelo Group Treasurer, sendo a respetiva execução acompanhada continuamente ao longo do ano, procedendo-se à respetiva revisão sempre que necessário.

A redução do saldo líquido financiado junto do BCE e o crescimento da carteira de colateral disponível para desconto permitiram um reforço de 878 milhões de euros do *buffer* de liquidez, para 8.466 milhões de euros. A evolução da carteira de colaterais descontáveis é ilustrada pelo seguinte gráfico:

ATIVOS ELEGÍVEIS PARA DESCONTO JUNTO DO BCE (*)
Após *haircuts*

milhões de euros



(*) Carteira global, incluindo ativos utilizados e não-utilizados, bem como montantes temporariamente fora da Pool (até junho de 2014)

Controlo do risco de liquidez

Para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses), o controlo do risco de liquidez do Grupo é efetuado diariamente com base em duas métricas internamente definidas – o indicador de liquidez imediata e o indicador de liquidez trimestral - as quais medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer cumulativamente nos respetivos horizontes temporais, considerando-se as projeções de *cashflows* para períodos de, respetivamente, 3 dias e 3 meses.

Em paralelo, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas.

O Grupo efetua o controlo do perfil de liquidez estrutural através do acompanhamento regular de um conjunto de indicadores definidos tanto internamente como pela regulamentação, que visam caracterizar o risco de liquidez, como sejam o rácio de transformação de depósitos em crédito (107% em 30 de junho de 2015), os gaps de liquidez a médio prazo e os rácios de cobertura de financiamentos em mercados de *wholesale funding* por Activos Altamente Líquidos (HLA).

Plano de Contingência de Capital e Liquidez

O Plano de Contingência de Capital e Liquidez (PCCL) define as prioridades, responsabilidades e medidas específicas a tomar na ocorrência de uma situação de contingência de liquidez. Este plano é revisto com periodicidade mínima anual.

Este plano define, enquanto objetivo, a manutenção de uma estrutura de liquidez e capital equilibrada, estabelecendo também a necessidade de uma contínua monitorização das condições de mercado, bem como linhas de ação e *triggers* que visam a tomada atempada de decisões perante cenários de adversidade antecipados ou verificados.

O PCCL inclui um sistema de alerta precoce, destinado a antecipar a ocorrência de eventuais crises de capital e de liquidez, que combina 32 indicadores relacionados com a liquidez, o capital, a qualidade dos ativos e outros riscos materiais para o Grupo. No âmbito deste sistema de alerta, a quantificação deste indicador compósito é feita semanalmente, sendo a respetiva evolução acompanhada pelo Group CALCO e pela Direção de estudos, Planeamento e ALM, bem como pelo Group Treasurer e pelo Responsável pelo Risk Office.

Risco do Fundo de Pensões

Este risco decorre da desvalorização potencial dos ativos do Fundo ou da diminuição dos respetivos retornos esperados. Perante cenários desta natureza, o Grupo terá de efetuar contribuições não previstas, por forma a manter os benefícios definidos pelo Fundo.

A monitorização regular deste risco e o acompanhamento da respetiva gestão cabe ao Sub-Comité de Risco dos Fundos de Pensões.

No 1º semestre de 2015 o Fundo de Pensões do Grupo BCP/Benefício Definido apresentou uma taxa de retorno ponderada (líquida) de 0,46%. Apesar da valorização superior a 3% registada até maio, o Fundo

perdeu 2,7% em junho, afetado não só pela subida das yields da dívida pública doméstica mas também pela reavaliação de ações não cotadas.

Assim, durante a primeira metade de 2015, o contributo da componente de ações foi praticamente neutro já que a performance positiva das ações cotadas foi anulada pela desvalorização dos títulos não cotados. O Imobiliário e os investimentos alternativos contribuíram positivamente para a performance global.

Validação de modelos

Compete à Unidade de Auditoria e Validação de Modelos fazer o acompanhamento e a validação independente dos modelos e sistemas de risco de crédito e risco de mercado. A validação e o acompanhamento de modelos envolvem ainda os responsáveis pelos modelos, os responsáveis pelos sistemas de risco, o Comité de Validação e o Comité de Risco.

Durante o primeiro semestre de 2015, conforme planeado, foram realizadas várias ações de acompanhamento, validação e revisão/melhoria dos modelos de risco de crédito e de mercado.

No caso dos modelos de risco de crédito, estas ações incidiram sobre os modelos e sistemas de rating para as classes de risco de Empresas e de Retalho, nas suas diferentes componentes relativamente a modelos utilizados em Portugal, com especial destaque para as alterações ao modelo de 'Holdings de investimento', para o novo modelo de veículos especiais de investimento e para a utilização de métodos avançados no tratamento dos 'Valores a receber adquiridos' (*Purchased Receivables*).

No âmbito do processo de validação anual, os modelos mais significativos são os modelos de probabilidade de default (PD) aplicados aos segmentos de Small, Mid e Large Corporate, na classe de risco Empresas, os modelos de Pequenos Negócios e Crédito à Habitação na classe de risco Retalho e os modelos de perda em caso de incumprimento (LGD) nas classes de risco Retalho e Empresas.

As ações de acompanhamento e validação visam igualmente monitorizar e aprofundar o conhecimento sobre a qualidade dos sistemas e modelos, reforçando a capacidade de reação atempada face a alterações nas respetivas capacidades preditivas, por forma a garantir confiança relativamente à sua utilização e desempenho.

EXPOSIÇÃO A ATIVIDADES E PRODUTOS AFETADOS PELA CRISE FINANCEIRA

O Grupo não possui, em carteira, investimentos materiais em produtos financeiros complexos.

O Grupo realiza operações com derivados, fundamentalmente, para efetuar coberturas de produtos para Clientes (produtos de capital garantido ou outros), e coberturas de riscos relacionadas com a atividade corrente do Banco, compreendendo essencialmente a cobertura do risco de taxa de juro e do risco cambial. A atividade de *trading* da carteira própria com derivados tem uma expressão reduzida, quer nos resultados do Grupo, quer em termos de exposição ao risco.

O Grupo tem efetuado, ao longo dos anos, operações de titularização (securitizações) de crédito a particulares (crédito à habitação e ao consumo) e também de crédito a empresas (contas correntes e *leasing*). As securitizações de crédito são usadas como instrumentos de gestão da liquidez e de capital, tendo como objetivos o financiamento da atividade do Grupo e, em determinadas circunstâncias, a libertação de capital. O Grupo tem uma exposição muito limitada a *Special Purpose Entities* (SPE), para além da que resulta das securitizações próprias e da normal atividade de crédito, descritas nas Notas sobre Políticas Contabilísticas e sobre Crédito a Clientes às Demonstrações Financeiras Consolidadas. Adicionalmente, as políticas contabilísticas relativas a SPE e securitizações não se alteraram nos últimos 12 meses.

A crise financeira internacional revelou desequilíbrios estruturais na despesa do Estado em múltiplas jurisdições do mundo, incluindo Grécia, Irlanda e Portugal. À data de 30 de junho de 2015, a exposição líquida do Grupo à dívida soberana portuguesa era de 4,5 mil milhões de euros, a exposição líquida à dívida soberana italiana era de 52 milhões de euros e a exposição líquida à dívida soberana espanhola era de 46 milhões de euros. Do total da carteira de dívida pública consolidada (9,0 mil milhões de euros), 1,2 mil milhões de euros eram contabilizados na carteira de ativos financeiros detidos para negociação e 7,9 mil milhões de euros na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda e detidos até à maturidade. Informação adicional sobre a exposição a dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout* pode ser encontrada na Nota 54 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As políticas contabilísticas do Grupo estão descritas na Nota 1 das Notas às Demonstrações Financeiras, incluídas nas Contas e Notas às Contas do 1º semestre de 2015. Informação adicional sobre a valorização de ativos financeiros e gestão de risco pode ser encontrada nas Notas sobre Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivados de cobertura; Ativos financeiros detidos até à maturidade; Reservas de Justo Valor, outras reservas e Resultados Retidos; Justo valor e sobre Gestão dos Riscos do Relatório anteriormente referido.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Controlo Interno define-se como o conjunto de princípios, estratégias, políticas, sistemas, processos, regras e procedimentos estabelecidos no Grupo com vista a garantir:

- Um desempenho eficiente e rentável da atividade, no médio e longo prazo, que assegure a utilização eficaz dos ativos e recursos, a continuidade do negócio e a própria sobrevivência do Grupo através, nomeadamente, de uma adequada gestão e controlo dos riscos da atividade, da prudente e correta avaliação dos ativos e responsabilidades, bem como da implementação de mecanismos de prevenção e proteção contra erros e fraudes;
- A existência de informação financeira e de gestão, completa, pertinente, fiável e atempada, que suporte as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno como externo;
- O respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis emanadas do Banco de Portugal, incluindo as relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com clientes, das orientações dos órgãos sociais e das recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Autoridade Bancária Europeia (EBA), de modo a preservar a imagem e reputação da instituição perante os seus clientes, acionistas, colaboradores e supervisores.

Para atingir estes objetivos, o Sistema de Controlo Interno é instituído com base na função de *compliance*, na função de Gestão de Riscos e na função de Auditoria Interna, que são exercidas por Direções centralizadas e com atuação transversal ao Grupo. Os responsáveis destas três Direções são nomeados pelo Conselho de Administração do Banco, por proposta da Comissão de Nomeações e Avaliações, a quem compete aprovar o perfil técnico e profissional destes responsáveis, enquanto adequado ao exercício das respetivas funções.

O Sistema de Controlo Interno assenta:

- Num adequado ambiente de controlo interno;
- Num sólido sistema de gestão de riscos, destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar as atividades do Grupo;
- Num eficiente sistema de informação e comunicação, instituído para garantir a captação, tratamento e transmissão de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição;
- Num efetivo processo de monitorização, executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio sistema de controlo interno ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação imediata de eventuais deficiências (entendidas estas como o conjunto das insuficiências existentes, potenciais ou reais, ou das oportunidades de introdução de melhorias que permitam fortalecer o sistema de controlo interno), assegurando o desencadear de ações corretivas; e
- No rigoroso cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares em vigor, por parte dos colaboradores do Grupo, em geral, bem como pelas pessoas que exercem cargos de direção ou chefia, incluindo os membros dos órgãos de administração, assegurando-se, nomeadamente, o cumprimento do Código Deontológico do Grupo e dos códigos de conduta a que estão sujeitas as atividades bancárias, financeira, seguradora e de intermediação em valores mobiliários ou produtos derivados.

Sistemas de Gestão de Riscos, de Informação e Comunicação e de Monitorização do Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno engloba os seguintes subsistemas: o Sistema de Gestão de Riscos, o Sistema de Informação e Comunicação e o Processo de Monitorização do Sistema de Controlo Interno.

O Sistema de Gestão de Riscos corresponde ao conjunto de processos integrados e permanentes que permitem a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materiais – de origem interna ou externa - a que se encontram expostas as Instituições do Grupo, de forma a mantê-los em níveis pré-definidos pelos órgãos de administração e fiscalização e tem em consideração os riscos de crédito, de mercado, de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez, de *compliance*, operacional, dos

sistemas de informação, de estratégia e de reputação, bem como todos os outros riscos que, em face da situação concreta das instituições do Grupo, se possam revelar materiais.

Este sistema é adequadamente planeado, revisto e documentado e está suportado em processos de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de riscos, que integram políticas e procedimentos apropriados e claramente definidos, visando assegurar que os objetivos da instituição são atingidos e que são implementadas as ações necessárias para responder adequadamente aos riscos previamente identificados.

O Sistema de Informação e Comunicação garante a existência de informação substantiva, atual, compreensível, coerente, atempada e fiável, que permita uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, o perfil de risco da instituição e o comportamento e perspetivas de evolução dos mercados relevantes.

O processo de informação financeira é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de apoio à gestão que registam, classificam, associam e arquivam, de forma atempada, sistematizada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas do Comissão Executiva.

O Processo de Monitorização inclui todas as ações e avaliações de controlo desenvolvidas com vista a garantir a eficácia e adequação do sistema de controlo interno, nomeadamente, através da identificação de deficiências no sistema, quer na sua conceção, quer na sua implementação e/ou utilização. Executadas numa base contínua e como parte integrante das rotinas do Grupo, as ações de controlo e monitorização são complementadas com avaliações autónomas, periódicas ou extraordinárias. As deficiências com impacto material que possam ser detetadas através dos procedimentos de controlo são devidamente registadas, documentadas e reportadas aos órgãos de gestão e supervisão apropriados.

Neste contexto, a Função de Auditoria Interna é exercida pela Direção de Auditoria com caráter permanente e independente, avaliando, em cada momento e de acordo com o plano estabelecido, a adequação e eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno como um todo, emitindo recomendações baseadas nos resultados das avaliações realizadas.

Estes subsistemas do Sistema de Controlo Interno são geridos na vertente de Gestão de Riscos pelo Risk Office e pelo Compliance Office e, na vertente de Informação e Comunicação, pelo Departamento de Planeamento e Controlo da Direção de Estudos, Planeamento e ALM, pela Direção de Contabilidade e Consolidação e pelas áreas responsáveis pela contabilidade nas diversas subsidiárias.

A atividade do Risk Office é transversal ao Grupo e inclui a coordenação das estruturas locais de gestão de riscos. A atividade do Compliance Office é igualmente transversal a todas as Instituições do Grupo, em termos de políticas de compliance aplicáveis, tendo em atenção as especificidades legais de cada jurisdição. A Direção de Contabilidade e Consolidação e o Departamento de Planeamento e Controlo da Direção de Estudos, Planeamento e ALM recebem e centralizam a informação financeira de todas as subsidiárias. À Direção de Auditoria compete a função de monitorização *in loco* do sistema de controlo interno, exercendo esta função transversalmente.

Assim, o Risk Office, o Compliance Office, a Direção de Contabilidade e Consolidação, o Departamento de Planeamento e Controlo da Direção de Estudos, Planeamento e ALM e a Direção de Auditoria asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação de informação ao nível do Grupo – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e relativa ao acompanhamento e controlo dos riscos – que contemplam, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra-Grupo;
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES† RELATIVAS À TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ATIVOS

		Página
I.	**Modelo de Negócio**	
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e. razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência).	*RC (Relatório de Gestão) – Modelo de Negócio, pág.11-14; Modelo de Governance, pág.15-16; Análise das Áreas de Negócio, pág. 57-78*
2.	Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos espeficamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados).	*RC (Relatório de Gestão) – Visão, Missão e Estratégia, pág. 38-39*
3.	Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos).	*RC (Relatório de Gestão) - Análise das Áreas de Negócio, pág. 57-78; (Contas e Notas às Contas) – Indicadores do Balanço e Demonstração de Resultados consolidados por segmentos de negócio e geográficos*
4.	Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir.	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) – Ativos Financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivados de Cobertura; Ativos Financeiros detidos até à maturidade*
5.	Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e., compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida.	
II.	**Riscos e Gestão dos Riscos**	
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados.	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) –Resultados em operações de negociação e cobertura; Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda; Gestão dos Riscos*
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas. (Na crise atual, deverá ser dada especial atenção ao risco de liquidez.)	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) –Gestão dos Riscos*
III.	**Impacto do período de turbulência financeira nos resultados**	
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos *write-downs* nos resultados.	*RC (Relatório de Gestão) – Resultados e Balanço, pág.44-56; (Contas e Notas às Contas) – Resultados em operações de negociação e cobertura; Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda*

† do Financial Stability Board (FSB) e da Autoridade Bancária Europeia (EBA).

		Página
9.	Decomposição dos *write-downs*/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: *commercial mortgage-backed securities* (CMBS), *residential mortgage-backed securities* (RMBS), *colateralised debt obligations* (CDO), *asset-backed securities* (ABS).	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100*
10.	Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido.	*RC (Relatório de Gestão) – Enquadramento Económico, pág. 33*
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência.	*RC (Relatório de Gestão) – Resultados e Balanço, pág. 44-56*
12.	Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados.	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) – Resultados em op. de negociação e cobertura; Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda; Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados*
13.	Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade.	*RC (Relatório de Gestão) –Ação BCP, pág. 27-31*
14.	Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado.	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) – Reservas dejusto valor, outras reservas e resultados acumulados*
15.	Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto.	*RC (Relatório de Gestão) – Resultados e Balanço, pág. 44-56; (Contas e Notas às Contas) –Justo Valor*
IV	**Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência**	
16.	Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas".	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela recente crise financeira, pág.100; (Contas e Notas às Contas) – Ativos Financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivados de Cobertura;Ativos Financeiros detidos até à maturidade*
17.	Informação sobre mitigantes do risco de crédito (i.e. através *de credit default swaps*) e o respectivo efeito nas exposições existentes	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100*

		Página
18.	Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: – Nível de senioridade das exposições/tranches detidas; – Nível da qualidade de crédito (i.e., *ratings*, *vintages*); – Áreas geográficas de origem; – Setor de atividade; – Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas); – Caraterísticas do produto: i.e., *ratings*, peso/parcela de ativos *subprime* associados, taxas de desconto, *spreads*, financiamento; – Caraterísticas dos ativos subjacentes: i.e., *vintages*, rácio *loan-to-value*, privilégios creditórios, vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100*
19.	Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, *write-downs*, compras, etc.).	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100*
20.	Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100*
21.	Exposição a seguradoras de tipo *monoline* e qualidade dos ativos segurados: – Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas, bem como o montante de proteção de crédito adquirido; – Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito; – Valor dos *write-downs* e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados; – Decomposição das exposições por *rating* ou contraparte.	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100*
V.	**Políticas contabilísticas e métodos de valorização**	
22.	Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respectivo tratamento contabilístico.	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100; (Contas e Notas às Contas) – Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados; Justo valor*
23.	Consolidação das Special Purpose Entities (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência.	*RC (Relatório de Gestão) – Informação sobre a exposição a atividades e produtos afetados pela crise financeira, pág. 100; (Contas e Notas às Contas) – Políticas Contabilísticas*

		Página
24.	Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros: – Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor; – Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor) e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados, bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia); – Tratamento dos *day 1 profits* (incluindo informação quantitativa); – Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição).	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) – Ativos Financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda; Derivados de Cobertura; Ativos Financeiros detidos até à maturidade; Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados; Justo Valor*
25.	Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre: – Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas; – Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos); – Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização; – Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave); – *Stress scenarios*.	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) – Justo Valor; Gestão dos Riscos*
VI.	**Outros aspetos relevantes na divulgação**	
26.	Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.	*RC (Relatório de Gestão) – Gestão do Risco, pág. 83-99; (Contas e Notas às Contas) – Políticas Contabilísticas; Justo Valor; Gestão dos Riscos*

Informação Complementar

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 1º SEMESTRE DE 2015

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

	(Milhares de Euros)	
	30 junho 2015	30 junho 2014
Juros e proveitos equiparados	1.170.383	1.349.673
Juros e custos equiparados	(542.386)	(853.714)
Margem financeira	627.997	495.959
Rendimentos de instrumentos de capital	5.721	5.726
Resultado de serviços e comissões	350.663	341.183
Resultados em operações de negociação e de cobertura	100.964	54.643
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	407.294	120.518
Outros proveitos de exploração	(38.401)	(50.071)
	1.454.238	967.958
Outros resultados de atividades não bancárias	8.575	9.220
Total de proveitos operacionais	1.462.813	977.178
Custos com o pessoal	308.926	323.391
Outros gastos administrativos	213.019	221.495
Amortizações do exercício	33.264	31.816
Total de custos operacionais	555.209	576.702
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	907.604	400.476
Imparidade do crédito	(474.979)	(371.630)
Imparidade de outros ativos financeiros	(26.977)	(39.129)
Imparidade de outros ativos	(54.242)	(30.296)
Outras provisões	(10.611)	(44.529)
Resultado operacional	340.795	(85.108)
Resultados por equivalência patrimonial	20.616	22.994
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(12.129)	64.138
Resultado antes de impostos	349.282	2.024
Impostos		
Correntes	(44.803)	(62.332)
Diferidos	(9.645)	61.786
Resultado após impostos de operações em continuação	294.834	1.478
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	14.762	(33.605)
Resultado após impostos	309.596	(32.127)
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	240.744	(84.723)
Interesses que não controlam	68.852	52.596
Resultado do período	309.596	(32.127)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,010	(0,005)
Diluído	0,010	(0,005)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Milhares de Euros)

	30 junho 2015	31 dezembro 2014	30 junho 2014
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.426.845	1.707.447	1.927.947
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.140.761	795.774	720.556
Aplicações em instituições de crédito	831.021	1.456.026	1.012.571
Créditos a clientes	53.408.642	53.685.648	55.547.340
Ativos financeiros detidos para negociação	2.216.887	1.674.240	1.446.531
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.703.642	8.263.225	10.490.124
Ativos com acordo de recompra	31.273	36.423	76.748
Derivados de cobertura	80.927	75.325	80.318
Ativos financeiros detidos até à maturidade	436.742	2.311.181	2.744.023
Investimentos em associadas	305.399	323.466	443.223
Ativos não correntes detidos para venda	1.674.727	1.622.016	1.570.787
Propriedades de investimento	166.383	176.519	179.632
Outros ativos tangíveis	706.101	755.451	728.803
Goodwill e ativos intangíveis	207.162	252.789	249.373
Ativos por impostos correntes	40.549	41.895	39.228
Ativos por impostos diferidos	2.544.567	2.398.562	2.195.773
Outros ativos	808.769	784.929	964.985
	78.730.397	76.360.916	80.417.962
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	12.412.919	10.966.155	13.080.280
Depósitos de clientes	50.601.098	49.816.736	48.806.841
Títulos de dívida emitidos	5.262.904	5.709.569	8.314.944
Passivos financeiros detidos para negociação	824.229	952.969	921.285
Derivados de cobertura	779.339	352.543	243.834
Provisões	302.817	460.293	415.881
Passivos subordinados	1.660.517	2.025.672	3.928.769
Passivos por impostos correntes	6.530	31.794	7.932
Passivos por impostos diferidos	13.081	6.686	7.257
Outros passivos	1.216.093	1.051.592	1.342.804
Total do Passivo	73.079.527	71.374.009	77.069.827
Capitais Próprios			
Capital	4.094.235	3.706.690	1.465.000
Títulos próprios	(120.090)	(13.547)	(32.755)
Prémio de emissão	16.471	-	-
Ações preferenciais	171.175	171.175	171.175
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853	9.853
Reservas de justo valor	(100.881)	106.898	187.521
Reservas e resultados acumulados	313.670	458.087	921.526
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	240.744	(226.620)	(84.723)
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco	4.625.177	4.212.536	2.637.597
Interesses que não controlam	1.025.693	774.371	710.538
Total de Capitais Próprios	5.650.870	4.986.907	3.348.135
	78.730.397	76.360.916	80.417.962

Contas e Notas às Contas Consolidadas do 1.º Semestre de 2015

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

	Notas	30 junho 2015	30 junho 2014
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	1.170.383	1.349.673
Juros e custos equiparados	3	(542.386)	(853.714)
Margem financeira		627.997	495.959
Rendimentos de instrumentos de capital	4	5.721	5.726
Resultados de serviços e comissões	5	350.663	341.183
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	100.964	54.643
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	407.294	120.518
Outros proveitos / (custos) de exploração	8	(38.401)	(50.071)
		1.454.238	967.958
Outros resultados de atividades não bancárias		8.575	9.220
Total de proveitos operacionais		1.462.813	977.178
Custos com o pessoal	9	308.926	323.391
Outros gastos administrativos	10	213.019	221.495
Amortizações do período	11	33.264	31.816
Total de custos operacionais		555.209	576.702
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		907.604	400.476
Imparidade do crédito	12	(474.979)	(371.630)
Imparidade de outros ativos financeiros	13	(26.977)	(39.129)
Imparidade de outros ativos	27 e 32	(54.242)	(30.296)
Outras provisões	14	(10.611)	(44.529)
Resultado operacional		340.795	(85.108)
Resultados por equivalência patrimonial	15	20.616	22.994
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	16	(12.129)	64.138
Resultado antes de impostos		349.282	2.024
Impostos			
Correntes	31	(44.803)	(62.332)
Diferidos	31	(9.645)	61.786
Resultado após impostos de operações em continuação		294.834	1.478
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	17	14.762	(33.605)
Resultado após impostos		309.596	(32.127)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Acionistas do Banco		240.744	(84.723)
Interesses que não controlam	44	68.852	52.596
Resultado do período		309.596	(32.127)
Resultado por ação (em Euros)	18		
Básico		0,010	(0,005)
Diluído		0,010	(0,005)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	Notas	30 junho 2015	31 dezembro 2014
		(Milhares de Euros)	
Ativo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	19	2.426.845	1.707.447
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	1.140.761	795.774
Aplicações em instituições de crédito	21	831.021	1.456.026
Créditos a clientes	22	53.408.642	53.685.648
Ativos financeiros detidos para negociação	23	2.216.887	1.674.240
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	11.703.642	8.263.225
Ativos com acordo de recompra		31.273	36.423
Derivados de cobertura	24	80.927	75.325
Ativos financeiros detidos até à maturidade	25	436.742	2.311.181
Investimentos em associadas	26	305.399	323.466
Ativos não correntes detidos para venda	27	1.674.727	1.622.016
Propriedades de investimento	28	166.383	176.519
Outros ativos tangíveis	29	706.101	755.451
Goodwill e ativos intangíveis	30	207.162	252.789
Ativos por impostos correntes		40.549	41.895
Ativos por impostos diferidos	31	2.544.567	2.398.562
Outros ativos	32	808.769	784.929
Total do Ativo		78.730.397	76.360.916
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	33	12.412.919	10.966.155
Depósitos de clientes	34	50.601.098	49.816.736
Títulos de dívida emitidos	35	5.262.904	5.709.569
Passivos financeiros detidos para negociação	36	824.229	952.969
Derivados de cobertura	24	779.339	352.543
Provisões	37	302.817	460.293
Passivos subordinados	38	1.660.517	2.025.672
Passivos por impostos correntes		6.530	31.794
Passivos por impostos diferidos	31	13.081	6.686
Outros passivos	39	1.216.093	1.051.592
Total do Passivo		73.079.527	71.374.009
Capitais Próprios			
Capital	40	4.094.235	3.706.690
Prémio de emissão		16.471	-
Ações preferenciais	40	171.175	171.175
Outros instrumentos de capital	40	9.853	9.853
Títulos próprios	43	(120.090)	(13.547)
Reservas de justo valor	42	(100.881)	106.898
Reservas e resultados acumulados	42	313.670	458.087
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas do Banco		240.744	(226.620)
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco		4.625.177	4.212.536
Interesses que não controlam	44	1.025.693	774.371
Total de Capitais Próprios		5.650.870	4.986.907
		78.730.397	76.360.916

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de 3 meses compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2015 e de 2014

	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	562.750	678.442
Juros e custos equiparados	(263.114)	(418.876)
Margem financeira	299.636	259.566
Rendimentos de instrumentos de capital	3.770	2.453
Resultados de serviços e comissões	180.742	176.538
Resultados em operações de negociação e de cobertura	77.278	36.202
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	230.845	27.050
Outros proveitos/custos de exploração	(20.809)	(37.103)
	771.462	464.706
Outros resultados de atividades não bancárias	4.326	5.172
Total de proveitos operacionais	775.788	469.878
Custos com o pessoal	155.672	163.220
Outros gastos administrativos	106.360	113.945
Amortizações do período	16.600	15.936
Total de custos operacionais	278.632	293.101
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	497.156	176.777
Imparidade do crédito	(269.381)	(179.891)
Imparidade de outros ativos financeiros	(8.022)	(35.484)
Imparidade de outros ativos	(13.000)	(14.973)
Outras provisões	(684)	(4.136)
Resultado operacional	206.069	(57.707)
Resultados por equivalência patrimonial	14.558	9.915
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(7.452)	70.246
Resultado antes de impostos	213.175	22.454
Impostos		
Correntes	(15.221)	(29.673)
Diferidos	(2.907)	23.678
Resultado após impostos de operações em continuação	195.047	16.459
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	13.986	(33.259)
Resultado após impostos	209.033	(16.800)
Resultado líquido do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	170.331	(43.993)
Interesses que não controlam	38.702	27.193
Resultado do período	209.033	(16.800)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

	30 junho 2015	30 junho 2014
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	1.116.764	1.264.498
Comissões recebidas	411.105	431.999
Recebimentos por prestação de serviços	38.179	53.535
Pagamento de juros	(602.249)	(901.954)
Pagamento de comissões	(98.066)	(139.874)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	19.450	8.188
Prémios de seguros recebidos	18.044	14.696
Pagamento de indemnizações da atividade seguradora	(5.566)	(5.146)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(745.784)	(761.299)
	151.877	(35.357)
Diminuição / (aumento) de ativos operacionais:		
Fundos recebidos de / (adiantados a) instituições de crédito	537.410	(52.365)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(645.510)	1.073.704
Fundos recebidos de clientes	436.251	2.008.617
Títulos negociáveis a curto prazo	(670.319)	(99.846)
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	44.253	20.308
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	1.457.760	(398.271)
Débitos para com clientes – à vista	2.914.553	634.989
Débitos para com clientes – a prazo	(2.111.962)	(1.236.433)
	2.114.313	1.915.346
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(49.321)	(44.088)
	2.064.992	1.871.258
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	320.520	125.963
Dividendos recebidos	40.099	9.107
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade	191.093	254.213
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	9.823.712	6.895.534
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(29.400.365)	(43.118.804)
Vencimento de ativos financeiros disponíveis para venda	17.906.965	35.351.902
Compra de ativos tangíveis e intangíveis	(30.780)	(43.480)
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	17.911	12.049
Diminuição / (aumento) em outras contas do ativo	(37.109)	(479.108)
	(1.167.954)	(992.624)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	688	612
Reembolso de dívida subordinada	(2.400)	(400.075)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	233.587	3.425.088
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(785.829)	(4.686.520)
Emissão de papel comercial e de outros títulos	104.747	123.078
Reembolso de papel comercial e de outros títulos	(3.409)	(8.651)
Dividendos pagos a interesses que não controlam	(10.157)	(31.055)
Aumento / (diminuição) em outras contas de passivo e interesses que não controlam	(62.911)	235.968
	(525.684)	(1.341.555)
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(40.201)	(12.695)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	331.153	(475.616)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.398.584	1.733.730
Caixa (nota 19)	588.976	537.558
Outros investimentos de curto prazo (nota 20)	1.140.761	720.556
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.729.737	1.258.114

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Capital	Ações preferenciais	Outros instrumentos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Outro rendimento integral do período: Reservas justo valor e cobertura fluxo de caixa	Outro rendimento integral do período: Outros	Reservas livres e resultados acumulados	Títulos próprios	Capital próprio atribuível aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total dos capitais próprios
Saldos em 1 de janeiro de 2014	3.500.000	171.175	9.853	-	223.270	22.311	(1.950.790)	630.133	(22.745)	2.583.207	692.601	3.275.808
Outro rendimento integral												
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	(8.154)	-	-	(8.154)	(4.541)	(12.695)
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	165.210	-	-	-	165.210	945	166.155
Perdas atuariais no período												
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	(547)	-	-	(547)	-	(547)
Impostos	-	-	-	-	-	-	(6.892)	-	-	(6.892)	-	(6.892)
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	-	-	(84.723)	-	(84.723)	52.596	(32.127)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-	-	165.210	(15.593)	(84.723)	-	64.894	49.000	113.894
Redução do capital social (nota 40)	(2.035.000)	-	-	-	-	-	-	2.035.000	-	-	-	-
Dividendos do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.055)	(31.055)
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.010)	(10.010)	-	(10.010)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	-	(494)	-	(494)	(8)	(502)
Saldos em 30 de junho de 2014	1.465.000	171.175	9.853	-	223.270	187.521	(1.966.383)	2.579.916	(32.755)	2.637.597	710.538	3.348.135
Outro rendimento integral												
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	19.073	-	-	19.073	4.226	23.299
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	(80.623)	-	-	-	(80.623)	(1.352)	(81.975)
Perdas atuariais no período:												
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	(477.312)	-	-	(477.312)	(500)	(477.812)
Impostos	-	-	-	-	-	-	41.135	-	-	41.135	41	41.176
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	-	-	(141.897)	-	(141.897)	57.464	(84.433)
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-	-	(80.623)	(417.104)	(141.897)	-	(639.624)	59.879	(579.745)
Aumento do capital social (nota 40)	2.241.690	-	-	-	-	-	-	-	-	2.241.690	-	2.241.690
Despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(57.718)	-	(57.718)	-	(57.718)
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	12.121	-	12.121	-	12.121
Aquisição de 54,01% das UP's do Fundo Investimento DP Invest	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.932	3.932
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	-	19.208	19.208	-	19.208
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	-	(738)	-	(738)	22	(716)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.706.690	171.175	9.853	-	223.270	106.898	(2.383.487)	2.391.684	(13.547)	4.212.536	774.371	4.986.907
Outro rendimento integral												
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	-	-	-	-	-	-	(17.717)	-	-	(17.717)	(22.484)	(40.201)
Reservas de justo valor (nota 42)	-	-	-	-	-	(207.779)	-	-	-	(207.779)	(12.672)	(220.451)
Perdas atuariais no período:												
Valor bruto	-	-	-	-	-	-	(37.405)	-	-	(37.405)	-	(37.405)
Impostos	-	-	-	-	-	-	62.593	-	-	62.593	-	62.593
Resultado consolidado do período	-	-	-	-	-	-	-	240.744	-	240.744	68.852	309.596
Total do rendimento integral do período	-	-	-	-	-	(207.779)	7.471	240.744	-	40.436	33.696	74.132
Aumento do capital social (nota 40)	387.545	-	-	16.471	-	-	-	-	-	404.016	-	404.016
Despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(267)	-	(267)	-	(267)
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	56	-	56	-	56
Dividendos do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. e da SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.157)	(10.157)
Alienação de 15,41% do Bank Millennium S.A. (nota 46)	-	-	-	-	-	-	-	31.089	-	31.089	227.910	258.999
Títulos próprios (nota 43)	-	-	-	-	-	-	-	43.697	(106.543)	(62.846)	-	(62.846)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	-	-	-	-	-	-	3.486	(3.329)	-	157	(127)	30
Saldos em 30 de junho de 2015	4.094.235	171.175	9.853	16.471	223.270	(100.881)	(2.372.530)	2.703.674	(120.090)	4.625.177	1.025.693	5.650.870

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração do Rendimento Integral Consolidada
para o período de seis meses findo em 30 junho de 2015 e de 2014

		30 junho 2015				
		(Milhares de Euros)				
					Atribuíveis a	
	Notas	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados						
Reserva de justo valor		(305.701)	-	(305.701)	(290.037)	(15.664)
Impostos		85.250	-	85.250	82.258	2.992
		(220.451)	-	(220.451)	(207.779)	(12.672)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo		(40.201)	-	(40.201)	(17.717)	(22.484)
		(260.652)	-	(260.652)	(225.496)	(35.156)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados						
Perdas atuariais do período						
Valor bruto						
Fundo Pensões BCP	48	(37.865)	(71)	(37.936)	(37.936)	-
Perdas atuariais de associadas		531	-	531	531	-
		(37.334)	(71)	(37.405)	(37.405)	-
Impostos		62.593	-	62.593	62.593	-
		25.259	(71)	25.188	25.188	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos		(235.393)	(71)	(235.464)	(200.308)	(35.156)
Resultado líquido do período		294.834	14.762	309.596	240.744	68.852
Total do rendimento integral do período		59.441	14.691	74.132	40.436	33.696

		30 junho 2014				
		(Milhares de Euros)				
					Atribuíveis a	
	Notas	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados						
Reserva de justo valor		205.844	799	206.643	205.659	984
Impostos		(40.361)	(127)	(40.488)	(40.449)	(39)
		165.483	672	166.155	165.210	945
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo		(14.140)	1.445	(12.695)	(8.154)	(4.541)
		151.343	2.117	153.460	157.056	(3.596)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados						
Perdas atuariais do período						
Valor bruto						
Fundo Pensões BCP	48	(1.792)	(180)	(1.972)	(1.972)	-
Perdas atuariais de associadas		1.425	-	1.425	1.425	-
		(367)	(180)	(547)	(547)	-
Impostos		(6.933)	41	(6.892)	(6.892)	-
		(7.300)	(139)	(7.439)	(7.439)	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos		144.043	1.978	146.021	149.617	(3.596)
Resultado líquido do período		1.478	(33.605)	(32.127)	(84.723)	52.596
Total do rendimento integral do período		145.521	(31.627)	113.894	64.894	49.000

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral
para o período de 3 meses compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2015 e de 2014

	2º Trimestre 2015				
	(Milhares de Euros)				
				Atribuíveis a	
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados					
Reserva de justo valor	(524.056)	-	(524.056)	(527.570)	3.514
Impostos	149.393	-	149.393	150.101	(708)
	(374.663)	-	(374.663)	(377.469)	2.806
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(124.521)	-	(124.521)	(63.191)	(61.330)
	(499.184)	-	(499.184)	(440.660)	(58.524)
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados					
Perdas atuariais do período					
Valor bruto					
Fundo Pensões BCP	(37.865)	(71)	(37.936)	(37.936)	-
Perdas atuariais de associadas	531	-	531	531	-
	(37.334)	(71)	(37.405)	(37.405)	-
Impostos	68.375	-	68.375	68.375	-
	31.041	(71)	30.970	30.970	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(468.143)	(71)	(468.214)	(409.690)	(58.524)
Resultado consolidado do período	195.047	13.986	209.033	170.331	38.702
Total do rendimento integral do período	(273.096)	13.915	(259.181)	(239.359)	(19.822)

	2º Trimestre 2014				
	(Milhares de Euros)				
				Atribuíveis a	
	Operações em continuação	Operações descontinuadas ou em descontinuação	Total	Acionistas do Banco	Interesses que não controlam
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados					
Reserva de justo valor	61.263	759	62.022	59.928	2.094
Impostos	(16.368)	(121)	(16.489)	(16.133)	(356)
	44.895	638	45.533	43.795	1.738
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	3.179	1.259	4.438	2.290	2.148
	48.074	1.897	49.971	46.085	3.886
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados					
Perdas atuariais do período					
Valor bruto					
Fundo Pensões BCP	(1.792)	(180)	(1.972)	(1.972)	-
Perdas atuariais de associadas	1.425	-	1.425	1.425	-
	(367)	(180)	(547)	(547)	-
Impostos	(2.800)	41	(2.759)	(2.759)	-
	(3.167)	(139)	(3.306)	(3.306)	-
Outro rendimento integral do período depois de impostos	44.907	1.758	46.665	42.779	3.886
Resultado consolidado do período	16.459	(33.259)	(16.800)	(43.993)	27.193
Total do rendimento integral do período	61.366	(31.501)	29.865	(1.214)	31.079

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o "Banco") é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua atividade em 5 de maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto "Grupo") e a participação do Grupo nas associadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e de 2014.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 25 de agosto de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os seis meses findos em 30 de junho de 2015 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração de resultados do segundo trimestre de 2015 com os comparativos do segundo trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

O Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, tendo sido introduzida a alteração decorrente nomeadamente da adoção da norma: IFRIC 21 - Taxas.

IFRIC 21 - Taxas

O IASB emitiu, em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (*Levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

De acordo com o IAS 8, esta alteração de política é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota ae).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda *(disposal groups)* são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 ad).

b) Bases de consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Banco e das suas subsidiárias (Grupo), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases/etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação - Goodwill

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade. Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o *goodwill*, de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efetiva, a diferença apurada é registada em resultados do período.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do período, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respetiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Transações eliminadas em consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise coletiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes fatores:

- a exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- a deterioração significativa no *rating* do cliente;
- o património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- a existência de credores privilegiados;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas coletivamente.

(ii) Análise coletiva

As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva podem ser calculadas através de duas perspetivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas (IBNR) em créditos para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos coletivos são determinadas considerando os seguintes aspetos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das atuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objetiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objetivo de determinar as perdas por imparidade em termos coletivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Grupo adotou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica Resultados em operações de negociação e de cobertura.

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados *(Fair Value Option)* pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações;
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais *(host contracts)*.

Os ativos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e ficará, durante dois anos, impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações de negociação e de cobertura", no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço, é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo-valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal *(host contract)*, desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado, acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura, podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospetivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros *(Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures)*. Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados *(Fair Value Option)*.

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

i) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para ações ordinárias (número de ações) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor atual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

j) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colaterizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

k) Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

l) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura, Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

r) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objetivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve refletir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

s) Ativos intangíveis

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como gasto no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

u) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

v) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

Até 2011, a par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo tinha assumido a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo admitidos até 21 de setembro de 2006 (Plano Complementar). O Grupo no final do exercício de 2012 determinou a extinção ("corte") do benefício de velhice do Plano Complementar. Em 14 de dezembro de 2012, o ISP aprovou formalmente esta alteração ao plano de benefícios do Grupo com efeitos a 1 de janeiro de 2012. O corte do plano foi efetuado, tendo sido atribuído aos colaboradores direitos adquiridos individualizados. Nessa data, o Grupo procedeu igualmente à liquidação da respetiva responsabilidade.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei nº 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ('IRCT') dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Grupo multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Grupo reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Planos de contribuição definida

Para os Planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um gasto do período quando devidas.

Em 30 de junho de 2015, o Grupo tem 2 planos de contribuição definida. Um plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009. Para este plano, designado não contributivo, serão efetuadas contribuições do Grupo anuais e iguais a 1% da remuneração anual paga aos colaboradores no ano anterior. As contribuições apenas serão efetuadas caso sejam cumpridos os seguintes requisitos: (i) o ROE do Banco seja igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português.

Um outro plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009. Para este plano, designado contributivo, serão efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Grupo e quer pelos próprios colaboradores.

Planos de remuneração com ações

À data de 30 de junho de 2015 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete à Comissão Executiva fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta. O Grupo controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Portugal
- Banca de Retalho (que inclui o ActivoBank);
- Banca de Empresas (que inclui os segmentos Empresas e *Corporate* e Banca de Investimento);
- *Asset management* e *Private Banking;*
- Portfolio de Negócios Não *Core*

Atividade no Estrangeiro
- Polónia;
- Angola;
- Moçambique;

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao plano de reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, a Millennium bcp Gestão de Activos (MGA) foi enquadrada como operação em descontinuação, no decurso de 2013. Assim, a partir desta data, o impacto em resultados das suas operações passou a ser apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada "Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação" e, ao nível do balanço consolidado, a relevação dos ativos e passivos da Millennium bcp Gestão de Activos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2014. No entanto, na sequência do processo de alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

Adicionalmente, na sequência do processo de venda da totalidade da participação detida no capital social na Banca Millennium na Roménia em 2014, esta subsidiária foi enquadrada como operação descontinuada, sendo o impacto em resultados das suas operações mantido numa linha separada da demonstração de resultados denominada "resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação", com referência a junho de 2014. Ao nível do balanço consolidado, os ativos e passivos do Millennium bank na Roménia continuam relevados nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2014.

Outros

O agregado Outros inclui a atividade não alocada aos segmentos anteriormente referidos, nomeadamente a desenvolvida pelas subsidiárias na Suíça e Ilhas Caimão.

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

aa) Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Grupo pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospetivamente.

ab) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pro-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método *pro rata temporis*, por cada recibo em vigor.

Teste de adequação das responsabilidades

A cada data de reporte, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

ac) Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Banco Comercial Português e o Banco ActivoBank são entidades autorizadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros os Bancos efetuam a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, os Bancos recebem comissões pela mediação de contratos de seguros e de contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros Ativos.

ad) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Grupo, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmo através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

ae) Impacto da alteração da política contabilística associada ao reconhecimento de taxas

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras condensadas consolidadas com referência a 30 de junho de 2015, o Grupo aplicou pela primeira vez a IFRIC 21 – Taxas, a qual esclarece o momento em que se deve reconhecer o passivo pelo pagamento de taxas/ impostos devidos a entidades governamentais, definindo a data em que ocorre o evento que gera a obrigação como o momento em que se deve reconhecer a responsabilidade de pagamento de uma taxa/imposto.

A alteração resultante da aplicação da IFRIC 21, em 2015, do momento de reconhecimento de um passivo pelo pagamento de algumas taxas, em particular as contribuições sobre o setor bancário, para o fundo de garantia de depósitos e para o fundo de resolução, determinou o registo no primeiro semestre das mesmas, já que o evento gerador da obrigação ocorreu neste período, conforme nota 8. A adoção da interpretação implicou a necessidade de reexpressar, para efeitos comparativos, os valores referentes ao primeiro semestre de 2014, de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento destas taxas em ambos os períodos.

O impacto desta reexpressão nas demostrações financeiras do primeiro semestre de 2014 traduziu-se na relevação na rubrica Outros proveito/(custos) de exploração de um custo no montante de Euros 24.116.000 (ver nota 8), e na rubrica Impostos sobre lucros um rédito de Euros 1.640.000 (ver nota 31).

A adoção desta Interpretação não altera os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas anuais, afetando apenas os montantes relevados nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares, pelo que, consequentemente, o Balanço Consolidado de 31 de dezembro de 2014 não foi reexpresso.

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos em cada uma destas rubricas, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Margem financeira	627.997	495.959
Resultados em operações de negociação e de cobertura	100.964	54.643
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	407.294	120.518
	1.136.255	671.120

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Juros e proveitos equiparados		
Juros de crédito	936.179	1.033.854
Juros de títulos de negociação	11.264	8.633
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	122.170	151.921
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	25.217	60.283
Juros de derivados de cobertura	53.256	59.037
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	6.691	14.575
Juros de depósitos e outras aplicações	15.606	21.370
	1.170.383	1.349.673
Juros e custos equiparados		
Juros de depósitos e outros recursos	362.235	480.142
Juros de títulos emitidos	102.239	195.594
Juros de passivos subordinados		
Instrumentos híbridos qualificáveis como *core tier 1* (CoCos) subscritos pelo Estado Português	32.303	130.554
Outros	32.363	32.995
Juros de derivados de cobertura	5.002	7.955
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	8.244	6.474
	542.386	853.714
	627.997	495.959

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 25.914.000 (30 de junho de 2014: Euros 28.488.000) relativo a comissões e outros proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

As rubricas de Juros de títulos emitidos e de Juros de passivos subordinados incluem o montante de Euros 45.408.000 (30 de junho de 2014: Euros 83.734.000) referentes a comissões e outros custos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

A rubrica de Juros e proveitos equiparados inclui o montante de Euros 91.197.000 (30 de junho de 2014 Euros 97.657.000) relativo a proveitos de clientes com sinais de imparidade (análise individual e coletiva).

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	5.721	5.726

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Serviços e comissões recebidas		
Por garantias prestadas	42.889	42.697
Por compromissos perante terceiros	1.228	910
Por serviços bancários prestados	231.481	231.486
Comissões da atividade seguradora	892	756
Operações sobre títulos	49.623	55.854
Gestão e manutenção de contas	39.836	38.796
Atividades fiduciárias e *trust*	549	790
Outras comissões	38.753	41.441
	405.251	412.730
Serviços e comissões pagas		
Por garantias recebidas	2.038	17.857
Por serviços bancários prestados por terceiros	41.372	42.886
Comissões da atividade seguradora	946	857
Operações sobre títulos	4.830	4.990
Outras comissões	5.402	4.957
	54.588	71.547
	350.663	341.183

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados, inclui o montante de Euros 37.716.000 (30 de junho de 2014: Euros 36.621.000) relativo a comissões de mediação de seguros.

A rubrica Serviços e comissões pagas - Por garantias recebidas incluía, em 30 de junho de 2014, o montante de Euros 16.437.000 relativo a comissões suportadas no âmbito das emissões efetuadas ao abrigo da garantia prestada pelo Estado Português.

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Lucros em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	1.616.858	464.285
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	4.635	30.044
Rendimento variável	820	382
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	36.305	40.592
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	25.545	27.257
Outros instrumentos financeiros derivados	404.366	344.417
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	13.406	3.274
Recompras de emissões próprias	41.337	12.724
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	57.028	56.170
Instrumentos cobertos	10.530	12.969
Outras operações	4.622	24.160
	2.215.452	1.016.274
Prejuízos em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	1.553.878	418.294
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	11.161	2.836
Rendimento variável	1.807	86
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	60.804	53.383
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	21.936	24.352
Outros instrumentos financeiros derivados	369.277	354.238
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	22.017	18.548
Recompras de emissões próprias	1.653	11.104
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	36.472	25.911
Instrumentos cobertos	33.659	39.481
Outras operações	1.824	13.398
	2.114.488	961.631
	100.964	54.643

A rubrica Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura inclui, em 30 de junho de 2015, para os Depósitos de clientes - Depósitos ao justo valor através de resultados, uma perda de Euros 2.662.000 (30 de junho de 2014: perda de Euros 4.418.000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*), conforme referido na nota 34.

Esta rubrica inclui ainda, em 30 de junho de 2015, para os Empréstimos obrigacionistas ao justo valor através de resultados, uma perda de Euros 6.797.000 (30 de junho de 2014: ganho de Euros 1.119.000) e para os instrumentos financeiros derivados passivos, uma perda de Euros 4.619.000 (30 de junho de 2014: Euros 2.226.000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*), conforme referido na nota 35.

O Resultado de recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na nota 1 d).

Conforme referido na nota 46, a aprovação do lançamento de oferta pública de troca de valores mobiliários subordinados por ações, originou um ganho de Euros 34.420.000 na rubrica Lucros em operações de negociação e de cobertura - Recompras de emissões próprias.

7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	406.684	117.636
Rendimento variável	5.147	4.587
Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(4.537)	(201)
Rendimento variável	-	(1.504)
	407.294	120.518

A rubrica Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda - Rendimento fixo - inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 391.553.000 (30 de junho de 2014: Euros 110.951.000) relativo a mais-valias resultantes da alienação de Obrigações de Tesouro de dívida pública portuguesa.

Conforme referido na nota 23 e de acordo com a política contabilística 1 f), no primeiro semestre de 2015 foram transferidos para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda Euros 1.742.354.000, relativo à totalidade da carteira de dívida pública Portuguesa anteriormente contabilizada na carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade de modo a proceder à respectiva alienação.

8. Outros proveitos / (custos) de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Proveitos		
Prestação de serviços	13.115	16.841
Venda de cheques e outros	7.497	7.335
Outros proveitos de exploração	8.397	1.479
	29.009	25.655
Custos		
Impostos	9.992	3.568
Donativos e quotizações	1.964	1.984
Contribuição sobre o setor bancário	24.937	37.195
Contribuição para o fundo de resolução	6.393	8.016
Outros custos de exploração	24.124	24.963
	67.410	75.726
	(38.401)	(50.071)

A rubrica Contribuição sobre o setor bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base *(Tier 1)* e dos fundos próprios complementares *(Tier 2)* e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição para o fundo de resolução corresponde às contribuições obrigatórias para o Fundo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. Estas contribuições são calculadas de acordo com uma taxa específica definida anualmente e aplicada sobre os passivos das instituições, com exceção das provisões, reavaliação de instrumentos financeiros derivados, proveitos diferidos e passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

Com a adoção da IFRIC 21, conforme o definido na política contabilística descrita na nota ae), os valores das contribuições para o sector bancário e para o fundo de resolução correspondem ao valor total pago em cada exercício, uma vez que a obrigação de pagamento das mesmas ocorreu no primeiro semestre.

9. Custos com o pessoal

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Remunerações	237.234	245.796
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo Pensões BCP		
Custo normal	(1.005)	(3.025)
Custo / (proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	2.864	1.642
Custo / (proveito) com programas de reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo	(61)	(147)
	1.798	(1.530)
Outros encargos sociais obrigatórios	52.760	56.685
	54.558	55.155
Encargos sociais facultativos	13.191	17.014
Prémio de antiguidade	1.300	2.777
Outros custos	2.643	2.649
	308.926	323.391

Tendo presente que a remuneração dos membros da Comissão Executiva tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro da Comissão Executiva será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

As remunerações fixas que foram pagas aos membros da Comissão Executiva durante o primeiro semestre de 2015 ascenderam a Euros 1.074.000 (30 de junho de 2014: Euros 1.040.000), sendo que Euros 40.000 (30 de junho de 2014: Euros 64.000) foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo. Relativamente ao 1º semestre de 2015 e de 2014, não foram atribuídas aos membros da Comissão Executiva quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Durante o primeiro semestre de 2015, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social, relativos aos membros do Comissão Executiva no montante de Euros 245.000 (30 de junho de 2014: Euros 231.000) e para o Fundo de Pensões no montante de Euros 20.000 (30 de junho de 2014: Euros 12.000).

As remunerações fixas pagas aos elementos chave de gestão, no primeiro semestre de 2015, ascenderam a Euros 3.432.000 (30 de junho de 2014: Euros 3.886.000), tendo ainda sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 844.000 (30 de junho de 2014: Euros 986.000), Fundo de Pensões no montante de Euros 71.000 (30 de junho de 2014: Euros 21.000) e Prémio de antiguidade no montante Euros 38.000 (30 de junho de 2014: Euros 86.000).

Relativamente aos membros não executivos do Conselho de Administração foram pagas, no primeiro semestre de 2015, remunerações fixas no montante de Euros 282.000 (30 de junho de 2014: Euros 291.000), tendo sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 67.000 (30 de junho de 2014: Euros 85.000).

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Água, energia e combustíveis	9.897	9.942
Material de consumo corrente	2.973	3.001
Rendas e alugueres	53.936	58.036
Comunicações	13.551	14.124
Deslocações, estadas e representações	4.901	4.929
Publicidade	15.377	15.724
Conservação e reparação	13.777	14.506
Cartões e crédito imobiliário	2.969	2.327
Estudos e consultas	6.563	4.969
Informática	10.640	10.439
Outsourcing e trabalho independente	37.190	37.048
Outros serviços especializados	15.014	14.885
Formação do pessoal	872	803
Seguros	3.073	2.438
Contencioso	3.375	3.776
Transportes	5.389	5.054
Outros fornecimentos e serviços	13.522	19.494
	213.019	221.495

A rubrica Rendas e Alugueres inclui o montante de Euros 44.861.000 (30 de junho de 2014: Euros 48.778.000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Grupo na condição de locatário.

O Grupo possui diversos contratos de locação operacional de imóveis. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis, por maturidade, são os seguintes:

	jun 2015			jun 2014		
	Imóveis	**Viaturas**	**Total**	**Imóveis**	**Viaturas**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Até 1 ano	80.382	1.466	81.848	70.449	2.219	72.668
1 ano até 5 anos	104.166	1.193	105.359	112.955	1.954	114.909
Mais de 5 anos	16.869	27	16.896	21.182	-	21.182
	201.417	2.686	204.103	204.586	4.173	208.759

11. Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015	jun 2014
	Euros '000	**Euros '000**
Ativos intangíveis		
Software	7.009	6.949
Outros ativos intangíveis	192	181
	7.201	7.130
Outros ativos tangíveis		
Imóveis	12.901	13.288
Equipamento		
Mobiliário	1.062	997
Máquinas	1.165	1.120
Equipamento informático	4.687	4.130
Instalações interiores	1.278	1.113
Viaturas	2.429	1.857
Equipamento de segurança	1.280	1.218
Outros equipamentos	1.261	962
Outros ativos tangíveis	-	1
	26.063	24.686
	33.264	31.816

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015	jun 2014
	Euros '000	**Euros '000**
Aplicações em instituições de crédito		
Crédito concedido		
Dotação do período	10	-
Reversão do período	(3)	(4)
	7	(4)
Crédito concedido a clientes		
Crédito concedido		
Dotação do período	771.628	685.541
Reversão do período	(277.206)	(305.720)
Recuperações de crédito e de juros	(19.450)	(8.187)
	474.972	371.634
	474.979	371.630

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação de evidência objetiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

13. Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda		
Dotação do período	26.977	39.129

A rubrica de Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda - Dotação do período inclui perdas por imparidade em ações e em unidades de participação detidas pelo Grupo no montante de Euros 18.828.000 (30 de junho de 2014: Euros 39.129.000), nomeadamente relacionadas com as participações detidas nos fundos de restruturação, conforme referido na nota 55.

14. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	4.893	24.587
Reversão do período	(12.465)	(9.014)
	(7.572)	15.573
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	18.569	30.155
Reversão do período	(386)	(1.199)
	18.183	28.956
	10.611	44.529

15. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	1.468	1.370
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	8	25
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	12.585	24.087
SIBS, S.G.P.S, S.A.	1.630	1.694
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.752	311
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	123	379
Outras empresas	3.050	(4.872)
	20.616	22.994

16. Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Alienação da participação na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. e na Médis - Companhia Portuguesa Seguros de Saúde, S.A.	-	69.396
Outros ativos	(12.129)	(5.258)
	(12.129)	64.138

A rubrica Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos - Outros ativos corresponde, nomeadamente, a menos valias decorrentes da venda e reavaliações de ativos detidos pelo Grupo e classificados como ativos não correntes detidos para venda.

A rubrica Alienação da participação na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. e na Médis - Companhia Portuguesa Seguros de Saúde, S.A. correspondia em 2014 à mais-valia gerada na alienação da totalidade das participações de 49% detidas nas entidades que operam exclusivamente no ramo Não-Vida. Esta operação foi realizada com o Grupo segurador internacional Ageas.

17. Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Resultado antes de impostos apropriado		
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	1.463	1.703
Valias geradas na alienação da participação na Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	13.643	-
Banca Millennium S.A. (Roménia)	-	(1.106)
Imparidade Banca Millennium S.A. (Roménia)	-	(34.000)
Outros	-	94
	15.106	(33.309)
Impostos		
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	(344)	(436)
Banca Millennium S.A.	-	155
Outros	-	(15)
	(344)	(296)
	14.762	(33.605)

O Grupo concluiu em maio de 2015, o processo de alienação da totalidade do capital social da Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. à Corretaje e Información Monetária y de Divisas, S.A. (“Grupo CIMD”).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k), a rubrica Imparidade Banca Millennium S.A. (Roménia), correspondia, em 30 de junho de 2014, ao impacto estimado resultante da diferença entre o presumível valor de venda da participada de acordo com a informação disponível e os respectivos capitais próprios nas contas consolidadas do Grupo BCP, com referência a 30 de junho de 2014. O processo de alienação da Banca Millennium ao OTP Bank ficou concluído em 8 de janeiro de 2015.

18. Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados da seguinte forma:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Resultado líquido de operações em continuação	225.982	(51.118)
Ganhos / (perdas) em instrumentos de capital	43.697	-
Resultado líquido ajustado de operações em continuação	269.679	(51.118)
Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação	14.762	(33.605)
Resultado líquido	284.441	(84.723)
Nº médio de ações	54.703.228.549	33.959.527.416
Resultado por ação básico (Euros):		
de operações em continuação	0,009	(0,003)
de operações descontinuadas ou em descontinuação	0,001	(0,002)
	0,010	(0,005)
Resultado por ação diluído (Euros):		
de operações em continuação	0,009	(0,003)
de operações descontinuadas ou em descontinuação	0,001	(0,002)
	0,010	(0,005)

O capital social do Banco é de Euros 4.094.235.361,88 representado por 59.039.023.275 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

O Banco procedeu em junho de 2015, ao aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários (ações preferenciais, valores mobiliários perpétuos e obrigações subordinadas) por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação (dos quais Euros 0,08 correspondem ao valor de emissão unitário e Euros 0,0034 a ágio) e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

Em julho de 2014, o Banco registou um aumento do capital social de Euros 1.465.000.000 para Euros 3.706.690.253,08 através da emissão de 34.487.542.355 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, que foram oferecidas à subscrição dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos de preferência. Em junho de 2014, o Banco tinha procedido à redução do capital social de Euros 3.500.000.000 para Euros 1.465.000.000, sem alteração do número de ações sem valor nominal existentes à data.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram considerados no cálculo dos resultados por ação diluídos, os instrumentos híbridos qualificáveis como fundos próprios principais de nível 1 emitidos em junho de 2012 e subscritos integralmente pelo Estado (CoCos), por estes, em 2014, apresentarem um efeito antidiluidor e em 2015 não estar definido o valor de conversão das ações a emitir de acordo com a portaria 150-A/2012 de 17 de maio que será a base para a determinação desse efeito.

19. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Caixa	588.976	602.810
Bancos Centrais		
Banco de Portugal	951.458	194.459
Bancos Centrais Estrangeiros	886.411	910.178
	2.426.845	1.707.447

A rubrica Bancos centrais inclui nomeadamente o saldo junto dos Bancos Centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

20. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Em instituições de crédito no país	4.737	8.760
Em instituições de crédito no estrangeiro	928.209	591.061
Valores a cobrar	207.815	195.953
	1.140.761	795.774

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respetivos contratos, o Grupo tem o montante de Euros 696.293.000 (31 de dezembro 2014: Euros 0) de disponibilidades em instituições de crédito, dados como colateral das referidas operações.

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

21. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Aplicações em Bancos Centrais estrangeiros	43	87.765
Aplicações em outras instituições de crédito no país	2.249	18.268
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	828.738	1.350.046
	831.030	1.456.079
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(9)	(53)
	831.021	1.456.026

Com referência a 30 de junho de 2015, a rubrica Aplicações em instituições de crédito inclui o montante de Euros 83.918.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 70.073.000) relativa a aplicações junto de empresas controladas por acionistas qualificados e/ou administradores não executivos.

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respetivos contratos, o Grupo tem o montante de Euros 334.465.000 (31 de dezembro 2014: Euros 702.356.000) de aplicações em instituições de crédito, dados como colateral das referidas operações.

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	53	202
Transferências	(46)	(68)
Dotação do período	10	-
Reversão do período	(3)	(4)
Diferenças cambiais	(5)	3
Saldo em 30 de junho	9	133

22. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito ao setor público	1.272.374	1.389.373
Crédito com garantias reais	31.465.745	30.777.956
Crédito com outras garantias	9.460.515	10.069.656
Crédito sem garantias	3.394.188	3.390.246
Crédito sobre o estrangeiro	2.468.867	2.543.534
Crédito tomado em operações de *factoring*	1.374.868	1.482.708
Capital em locação	3.274.963	3.231.521
	52.711.520	52.884.994
Crédito vencido - menos de 90 dias	116.332	94.547
Crédito vencido - mais de 90 dias	4.256.856	4.188.812
	57.084.708	57.168.353
Imparidade para riscos de crédito	(3.676.066)	(3.482.705)
	53.408.642	53.685.648

Em 30 de junho de 2015, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 12.829.616.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 12.951.710.000) relativo a créditos afetos a emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Grupo.

Conforme detalhado na nota 51, no âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem algumas operações de créditos a clientes.

Conforme referido na nota 55, o Grupo procedeu a um conjunto de operações de cedência de créditos a clientes para Fundos Especializados de Crédito. O montante global dos créditos alienados ascendeu a Euros 1.468.500.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.442.617.000).

Em 30 de junho de 2015, os acionistas qualificados que detinham individual ou conjuntamente 2% ou mais do capital do Banco, identificados no relatório do Conselho de Administração, e aos quais o Grupo concedeu crédito e/ou garantias, representavam em termos agregados 25,4% do capital social (31 de dezembro de 2014: 32,2%)

Com referência a 30 de junho de 2015, o crédito, as garantias e as linhas de crédito irrevogáveis (excluindo transações interbancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a acionistas qualificados e a empresas por estes controladas, era de Euros 336.220.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 351.380.000). A celebração de negócios entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou pessoas singulares ou coletivas com estes relacionadas nos termos do disposto no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, independentemente do valor, é sempre objeto de apreciação e deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Comissão de Crédito e da Comissão Executiva, suportadas em análise e parecer técnico emitido pela Direção de Auditoria Interna e obtido parecer prévio da Comissão de Auditoria. O montante de imparidade constituído para estes contratos ascende a Euros 977.000 em 30 de junho de 2015 (31 de dezembro de 2014: Euros 783.000).

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito não titulado		
Crédito por desconto de efeitos	312.099	353.128
Crédito em conta corrente	2.500.683	2.543.984
Descobertos em depósitos à ordem	1.780.848	1.657.598
Empréstimos	15.244.650	15.597.520
Crédito imobiliário	26.098.633	25.959.333
Crédito tomado em operações de *factoring*	1.374.868	1.482.708
Capital em locação	3.274.963	3.231.521
	50.586.744	50.825.792
Crédito titulado		
Papel comercial	1.793.520	1.729.210
Obrigações	331.256	329.992
	2.124.776	2.059.202
	52.711.520	52.884.994
Crédito vencido - menos de 90 dias	116.332	94.547
Crédito vencido - mais de 90 dias	4.256.856	4.188.812
	57.084.708	57.168.353
Imparidade para riscos de crédito	(3.676.066)	(3.482.705)
	53.408.642	53.685.648

A análise do crédito a clientes, por setor de atividade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	437.329	429.887
Indústrias extrativas	189.997	207.428
Alimentação, bebidas e tabaco	605.689	582.472
Têxteis	495.793	487.611
Madeira e cortiça	226.612	221.308
Papel, artes gráficas e editoras	212.825	202.393
Químicas	779.536	660.935
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.038.314	1.018.095
Eletricidade, água e gás	1.053.258	1.096.016
Construção	3.984.352	4.097.247
Comércio a retalho	1.261.425	1.199.603
Comércio por grosso	2.163.664	2.165.597
Restaurantes e hotéis	1.056.520	1.222.994
Transportes e comunicações	2.008.528	1.947.866
Serviços	10.403.937	10.714.045
Crédito ao consumo	4.081.478	4.037.116
Crédito hipotecário	25.828.465	25.545.160
Outras atividades nacionais	8.087	7.890
Outras atividades internacionais	1.248.899	1.324.690
	57.084.708	57.168.353
Imparidade para riscos de crédito	(3.676.066)	(3.482.705)
	53.408.642	53.685.648

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por SPEs sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b) e de securitização sintéticas.

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam a créditos hipotecários, créditos ao consumo, leasings e empréstimos a empresas concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, estas SPEs são consolidadas pelo método integral.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Tradicionais	
	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito hipotecário	614.288	641.456

Com referência a 30 de junho de 2015, o detalhe das operações de securitização é o seguinte:

Magellan Mortgages No. 3

Em 24 de junho de 2005, o Grupo transferiu uma *pool* de créditos à habitação detida pelo Banco Comercial Português, S.A. para o SPE "Magellan Mortgages No. 3 PLC". Tendo em conta que, por ter adquirido uma parte da tranche mais subordinada, o Grupo mantem o controlo sobre os referidos ativos, o SPE é consolidado nas Demonstrações Financeiras do Grupo, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 b). A carteira de crédito do SPE associado a esta operação ascende a Euros 439.450.000 e apresenta um valor nominal de passivos total de Euros 454.039.000.

Magellan Mortgages No. 2

Em 20 de outubro de 2003, o Grupo transferiu uma *pool* de créditos à habitação detida pelo Banco Comercial Português, S.A. e pelo Banco de Investimento Imobiliário, S.A. para o SPE "Magellan Mortgages No. 2 PLC". Tendo em conta que, por ter adquirido a totalidade das tranches mais subordinadas, o Grupo mantem o controlo sobre os referidos ativos, o SPE é consolidado nas Demonstrações Financeiras do Grupo, de acordo com a política contabilística definida na nota 1 b). A carteira de crédito do SPE associado a esta operação ascende a Euros 174.838.000, e apresenta um valor nominal de passivos total de Euros 188.009.000.

Caravela SME No.3

O montante relativo à operação de securitização sintética Caravela SME No.3 ascende a Euros 2.424.998.000.

Caravela SME No.4

O montante relativo à operação de securitização sintética Caravela SME No.4 ascende a Euros 1.034.450.000.

A carteira de crédito do Grupo que inclui, para além do crédito a clientes, as garantias e os avales prestados, dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito total	62.420.125	62.651.250
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Valor bruto	9.731.212	7.897.946
Imparidade	(2.438.934)	(2.455.958)
	7.292.278	5.441.988
Análise paramétrica		
Valor bruto	4.088.976	3.616.411
Imparidade	(1.142.928)	(1.077.572)
	2.946.048	2.538.839
Crédito sem imparidade	48.599.937	51.136.893
Imparidade (IBNR)	(178.041)	(199.333)
	58.660.222	58.918.387

A rubrica Crédito total inclui o crédito direto concedido a clientes e o crédito indireto, registado na rubrica Garantias e outros compromissos (ver nota 45), no montante de Euros 5.335.417.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 5.482.897.000).

As rubricas Imparidade e Imparidade (IBNR) foram determinadas de acordo com o referido na política contabilística descrita na nota 1 c) incluindo a provisão para Garantias e outros compromissos (ver nota 37) no montante de Euros 83.837.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 250.158.000).

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Títulos e outros ativos financeiros	1.515.405	1.202.159
Imóveis residenciais	949.831	963.133
Outros imóveis	2.327.182	2.264.036
Outras garantias	904.048	967.525
	5.696.466	5.396.853
Análise paramétrica		
Títulos e outros ativos financeiros	24.523	26.938
Imóveis residenciais	1.723.922	1.661.317
Outros imóveis	286.784	288.090
Outras garantias	72.448	82.265
	2.107.677	2.058.610
Crédito sem imparidade		
Títulos e outros ativos financeiros	1.621.363	2.015.005
Imóveis residenciais	22.620.117	22.797.031
Outros imóveis	3.013.125	3.266.470
Outras garantias	3.722.574	3.733.437
	30.977.179	31.811.943
	38.781.322	39.267.406

Considerando a política de gestão de risco do Grupo, os montantes apresentados não incluem o justo valor das garantias pessoais prestadas por clientes com notação de risco mais baixa.

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outras operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, a valorização destes colaterais é revista regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que reflitam a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade.

Tendo em conta o atual momento dos mercados imobiliário e financeiro, o Grupo continua a negociar o reforço de colaterais físicos e financeiros com os seus clientes.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Valor bruto	3.743.911	3.718.449
Juros ainda não devidos	(468.948)	(486.928)
Valor líquido	3.274.963	3.231.521

A análise dos contratos de Locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Particulares		
Habitação	75.716	82.908
Consumo	36.959	36.440
Outros	141.802	149.579
	254.477	268.927
Empresas		
Mobiliário	1.280.848	1.199.975
Imobiliário	1.739.638	1.762.619
	3.020.486	2.962.594
	3.274.963	3.231.521

Em relação à locação operacional, o Grupo não apresenta contratos relevantes como Locador.

A carteira de crédito a clientes inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados, por setores da atividade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	34.626	18.710
Indústrias extrativas	126	122
Alimentação, bebidas e tabaco	3.541	5.276
Têxteis	1.240	1.227
Madeira e cortiça	13.773	4.317
Papel, artes gráficas e editoras	3.488	3.599
Químicas	3.597	1.613
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	37.759	32.661
Eletricidade, água e gás	598	988
Construção	53.511	51.475
Comércio a retalho	7.548	7.796
Comércio por grosso	30.567	31.760
Restaurantes e hotéis	1.766	1.995
Transportes e comunicações	7.345	4.822
Serviços	14.361	75.317
Crédito ao consumo	111.593	92.535
Crédito hipotecário	91.313	78.159
Outras atividades nacionais	-	9
Outras atividades internacionais	10.126	11.657
	426.878	424.038

Os créditos renegociados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, atualizada à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Relativamente aos créditos reestruturados vincendos, o montante de imparidade associado a estas operações ascende a Euros 176.600.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 158.221.000).

Adicionalmente a carteira inclui créditos, que face a dificuldades financeiras do cliente, foram objeto de alteração das condições iniciais do contrato no montante de Euros 4.336.605.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 4.583.597.000) os quais apresentam uma imparidade de Euros 611.174.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 594.611.000).

A análise do crédito vencido, por setores de atividade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	23.149	22.108
Indústrias extrativas	10.129	9.312
Alimentação, bebidas e tabaco	22.254	19.214
Têxteis	38.642	38.658
Madeira e cortiça	25.464	35.751
Papel, artes gráficas e editoras	12.380	12.417
Químicas	66.135	63.760
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	89.161	74.460
Eletricidade, água e gás	5.294	15.608
Construção	1.162.687	1.116.612
Comércio a retalho	172.939	177.217
Comércio por grosso	203.875	200.528
Restaurantes e hotéis	156.786	269.483
Transportes e comunicações	148.702	129.927
Serviços	1.252.024	1.121.653
Crédito ao consumo	629.286	637.491
Crédito hipotecário	308.462	295.855
Outras atividades nacionais	8.060	7.269
Outras atividades internacionais	37.759	36.036
	4.373.188	4.283.359

A análise do crédito vencido, por tipo de crédito, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito ao setor público	2	79
Crédito com garantias reais	2.220.487	2.201.562
Crédito com outras garantias	747.925	755.769
Crédito sem garantias	1.067.689	951.307
Crédito sobre o estrangeiro	74.980	93.797
Crédito tomado em operações de *factoring*	31.227	33.733
Capital em locação	230.878	247.112
	4.373.188	4.283.359

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	3.482.705	3.420.059
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	35.179
Outras transferências	131.875	(23.116)
Dotação do período	771.628	685.541
Reversão do período	(277.206)	(305.720)
Utilização de imparidade	(436.023)	(645.476)
Diferenças cambiais	3.087	(1.582)
Saldo em 30 de junho	3.676.066	3.164.885

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A análise da imparidade, por setores de atividade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	42.288	42.398
Indústrias extrativas	13.188	12.186
Alimentação, bebidas e tabaco	21.004	19.285
Têxteis	24.224	26.145
Madeira e cortiça	32.736	32.237
Papel, artes gráficas e editoras	17.139	14.707
Químicas	54.483	54.057
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	70.963	66.419
Eletricidade, água e gás	13.080	10.561
Construção	723.710	685.947
Comércio a retalho	142.148	139.861
Comércio por grosso	204.465	193.361
Restaurantes e hotéis	122.139	151.605
Transportes e comunicações	136.727	113.661
Serviços	1.194.471	1.074.482
Crédito ao consumo	445.893	414.983
Crédito hipotecário	313.897	328.891
Outras atividades nacionais	44.910	33.134
Outras atividades internacionais	58.601	68.785
	3.676.066	3.482.705

A imparidade, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito ao setor público	2.081	2.002
Crédito com garantias reais	1.729.209	1.682.257
Crédito com outras garantias	635.039	549.823
Crédito sem garantias	1.001.002	925.467
Crédito sobre o estrangeiro	97.269	110.790
Crédito tomado em operações de *factoring*	35.885	29.512
Capital em locação	175.581	182.854
	3.676.066	3.482.705

A anulação de crédito por utilização de imparidade, analisada por setor de atividade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	2.092	680
Indústrias extrativas	166	221
Alimentação, bebidas e tabaco	766	3.090
Têxteis	5.822	3.276
Madeira e cortiça	1.202	10.204
Papel, artes gráficas e editoras	760	23.098
Químicas	1.296	1.567
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	7.297	6.586
Eletricidade, água e gás	64	1
Construção	53.637	152.367
Comércio a retalho	13.450	19.329
Comércio por grosso	21.573	23.724
Restaurantes e hotéis	35.623	10.700
Transportes e comunicações	177.530	14.080
Serviços	39.935	323.783
Crédito ao consumo	45.200	49.289
Crédito hipotecário	3.006	1.896
Outras atividades nacionais	16.994	576
Outras atividades internacionais	9.610	1.009
	436.023	645.476

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	jun 2015 **Euros '000**	**jun 2014** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	25.225	49.484
Crédito com outras garantias	9.883	19.881
Crédito sem garantias	391.747	506.106
Crédito sobre o estrangeiro	6.361	58.266
Crédito tomado em operações de *factoring*	462	1.253
Capital em locação	2.345	10.486
	436.023	645.476

A recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer do primeiro semestre de 2015 e de 2014, analisada por setores de atividade, é a seguinte:

	jun 2015 **Euros '000**	**jun 2014** **Euros '000**
Agricultura e silvicultura	27	84
Indústrias extrativas	1	80
Alimentação, bebidas e tabaco	87	84
Têxteis	421	201
Madeira e cortiça	135	-
Papel, artes gráficas e editoras	4	127
Químicas	39	66
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	186	1.232
Eletricidade, água e gás	7	25
Construção	15.110	440
Comércio a retalho	253	568
Comércio por grosso	443	624
Restaurantes e hotéis	31	199
Transportes e comunicações	55	210
Serviços	292	452
Crédito ao consumo	1.616	3.583
Outras atividades nacionais	18	161
Outras atividades internacionais	725	51
	19.450	8.187

A análise da recuperação de créditos e de juros, efetuada do primeiro semestre de 2015 e de 2014, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	jun 2015 **Euros '000**	**jun 2014** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	116	210
Crédito com outras garantias	428	555
Crédito sem garantias	18.845	7.086
Crédito sobre o estrangeiro	14	290
Capital em locação	47	46
	19.450	8.187

23. Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	9.003.465	5.674.624
De outros emissores	2.444.115	1.716.746
	11.447.580	7.391.370
Títulos vencidos	4.083	4.083
Imparidade para títulos vencidos	(4.077)	(4.077)
	11.447.586	7.391.376
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.519.341	1.464.597
	12.966.927	8.855.973
Derivados de negociação	953.602	1.081.492
	13.920.529	9.937.465

A rubrica Derivados de negociação incluía, em 31 de dezembro de 2014, a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), no montante de Euros 3.000.

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por tipo, é a seguinte:

	jun 2015			dez 2014		
	Títulos			Títulos		
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Total Euros '000	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	178.807	4.170.191	4.348.998	193.972	1.812.499	2.006.471
Estrangeiros	978.429	2.981.617	3.960.046	291.829	1.948.834	2.240.663
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	691	1.092.825	1.093.516	1.072	884.740	885.812
Estrangeiros	90.115	1.264.567	1.354.682	89.866	745.151	835.017
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	-	694.421	694.421	-	1.427.490	1.427.490
	1.248.042	10.203.621	11.451.663	576.739	6.818.714	7.395.453
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.077)	(4.077)	-	(4.077)	(4.077)
	1.248.042	10.199.544	11.447.586	576.739	6.814.637	7.391.376
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais	12.938	95.979	108.917	13.555	83.635	97.190
Estrangeiras	311	24.435	24.746	187	26.204	26.391
Unidades de participação	1.412	1.383.684	1.385.096	1.244	1.338.749	1.339.993
Outros títulos	582	-	582	1.023	-	1.023
	15.243	1.504.098	1.519.341	16.009	1.448.588	1.464.597
Derivados de negociação	953.602	-	953.602	1.081.492	-	1.081.492
	2.216.887	11.703.642	13.920.529	1.674.240	8.263.225	9.937.465
Nível 1	1.328.965	7.819.527	9.148.492	668.595	5.009.841	5.678.436
Nível 2	722.600	2.336.850	3.059.450	991.304	1.782.205	2.773.509
Nível 3	151.574	1.474.870	1.626.444	9	1.375.926	1.375.935
Instrumentos financeiros ao custo	13.748	72.395	86.143	14.332	95.253	109.585

As carteiras de ativos de negociação e disponíveis para venda são registadas ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d).

Conforme descrito na política contabilística referida na nota 1 d), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 42. A 30 de junho de 2015, a reserva de justo valor no montante negativo de Euros 103.042.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 177.879.000) é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 283.366.000 (31 de dezembro de 2014: 287.106.000).

Conforme descrito na política contabilística referida na nota 1 f), o Grupo efetuou, no primeiro semestre de 2010, reclassificações de Instrumentos financeiros.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015					
	Custo amortizado Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Custo amortizado líquido de imparidade Euros '000**	**Reserva justo valor Euros '000**	**Ajustamentos de cobertura de justo valor Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	4.377.670	-	4.377.670	(198.390)	(9.089)	4.170.191
Estrangeiros	2.976.719	-	2.976.719	4.898	-	2.981.617
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	1.125.345	(77.365)	1.047.980	40.492	276	1.088.748
Estrangeiros	1.260.847	-	1.260.847	3.720	-	1.264.567
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	694.400	(12)	694.388	33	-	694.421
	10.434.981	(77.377)	10.357.604	(149.247)	(8.813)	10.199.544
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas						
Nacionais	163.929	(72.010)	91.919	4.060	-	95.979
Estrangeiras	24.339	(180)	24.159	276	-	24.435
Unidades de participação	1.475.614	(133.799)	1.341.815	41.869	-	1.383.684
	1.663.882	(205.989)	1.457.893	46.205	-	1.504.098
	12.098.863	(283.366)	11.815.497	(103.042)	(8.813)	11.703.642

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014					
	Custo amortizado Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Custo amortizado líquido de imparidade Euros '000**	**Reserva justo valor Euros '000**	**Ajustamentos de cobertura de justo valor Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	1.729.783	-	1.729.783	67.645	15.071	1.812.499
Estrangeiros	1.936.685	-	1.936.685	12.149	-	1.948.834
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	892.562	(69.566)	822.996	57.134	533	880.663
Estrangeiros	731.325	-	731.325	13.826	-	745.151
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	1.427.411	(5)	1.427.406	84	-	1.427.490
	6.717.766	(69.571)	6.648.195	150.838	15.604	6.814.637
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais	162.311	(82.589)	79.722	3.913	-	83.635
Estrangeiras	26.104	(191)	25.913	291	-	26.204
Unidades de participação	1.450.667	(134.755)	1.315.912	22.837	-	1.338.749
	1.639.082	(217.535)	1.421.547	27.041	-	1.448.588
	8.356.848	(287.106)	8.069.742	177.879	15.604	8.263.225

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015				
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Instrumentos financeiros ao custo**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Títulos de Rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	4.348.998	-	-	-	4.348.998
Estrangeiros	3.348.457	611.589	-	-	3.960.046
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	923.054	134.810	31.575	4.077	1.093.516
Estrangeiros	281.065	1.073.614	-	3	1.354.682
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	156.484	515.921	22.016	-	694.421
	9.058.058	2.335.934	53.591	4.080	11.451.663
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	9.058.058	2.335.934	53.591	3	11.447.586
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas					
Nacionais	9.329	1.048	38.677	59.863	108.917
Estrangeiras	328	322	-	24.096	24.746
Unidades de participação	297	-	1.382.618	2.181	1.385.096
Outros títulos	582	-	-		582
	10.536	1.370	1.421.295	86.140	1.519.341
Derivados de Negociação	79.898	722.146	151.558	-	953.602
	9.148.492	3.059.450	1.626.444	86.143	13.920.529

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014				
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Instrumentos financeiros ao custo**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Títulos de Rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	2.006.471	-	-	-	2.006.471
Estrangeiros	1.815.343	425.320	-	-	2.240.663
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	679.326	196.584	5.825	4.077	885.812
Estrangeiros	257.963	577.048	-	6	835.017
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	814.946	590.694	21.850	-	1.427.490
	5.574.049	1.789.646	27.675	4.083	7.395.453
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	5.574.049	1.789.646	27.675	6	7.391.376
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas					
Nacionais	4.055	983	10.623	81.529	97.190
Estrangeiras	63	441	-	25.887	26.391
Unidades de participação	193	-	1.337.637	2.163	1.339.993
Outros títulos	1.023	-	-	-	1.023
	5.334	1.424	1.348.260	109.579	1.464.597
Derivados de Negociação	99.053	982.439	-	-	1.081.492
	5.678.436	2.773.509	1.375.935	109.585	9.937.465

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 47.

Conforme referido na nota 55, a rubrica Títulos de rendimentos variável – unidades de participação inclui o montante de Euros 1.306.957.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.267.071.000) referentes a unidades de participação de Fundos Especializados de Recuperação de Crédito adquiridos no âmbito da cedência de créditos a clientes (líquido de imparidade). O montante de Euros 35.441.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 35.441.000) refere-se a títulos júnior (unidades de participação com carácter mais subordinado), os quais se encontram totalmente provisionados. Os instrumentos são valorizados de acordo com as cotações publicadas pelas Sociedades Gestoras de Fundos.

No primeiro semestre de 2015, de acordo com a política contabilística 1 f), o Grupo procedeu à reclassificação de obrigações de dívida pública, da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda no montante de Euros 1.742.354.000, cujo valor de mercado era de Euros 2.024.570.000. A decisão surge no âmbito do processo de reforço dos rácios de capital do Grupo, de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração para responder aos desafios impostos pelas novas determinações prudenciais do BCE e implicou a reclassificação, na data da decisão, da totalidade dos títulos da dívida pública registados na carteira de títulos detidos até à maturidade. Nos termos do disposto na IAS 39 face às suas características e enquadramento na norma (IAS 39 AG 22 alínea e)), esta decisão não implicou o *tainting* da restante carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade. Ao longo do primeiro semestre de 2015 e conforme referido na nota 7, parte destes títulos foram alienados.

Durante o primeiro semestre de 2015 foram reclassificados do nível 2 para o nível 1 um montante de Euros 49.676.000 (2014: Euros 79.419.000) relativo a títulos que passaram a cumprir com os requisitos deste nível, conforme descrito na nota 47.

Os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos e perdas não realizadas no montante de Euros 44.116.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 25.088.000) registadas em Reservas de Justo Valor. O montante de imparidade registado nestes títulos ascende a Euros 206.239.000 em 30 de junho de 2015 (31 de dezembro de 2014: Euros 152.109.000) e não foram geradas valias no exercício. Não foram efetuadas transferências de e para este nível.

Os ativos contemplados no nível 3, no montante de Euros 1.382.618.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.337.637.000), correspondem a unidades de participação em fundos de investimentos fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Euros 138.262.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 133.764.000) na Situação Líquida (Reserva de justo valor).

A análise do impacto das reclassificações efetuadas em períodos anteriores até 30 de junho de 2015 é a seguinte:

	À data da reclassificação		**jun 2015**		
	Valor de balanço Euros '000	**Justo valor Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Diferença Euros '000**
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	196.800	196.800	18.374	18.374	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.144.892	2.144.892	236.542	230.155	(6.387)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	2.713.524	2.713.524	123.074	127.200	4.126
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	73.340	80.777	7.437
			451.330	456.506	5.176

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em 30 de junho de 2015, relativo aos ativos financeiros reclassificados em períodos anteriores, são os seguintes:

	Resultados do período	**Variação**	
	Juros Euros '000	**Reservas justo valor Euros '000**	**Capitais próprios Euros '000**
Ativos financeiros detidos para negociação para:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	225	(2.046)	(1.821)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	6.648	-	6.648
Ativos financeiros disponíveis para venda para:			
Crédito titulado a clientes	2.043	3	2.046
Ativos financeiros detidos até à maturidade	1.615	125	1.740
	10.531	(1.918)	8.613

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios em 30 de junho de 2015, seriam os seguintes:

	Resultados do período			
	Variação justo valor Euros '000	**Resultados transitados Euros '000**	**Reservas justo valor Euros '000**	**Capitais próprios Euros '000**
Ativos financeiros detidos para negociação para:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.046)	1.614	432	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(53.742)	47.355	-	(6.387)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:				
Crédito titulado a clientes	-	-	4.126	4.126
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	7.437	7.437
	(55.788)	48.969	11.995	5.176

A análise do impacto destas reclassificações à data de 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	À data da reclassificação		dez 2014		
	Valor de balanço Euros '000	Justo valor Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Justo valor Euros '000	Diferença Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	196.800	196.800	18.213	18.213	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.144.892	2.144.892	698.421	745.776	47.355
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	2.713.524	2.713.524	123.038	127.237	4.199
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	73.151	80.294	7.143
			912.823	971.520	58.697

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em 31 de dezembro de 2014, relativo aos ativos financeiros reclassificados, são os seguintes:

	Resultados do período	Variação	
	Juros Euros '000	Reservas justo valor Euros '000	Capitais próprios Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação para:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	826	4.411	5.237
Ativos financeiros detidos até à maturidade	30.443	-	30.443
Ativos financeiros disponíveis para venda para:			
Crédito titulado a clientes	4.653	5	4.658
Ativos financeiros detidos até à maturidade	10.418	(6.709)	3.709
	46.340	(2.293)	44.047

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios em 31 de dezembro de 2014, seriam os seguintes:

	Resultados do período			
	Variação justo valor Euros '000	Resultados transitados Euros '000	Reservas justo valor Euros '000	Capitais próprios Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação para:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.411	(2.798)	(1.613)	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	81.930	(34.575)	-	47.355
Ativos financeiros disponíveis para venda para:				
Crédito titulado a clientes	-	-	4.199	4.199
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	7.143	7.143
	86.341	(37.373)	9.729	58.697

Os movimentos da imparidade da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	287.106	151.535
Transferências	-	(7)
Dotação por resultados	26.976	39.129
Reversão por reserva de justo valor	(9.349)	(929)
Utilização de imparidade	(21.364)	(6.012)
Diferenças cambiais	(3)	(7)
Saldo final do período	283.366	183.709

O Grupo reconhece imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta avaliação implica, por parte do Grupo, um julgamento o qual tem em consideração, entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes fatores:
- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;
- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por maturidade, em 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015					
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	7.595	1.340.883	3.000.520	-	4.348.998
Estrangeiros	64.445	873.135	2.111.086	911.380	-	3.960.046
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	-	85.431	577.613	426.395	4.077	1.093.516
Estrangeiros	1.090.855	263	62.053	201.504	7	1.354.682
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	286.787	389.705	13.784	4.145	-	694.421
	1.442.087	1.356.129	4.105.419	4.543.944	4.084	11.451.663
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	1.442.087	1.356.129	4.105.419	4.543.944	7	11.447.586
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais					108.917	108.917
Estrangeiras					24.746	24.746
Unidades de participação					1.385.096	1.385.096
Outros títulos					582	582
					1.519.341	1.519.341
	1.442.087	1.356.129	4.105.419	4.543.944	1.519.348	12.966.927

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por maturidade, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014					
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	21	82.644	1.111.230	812.576	-	2.006.471
Estrangeiros	20.453	119.109	1.949.390	151.711	-	2.240.663
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	7.176	86.719	511.911	275.929	4.077	885.812
Estrangeiros	561.639	19.597	68.312	185.463	6	835.017
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	274.372	1.134.971	13.417	4.730	-	1.427.490
	863.661	1.443.040	3.654.260	1.430.409	4.083	7.395.453
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	863.661	1.443.040	3.654.260	1.430.409	6	7.391.376
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais					97.190	97.190
Estrangeiras					26.391	26.391
Unidades de participação					1.339.993	1.339.993
Outros títulos					1.023	1.023
					1.464.597	1.464.597
	863.661	1.443.040	3.654.260	1.430.409	1.464.603	8.855.973

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015				
	Obrigações Euros '000	**Ações Euros '000**	**Outros Ativos Financeiros Euros '000**	**Títulos Vencidos Euros '000**	**Total Euros '000**
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	6	6
Têxteis	-	6.913	-	361	7.274
Madeira e cortiça	-	501	-	998	1.499
Papel, artes gráficas e editoras	29.643	41	-	-	29.684
Químicas	-	9	-	-	9
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	6	-	-	6
Construção	-	957	-	2.540	3.497
Comércio a retalho	-	237	-	-	237
Comércio por grosso	-	1.048	-	176	1.224
Restaurantes e hotéis	-	14.298	-	-	14.298
Transportes e comunicações	400.052	45.930	-	-	445.982
Serviços	2.014.420	63.719	1.384.824	2	3.462.965
Outras atividades internacionais	-	4	854	-	858
	2.444.115	133.663	1.385.678	4.083	3.967.539
Títulos Públicos	8.309.044	-	694.421	-	9.003.465
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	10.753.159	133.663	2.080.099	6	12.966.927

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014				
	Obrigações Euros '000	**Ações Euros '000**	**Outros Ativos Financeiros Euros '000**	**Títulos Vencidos Euros '000**	**Total Euros '000**
Alimentação, bebidas e tabaco	-	-	-	6	6
Têxteis	-	7.403	-	361	7.764
Madeira e cortiça	-	501	-	998	1.499
Papel, artes gráficas e editoras	13.040	37	-	-	13.077
Químicas	-	11	-	-	11
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	10	-	-	10
Eletricidade, água e gás	-	8	-	-	8
Construção	-	952	-	2.540	3.492
Comércio a retalho	-	127	-	-	127
Comércio por grosso	-	983	-	176	1.159
Restaurantes e hotéis	-	69	-	-	69
Transportes e comunicações	365.060	47.139	-	-	412.199
Serviços	1.338.646	66.341	1.339.992	2	2.744.981
Outras atividades internacionais	-	-	1.024	-	1.024
	1.716.746	123.581	1.341.016	4.083	3.185.426
Títulos Públicos	4.247.134	-	1.427.490	-	5.674.624
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	5.963.880	123.581	2.768.506	6	8.855.973

O Grupo, no âmbito da gestão do risco de liquidez, possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo.

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidades, em 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	914.928	3.577.289	11.538.050	16.030.267	594.873	599.540
Opções de taxa de juro (compra)	1	2.035	180.236	182.272	1.539	-
Opções de taxa de juro (venda)	-	1.200	180.236	181.436	-	826
Outros contratos de taxa de juro	107.248	3.839	99.882	210.969	39.721	41.373
	1.022.177	3.584.363	11.998.404	16.604.944	636.133	641.739
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	13.406	8.937	-	22.343	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	379.168	212.523	31.777	623.468	8.602	8.353
Swaps de moeda	3.778.347	27.453	8.946	3.814.746	49.442	63.377
Opções cambiais (compra)	14.119	1.801	-	15.920	243	-
Opções cambiais (venda)	4.723	7.893	-	12.616	-	417
	4.176.357	249.670	40.723	4.466.750	58.287	72.147
Derivados de ações/instrumentos de dívida:						
Mercado de balcão:						
Swaps de ações/índices	138.516	1.293.333	1.411.445	2.843.294	9.412	14.434
Opções ações/índices (venda)	14.675	-	2.067	16.742	-	-
Outras opções ações/índices (compra)	-	-	-	-	7.853	-
	153.191	1.293.333	1.413.512	2.860.036	17.265	14.434
Transacionados em Bolsa:						
Futuros sobre ações	416.364	-	-	416.364	-	-
Opções ações/índices (compra)	92.409	334.152	321.350	747.911	79.898	-
Opções ações/índices (venda)	2.176	96.556	17.627	116.359	-	79.993
	510.949	430.708	338.977	1.280.634	79.898	79.993
Derivados de *commodities*:						
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de *commodities*	61.362	-	-	61.362	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
Credit Default Swaps (CDS)	-	801.750	1.987.356	2.789.106	162.019	15.616
Outros derivados de crédito (venda)	-	-	13.901	13.901	-	-
	-	801.750	2.001.257	2.803.007	162.019	15.616
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	5.351.725	5.929.116	15.453.896	26.734.737	873.704	743.936
Bolsa	585.717	439.645	338.977	1.364.339	79.898	79.993
Derivados embutidos					-	300
	5.937.442	6.368.761	15.792.873	28.099.076	953.602	824.229

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidades, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	-	608.443	-	608.443	115	-
Swaps de taxa de juro	874.722	2.335.806	13.833.535	17.044.063	721.128	744.093
Opções de taxa de juro (compra)	129.200	171.218	62.403	362.821	759	-
Opções de taxa de juro (venda)	129.200	170.373	62.403	361.976	-	2.082
Outros contratos de taxa de juro	2.389	16.953	105.027	124.369	48.167	48.170
	1.135.511	3.302.793	14.063.368	18.501.672	770.169	794.345
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	16.473	15.649	-	32.122	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	273.708	116.515	27.565	417.788	5.035	4.784
Swaps de moeda	2.391.730	201.778	16.089	2.609.597	59.084	18.738
Opções cambiais (compra)	6.264	1.429	-	7.693	27	-
Opções cambiais (venda)	4.846	1.429	-	6.275	-	17
	2.676.548	321.151	43.654	3.041.353	64.146	23.539
Derivados de ações/instrumentos de dívida:						
Mercado de balcão:						
Swaps de ações/índices	123.731	680.084	1.133.972	1.937.787	4.347	11.673
Opções ações/índices (venda)	13.728	-	2.067	15.795	-	-
Outras opções ações/índices (compra)	-	-	-	-	8.316	-
	137.459	680.084	1.136.039	1.953.582	12.663	11.673
Transacionados em Bolsa:						
Futuros sobre ações	323.450	-	-	323.450	-	-
Opções ações/índices (compra)	253.464	280.694	313.889	848.047	99.053	-
Opções ações/índices (venda)	10.324	20.592	98.287	129.203	-	98.880
	587.238	301.286	412.176	1.300.700	99.053	98.880
Derivados de *commodities*:						
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de *commodities*	30.312	-	-	30.312	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
Credit Default Swaps (CDS)	5.000	-	2.788.640	2.793.640	135.458	24.163
Outros derivados de crédito (venda)	-	-	14.099	14.099	-	-
	5.000	-	2.802.739	2.807.739	135.458	24.163
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	3.954.518	4.304.028	18.045.800	26.304.346	982.436	853.720
Bolsa	634.023	316.935	412.176	1.363.134	99.053	98.880
Derivados embutidos					3	369
	4.588.541	4.620.963	18.457.976	27.667.480	1.081.492	952.969

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015		dez 2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Instrumentos de cobertura				
Swaps	80.927	779.339	75.325	352.543

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2. O Grupo contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição aos riscos de taxa de juro, cambial e risco de crédito da carteira de títulos. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor ou a variações de fluxos de caixa, ou se se encontra perante coberturas de transações futuras.

O Grupo adota para as relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, contabilidade de cobertura utilizando essencialmente derivados de taxa de juro e taxa de câmbio. O modelo de cobertura de justo valor é adotado para títulos de dívida emitidos, créditos concedidos a taxa fixa, depósitos e empréstimos do mercado monetário e títulos da carteira e cobertura conjunta de ativos financeiros a taxa variável e passivos financeiros a taxa fixa. O modelo de cobertura de fluxos de caixa é adotado para transações futuras em moeda estrangeira, para cobertura dinâmica de variações de fluxos de caixa de crédito concedido e de depósitos a taxa variável em moeda estrangeira e para crédito hipotecário em moeda estrangeira.

As relações que seguem o modelo de cobertura de justo valor registaram inefetividade no período em análise no montante negativo de Euros 2.573.000 (31 de dezembro de 2014: montante negativo de Euros 9.240.000) e as relações de cobertura que seguem o modelo de fluxos de caixa registaram inefetividade no período em análise no montante positivo de Euros 133.000 (31 de dezembro de 2014: montante negativo de Euros 2.373.000).

O ajustamento acumulado sobre os ativos e passivos financeiros cobertos efetuado às rubricas do ativo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

Itens cobertos	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito	2.243	3.279
Depósitos	(31.570)	(34.277)
Títulos emitidos	(79.053)	(97.190)
	(108.380)	(128.188)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de junho de 2015 é a seguinte:

	jun 2015					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor de variação de risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	183.834	139.857	3.404.408	3.728.099	57.934	35.389
Outros contratos de taxa de juro	-	-	138.609	138.609	-	38.712
	183.834	139.857	3.543.017	3.866.708	57.934	74.101
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa de risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	73.966	120.493	3.448.145	3.642.604	7.134	253
Outros contratos de taxa de juro	144.635	911.201	3.424.437	4.480.273	7.355	704.414
	218.601	1.031.694	6.872.582	8.122.877	14.489	704.667
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa com risco cambial:						
Mercado de balcão:						
Swaps de moeda	45.089	-	-	45.089	-	-
Derivados de cobertura de investimento líquido em entidades estrangeiras:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	-	138.215	414.377	552.592	8.504	571
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	447.524	1.309.766	10.829.976	12.587.266	80.927	779.339

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	dez 2014					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor de variação de risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	53.052	674.594	1.372.693	2.100.339	51.630	27.207
Outros contratos de taxa de juro	-	-	119.243	119.243	-	19.773
	53.052	674.594	1.491.936	2.219.582	51.630	46.980
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa com risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	77.225	129.879	2.101.797	2.308.901	6.072	58
Outros contratos de taxa de juro	885.636	186.642	3.286.106	4.358.384	1.118	304.364
	962.861	316.521	5.387.903	6.667.285	7.190	304.422
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa com risco cambial:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	7.294	3.437	-	10.731	108	1.141
Derivados de cobertura de investimento líquido em entidades estrangeiras:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	-	77.388	394.926	472.314	16.397	-
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	1.023.207	1.071.940	7.274.765	9.369.912	75.325	352.543

25. Ativos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	50.529	1.917.366
De outros emissores	386.213	393.815
	436.742	2.311.181

No primeiro semestre de 2015, de acordo com a política contabilística 1 f), o Grupo procedeu à reclassificação de obrigações de dívida pública, da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda no montante de Euros 1.742.354.000, cujo valor de mercado era de Euros 2.024.570.000. A decisão surge no âmbito do processo de reforço dos rácios de capital do Grupo, de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração para responder aos desafios impostos pelas novas determinações prudenciais do BCE e implicou a reclassificação, na data da decisão, da totalidade dos títulos da dívida pública registados na carteira de títulos detidos até à maturidade. Nos termos do disposto na IAS 39 face às suas características e enquadramento na norma (IAS 39 AG 22 alínea e)), esta decisão não implicou o *tainting* da restante carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade. Ao longo do primeiro semestre de 2015 e conforme referido na nota 7, parte destes títulos foram alienados.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 236.542.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 698.421.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados em exercícios anteriores da rubrica Ativos financeiros detidos para negociação para a rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, conforme referido na política contabilística nota 1 f) e na nota 23.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 73.340.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 73.151.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados em períodos anteriores da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda para a rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, conforme referido na política contabilística nota 1 f) e na nota 23.

Em 30 de junho de 2015, a carteira de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

Denominação	País	Data de vencimento	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000	Justo valor Euros '000
De emissores públicos:						
Btps 4.5 Pct 08/01.08.2018 Eur	Itália	agosto, 2018	4,500%	50.000	50.529	56.696
					50.529	56.696
De outros emissores:						
Cp Comboios Pt 09/16.10.2019	Portugal	outubro, 2019	4,170%	75.000	75.550	82.988
Edia Sa 07/30.01.2027	Portugal	janeiro, 2027	0,140%	40.000	38.935	32.331
Stcp 00/05.06.2022- 100Mios Call Semest. a Partir 10Cpn-Min.10Mios	Portugal	junho, 2022	0,055%	100.000	98.357	89.191
Ayt Cedulas 07/21.03.2017	Espanha	março, 2017	4,000%	50.000	50.238	53.454
Mbs Magellan M Series 1 Class A	Irlanda	dezembro, 2036	0,526%	78.981	79.000	78.340
Mbs Magellan M Series 1 Class B	Irlanda	dezembro, 2036	1,146%	26.300	26.313	25.398
Mbs Magellan M Series 1 Class C	Irlanda	dezembro, 2036	2,586%	17.800	17.820	12.807
					386.213	374.509
					436.742	431.205

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

Denominação	País	Data de vencimento	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000	Justo valor Euros '000
De emissores públicos:						
OT 3.5 Pct 10/25.03.2015	Portugal	março, 2015	3,500%	82.366	83.115	83.324
OT 3.85% 05/15.04.2021	Portugal	abril, 2021	3,850%	135.000	142.109	153.460
OT 4.45 Pct 08/15.06.2018	Portugal	junho, 2018	4,450%	1.436.762	1.427.953	1.628.905
OT 4.75 Pct 09/14.06.2019	Portugal	junho, 2019	4,750%	10.000	10.057	11.657
OT 4.8 Pct 10/15.06.2020	Portugal	junho, 2020	4,800%	150.000	150.799	177.799
OT 4.95 Pct 08/25.10.2023	Portugal	outubro, 2023	4,950%	50.000	52.866	59.636
Btps 4.5 Pct 08/01.08.2018 Eur	Itália	agosto, 2018	4,500%	50.000	50.467	57.520
					1.917.366	2.172.301
De outros emissores:						
Cp Comboios Pt 09/16.10.2019	Portugal	outubro, 2019	4,170%	75.000	73.810	80.953
Edia Sa 07/30.01.2027	Portugal	janeiro, 2027	0,311%	40.000	38.920	31.338
Stcp 00/05.06.2022- 100Mios Call Semest. a Partir 10Cpn-Min.10Mios	Portugal	junho, 2022	0,183%	100.000	98.250	87.365
Ayt Cedulas 07/21.03.2017	Espanha	março, 2017	4,000%	50.000	51.156	55.235
Mbs Magellan M Series 1 Class A	Irlanda	dezembro, 2036	0,622%	87.516	87.541	85.812
Mbs Magellan M Series 1 Class B	Irlanda	dezembro, 2036	1,242%	26.300	26.315	23.019
Mbs Magellan M Series 1 Class C	Irlanda	dezembro, 2036	2,682%	17.800	17.823	11.729
					393.815	375.451
					2.311.181	2.547.752

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixos, líquido de imparidade, incluída na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Estrangeiros	-	-	50.529	-	50.529
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	75.550	137.292	212.842
Estrangeiros	-	-	50.238	123.133	173.371
	-	-	176.317	260.425	436.742

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluída na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	83.115	-	1.438.010	345.773	1.866.898
Estrangeiros	-	-	50.468	-	50.468
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	73.810	137.169	210.979
Estrangeiros	-	-	51.157	131.679	182.836
	83.115	-	1.613.445	614.621	2.311.181

A análise por setor de atividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	**dez 2014 Euros '000**
Transportes e comunicações	173.908	172.060
Serviços	212.305	221.755
	386.213	393.815
Títulos Públicos	50.529	1.917.366
	436.742	2.311.181

No âmbito da gestão do risco de liquidez, o Grupo possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo incluídos nesta carteira.

26. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Instituições de crédito residentes	30.950	30.143
Instituições de crédito não residentes	30.150	29.862
Outras empresas residentes	237.789	256.213
Outras empresas não residentes	6.510	7.248
	305.399	323.466

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	27.675	27.395
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	2.475	2.467
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	217.599	236.768
SIBS, S.G.P.S, S.A.	18.787	18.090
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	30.950	30.143
Outras	7.913	8.603
	305.399	323.466

Estes investimentos referem-se a entidades cujas ações não se encontram admitidas à negociação em Bolsa. De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), os referidos investimentos são mensurados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital do Grupo. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 57.

Os principais indicadores das principais associadas são analisados como segue:

	Total Ativo Euros '000	Total Passivo Euros '000	Total Proveitos Euros '000	Resultado do período Euros '000
jun 2015				
Banque BCP, S.A.S.	2.393.488	2.254.416	65.193	7.257
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	696.694	668.665	8.360	234
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	10.952.698	10.162.423	531.972	26.410
SIBS, S.G.P.S, S.A. (*)	144.507	57.704	82.363	6.064
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	340.832	240.149	n.d.	9.090
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	3.059	73	150	245
dez 2014				
Banque BCP, S.A.S.	2.207.154	2.069.491	117.517	13.841
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	677.012	649.075	17.318	860
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	10.945.537	10.107.247	962.527	61.489
SIBS, S.G.P.S, S.A.	144.507	57.704	158.164	10.762
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	334.788	236.514	201.921	9.900
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	2.959	218	988	1.197

(*) - valores estimados.
n.d. - não disponível

	Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.
Natureza da relação com o Grupo	Associada
País de atividade	Portugal
% de participação	49,0

De acordo com os requisitos definidos na IFRS 12 e considerando a sua relevância, apresentamos no quadro seguinte, para a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., as suas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, modificadas pelos ajustamentos de consolidação:

	jun 2015 Euros '000	**jun 2014 Euros '000**
Proveitos	531.972	433.926
Resultado líquido do período	26.410	41.906
Outro rendimento integral	(14.425)	80.102
Total rendimento integral	11.985	122.008
Atribuível a accionistas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	11.985	122.008
Ativos financeiros	10.515.688	10.760.285
Ativos não financeiros	437.010	447.519
Passivos financeiros	(10.009.223)	(9.902.585)
Passivos não financeiros	(153.200)	(210.575)
Capitais próprios	790.275	1.094.644
Atribuível a accionistas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	790.275	1.094.644
Apropriação por parte do BCP dos capitais próprios da Ageas em 1 de janeiro	236.768	497.301
Outro rendimento integral atribuível ao BCP durante o ano	(2.354)	37.479
Dividendos recebidos	(29.400)	(31.850)
Apropriação por parte do BCP do resultado líquido do período da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	12.585	24.087
Reembolso de capital social	-	(110.250)
Alienação da Ocidental Seguros e da Médis	-	(56.567)
Outros ajustamentos	-	12
Valor da participação em 30 de junho	217.599	360.212

27. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo	71.498	72.710
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.881.661	1.810.881
	1.953.159	1.883.591
Imparidade	(278.432)	(261.575)
	1.674.727	1.622.016

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes e inclui operações resultantes da (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) resolução de contratos de locação financeira.

Os referidos ativos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Grupo uma estratégia para a sua alienação de acordo com a característica de cada ativo. No entanto, face às atuais condições de mercado, não foi possível, em algumas situações, concretizar essas alienações no prazo esperado. A estratégia de alienação consubstancia-se na procura ativa de compradores, na divulgação ao mercado dos ativos em venda tendo o Grupo um *site* onde divulga os referidos imóveis, passando por estabelecer parcerias com as sociedades de Mediação com mais apetência para o produto que a cada momento o Banco dispõe para venda. Os preços são periodicamente analisados e ajustados com vista à permanente adequação ao mercado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 16.701.000 (31 de dezembro 2014: Euros 14.308.000).

Em 30 de junho de 2015 a rubrica Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes inclui o montante de Euros 350.974.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 325.070.000), relativo a imóveis e outros ativos de Fundos de Investimento Imobiliário Fechados, cujas unidades de participação foram recebidas na sequência de operações de dação e que, em conformidade com as IFRS, foram objeto de consolidação pelo método integral.

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a três sociedades imobiliárias adquiridas pelo Grupo no âmbito de reestruturações de exposições creditícias e que o Grupo pretendia alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar essas alienações no prazo esperado. Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados as variações ocorridas na situação patrimonial das subsidiárias.

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	261.575	372.695
Transferências	821	45
Dotação do período	44.227	27.439
Reversão do período	(229)	(392)
Utilização de imparidade	(27.685)	(49.353)
Diferenças cambiais	(277)	56
Saldo em 30 de junho	278.432	350.490

28. Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui o montante de Euros 164.736.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 174.861.000) relativos a imóveis detidos pelo Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo, Imoport - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, que são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r), tendo por base avaliações independentes e o cumprimento das determinações legais.

O montante das rendas recebidas referente aos imóveis ascende, em Euros 476.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.058.000) e as despesas de manutenção relativas a imóveis arrendados e não arrendados totalizam Euros 717.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.078.000).

29. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Imóveis	1.105.086	1.151.149
Equipamento		
Mobiliário	89.016	89.254
Máquinas	57.471	57.657
Equipamento informático	298.365	299.446
Instalações interiores	146.316	146.542
Viaturas	25.945	26.125
Equipamento de segurança	81.896	82.467
Outros equipamentos	31.539	32.301
Obras em curso	17.187	16.704
Outros ativos tangíveis	5.080	549
	1.857.901	1.902.194
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(26.063)	(51.298)
Relativas a períodos anteriores	(1.125.737)	(1.095.445)
	(1.151.800)	(1.146.743)
	706.101	755.451

30. *Goodwill* e ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Ativos intangíveis		
Software	113.907	114.817
Outros ativos intangíveis	52.263	54.906
	166.170	169.723
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(7.201)	(14.245)
Relativas a períodos anteriores	(127.575)	(117.083)
	(134.776)	(131.328)
	31.394	38.395
Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)		
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	125.447	164.040
Negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário	40.859	40.859
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	7.436	7.436
Outros	18.733	18.766
	192.475	231.101
Imparidade		
Outros	(16.707)	(16.707)
	175.768	214.394
	207.162	252.789

No âmbito da alienação de 15,41% do capital social da sociedade através do *accelerated placement* de 186.979.631 ações ordinárias, pelo valor unitário de PLN 6,65 e tendo em consideração a opção prevista nas IFRS, o Grupo incorporou no cálculo da valia a amortização de uma parcela do *goodwill* do Bank Millennium, S.A. (Polónia), de acordo com a proporção da participação alienada. Após esta alienação o Grupo manteve o controlo do Bank Millennium, S.A. (Polónia).

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o valor recuperável das diferenças de consolidação é avaliado anualmente no segundo semestre de cada exercício, independentemente da existência de sinais de imparidade ou, conforme disposto no parágrafo 9 da IAS 36, sempre que existam sinais de que o ativo em apreço está com imparidade.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do *goodwill* deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto é, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, o Grupo em 2014 efetuou avaliações em relação às participações financeiras para as quais existe *goodwill* registado no ativo tendo considerado entre outros, os seguintes fatores:

(i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados por cada subsidiária;
(ii) uma expetativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;
(iii) o valor temporal do dinheiro;
(iv) um prémio de risco associado à incerteza pela detenção do ativo;
(v) outros fatores associados à situação atual dos mercados financeiros.

As avaliações têm por base pressupostos devidamente suportados que representam a melhor estimativa da Comissão Executiva sobre as condições económicas que afetarão cada subsidiária, os orçamentos e as projeções mais recentes aprovadas para aquelas subsidiárias e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para as referidas avaliações podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

Bank Millennium, S.A. (Polónia)

Os fluxos de caixa estimados da atividade foram projetados com base nos resultados operacionais atuais e assumindo o plano de negócios e projeções aprovado pela Comissão Executiva até 2019. Após essa data foi considerada uma perpetuidade tendo por base a taxa de retorno média esperada no longo prazo no mercado polaco para esta atividade. Adicionalmente foi tida em consideração a *performance* da cotação do Bank Millennium, S.A. no mercado de capitais polaco e a percentagem de participação detida. Com base nesta análise e nas perspetivas de evolução futura, concluiu-se não existirem indícios de imparidade relativa ao *goodwill* afeto a esta participação.

O plano de negócios do Bank Millennium compreende um período de cinco anos, de 2015 a 2019, considerando, ao longo deste período, o crescimento médio anual do Ativo Total em 6,6%, do *Equity* Total em 7,5% e o crescimento do ROE de 11,5% em 2014 para 14,2% no final do período.

A taxa de câmbio EUR/PLN considerada foi de 4,2875 no final do ano de 2014 (média do mês de dezembro 2014: 4,235).

O *Cost of Equity* considerado foi de 8,875% para o período de 2015 a 2019, e de 9,85% na perpetuidade. O crescimento na perpetuidade (g) considerado foi de 0%.

Negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário

Considerando as alterações efetuadas na gestão do negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário ocorridas nos últimos exercícios, a Comissão Executiva analisou este negócio como um todo.

Os fluxos de caixa estimados da atividade foram projetados com base nos resultados operacionais atuais e assumindo o plano de negócios e projeções aprovado pela Comissão Executiva para o negócio de promoção imobiliária e de crédito hipotecário até 2019 e ainda um conjunto de pressupostos relacionados com a evolução estimada futura dos negócios associados ao crédito à habitação originado no canal dos agentes imobiliários e à promoção imobiliária. Com base nesta análise e nas perspetivas de evolução futura, concluiu-se não existir indícios de imparidade relativa ao *goodwill* afeto a este negócio.

O negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário compreende a atividade atual do Banco de Investimento Imobiliário adicionado do rendimento associado a outras carteiras entretanto contabilizadas no Banco Comercial Português.

O plano de negócios e estimativas para o negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário compreende um período de cinco anos, de 2015 a 2019, considerando, ao longo deste período, o crescimento médio anual do Ativo Total em -5,5%, do Capital Alocado em -4,1%, e o crescimento do ROE 2015 médio estimado de 13,5% para 17,3% no final do período.

O *Cost of Equity* considerado foi de 9,00% para o período 2015-2019, e de 10,85% na perpetuidade.

Foi considerado um *exit multiple* médio de 1,50x relativo ao Capital Alocado de 2019, aplicado ao conjunto de negócios associados ao negócio de promoção imobiliária e crédito hipotecário.

31. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	jun 2015			dez 2014		
	Ativo Euros '000	**Passivo Euros '000**	**Líquido Euros '000**	**Ativo Euros '000**	**Passivo Euros '000**	**Líquido Euros '000**
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura						
Perdas por imparidade	911.446	-	911.446	887.902	-	887.902
Benefícios a empregados (*)	745.091	-	745.091	685.579	-	685.579
	1.656.537	-	1.656.537	1.573.481	-	1.573.481
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura						
Ativos intangíveis	43	-	43	43	-	43
Outros ativos tangíveis	7.192	3.849	3.343	7.353	3.906	3.447
Perdas por imparidade	853.298	551.030	302.268	887.837	579.459	308.378
Benefícios a empregados	3.503	-	3.503	4.200	-	4.200
Ativos financeiros disponíveis para venda	47.996	6.190	41.806	8.839	44.288	(35.449)
Derivados	-	5.203	(5.203)	-	1.697	(1.697)
Prejuízos fiscais	428.915	-	428.915	434.767	-	434.767
Outros	156.383	56.109	100.274	160.139	55.433	104.706
	1.497.330	622.381	874.949	1.503.178	684.783	818.395
Total dos impostos diferidos	3.153.867	622.381	2.531.486	3.076.659	684.783	2.391.876
Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos	(609.300)	(609.300)	-	(678.097)	(678.097)	-
Impostos diferidos líquidos	2.544.567	13.081	2.531.486	2.398.562	6.686	2.391.876

(*) - O saldo em 30 de junho de 2015 inclui imposto diferido ativo associado a benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados em excesso dos limites previstos no Código do IRC, considerando a dedutibilidade do encargo no momento do pagamento das pensões associadas, no montante de Euros 104.413.000.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

Na sequência da Lei 61/2014 sobre o Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos ("regime"), O Banco deliberou em Assembleia Geral de 15 de outubro de 2014 a adesão a este regime.

Com a adesão ao regime, os ativos por impostos diferidos associados às diferenças temporárias determinadas com (i) perdas por imparidade em créditos e, (ii) com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados, assumem uma natureza distinta das restantes diferenças temporárias uma vez que sendo garantidas não dependem de rentabilidade futura, sendo convertíveis em créditos tributários.

A taxa de imposto diferido para o Banco Comercial Português, S.A. é analisada como segue:

Descrição	jun 2015	dez 2014
Taxa de IRC (a)	21%	21%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	7%	7%
Total (b)	29,5%	29,5%

(a) - Aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2014, a redução da taxa de IRC originou um gasto por impostos diferidos no montante de Euros 133.507.000.

A rubrica Benefícios a empregados inclui o montante de Euros 399.300.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 402.256.000) relativo a impostos diferidos associados aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas em resultado da alteração da política contabilística, conforme referido nas notas 1, 9 e 48. A referida rubrica inclui igualmente o montante de Euros 39.156.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 40.506.000) relativo a impostos diferidos associados ao gasto decorrente da transferência das responsabilidades com os pensionistas para o regime geral da segurança social.

A variação patrimonial negativa decorrente da alteração da política contabilística referida é dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, nos 10 anos iniciados em 1 de janeiro de 2012. O gasto decorrente da transferência das responsabilidades com os pensionistas para o regime geral da segurança social é dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, a partir de 1 de janeiro de 2012, em função do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do Grupo).

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano de caducidade	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
2015	2.371	3.471
2016	1	1
2017	137.928	139.513
2018	115.384	115.893
2019	189	179
2020 e seguintes	173.042	175.710
	428.915	434.767

Conforme referido na política contabilística e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expetativa do Grupo da sua recuperabilidade. A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos foi efetuada para cada entidade incluída no perímetro de consolidação do Grupo tendo por base os respetivos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração para o período de 2015-2019.

As demonstrações financeiras previsionais do Grupo, preparadas no âmbito do processo orçamental para 2015 e que suportam os resultados tributáveis futuros previstos para cada entidade do Grupo, tiveram em consideração o enquadramento macroeconómico e competitivo ao mesmo tempo que consolidam as prioridades estratégicas do Grupo.

O plano de negócios do Grupo considera, nomeadamente, o crescimento sustentado da rendibilidade e o reembolso da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos subscritos pelo Estado Português (CoCos), e consubstancia os objetivos previstos na terceira fase do Plano Estratégico relacionados com a recuperação de rendibilidade, com a otimização da afetação de capital e com o enfoque nas operações internacionais na Polónia, em Moçambique e em Angola.

A expectativa de geração de resultados tributáveis futuros em Portugal está suportada, fundamentalmente, na evolução favorável:

(i) da margem financeira, traduzindo o impacto positivo do reembolso dos CoCos e da descida sustentada do custo dos depósitos a prazo de clientes;
(ii) da redução dos custos operacionais, refletindo o efeito favorável das diminuições dos números de colaboradores e de sucursais;
(iii) das dotações para imparidades de crédito.

Em função desta avaliação, o montante dos impostos diferidos não reconhecidos é analisado como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Prejuízos fiscais	408.772	401.771

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e noutras rubricas da situação líquida do Grupo, com referência a 30 de junho de 2015, é analisado como segue:

	jun 2015			
	Resultado do período	**Reservas e resultados transitados**	**Diferenças de câmbio**	**Operações descontinuadas, em descontinuação e outras variações**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Impostos diferidos				
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura				
Perdas por imparidade	23.544	-	-	-
Benefícios a empregados	23.475	36.037	-	-
	47.019	36.037	-	-
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura				
Outros ativos tangíveis	(142)	-	37	-
Perdas por imparidade	(7.427)	-	1.318	-
Benefícios a empregados	(311)	-	77	(463)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	76.986	269	-
Derivados	(3.521)	-	15	-
Prejuízos fiscais	(40.052)	32.484	1.716	-
Outros	(5.211)	-	777	-
	(56.664)	109.470	4.209	(463)
	(9.645)	145.507	4.209	(463)
Impostos correntes	(44.803)	93	-	2
	(54.448)	145.600	4.209	(461)

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e noutras rubricas da situação líquida do Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2014, é analisado como segue:

	dez 2014			
	Resultado do período	**Reservas e resultados transitados**	**Diferenças de câmbio**	**Operações descontinuadas, em descontinuação e outras variações**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Impostos diferidos				
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura				
Perdas por imparidade	66.101	-	-	-
Benefícios a empregados	(55.220)	(45.016)	-	(113)
	10.881	(45.016)	-	(113)
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura				
Ativos intangíveis	(3)	-	-	(12)
Outros ativos tangíveis	314	-	(55)	(28)
Perdas por imparidade	44.037	-	(2.417)	1
Benefícios a empregados	(131)	(5.054)	(274)	44
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(4.350)	(562)	(97)
Derivados	(431)	-	45	-
Prejuízos fiscais	103.641	89.748	(2.002)	(12.861)
Outros	40.362	-	997	108
	187.789	80.344	(4.268)	(12.845)
	198.670	35.328	(4.268)	(12.958)
Impostos correntes	(100.995)	877	-	(910)
	97.675	36.205	(4.268)	(13.868)

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes é analisada como segue:

	jun 2015	jun 2014
	Euros '000	Euros '000
Resultado antes de impostos	349.282	2.024
Taxa de imposto corrente	29,5%	31,5%
Imposto esperado	(103.039)	(638)
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável (i)	(39.058)	(24.362)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável (ii)	14.348	42.369
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	5.516	611
Efeito das diferenças de taxa de imposto e de imposto diferido não reconhecido anteriormente (iii)	68.001	(14.809)
Correções de períodos anteriores	961	(2.291)
(Tributação autónoma) / Créditos fiscais	(1.177)	(1.426)
	(54.448)	(546)
Taxa efetiva	15,6%	27,0%

Referências:

(i) Corresponde essencialmente ao imposto associado ao acréscimo para efeitos de apuramento do lucro tributável da imparidade não dedutível para efeitos fiscais e da contribuição sobre o setor bancário.

(ii) Trata-se essencialmente do imposto associado à dedução para efeitos de apuramento do lucro tributável dos resultados de sociedades não residentes em território português e das sociedades consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, de reposições de imparidade e de diferenças cambiais apuradas em base consolidada.

(iii) Respeita essencialmente ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados a benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados em excesso dos limites.

32. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015	dez 2014
	Euros '000	Euros '000
Devedores	151.152	164.870
Suprimentos	145.202	113.546
Valores a cobrar	23.130	26.043
Outros impostos a recuperar	24.080	21.302
Bonificações a receber	8.073	7.367
Associadas	928	228
Juros e outros proveitos a receber	65.205	48.538
Despesas antecipadas	54.418	44.246
Operações sobre títulos a receber	35.847	33.897
Valores a debitar a clientes	219.055	244.544
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.290	2.151
Contas diversas	252.063	217.156
	982.443	923.888
Imparidade para outros ativos	(173.674)	(138.959)
	808.769	784.929

Conforme referido na nota 55, a rubrica de Suprimentos inclui o montante de Euros 142.324.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 109.918.000) e a rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 2.939.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 2.939.000), referentes a títulos júnior resultantes das operações de cedência de crédito para Fundos Especializados de recuperação de crédito, os quais se encontram totalmente provisionados.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	138.959	166.667
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	339	-
Outras transferências	27.397	1.042
Dotação do período	10.308	3.249
Reversão do período	(64)	-
Utilização de imparidade	(3.197)	(2.229)
Diferenças cambiais	(68)	(484)
Saldo em 30 de junho	173.674	168.245

33. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Depósitos de Bancos Centrais	7.409.907	6.817.673
Depósitos de outras instituições de crédito no país	331.474	219.515
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	4.671.538	3.928.967
	12.412.919	10.966.155

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, de acordo com o definido nos contratos respetivos, o Grupo tem, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 92.290.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 109.768.000) de depósitos de outras instituições de crédito recebidos como colateral das referidas operações.

34. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Depósitos de clientes		
Depósitos à ordem	19.707.338	16.792.677
Depósitos a prazo	25.633.243	29.511.327
Depósitos de poupança	1.850.549	1.287.817
Depósitos ao justo valor através de resultados	2.867.905	1.918.419
Bilhetes do Tesouro e outros ativos com acordo de recompra	171.196	13.986
Outros	370.867	292.510
	50.601.098	49.816.736

Nos termos da Lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94.

A rubrica Depósitos de clientes - Depósitos ao justo valor através de resultados encontra-se valorizada ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 3. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 30 de junho de 2015, uma perda de Euros 2.662.000 (31 de dezembro de 2014: perda de Euros 4.642.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo, conforme referido na nota 6.

O valor nominal da rubrica Depósitos de clientes - Depósitos ao justo valor através de resultados ascende, em 30 de junho de 2015, a Euros 2.872.693.000 (31 dezembro 2014: Euros 1.924.445.000).

35. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Empréstimos obrigacionistas ao custo amortizado		
Obrigações	1.944.054	1.914.640
Obrigações hipotecárias	1.340.836	1.344.538
MTNs	790.917	1.318.416
Securitizações	460.361	483.427
	4.536.168	5.061.021
Periodificações	26.301	56.102
	4.562.469	5.117.123
Empréstimos obrigacionistas ao justo valor através de resultados		
Obrigações	44.296	36.560
MTNs	161.810	159.960
	206.106	196.520
Periodificações	463	3.398
	206.569	199.918
Certificados	493.866	392.528
	5.262.904	5.709.569

A rubrica Empréstimos obrigacionistas ao justo valor através de resultados encontra-se valorizada de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d), tendo-se reconhecido em 30 de junho de 2015, uma perda de Euros 6.797.000 (31 de dezembro de 2014: ganho de Euros 632.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Grupo, conforme referido na nota 6.

36. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Swaps	734.340	846.837
Opções	81.236	100.979
Derivados embutidos	300	369
Forwards	8.353	4.784
	824.229	952.969
Nível 1	79.993	98.880
Nível 2	725.798	845.587
Nível 3	18.438	8.502

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 47.

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui a 30 de junho de 2015 a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 d) no montante de Euros 300.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 369.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 24.

37. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	83.837	250.158
Provisões técnicas da atividade seguradora:		
De seguro direto e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	15.981	13.787
Matemática do ramo vida	53.578	55.990
Para participação nos resultados	3.200	2.161
Outras provisões técnicas	10.973	10.794
Outras provisões para riscos e encargos	135.248	127.403
	302.817	460.293

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	jun 2015	jun 2014
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	250.158	211.765
Outras transferências	(158.870)	-
Dotação do período	4.893	24.587
Reversão do período	(12.465)	(9.014)
Diferenças cambiais	121	(202)
Saldo em 30 de junho	83.837	227.136

Os movimentos nas outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

	jun 2015	jun 2014
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	127.403	80.017
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	5.282
Outras transferências	(1.542)	-
Dotação do período	18.569	30.155
Reversão do período	(386)	(1.199)
Utilização de imparidade	(8.742)	(2.252)
Diferenças cambiais	(54)	(7)
Saldo em 30 de junho	135.248	111.996

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade do Grupo, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

38. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015	dez 2014
	Euros '000	Euros '000
Obrigações		
Não perpétuas	855.922	1.224.603
Perpétuas	28.643	28.510
CoCos	761.855	762.767
	1.646.420	2.015.880
Periodificações	14.097	9.792
	1.660.517	2.025.672

A rubrica Obrigações – CoCos corresponde a instrumentos híbridos de dívida subordinada elegíveis para efeitos prudenciais como capital *core tier 1* emitidos, em 29 de junho de 2012, pelo Banco Comercial Português, S.A. com o montante inicial de Euros 3.000.000.000 e totalmente subscritos pelo Estado Português. Os instrumentos são totalmente reembolsáveis pelo Banco ao longo de um período de cinco anos e apenas em determinadas circunstâncias, designadamente de incumprimento ou falta de pagamento, são suscetíveis de conversão em ações do Banco. Ao longo do exercício de 2014, e na sequência do aumento de capital e da avaliação da evolução dos rácios de capital do Banco, foram reembolsados ao Estado Português Euros 400.000.000 de instrumentos de capital *core tier 1* (CoCos), em maio de 2014 e Euros 1.850.000.000 de instrumentos de capital *common equity tier 1* (CoCos) em agosto de 2014, após ter obtido do Banco de Portugal a devida autorização, na sequência de análise efetuada à evolução dos rácios de capital do Banco e de acordo com o anunciado no âmbito do aumento de capital realizado.

Os referidos instrumentos foram emitidos no âmbito do processo de recapitalização do Banco utilizando a linha de Euros 12.000.000.000 disponibilizada pelo Estado Português, no âmbito do Programa de Intervenção do FMI, nos termos do disposto na Portaria nº 150-A/2012. Estes instrumentos são elegíveis para efeitos prudenciais para o c*ore tier 1*. No entanto, e à luz do disposto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, para efeitos contabilísticos, estes instrumentos são classificados como passivo, tendo em consideração as suas características, nomeadamente: (i) existência de uma obrigação de pagamento de capital e juros; e (ii) no caso de a liquidação ser efetuada através da entrega de títulos de capital próprio, o número de títulos a entregar é variável em função do valor de mercado à data, de modo a perfazer o valor da obrigação a liquidar.

Assim, a classificação como passivo resulta do facto do investidor, enquanto detentor do instrumento emitido, não se encontrar efetivamente exposto ao risco dos instrumentos de capital da sociedade, dado que receberá em qualquer circunstância um montante equivalente ao valor investido, quer em numerário quer em títulos da própria instituição. Esta operação tem taxa de juro crescente iniciando-se em 8,5% e ascendendo no final da operação a 10% em 2017.

Conforme referido na nota 46, foi efetuada, em junho de 2015, uma oferta pública de troca de valores mobiliários por ações que visou o reforço do capital social do Banco. Esta operação foi realizada através de entradas em espécie, sendo parte das novas entradas constituídas pelos valores mobiliários subordinados emitidos pelo Banco, no montante de Euros 370.632.000 e que implicou a extinção destas emissões.

Em 30 de junho de 2015, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Obrigações não perpétuas					
Banco Comercial Português:					
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	setembro, 2008	setembro, 2018	Ver referência (i)	52.587	52.589
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	outubro, 2008	outubro, 2018	Ver referência (i)	14.888	14.888
Bcp Ob Sub jun 2020 - Emtn 727	junho, 2010	junho, 2020	Ver referência (ii)	14.791	14.791
Bcp Ob Sub ago 2020 - Emtn 739	agosto, 2010	agosto, 2020	Ver referência (iii)	9.278	9.732
Bcp Ob Sub mar 2021 - Emtn 804	março, 2011	março, 2021	Euribor 3M + 3,750%;	114.000	114.000
Bcp Ob Sub abr 2021 - Emtn 809	abril, 2011	abril, 2021	Euribor 3M + 3,750%;	64.100	64.100
Bcp Ob Sub 3S abr 2021 - Emtn 812	abril, 2011	abril, 2021	Euribor 3M + 3,750%;	35.000	35.000
Bcp Sub 11/25.08.2019 - Emtn 823	agosto, 2011	agosto, 2019	Taxa fixa de 6,383%	7.500	8.134
Bcp Subord set 2019 - Emtn 826	outubro, 2011	setembro, 2019	Taxa fixa de 9,310%	50.000	51.223
Bcp Subord nov 2019 - Emtn 830	novembro, 2011	novembro, 2019	Taxa fixa de 8,519%	40.000	39.882
Mbcp Subord dez 2019 - Emtn 833	dezembro, 2011	dezembro, 2019	Taxa fixa de 7,150%	26.600	25.623
Mbcp Subord jan 2020 - Emtn 834	janeiro, 2012	janeiro, 2020	Taxa fixa de 7,010%	14.000	12.974
Mbcp Subord fev 2020 - Vm Sr. 173	abril, 2012	fevereiro, 2020	Taxa fixa de 9,000%	23.000	22.057
Bcp Subord abr 2020 - Vm Sr 187	abril, 2012	abril, 2020	Taxa fixa de 9,150%	51.000	49.065
Bcp Subord 2 Serie abr 2020 - Vm 194	abril, 2012	abril, 2020	Taxa fixa de 9,000%	25.000	23.933
Bcp Subordinadas jul 20-Emtn 844	julho, 2012	julho, 2020	Taxa fixa de 9,000%	26.250	24.325
Bank Millennium:					
MB Finance AB	dezembro, 2007	dezembro, 2017	Euribor 6M + 2,000%	150.118	150.118
BCP Finance Bank:					
BCP Fin Bank Ltd EMTN - 295	dezembro 2006	dezembro 2016	Ver referência (iv)	71.209	71.200
BCP Fin Bank Ltd EMTN - 828	outubro, 2011	outubro, 2021	Taxa fixa de 13,000%	96.450	72.244
Magellan No. 3:					
Magellan No. 3 Series 3 Class F	junho, 2005	maio, 2058	-	44	44
					855.922
Obrigações perpétuas					
Obrigações Caixa Perpétuas					
Subord 2002/19jun2012	junho, 2002	-	Ver referência (v)	92	64
TOPS BPSM 1997	dezembro, 1997	-	Euribor 6M + 0,900%	22.916	23.204
BCP Leasing 2001	dezembro, 2001	-	Euribor 3M + 2,250%	5.375	5.375
					28.643
CoCos					
Bcp Coco Bonds 12/29.06.2017	junho, 2012	junho, 2017	Ver referência (vi)	750.000	761.855
Periodificações					14.097
					1.660.517

Referências:
(i) - 1º ano 6,000%; 2º ao 5º ano Euribor 6M + 1,000%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,400%;
(ii) - Até ao 5º ano taxa fixa de 3,250%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,000%;
(iii) - 1º ano 3,000%; 2º ano 3,250%; 3º ano 3,500%; 4º ano 4,000%; 5º ano 5,000%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,250%;
(iv) - Euribor 3M + 0,300% (0,800% a partir de dezembro 2011);
(v) - Até 40º cupão 6,131%; Após 40º cupão Euribor 3M + 2,400%;
(vi) - 1º ano 8,500%; 2º ano 8,750%; 3º ano 9,000%; 4º ano 9,500%; 5º ano 10,000%.

39. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	26.492	35.842
Por contratos de factoring	7.698	6.132
Associadas	4	798
Outros credores	226.388	236.944
Setor Público Administrativo	51.906	56.712
Juros e outros custos a pagar	105.943	98.533
Receitas antecipadas	10.351	9.804
Férias e subsídios de férias e de Natal a pagar	57.853	61.900
Outros custos administrativos a pagar	1.277	3.347
Operações sobre títulos a liquidar	160.845	14.859
Contas diversas	567.336	526.721
	1.216.093	1.051.592

A rubrica Credores - Outros credores inclui o montante de Euros 47.617.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 48.201.000) relativo a prémio de antiguidade conforme descrito na nota 48.

Adicionalmente, esta rubrica inclui o montante de Euros 12.097.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 35.164.000) relativo à provisão para reestruturação no âmbito do programa de redimensionamento acordado com a Comissão Europeia e o montante de Euros 22.777.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 24.212.000) relativo ao valor atual dos benefícios atribuídos, associados ao crédito de habitação a colaboradores, reformados e ex-colaboradores.

A rubrica Credores - Outros credores inclui ainda, o montante de Euros 3.153.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 3.153.000) referente às responsabilidades com benefícios pós-emprego já reconhecidas em custos com pessoal, a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo, conforme referido na nota 48. Estas responsabilidades não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo, pelo que correspondem a valores a pagar pelo Grupo.

Em 30 de junho de 2015, a rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 65.562.000 (31 de dezembro de 2014: Euros: 38.020.000) relativo a responsabilidades associadas com benefícios pós-emprego, conforme referido na nota 48.

40. Capital, ações preferenciais e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 4.094.235.361,88 representado por 59.039.023.275 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

Na sequência da autorização prestada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 11 de maio de 2015, o Banco procedeu em junho de 2015, ao aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários (ações preferenciais, valores mobiliários perpétuos e obrigações subordinadas) por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação (dos quais Euros 0,08 correspondem ao valor de emissão unitário e Euros 0,0034 a ágio) e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

O preço de emissão ou valor da Oferta Pública de Troca foi calculado pela média ponderada por volumes da cotação BCP nos últimos 5 dias aplicando um desconto de 7,5%. A diferença entre o preço de emissão (Euros 0,0834 por ação), e o valor de emissão (Euros 0,08 por ação), originou um prémio de emissão de Euros 16.470.667,11.

Em 24 de julho de 2014, o Banco registou um aumento do capital social de Euros 1.465.000.000 para Euros 3.706.690.253,08 através da emissão de 34.487.542.355 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, que foram oferecidas à subscrição dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos de preferência.

Na sequência da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de maio de 2014, o Banco tinha procedido, em junho de 2014, à redução do capital social de Euros 3.500.000.000 para Euros 1.465.000.000, sem alteração do número de ações, sem valor nominal, existentes à data, sendo a redução de Euros 2.035.000.000 para cobertura de perdas verificadas nas contas individuais do Banco relativas ao exercício de 2013.

As ações preferenciais incluem duas emissões efetuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 ações preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de junho de 2004.
- 10.000 ações preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de outubro de 2005.

Em outubro de 2011 foi efetuada a troca de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida. O montante de ações preferenciais ascende a Euros 171.175.000 em 30 de junho de 2015.

Os outros instrumentos de capital incluem três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

A grande maioria dos títulos associados a estas emissões foram trocadas no âmbito da oferta pública de troca de Valores mobiliários perpétuos por ações, efetuada em 2011. O montante ascende em 30 de junho de 2015, a Euros 9.853.000.

De acordo com as condições da emissão de Instrumentos de Capital *Core Tier I* subscritos pelo Estado, ao abrigo da Lei nº 63-A/2008 e da Portaria nº 150-A/2012 (CoCos), o Banco não poderá distribuir dividendos enquanto a emissão não for totalmente reembolsada.

A 30 de junho de 2015, os acionistas qualificados que detêm individual ou conjuntamente 2% ou mais do capital do Banco, são os que seguem:

Acionista	Nº ações	% do capital social	% dos direitos de voto
Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, EP	10.534.115.358	17,84%	17,84%
Grupo Sabadell	2.994.863.413	5,07%	5,07%
Grupo EDP	1.465.741.918	2,48%	2,48%
BlackRock (*)	1.308.152.656	2,22%	2,22%
Grupo Interoceânico	1.203.994.374	2,04%	2,04%
Total de Participações Qualificadas	17.506.867.719	29,65%	29,65%

(*) De acordo com a última informação disponível (BlackRock em 24 de julho de 2014).

41. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. O Banco manteve inalterada a sua reserva legal no montante de Euros 193.270.000.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da atividade económica.

42. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos nas reservas de justo valor	(103.042)	177.879
Crédito titulado (*)	(18)	(20)
Ativos financeiros detidos até à maturidade (*)	(1.082)	(1.207)
De investimentos em associadas e outros	987	2.056
Cobertura de fluxos de caixa	(36.703)	(28.529)
	(139.858)	150.179
Impostos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	30.825	(48.764)
Crédito titulado	5	6
Ativos financeiros detidos até à maturidade	319	356
Cobertura de fluxos de caixa	7.828	5.121
	38.977	(43.281)
Reservas de justo valor líquidas de impostos	(100.881)	106.898
Outros	(2.372.530)	(2.383.487)
	(2.473.411)	(2.276.589)
Outras reservas e resultados acumulados		
Reserva legal	193.270	193.270
Reserva estatutária	30.000	30.000
Outras reservas e resultados acumulados	2.636.133	2.788.179
Outras reservas de consolidação	(173.203)	(169.875)
	2.686.200	2.841.574

(*) Refere-se ao montante não periodificado da reserva de justo valor na data da reclassificação, para títulos objeto de reclassificação.

As Reservas de justo valor correspondem essencialmente às variações acumuladas do valor de mercado dos Ativos financeiros detidos para venda e da Cobertura de fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

A movimentação, durante o primeiro semestre de 2015, da Reserva de justo valor em Crédito titulado, Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros detidos até à maturidade, Investimentos em associadas e Outros é analisada conforme segue:

	2015					
	Saldo em 1 janeiro Euros '000	**Transferências Euros '000**	**Variação de justo valor Euros '000**	**Imparidade em resultados Euros '000**	**Alienação Euros '000**	**Saldo em 30 junho Euros '000**
Millenniumbcp Ageas	(3.902)	-	(2.353)	-	-	(6.255)
Títulos de dívida pública Portuguesa	67.628	282.216	(160.126)	-	(388.148)	(198.430)
Outros	114.982	-	(21.282)	26.976	(19.146)	101.530
	178.708	282.216	(183.761)	26.976	(407.294)	(103.155)

A movimentação da reserva de justo valor em crédito titulado, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros detidos até à maturidade, investimentos em associadas e outros, ocorridas durante o primeiro semestre de 2014, é analisada conforme segue:

	2014				
	Saldo em 1 janeiro Euros '000	**Variação de justo valor Euros '000**	**Imparidade em resultados Euros '000**	**Alienação Euros '000**	**Saldo em 30 junho Euros '000**
Millenniumbcp Ageas	(44.463)	43.652	-	(6.174)	(6.985)
Títulos de dívida pública Portuguesa	89.412	205.095	-	(114.021)	180.486
Outros	34.650	44.435	39.129	(6.497)	111.717
	79.599	293.182	39.129	(126.692)	285.218

43. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Ações do Banco Comercial Português, S.A.		**Outros títulos próprios**	**Total**
jun 2015				
Valor de balanço (Euros '000)	1.894		118.196	120.090
Número de títulos	24.280.365	(*)		
Valor unitário médio (Euros)	0,08			
dez 2014				
Valor de balanço (Euros '000)	1.595		11.952	13.547
Número de títulos	24.280.365	(*)		
Valor unitário médio (Euros)	0,07			

As ações próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Em 30 de junho de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. não detém ações próprias em carteira, não se tendo realizado nem compras nem vendas de ações próprias ao longo do período. Contudo, em 30 de junho de 2015, estão registados na rubrica Títulos próprios 24.280.365 ações (31 de dezembro de 2014: 24.280.365 ações) detidas por clientes. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 39 as ações do Banco por eles detidas foram, em respeito por esta norma, consideradas como ações próprias e, de acordo com as políticas contabilísticas, abatidas aos capitais próprios.

No âmbito da Oferta Pública de Troca, a variação ocorrida no primeiro semestre de 2015 na rubrica Títulos Próprios - Outros títulos próprios, inclui a troca de ações preferenciais da BCP Finance Company e Valores mobiliários perpétuos por ações do Banco, no valor de Euros 110.577.000.

Relativamente a títulos próprios detidos por empresas associadas do Grupo BCP conforme nota 57, em 30 de junho de 2015, o Grupo Millenniumbcp Ageas detinha 652.087.518 ações BCP (31 de dezembro de 2014: 652.087.518 ações) no montante de Euros 50.798.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 42.842.000).

A variação ocorrida na rubrica títulos próprios decorre do processo de aumento de capital (tal como referido na nota 46) por aquisição voluntária de valores mobiliários (ações preferências e valores mobiliários perpétuos) por contrapartida de ações ordinárias. Esta operação gerou uma mais valia no montante de Euros 43.697.000 reconhecida por contrapartida de reservas.

44. Interesses que não controlam

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Perdas atuariais (efeito líquido de impostos)	(526)	(526)
Diferença cambial de consolidação	(62.784)	(40.300)
Reservas de justo valor	(24.932)	(9.268)
Impostos diferidos	4.574	1.582
	(83.668)	(48.512)
Outras reservas e resultados acumulados	1.109.361	822.883
	1.025.693	774.371

O valor dos interesses que não controlam é analisado como segue:

	Balanço		Demonstração dos Resultados	
	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Bank Millennium, S.A.	717.146	465.303	33.565	26.415
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	147.351	151.942	16.571	14.373
Banco Millennium Angola, S.A.	161.547	157.140	19.053	11.518
Outras subsidiárias	(351)	(14)	(337)	290
	1.025.693	774.371	68.852	52.596

			Percentagem detida por interesses que não controlam	
Nome	Sede	Segmento	jun 2015	dez 2014
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	Banca	49,9%	34,5%
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	Banca	33,3%	33,3%
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	Banca	49,9%	49,9%

No final de março de 2015 o Grupo procedeu à alienação de 15,41% do capital social da sociedade Bank Millennium, S.A. (Polónia) através do *accelerated placement* de 186.979.631 ações ordinárias, pelo valor unitário de PLN 6,65, tendo realizado uma mais valia no montante de Euros 31.089.000 reconhecida por contrapartida de reservas.

O quadro seguinte apresenta o resumo da informação financeira para as Instituições acima descritas, preparadas de acordo com as IFRS. A informação é apresentada antes das eliminações intercompanhias:

	Bank Millennium, S.A.		BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.		Banco Millennium Angola, S.A.	
	jun 2015 Euros '000	**jun 2014 Euros '000**	**jun 2015 Euros '000**	**jun 2014 Euros '000**	**jun 2015 Euros '000**	**jun 2014 Euros '000**
Proveitos	392.561	417.940	182.021	142.832	129.863	87.673
Resultado líquido	79.310	76.404	47.905	41.689	38.183	23.082
Resultado atribuível aos accionistas do Banco	45.745	49.989	31.334	27.316	19.130	11.564
Resultado atribuível aos interesses que não controlam	33.565	26.415	16.571	14.373	19.053	11.518
Outro rendimento integral atribuível aos accionistas do Banco	(12.042)	2.951	7	66	(96)	(578)
Outro rendimento integral atribuível aos interesses que não controlam	(5.172)	1.554	3	33	(96)	(575)
Total rendimento integral	62.096	80.909	47.915	41.788	37.991	21.929
Ativos financeiros	16.196.100	1.436.916	2.332.416	1.904.065	1.894.394	1.526.763
Ativos não financeiros	237.968	12.812.247	181.467	167.953	223.623	191.814
Passivos financeiros	(14.729.147)	(12.664.204)	(1.937.732)	(1.571.192)	(1.737.962)	(1.395.343)
Passivos não financeiros	(267.755)	(277.473)	(143.658)	(125.845)	(56.313)	(51.295)
Capitais Próprios	1.437.166	1.307.486	432.493	374.981	323.742	271.939
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do Banco	720.020	842.183	285.142	223.039	162.195	114.799
Capitais Próprios atribuíveis aos interesses que não controlam	717.146	465.303	147.351	151.942	161.547	157.140
Fluxos de caixa de:						
atividades operacionais	180.937	(112.698)	11.037	4.254	14.393	31.597
atividades de investimento	103.534	229.637	(5.597)	(19.412)	(281.595)	(415.541)
atividades de financiamento	26.885	169.760	(12.294)	(24.919)	347.434	353.583
Aumento/(Diminuição) líquida de caixa e equivalentes	311.356	286.699	(6.854)	(40.077)	80.232	(30.361)
Dividendos distribuídos ao longo do período:						
atribuíveis aos accionistas do Banco	-	41.679	18.897	17.120	-	-
atribuíveis aos interesses que não controlam	-	21.941	10.157	9.115	-	-
	-	63.620	29.054	26.235	-	-

45. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Garantias e avales prestados	5.335.417	5.482.897
Garantias e avales recebidos	30.469.329	31.254.692
Compromissos perante terceiros	10.366.690	7.453.290
Compromissos assumidos por terceiros	11.560.346	10.769.188
Valores recebidos em depósito	124.425.665	119.368.385
Valores depositados na Central de Valores	130.414.242	123.425.276
Outras contas extrapatrimoniais	138.835.149	135.896.783

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Garantias e avales prestados		
Garantias e avales	3.965.905	4.145.369
Cartas de crédito stand-by	94.415	93.034
Créditos documentários abertos	457.141	464.433
Fianças e indemnizações	817.956	780.061
	5.335.417	5.482.897
Compromissos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	3.618.352	16.292
Linhas de crédito irrevogáveis	1.870.204	2.462.932
Outros compromissos irrevogáveis	268.933	291.835
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	3.828.588	3.706.528
Facilidades em descobertos de conta	548.152	751.355
Outros compromissos revogáveis	232.461	224.348
	10.366.690	7.453.290

As garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transações comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transações encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objetiva de imparidade tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais. Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se preveem quaisquer perdas materiais nestas operações.

46. Factos relevantes ocorridos durante o primeiro semestre de 2015

Aumento de Capital Social do Banco Comercial Português, S.A. de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88

Em junho de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu a um aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários (ações preferenciais, valores mobiliários perpétuos e obrigações subordinadas) por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação (dos quais Euros 0,08 correspondem ao valor de emissão unitário e Euros 0,0034 a ágio) e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

O preço de emissão ou valor da Oferta Pública de Troca foi calculado pela média ponderada por volumes da cotação BCP nos últimos 5 dias aplicando um desconto de 7,5%. A diferença entre o preço de emissão (Euros 0,0834 por ação), e o valor de emissão (Euros 0,08 por ação), originou um prémio de emissão de Euros 16.470.667,11.

Conclusão da venda da Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

O Banco Comercial Português, S.A. ("Banco") concluiu, em maio de 2015, o processo de alienação da totalidade do capital social da Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. ("MGA") à Corretaje e Información Monetária y de Divisas, S.A. ("Grupo CIMD").

O Banco continuará a comercializar os fundos de investimento geridos pela MGA, dos quais é, aliás, depositário.

Deliberações da Assembleia Geral Anual de Acionistas

Em 11 de maio de 2015, foi realizada a Assembleia Geral Anual do Banco Comercial Português, S.A, tendo estado presentes acionistas detentores de 46,63% do capital social e tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

(i) Aprovação do relatório de gestão, balanço e contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2014;

(ii) Aprovação da proposta de transferência do resultado líquido negativo apurado no balanço individual, relativo ao exercício de 2014, para Resultados Transitados;

(iii) Aprovação do voto de confiança e louvor no Conselho de Administração, incluindo Comissão Executiva e Comissão de Auditoria e em cada um dos respetivos membros, bem como do Revisor Oficial de Contas;

(iv) Aprovação da declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;

(v) Aprovação da Política de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização;

(vi) Aprovação da cooptação de vogal não executiva do Conselho de Administração para exercício de funções no mandato 2012/2014;

(vii) Eleição dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, para exercerem funções no triénio 2015/2017;

(viii) Eleição dos membros do Conselho Estratégico Internacional, para exercerem funções no triénio 2015/2017;

(ix) Eleição dos membros do Conselho de Remuneração e Previdência para exercerem funções no triénio 2015/2017, e fixada a respetiva remuneração;

(x) Aprovação da designação de sociedade de revisores oficiais de contas independente, para nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais, verificar as entradas em espécie e elaborar relatório tendo por objeto os valores mobiliários que constituem as entradas em espécie objeto do Ponto Onze da ordem de trabalhos da Assembleia Geral;

(xi) Aprovação do lançamento de oferta pública de troca de valores mobiliários por ações e consequente reforço por incremento do capital social até Euros 428.000.000,00 por novas entradas em espécie, mediante a emissão de até 5.350.000.000 novas ações sem valor nominal, sendo:

a) as novas entradas constituídas pelos valores mobiliários emitidos pelo Banco e pela subsidiária BCP Finance Company Ltd com os códigos ISIN PTBCPMOM0002, PTBCLWXE0003, PTBCPZOE0023, PTBIPNOM0062, PTBCTCOM0026, XS0194093844 e XS0231958520, e

b) as novas ações emitidas com preço de emissão por ação correspondente a 93% da média ponderada por volumes da cotação das ações do Banco no mercado regulamentado da Euronext Lisbon nos cinco dias de negociação imediatamente anteriores ao dia do lançamento da oferta pública de troca, sendo, sem prejuízo do valor mínimo legal, o preço de emissão até 0,08 euros por ação correspondente ao valor de emissão e, no excedente, correspondente a ágio, e bem assim sobre a consequente alteração estatutária (n.º 1 do art. 4.º do contrato de sociedade); e

(xii) Aprovação da proposta de aquisição e a alienação de ações e obrigações próprias.

Alienação de 15,41% do capital social do Bank Millennium, S.A. (Polónia)

No final do mês de março de 2015, e no âmbito de uma operação de *accelerated placement*, o Grupo alienou a investidores institucionais 186.979.631 ações do Bank Millennium, S.A. (Polónia) representativas de 15,41% do capital social do Banco pelo montante de Euros 304 milhões aproximadamente (PLN 1.240 milhões).

Após esta operação, o Grupo passou a deter uma participação de 50,1% no capital social do Banco mantendo o controlo, nos termos da IFRS 10. Esta operação gerou uma valia de Euros 31.089.000 em base consolidada, que não teve impacto em resultados dado que a transação não implicou alteração do controlo da subsidiária.

No âmbito desta operação, e considerando uma opção prevista nas IFRS, o Grupo incorporou no cálculo da valia a amortização de uma parcela do *goodwill* do Bank Millennium, S.A. (Polónia) de acordo com a proporção da participação alienada (23,5%). O *goodwill* atualmente associado à participação no Bank Millennium, S.A (Polónia) ascende a Euros 126.000.000 (31 de Dezembro de 2014: Euros 164.000.000).

Processo de avaliação de cenários para o Activobank

Em 24 de fevereiro de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. informou que se encontra em processo de avaliação de vários cenários estratégicos que promovam a valorização do Activobank. Este processo encontra-se em fase inicial.

Conversão de empréstimos em Francos Suíços – Bank Millennium, S.A. (Polónia)

No passado dia 5 de agosto de 2015, foi aprovado pela Câmara Baixa do Parlamento Polaco uma proposta legislativa que prevê a participação dos Bancos nos custos associados à conversão de créditos à habitação denominados em Francos Suíços (CHF) em cerca de 90%. Este processo legislativo ainda não se encontra finalizado, carecendo da aprovação da Câmara Alta do Parlamento Polaco e posterior promulgação pelo Presidente da República, não sendo possível prever o seu desfecho.

Nesta data não é possível estimar os impactos que resultam da eventual promulgação da lei bem como os detalhes da sua implementação.

47. Justo Valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de pricing do Grupo.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Grupo.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Ativos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu, em 30 de junho de 2015 é de 0,05% (31 de dezembro de 2014: 0,05%).

Para as restantes aplicações e recursos, a taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Grupo em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período). Para 30 de junho de 2015, a taxa média de desconto foi de 0,43% para as aplicações e de -0,51% para os recursos. Em dezembro de 2014 as mesmas tinham sido de 1,10% e -0,36%, respetivamente.

Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados) e Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*"Bid-price")*, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* - mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (*Black-Scholes, Black, Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Derivados de cobertura e de negociação

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - *Reuters* e *Bloomberg* - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Grupo para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Grupo. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 4,58% em 30 de junho de 2015 e de 4,44% em 31 de dezembro de 2014. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Grupo para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Grupo. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 1,61% em 30 de junho de 2015 e de 1,65% em 31 de dezembro de 2014.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra refletido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Grupo adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Grupo.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de swaps de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais do Grupo, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respetivo na rede comercial própria.

A média das taxas de referência da curva de rendimentos obtida a partir das cotações de mercado do Euro e utilizada no apuramento do justo valor das emissões subordinadas colocadas no mercado institucional foi de 5,38% (31 de dezembro de 2014: 6,97%). No que respeita às emissões subordinadas colocadas no retalho apurou-se uma taxa de desconto de 4,30% (31 de dezembro de 2014: 7,18%). A taxa média de desconto apurada para as emissões sénior (incluindo as garantidas pelo Estado e hipotecárias) foi de 2,82% (31 de dezembro de 2014: 2,06%) para emissões colocadas no mercado institucional e 2,87% (31 de dezembro de 2014: 2,97%) para emissões sénior e colateralizadas colocadas no mercado de retalho.

Para títulos de dívida emitida, o cálculo do justo valor incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, sendo que a diferença positiva apurada de Euros 36.632.000 (31 de dezembro de 2014: uma diferença positiva de Euros 63.163.000), inclui um montante a pagar de Euros 300.000 (31 de dezembro de 2014: um montante a pagar de Euros 366.000) que reflete o justo valor dos derivados embutidos nas emissões e se encontra registado em ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de junho de 2015, a tabela com as taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo:

	Moedas			
	EUR	**USD**	**GBP**	**PLN**
1 dia	-0,16%	0,22%	0,48%	1,52%
7 dias	-0,14%	0,27%	0,50%	1,52%
1 mês	-0,11%	0,36%	0,60%	1,56%
2 meses	-0,08%	0,41%	0,66%	1,59%
3 meses	-0,06%	0,45%	0,71%	1,62%
6 meses	0,02%	0,59%	0,84%	1,69%
9 meses	0,09%	0,76%	0,99%	1,71%
1 ano	0,07%	0,50%	1,11%	1,78%
2 anos	0,12%	0,87%	1,10%	1,99%
3 anos	0,21%	1,22%	1,35%	2,18%
5 anos	0,49%	1,73%	1,69%	2,53%
7 anos	0,78%	2,09%	1,92%	2,79%
10 anos	1,14%	2,41%	2,13%	2,99%
15 anos	1,49%	2,67%	2,30%	3,15%
20 anos	1,63%	2,79%	2,35%	3,19%
30 anos	1,68%	2,88%	2,33%	3,19%

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores com referência a 30 de junho de 2015:

	jun 2015				
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	**Ao justo valor através de reservas Euros '000**	**Custo amortizado Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	2.426.845	2.426.845	2.426.845
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	1.140.761	1.140.761	1.140.761
Aplicações em instituições de crédito	-	-	831.021	831.021	831.356
Crédito a clientes	-	-	53.408.642	53.408.642	50.853.056
Ativos financeiros detidos para negociação	2.216.887	-	-	2.216.887	2.216.887
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	11.703.642	-	11.703.642	11.703.642
Ativos com acordo de recompra	-	-	31.273	31.273	31.276
Derivados de cobertura	80.927	-	-	80.927	80.927
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	436.742	436.742	431.205
	2.297.814	11.703.642	58.275.284	72.276.740	69.715.955
Depósitos de instituições de crédito	-	-	12.412.919	12.412.919	12.505.272
Depósitos de clientes	2.867.905	-	47.733.193	50.601.098	51.218.920
Títulos de dívida emitidos	700.435	-	4.562.469	5.262.904	5.299.536
Passivos financeiros detidos para negociação	824.229	-	-	824.229	824.229
Derivados de cobertura	779.339	-	-	779.339	779.339
Passivos subordinados	-	-	1.660.517	1.660.517	1.656.864
	5.171.908	-	66.369.098	71.541.006	72.284.160

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2014:

	dez 2014				
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	**Ao justo valor através de reservas Euros '000**	**Custo amortizado Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	1.707.447	1.707.447	1.707.447
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	795.774	795.774	795.774
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.456.026	1.456.026	1.456.227
Crédito a clientes	-	-	53.685.648	53.685.648	51.028.286
Ativos financeiros detidos para negociação	1.674.240	-	-	1.674.240	1.674.240
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8.263.225	-	8.263.225	8.263.225
Ativos com acordo de recompra	-	-	36.423	36.423	36.436
Derivados de cobertura	75.325	-	-	75.325	75.325
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	2.311.181	2.311.181	2.547.752
	1.749.565	8.263.225	59.992.499	70.005.289	67.584.712
Depósitos de instituições de crédito	-	-	10.966.155	10.966.155	11.018.598
Depósitos de clientes	1.918.419	-	47.898.317	49.816.736	50.578.631
Títulos de dívida emitidos	592.446	-	5.117.123	5.709.569	5.772.732
Passivos financeiros detidos para negociação	952.969	-	-	952.969	952.969
Derivados de cobertura	352.543	-	-	352.543	352.543
Passivos subordinados	-	-	2.025.672	2.025.672	2.319.453
	3.816.377	-	66.007.267	69.823.644	70.994.926

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores com referência a 30 de junho de 2015:

	jun 2015				
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Instrumentos financeiros ao custo**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.426.845	-	-	-	2.426.845
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.140.761	-	-	-	1.140.761
Aplicações em instituições de crédito	-	-	831.356	-	831.356
Crédito a clientes	-	-	50.853.056	-	50.853.056
Ativos financeiros detidos para negociação	1.328.965	722.600	151.574	13.748	2.216.887
Ativos financeiros disponíveis para venda	7.819.527	2.336.850	1.474.870	72.395	11.703.642
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	31.276	31.276
Derivados de cobertura	-	80.927	-	-	80.927
Ativos financeiros detidos até à maturidade	56.696	374.509	-	-	431.205
	12.772.794	3.514.886	53.310.856	117.419	69.715.955
Depósitos de instituições de crédito	-	-	12.505.272	-	12.505.272
Depósitos de clientes	-	-	51.218.920	-	51.218.920
Títulos de dívida emitidos	493.866	4.805.670	-	-	5.299.536
Passivos financeiros detidos para negociação	79.993	725.798	18.438	-	824.229
Derivados de cobertura	-	779.339	-	-	779.339
Passivos subordinados	-	1.656.864	-	-	1.656.864
	573.859	7.967.671	63.742.630	-	72.284.160

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Grupo, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2014:

	dez 2014				
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Instrumentos financeiros ao custo**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.707.447	-	-	-	1.707.447
Disponibilidades em outras instituições de crédito	795.774	-	-	-	795.774
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.456.227	-	1.456.227
Crédito a clientes	-	-	51.028.286	-	51.028.286
Ativos financeiros detidos para negociação	668.595	991.304	9	14.332	1.674.240
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.009.841	1.782.205	1.375.926	95.253	8.263.225
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	36.436	36.436
Derivados de cobertura	-	75.325	-	-	75.325
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.172.301	375.451	-	-	2.547.752
	10.353.958	3.224.285	53.860.448	146.021	67.584.712
Depósitos de instituições de crédito	-	-	11.018.598	-	11.018.598
Depósitos de clientes	-	-	50.578.631	-	50.578.631
Títulos de dívida emitidos	392.528	5.380.204	-	-	5.772.732
Passivos financeiros detidos para negociação	98.880	845.587	8.502	-	952.969
Derivados de cobertura	-	352.543	-	-	352.543
Passivos subordinados	-	2.319.453	-	-	2.319.453
	491.408	8.897.787	61.605.731	-	70.994.926

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Grupo considera um mercado ativo em que ocorrem transações do instrumento financeiro com frequência e volume suficientes para fornecer informação sobre preços de forma contínua, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

48. Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, conforme referido na política contabilística 1 w).

O número de participantes do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português abrangidos pelo plano de pensões de reforma e outros benefícios é o seguinte:

	jun 2015	**dez 2014**
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	16.381	16.337
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	3.325	3.216
Pessoal no Ativo	7.851	8.054
	27.557	27.607

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 w), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e outros benefícios e respetivas coberturas, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

	jun 2015	**dez 2014**
	Euros '000	**Euros '000**
Responsabilidades por benefícios projetados		
Reformados e Pensionistas	1.857.616	1.835.678
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	203.826	187.812
Pessoal no Ativo	1.074.298	1.109.165
	3.135.740	3.132.655
Valor do Fundo	(3.070.178)	(3.094.635)
(Ativos) / Passivos líquidos em balanço	65.562	38.020
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	2.848.954	2.811.018

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados é analisada conforme segue:

	jun 2015			dez 2014
	Responsabilidades benefícios pós-emprego Euros '000	**Extra-Fundo Euros '000**	**Total Euros '000**	**Total Euros '000**
Saldo a 1 de janeiro	2.789.347	343.308	3.132.655	2.533.235
Custo normal	(1.126)	102	(1.024)	(4.435)
Custo / (proveito) dos juros	34.446	4.155	38.601	97.520
(Ganhos) / perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	288	3.204	3.492	221
Resultantes de alterações de pressupostos	-	-	-	573.880
Pagamentos	(32.528)	(10.951)	(43.479)	(79.297)
Programas de reformas antecipadas	1.008	(101)	907	1.009
Contribuições dos colaboradores	4.420	-	4.420	9.778
Transferência de outros Planos	169	(1)	168	744
Saldo fim do período	2.796.024	339.716	3.135.740	3.132.655

Em 30 de junho de 2015, o valor das pensões pagas pelo Fundo, excluindo outros benefícios incluídos no Extra-Fundo, ascendeu a Euros 32.528.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 57.243.000).

O valor das responsabilidades com Benefícios de Saúde estão integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões e correspondem, em 30 de junho de 2015, a Euros 330.210.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 298.354.000).

No âmbito da cobertura de algumas responsabilidades relacionadas com pensões de reforma o Banco contratou com a Ocidental Vida a aquisição de apólices de seguro de renda vitalícia imediata, cujas responsabilidades ascendiam em 30 de junho de 2015 a Euros 75.932.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 78.406.000) com vista ao pagamento:

i) de pensões a ex-membros do antigo Conselho de Administração Executivo no âmbito do Regulamento de Reforma dos Administradores do Banco.

ii) de pensões e complementos de reforma a colaboradores reformados ao abrigo do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Grupo BCP constituído em 28 de dezembro de 1987, bem como a colaboradores reformados ao abrigo de outros Fundos de Pensões que vieram posteriormente a ser integrados no Fundo de Pensões do Grupo BCP e que previam que os benefícios de reforma seriam pagos através da aquisição de apólices de seguros, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei n.º 12/2006.

A Ocidental Vida é detida a 100% pelo Grupo Millenniumbcp Ageas que é detido a 49% pelo Grupo.

A evolução do valor dos ativos do Fundo é analisado como segue:

	jun 2015 Euros '000	**dez 2014 Euros '000**
Saldo a 1 de janeiro	3.094.635	2.547.275
Rendimento projetado dos ativos	35.735	94.417
Ganhos e (perdas) atuariais	(34.373)	96.860
Contribuições para o Fundo	183	400.000
Pagamentos efetuados	(32.528)	(57.243)
Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos não atribuídos respeitantes ao Plano complementar	1.938	2.804
Contribuições de colaboradores	4.420	9.778
Transferência de outros Planos	168	744
Saldo fim do período	3.070.178	3.094.635

Os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Ações	723.543	746.123
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.220.326	907.943
Unidades de participação em fundos mobiliários	202.371	190.193
Unidades de participação em fundos imobiliários	239.666	274.598
Imóveis	302.207	302.190
Aplicações em bancos e outros	382.065	673.588
	3.070.178	3.094.635

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 30 de junho de 2015, ascendem a Euros 301.525.000 (31 de dezembro de 2014: 301.507.000).

As rubricas que incluem ativos emitidos por empresas do Grupo são analisadas como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	129.995	129.992
Aplicações em Bancos	347.620	650.038
	477.615	780.030

A evolução dos (ativos) / responsabilidades líquidas em balanço é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Valores em 1 de janeiro	38.020	(14.040)
Reconhecidos na Demonstração de resultados:		
Custo normal	(1.024)	(4.435)
Custo / (proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	2.866	3.103
Custo com programas de reformas antecipadas	907	1.009
Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos não atribuídos respeitantes ao Plano complementar	(1.938)	(2.804)
Reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral:		
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Rendimento do Fundo	34.373	(96.860)
Desvio entre responsabilidades esperadas e efetivas	3.492	221
Resultantes de alterações de pressupostos	-	573.880
Contribuições para o Fundo	(183)	(400.000)
Pagamentos	(10.951)	(22.054)
Valores no final do período	65.562	38.020

Com referência a 30 de junho de 2015, das rubricas Custo com programas de reformas antecipadas e Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos não atribuídos respeitantes ao Plano complementar, Euros 827.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.557.000) foram assignados à provisão para custos de reestruturação, conforme nota 39.

Em 30 de junho de 2015, foram efetuadas, pelas empresas do Grupo, contribuições em dinheiro para o Fundo no montante de Euros 183.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 400.000.000).

Em conformidade com o disposto na IAS 19, o Grupo contabilizou, em 30 de junho de 2015, como custo com benefícios pós-emprego, o montante de Euros 1.638.000 cuja análise é apresentada como segue:

	jun 2015		
	Operações em continuação Euros '000	Operações descontinuadas ou em descontinuação Euros '000	Total Euros '000
Custo dos serviços correntes	(1.005)	(19)	(1.024)
Custo / (proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	2.864	2	2.866
Custo / (proveito) com programas de reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo	(61)	(143)	(204)
(Proveito) / Custo do período	1.798	(160)	1.638

Em conformidade com o disposto na IAS 19, o Grupo contabilizou, em 30 de junho de 2014, como proveito com benefícios pós-emprego, o montante de Euros 1.640.000 cuja análise é apresentada como segue:

	jun 2014		
	Operações em continuação Euros '000	**Operações descontinuadas ou em descontinuação Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	(3.025)	(32)	(3.057)
Custo / (proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	1.642	-	1.642
Custo / (proveito) com programas de reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo	(147)	(78)	(225)
(Proveito) / Custo do período	(1.530)	(110)	(1.640)

Atendendo a que o Regulamento de Reforma dos Administradores prevê que as reformas sejam objeto de uma atualização anual, e como não é prática no mercado segurador a aquisição de rendas vitalícias que incorporem um fator de atualização variável, o Banco, observando os critérios atuariais pertinentes, procedeu ao apuramento e ao registo nas suas demonstrações financeiras do montante necessário para fazer face àquela atualização.

Em conformidade com a política de remuneração de Administradores, o Grupo tem a responsabilidade de suportar o custo com as pensões de reforma dos antigos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como com o Plano Complementar de acordo com as normas aplicáveis, estando as responsabilidades calculadas cobertas pelo Fundo de Pensões, pelo Extra-Fundo e por apólices de capitalização de renda vitalícia.

Para fazer face à atualização das responsabilidades contratadas através de apólice de capitalização de renda vitalícia, em resultado de cálculos atuariais, o Grupo tem registada uma provisão no montante de Euros 3.153.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 3.153.000).

A movimentação dos valores das responsabilidades com pensões de reforma a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo, incluídos na rubrica de Outros passivos, é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	**dez 2014 Euros '000**
Saldo em 1 de janeiro	3.153	4.176
Reposições	-	(1.023)
Saldo no final do período	3.153	3.153

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Grupo utilizou os seguintes pressupostos atuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma:

	jun 2015	**dez 2014**
Taxa de crescimento salarial	0,75% até 2017 1% após 2017	0,75% até 2017 1% após 2017
Taxa de crescimento das pensões	0% até 2017 0,5% após 2017	0% até 2017 0,5% após 2017
Taxa de rendimento do Fundo	2,5%	2,5%
Taxa de desconto	2,5%	2,5%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 2 anos	TV 73/77 - 2 anos
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Taxa de invalidez	0%	0%
Taxa de *turnover*	0%	0%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,5%	6,5%

As tábuas de mortalidade consideram uma idade inferior à idade efetiva dos beneficiários, em menos dois anos para os homens e em menos três anos para as mulheres, que se traduz numa esperança média de vida superior.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A determinação da taxa de desconto teve em consideração (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) *duration* das responsabilidades do plano de benefícios.

O Grupo face (i) aos desvios positivos verificados no último exercício e (ii) à atual tendência de evolução dos salários e à situação económica a esta data, determinou uma taxa de crescimento dos salários progressiva de 0,75% até 2017 e 1% a partir de 2017 e uma taxa de crescimento das pensões de 0% até 2017 e de 0,50% a partir de 2017.

De acordo com as exigências da IAS 19, a taxa de rendimento do fundo considerada no cálculo do valor atual das responsabilidades, corresponde à taxa de desconto.

No entanto, apresenta-se abaixo a estimativa de rendimento esperado para 2015:

Classe de Ativos	2015	
	% da Carteira	Rendimento Esperado
Ações	23,57%	6,47%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	39,75%	3,56%
Unidades de participação em fundos mobiliários	6,59%	1,33%
Unidades de participação em fundos imobiliários	7,81%	0,33%
Imóveis	9,84%	6,58%
Aplicações em Bancos e outros	12,44%	1,30%
Rendimento total esperado		3,86%

As perdas atuariais líquidas do exercício no montante de Euros 37.865.000 (31 de dezembro de 2014: perdas atuariais de Euros: 477.241.000) são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) / Perdas atuariais			
	jun 2015		dez 2014	
	Valores efetivamente verificados em %	Euros '000	Valores efetivamente verificados em %	Euros '000
Desvios entre as responsabilidades esperadas e efetivas:				
Taxa de crescimento dos salários	0,00%	-	0,74%	(2.470)
Invalidez	0,00%	-	0,12%	2.935
Desvios de Mortalidade	0,00%	-	0,24%	6.167
Outros	0,00%	3.492	-0,25%	(6.412)
Alterações de pressupostos:				
Taxa de desconto	0,00%	-	2,50%	769.465
Taxa de crescimento dos salários	-	-	-	(123.174)
Taxa de crescimento das pensões	-	-	-	(151.399)
Tábua de mortalidade		-		78.988
Rendimento dos Fundos	0,46%	34.373	8,14%	(96.860)
		37.865		477.241

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19, é a seguinte:

	Impacto da alteração de pressupostos financeiros			
	jun 2015		dez 2014	
	-0,25% Euros '000	0,25% Euros '000	-0,25% Euros '000	0,25% Euros '000
Taxa de Desconto	136.294	(129.448)	136.160	(129.321)
Taxa de Crescimento das Pensões	(105.453)	112.029	(105.349)	111.919
Taxa de Crescimento dos Salários	(49.339)	51.982	(49.290)	51.931

	Impacto da alteração de pressupostos demográficos			
	jun 2015		dez 2014	
	- 1 ano Euros '000	+ 1 ano Euros '000	- 1 ano Euros '000	+ 1 ano Euros '000
Alteração da Tábua de Mortalidade	92.027	(92.612)	91.936	(92.521)

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise de sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% para 7,5%) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5%) de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	jun 2015		dez 2014	
	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%) Euros '000	Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%) Euros '000	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%) Euros '000	Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%) Euros '000
Impacto no custo com pensões	566	(566)	587	(587)
Impacto nas responsabilidades	50.802	(50.802)	50.897	(50.897)

As responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade, por não serem responsabilidades pós-emprego, não estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo. Em 30 de junho de 2015, as responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade ascendiam a Euros 47.617.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 48.201.000) e estão cobertas por provisões em igual montante.

O custo relativo ao primeiro semestre de 2015 e 2014 para prémio de antiguidade é o seguinte:

	jun 2015			jun 2014		
	Operações em continuação Euros '000	Operações descontinuadas ou em descontinuação Euros '000	Total Euros '000	Operações em continuação Euros '000	Operações descontinuadas ou em descontinuação Euros '000	Total Euros '000
Custo dos serviços correntes	1.213	5	1.218	1.282	6	1.288
Custo dos juros	575	3	578	1.047	6	1.053
(Ganhos) e perdas atuariais	(488)	(121)	(609)	448	4	452
Custo do período	1.300	(113)	1.187	2.777	16	2.793

49. Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Grupo as empresas detalhadas nas notas 26 - Associadas e 57 - Subsidiárias, bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e os elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de 1ª linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa

O Grupo concede empréstimos no decurso normal das suas atividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos coletivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros da Comissão Executiva e seus familiares diretos o crédito registado à data de 30 de junho de 2015 ascendia a Euros 214.000 (31 de dezembro de 2014 Euros 131.000), representando 0,01% dos capitais próprios (31 de dezembro de 2014: 0,00%). Estes créditos foram concedidos em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Com referência a 30 de junho de 2015, o crédito, as transações de mercado monetário interbancário, garantias e linhas de crédito irrevogáveis que o Grupo concedeu a administradores não executivos, a pessoas singulares com estes relacionadas e a entidades por estes controladas, ascende a Euros 85.383.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 71.545.000).

Relativamente aos elementos chave de gestão, o montante concedido de crédito e linhas de crédito irrevogáveis ascendeu, em 30 de junho de 2015, a Euros 9.441.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 8.630.000).

Remunerações aos membros do Conselho de Administração e elementos chave de gestão

Tendo presente que a remuneração dos membros da Comissão Executiva tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro da Comissão Executiva será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

As remunerações fixas que foram pagas aos membros da Comissão Executiva durante o primeiro semestre de 2015 ascenderam a Euros 1.074.000 (30 de junho de 2014: Euros 1.040.000), sendo que Euros 40.000 (30 de junho de 2014: Euros 64.000) foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo. Relativamente ao 1º semestre de 2015 e de 2014, não foram atribuídas aos membros da Comissão Executiva quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Durante o primeiro semestre de 2015, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social, relativos aos membros do Comissão Executiva no montante de Euros 245.000 (30 de junho de 2014: Euros 231.000) e para o Fundo de Pensões no montante de Euros 20.000 (30 de junho de 2014: Euros 12.000).

As remunerações fixas pagas aos elementos chave de gestão, no primeiro semestre de 2015, ascenderam a Euros 3.432.000 (30 de junho de 2014: Euros 3.886.000), tendo ainda sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 844.000 (30 de junho de 2014: Euros 986.000), Fundo de Pensões no montante de Euros 71.000 (30 de junho de 2014: Euros 21.000) e Prémio de antiguidade no montante Euros 38.000 (30 de junho de 2014: Euros 86.000).

Relativamente aos membros não executivos do Conselho de Administração foram pagas, no primeiro semestre de 2015, remunerações fixas no montante de Euros 282.000 (30 de junho de 2014: Euros 291.000), tendo sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 67.000 (30 de junho de 2014: Euros 85.000).

Transações com o Fundo de Pensões

Durante o primeiro semestre de 2015, foram efetuadas vendas de obrigações ao Fundo de pensões no montante de Euros 4.867.000. Durante o exercício de 2014, foram efetuadas compras ao Fundo de pensões no montante de Euros 420.000.000 referentes a títulos da dívida pública portuguesa.

No âmbito dos imóveis do Fundo cujo inquilino é o Grupo, o montante de rendas incorridas no primeiro semestre de 2015 ascende a Euros 9.516.000 (30 de junho de 2014: Euros 10.066.000).

A posição acionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos Sociais, Dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas com estas categorias, é a seguinte:

Acionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2015			
		30/06/2015	31/12/2014	Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário Euros
Membros de Órgãos Sociais							
António Vítor Martins Monteiro	Ações BCP	18.119	18.119				
Carlos José da Silva	Ações BCP	1.165.812	1.165.812				
	Obrig BCP Ret Sem Cresc III/12EUR 3/2013	300	300				
Nuno Manuel da Silva Amado	Ações BCP	3.824.650	3.824.650				
Álvaro Roque de Pinho de Bissaia Barreto	Ações BCP	0	0				
André Magalhães Luiz Gomes	Ações BCP	53.451	53.451				
António Henriques Pinho Cardão	Ações BCP	772.843	772.843				
António Luís Guerra Nunes Mexia	Ações BCP	11.330	11.330				
Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor	Ações BCP	0	0				
Cidália Maria Mota Soares	Ações BCP	10.247	10.247				
César Paxi Manuel João Pedro	Ações BCP	0	0				
Jaime de Macedo Santos Bastos	Ações BCP	4.037	4.037				
João Bernardo Bastos Mendes Resende	Ações BCP	0	0				
João Manuel Matos Loureiro	Ações BCP	13.180	13.180				
José Guilherme Xavier de Basto	Ações BCP	13.615	13.615				
	Obrig BCP Mill Rend Sem mar 10/13	5	5				
José Jacinto Iglésias Soares	Ações BCP	1.056.004	1.056.004				
José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha	Ações BCP	20.879	20.879				
José Rodrigues de Jesus	Ações BCP	0	0				
Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas	Ações BCP	275.002	275.002				
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Ações BCP	1.715.485	1.715.485				
Miguel Maya Dias Pinheiro	Ações BCP	1.694.099	1.694.099				
Rui Manuel da Silva Teixeira	Ações BCP	170.389	170.389				
Dirigentes							
Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	Ações BCP	182.953	182.953				
Dulce Maria Pereira Cardoso Mota Jorge Jacinto	Ações BCP	143.335	143.335				
Fernando Manuel Majer de Faria	Ações BCP	1.757.406	1.757.406				
Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis	Ações BCP	0	0				
Luis Miguel Manso Correia dos Santos	Ações BCP	100.000	100.000				
Mário António Pinho Gaspar Neves	Ações BCP	88.999	88.999				
	Certificado BCPI S6P 500	193	193				
	Certificado BCPI Eurostox 50	187	187				
Pedro Manuel Rendas Duarte Turras	Ações BCP	69.410	69.410				
Rui Pedro da Conceição Coimbra Fernandes	Ações BCP	0	0				
Rui Manuel Pereira Pedro	Ações BCP	700.000	700.000				
Pessoas estreitamente relacionadas com categorias anteriores							
Isabel Maria V Leite P Martins Monteiro	Ações BCP	14.605	14.605				
Maria da Graça dos Santos Fernandes de Pinho Cardão	Ações BCP	28.833	28.833				
Maria Helena Espassandim Catão	Ações BCP	1.750	1.750				
José Manuel de Vasconcelos Mendes Ferreira	Ações BCP	12.586	12.586				

À data de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os créditos detidos pelo Grupo sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Crédito a clientes e de Outras contas a receber, são analisados como segue:

	jun 2015			dez 2014		
	Aplicações em IC e Crédito a Clientes Euros '000	**Outras contas a receber Euros '000**	**Total Euros '000**	**Aplicações em IC e Crédito a Clientes Euros '000**	**Outras contas a receber Euros '000**	**Total Euros '000**
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	-	-	-	772	-	772
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	-	24.004	24.004	-	38.227	38.227
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	-	92.368	92.368	-	91.988	91.988
QPR Investimentos, S.A.	-	21.872	21.872	-	31.825	31.825
Luanda Waterfront Corporation	17.263	-	17.263	15.702	27	15.729
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	13.523	13.523	-	12.971	12.971
Nanium, S.A.	18.739	13.620	32.359	18.743	13.621	32.364
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.930	-	1.930	403	-	403
	37.932	165.387	203.319	35.620	188.659	224.279

À data de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os débitos do Grupo sobre empresas associadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de clientes e Títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

	jun 2015			dez 2014		
	Depósitos de IC e de Clientes Euros '000	**Títulos de dívida emitidos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Depósitos de IC e de Clientes Euros '000**	**Títulos de dívida emitidos Euros '000**	**Total Euros '000**
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	-	-	-	1	-	1
Banque BCP, S.A.S.	106.049	-	106.049	104.031	-	104.031
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	193	-	193	229	-	229
Flitptrell III	-	-	-	3	-	3
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	190	-	190	17	-	17
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	520	-	520	24.734	-	24.734
QPR Investimentos, S.A.	3.255	-	3.255	3.255	-	3.255
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	723.883	2.346.784	3.070.667	625.109	2.302.392	2.927.501
Nanium, S.A.	1.749	-	1.749	1.714	-	1.714
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A	1.534	-	1.534	1.025	-	1.025
SIBS, S.G.P.S, S.A.	1.094	-	1.094	346	-	346
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	243	-	243	367	-	367
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	2.816	-	2.816	1.319	-	1.319
	841.526	2.346.784	3.188.310	762.150	2.302.392	3.064.542

À data de 30 de junho de 2015, os proveitos do Grupo sobre empresas associadas, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões e Outros proveitos de exploração, são analisados como segue:

	jun 2015			
	Juros e Proveitos equiparados Euros '000	**Comissões Proveitos Euros '000**	**Outros proveitos de exploração Euros '000**	**Total Euros '000**
Banque BCP, S.A.S.	-	1	-	1
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	-	1	-	1
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	11.141	-	-	11.141
Luanda Waterfront Corporation	284	-	-	284
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	26.384	3.986	30.370
Nanium, S.A.	49	64	-	113
SIBS, S.G.P.S, S.A.	-	2	-	2
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	118	572	-	690
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	-	2	2	4
	11.592	27.026	3.988	42.606

À data de 30 de junho de 2014, os proveitos do Grupo sobre empresas associadas, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões e Outros proveitos de exploração, são analisados como segue:

	jun 2014			
	Juros e Proveitos equiparados Euros '000	**Comissões Proveitos Euros '000**	**Outros proveitos de exploração Euros '000**	**Total Euros '000**
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	36.621	6.257	42.878
SIBS, S.G.P.S, S.A.	1	40.057	-	40.058
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	705	534	-	1.239
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	115	3	61	179
	821	77.215	6.318	84.354

À data de 30 de junho de 2015, os custos do Grupo com empresas associadas, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões e Fornecimentos e serviços de terceiros, são analisados como segue:

	jun 2015				
	Juros e Custos equiparados Euros '000	**Comissões Custo Euros '000**	**Custos com pessoal Euros '000**	**Fornecimentos e serviços de terceiros Euros '000**	**Total Euros '000**
Banque BCP, S.A.S.	4.835		-	-	4.835
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	28.184	-	1.450	4.481	34.115
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A	6	-	-	-	6
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	1	-	-	1
	33.025	1	1.450	4.481	38.957

À data de 30 de junho de 2014, os custos do Grupo com empresas associadas, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões e Fornecimentos e serviços de terceiros, são analisados como segue:

	jun 2014				
	Juros e Custos equiparados Euros '000	Comissões custo Euros '000	Custos com pessoal Euros '000	Fornecimentos e serviços de terceiros Euros '000	Total Euros '000
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	53.113	-	1.545	6.408	61.066
SIBS, S.G.P.S, S.A.	22	24.905	-	4.531	29.458
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	1	-	-	1
	53.135	24.906	1.545	10.939	90.525

À data de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, as contas extrapatrimoniais do Banco com empresas associadas incluídas na rubrica de Garantias Prestadas, são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Nanium, S.A.	-	5.342
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturasde Transportes, S.A	-	22
	-	5.364

À data de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os créditos do Grupo sobre o Fundo de Pensões, são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Bancos	362.586	686.767
Títulos	130.104	131.020
	492.690	817.787

À data de 30 de junho de 2015 e 2014, os proveitos e custos do Grupo sobre o Fundo de Pensões, são analisados como segue:

	Proveitos		Custos	
	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Comissões	366	323	-	-
Juros	-	-	1.492	2.031
Rendas	-	-	9.516	10.067
	366	323	11.008	12.098

No âmbito das atividades de mediação de seguros do Grupo, as remunerações de prestação de serviço são analisadas como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Ramo Vida		
Produtos de poupança	16.450	16.321
Crédito à habitação e consumo	9.916	9.617
Outros	18	16
	26.384	25.954
Ramo Não Vida		
Acidentes e doença	6.970	6.675
Automóvel	1.372	1.226
Multi-Riscos Habitação	2.465	2.262
Outros	525	504
	11.332	10.667
	37.716	36.621

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas através de transferências bancárias e resultaram da intermediação de seguros com as subsidiárias do Grupo Millenniumbcp Ageas (Ocidental Vida e Ocidental Seguros). A participação do Grupo na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A foi alienada em junho de 2014. Esta entidade continua a ser parte relacionada, continuando a apresentar-se os saldos com esta contraparte.

O Grupo não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Grupo, para além dos já divulgados.

Os saldos a receber da atividade de mediação de seguros, por natureza e entidade, é analisada conforme segue:

	jun 2015	**dez 2014**
	Euros '000	**Euros '000**
Por natureza		
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo vida	12.956	12.628
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo não vida	5.356	5.316
	18.312	17.944
Por entidade		
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	12.956	12.628
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	5.356	5.316
	18.312	17.944

As comissões recebidas resultam da mediação de contratos de seguro e contratos de investimentos conforme os termos estabelecidos nos contratos em vigor. As comissões de mediação são calculadas atendendo à natureza dos contratos objeto de mediação, como segue:

- contratos de seguro – aplicação de taxas fixas sobre os prémios brutos emitidos;
- contratos de investimentos – aplicação de taxas fixas sobre as responsabilidades assumidas pela Seguradora no âmbito da comercialização desses produtos.

50. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo, os segmentos apresentados correspondem aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte da Comissão Executiva. O Grupo desenvolve um conjunto de atividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de *Asset Management* e *Private Banking*.

Na sequência do compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) foi considerado um segmento adicional, denominado Portfolio de Negócios não Core, observando os critérios então acordados.

Caracterização dos Segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a atividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que atua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo atua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam perspetivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas; em Moçambique, por um banco universal, direcionado para clientes particulares e empresas; em Angola por um banco enfocado em clientes particulares, empresas e instituições do setor público e privado; nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de *Private Banking*, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*); e na Suíça o Grupo está representado pelo Banque Privée BCP, uma operação de *Private Banking* de direito suíço.

O negócio da Banca de Empresas inclui o segmento Empresas em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento *Corporate* e Banca de Investimento.

O segmento Empresas em Portugal inclui: (i) a Rede de Empresas, que serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre Euros 2.500.000 e Euros 50.000.000, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados, (ii) a Direção de Recuperação Especializada, (iii) a atividade da Direção de Negócio Imobiliário do Banco e (iv) a Interfundos.

O segmento *Corporate* e Banca de Investimento inclui: (i) a Rede *Corporate* em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a Euros 50.000.000, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado, (ii) a Direção de Acompanhamento Especializado, (iii) a Banca de Investimento e (iv) a atividade da Direção Internacional do Banco.

O segmento *Asset Management* e *Private Banking*, para efeitos de segmentos de negócio engloba (i) a rede de *Private Banking* em Portugal, (ii) a Gestão de Patrimónios, (iii) o BII Investimentos Internacional e ainda (iv) a atividade do Banque Privée BCP na Suíça e (v) do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. Em termos de segmentos geográficos exclui a atividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust que, neste âmbito, fazem parte do segmento Negócios no exterior.

Na sequência do processo para obtenção de autorização da Comissão Europeia (CE) ao auxílio de Estado, foram identificados portfolios de negócio de que o Banco deverá gradualmente desinvestir/desmobilizar, cessando a concessão de novo crédito. Esta desmobilização está sujeita a um enquadramento que fixa como critério dominante a otimização do impacto em capital, designadamente por via da minimização da perda esperada.

Neste contexto, o Banco procedeu à segregação destes portfolios evidenciando-os num segmento autónomo denominado Portfolio de Negócios Não Core (PNNC).

O PNNC inclui o negócio efetuado com clientes em relação aos quais foi concedido crédito para a compra de títulos, crédito colateralizado com outros ativos em que o rácio de dívida sobre valor do ativo não é inferior a 90%, crédito à habitação bonificado histórico, crédito a empresas do setor da construção enfocadas quase exclusivamente no mercado português, crédito a clubes de futebol e crédito à promoção imobiliária.

A relevação autonomizada destes créditos resultou, apenas, da necessidade de proceder à identificação e monitorização segregada dos segmentos descritos no parágrafo anterior, no âmbito do processo de autorização acima referido. Assim, a carteira PNNC não foi constituída com base em classes de risco ou quaisquer outros critérios de desempenho.

Importa referir que, em 30 de junho de 2015, 71% desta carteira beneficiava de garantias reais, incluindo 66% com garantia de bens imóveis e 5% com garantia de outros ativos.

Todos os outros negócios encontram-se refletidos no segmento Outros e incluem a gestão centralizada de participações financeiras, as atividades e operações de caráter corporativo não integradas nos restantes segmentos de negócio e outros valores não alocados aos segmentos.

Atividade dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultaram da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada um desses segmentos, refletindo também o impacto, quer ao nível do balanço quer da demonstração de resultados, do processo de afetação de capital e de balanceamento de cada entidade com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio foram recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afetos através do processo de alocação de capital com base nos critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afeto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia III, de acordo com a CRD IV/CRR, com referência a junho de 2014 e junho de 2015. A afetação de capital a cada segmento naquelas datas resultou da aplicação de 10% aos riscos geridos por cada um dos segmentos, refletindo a aplicação das metodologias de Basileia III. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacente os montantes contabilizados diretamente nos centros de custo respetivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afetação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados por cada área de negócio, entre outros. A afetação deste último conjunto de custos é efetuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de atividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 30 de junho de 2015.

O Grupo atua no mercado Português e em mercados de afinidade que apresentam maiores perspetivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Moçambique, Angola, e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a atividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia); o segmento Moçambique equivale à atividade do BIM - Banco Internacional de Moçambique (Moçambique) e o segmento Angola inclui a atividade do Banco Millennium Angola (Angola). O segmento Outros, indicado no âmbito do reporte por segmentos geográficos, considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as atividades desenvolvidas em outros países, tais como pelo Banque Privée BCP na Suíça e pelo Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão.

Tendo em consideração o compromisso firmado com a Direção Geral da Concorrência da Comissão Europeia (DG Comp) relativamente ao Plano de Reestruturação do Banco, nomeadamente a implementação de uma nova abordagem no negócio de gestão de fundos de investimento, e de acordo com o disposto na IFRS 5, a Millennium bcp Gestão de Activos foi enquadrada como operação em descontinuação, no decurso de 2013. Assim, a partir desta data, o impacto em resultados das suas operações passou a ser apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada "resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação" e, ao nível do balanço consolidado, a relevação dos ativos e passivos da Millennium bcp Gestão de Activos não foi alterada face ao critério considerado nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2014. No entanto, na sequência do processo de alienação da totalidade da participação detida no capital social da Millennium bcp Gestão de Activos em maio de 2015, os seus ativos e passivos deixaram de ser relevados a partir desta data.

Adicionalmente, na sequência do processo de venda da totalidade da participação detida no capital social na Banca Millennium na Roménia em 2014, esta subsidiária foi enquadrada como operação descontinuada, sendo o impacto em resultados das suas operações mantido numa linha separada da demonstração de resultados denominada "resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação", com referência a junho de 2014. Ao nível do balanço consolidado, os ativos e passivos do Millennium bank na Roménia continuam relevados nas demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2014.

Em 30 de junho de 2015, a contribuição líquida dos principais segmentos operacionais é apresentada como segue:

	Banca de Retalho			**Banca de Empresas**						
	Retalho em Portugal	**Negócios no Exterior**	**Total**	**Empresas em Portugal**	***Corporate* e Banca de Investimento em Portugal**	**Total**	***Asset Management* e *Private Banking***	***Portfolio* de negócios não *Core***	**Outros (*)**	**Consolidado**
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	272.983	475.158	748.141	85.114	140.827	225.941	26.458	111.882	57.961	1.170.383
Juros e custos equiparados	(143.360)	(190.801)	(334.161)	(29.871)	(31.669)	(61.540)	(21.008)	(84.058)	(41.619)	(542.386)
Margem financeira	129.623	284.357	413.980	55.243	109.158	164.401	5.450	27.824	16.342	627.997
Comissões e outros proveitos	161.919	162.312	324.231	31.502	61.288	92.790	31.617	7.870	5.455	461.963
Comissões e outros custos	(7.270)	(45.630)	(52.900)	(1.658)	(1.865)	(3.523)	(3.148)	(18)	(75.816)	(135.405)
Comissões e outros proveitos líquidos	154.649	116.682	271.331	29.844	59.423	89.267	28.469	7.852	(70.361)	326.558
Resultados em operações financeiras	43.017	79.797	122.814	-	-	-	2.481	-	382.963	508.258
Custos com pessoal e FSTs	250.313	206.416	456.729	29.379	18.962	48.341	20.473	10.688	(14.286)	521.945
Amortizações	925	17.712	18.637	171	47	218	111	12	14.286	33.264
Custos operacionais	251.238	224.128	475.366	29.550	19.009	48.559	20.584	10.700	-	555.209
Imparidade para ativos financeiros (**)	(53.459)	(55.358)	(108.817)	(109.344)	113.373	4.029	(1.396)	(433.631)	37.859	(501.956)
Imparidade e provisões para outros ativos	(47)	(3.505)	(3.552)	75	-	75	(28)	(4.557)	(56.791)	(64.853)
Resultados por equivalência patrimonial	-	(335)	(335)	-	-	-	-	-	20.951	20.616
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	1.041	1.041	-	-	-	-	-	(13.170)	(12.129)
Resultado antes de impostos	22.545	198.551	221.096	(53.732)	262.945	209.213	14.392	(413.212)	317.793	349.282
Impostos	(4.941)	(39.074)	(44.015)	16.073	(77.569)	(61.496)	(3.326)	121.898	(67.509)	(54.448)
Resultado após impostos de operações em continuação	17.604	159.477	177.081	(37.659)	185.376	147.717	11.066	(291.314)	250.284	294.834
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-	-	-	-	-	-	-	14.762	14.762
Resultado após impostos	17.604	159.477	177.081	(37.659)	185.376	147.717	11.066	(291.314)	265.046	309.596
Interesses que não controlam	-	(70.714)	(70.714)	-	-	-	-	-	1.862	(68.852)
Resultado do período	17.604	88.763	106.367	(37.659)	185.376	147.717	11.066	(291.314)	266.908	240.744
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	7.279.266	2.181.550	9.460.816	32.798	1.251.313	1.284.111	2.550.614	4.813	(8.901.727)	4.398.627
Crédito a clientes	17.406.875	13.463.259	30.870.134	4.641.512	6.842.887	11.484.399	511.855	10.205.306	336.948	53.408.642
Ativos financeiros (***)	12.727	4.746.829	4.759.556	-	-	-	10.538	611.712	9.056.392	14.438.198
Outros ativos	161.779	674.331	836.110	12.196	38.556	50.752	18.919	340.219	5.238.930	6.484.930
Total do Ativo	24.860.647	21.065.969	45.926.616	4.686.506	8.132.756	12.819.262	3.091.926	11.162.050	5.730.543	78.730.397
Depósitos de instituições de crédito	-	2.525.370	2.525.370	2.655.934	1.274.597	3.930.531	393.371	10.682.136	(5.118.489)	12.412.919
Depósitos de clientes	23.401.937	15.492.041	38.893.978	1.792.829	6.135.911	7.928.740	2.486.114	305.685	986.581	50.601.098
Títulos de dívida emitidos	878.553	456.508	1.335.061	3.023	5.843	8.866	87.269	948	3.830.760	5.262.904
Outros passivos financeiros	-	844.094	844.094	-	-	-	11.347	-	2.408.644	3.264.085
Outros passivos	20.399	467.727	488.126	12.514	26.655	39.169	7.048	4.171	1.000.007	1.538.521
Total do Passivo	24.300.889	19.785.740	44.086.629	4.464.300	7.443.006	11.907.306	2.985.149	10.992.940	3.107.503	73.079.527
Capital e Interesses que não controlam	559.758	1.280.229	1.839.987	222.206	689.750	911.956	106.777	169.110	2.623.040	5.650.870
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	24.860.647	21.065.969	45.926.616	4.686.506	8.132.756	12.819.262	3.091.926	11.162.050	5.730.543	78.730.397

(*) Inclui a atividade do Millennium bcp Gestão de Activos
(**) O valor da imparidade no segmento *Corporate* e Banca de Investimento evidenciado no primeiro semestre de 2015 (um proveito de 113,4 milhões de euros) inclui o efeito da realocação de imparidades entre segmentos de negócio no montante de 175 milhões de euros, sem determinar, contudo, qualquer impacto ao nível consolidado
(***) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura

Nota: Em 30 de junho de 2015 o valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique 3 milhões de euros e 173 milhões de euros em Outros Portugal,

Em 30 de junho de 2014, a contribuição líquida dos principais segmentos operacionais é apresentada como segue:

	Banca de Retalho			Banca de Empresas						
	Retalho em Portugal	**Negócios no Exterior**	**Total**	**Empresas em Portugal**	***Corporate* e Banca de Investimento em Portugal**	**Total**	***Asset Management* e *Private Banking***	***Portfolio* de negócios não *Core***	**Outros**	**Consolidado**
Demonstração de Resultados										
Juros e proveitos equiparados	299.421	461.778	761.199	104.253	187.541	291.794	32.619	155.127	108.934	1.349.673
Juros e custos equiparados	(194.679)	(191.747)	(386.426)	(41.174)	(80.408)	(121.582)	(29.094)	(130.122)	(186.490)	(853.714)
Margem financeira	104.742	270.031	374.773	63.079	107.133	170.212	3.525	25.005	(77.556)	495.959
Comissões e outros proveitos	166.713	149.209	315.922	31.286	58.027	89.313	29.735	11.458	19.121	465.549
Comissões e outros custos	(7.277)	(39.125)	(46.402)	(1.867)	(806)	(2.673)	(2.877)	(300)	(107.239)	(159.491)
Comissões e outros proveitos líquidos	159.436	110.084	269.520	29.419	57.221	86.640	26.858	11.158	(88.118)	306.058
Resultados em operações financeiras	7	42.537	42.544	-	-	-	942	-	131.675	175.161
Custos com pessoal e FSTs	277.609	199.361	476.970	32.574	18.890	51.464	19.190	12.573	(15.311)	544.886
Amortizações	935	15.231	16.166	146	46	192	132	15	15.311	31.816
Custos operacionais	278.544	214.592	493.136	32.720	18.936	51.656	19.322	12.588	-	576.702
Imparidade para ativos financeiros	(45.541)	(42.244)	(87.785)	(65.127)	(31.054)	(96.181)	1.399	(157.677)	(70.515)	(410.759)
Imparidade e provisões para outros ativos	(41)	528	487	72	-	72	-	-	(75.384)	(74.825)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	22.994	22.994
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	1.659	1.659	-	-	-	-	-	62.479	64.138
Resultado antes de impostos	(59.941)	168.003	108.062	(5.277)	114.364	109.087	13.402	(134.102)	(94.425)	2.024
Impostos	18.745	(35.433)	(16.688)	1.794	(36.024)	(34.230)	(2.692)	42.242	10.822	(546)
Resultado após impostos de operações em continuação	(41.196)	132.570	91.374	(3.483)	78.340	74.857	10.710	(91.860)	(83.603)	1.478
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	(34.872)	(34.872)	-	-	-	-	-	1.267	(33.605)
Resultado após impostos	(41.196)	97.698	56.502	(3.483)	78.340	74.857	10.710	(91.860)	(82.336)	(32.127)
Interesses que não controlam	-	(48.058)	(48.058)	-	-	-	-	-	(4.538)	(52.596)
Resultado do período	(41.196)	49.640	8.444	(3.483)	78.340	74.857	10.710	(91.860)	(86.874)	(84.723)
Balanço										
Caixa e aplicações em instituições de crédito	5.699.981	1.948.030	7.648.011	34.244	2.805.573	2.839.817	2.459.013	4.972	(9.290.739)	3.661.074
Crédito a clientes	17.881.630	12.761.852	30.643.482	4.802.039	7.493.314	12.295.353	498.279	12.081.808	28.418	55.547.340
Ativos financeiros (*)	202.609	3.205.517	3.408.126	-	-	-	15.866	-	11.337.004	14.760.996
Outros ativos	173.634	674.576	848.210	13.745	57.677	71.422	20.787	2.191	5.528.418	6.471.028
Total do Ativo	23.957.854	18.589.975	42.547.829	4.850.028	10.356.564	15.206.592	2.993.945	12.088.971	7.603.101	80.440.438
Depósitos de instituições de crédito	9.555	2.063.745	2.073.300	2.462.025	1.501.629	3.963.654	253.192	11.089.538	(4.299.404)	13.080.280
Depósitos de clientes	21.506.990	14.284.295	35.791.285	1.746.339	7.867.388	9.613.727	2.343.867	298.833	759.129	48.806.841
Títulos de dívida emitidos	1.741.424	414.225	2.155.649	4.704	54	4.758	180.693	4.257	5.969.587	8.314.944
Outros passivos financeiros	-	382.716	382.716	-	-	-	13.135	-	4.698.037	5.093.888
Outros passivos	15.316	457.040	472.356	12.365	28.632	40.997	9.123	4.989	1.246.409	1.773.874
Total do Passivo	23.273.285	17.602.021	40.875.306	4.225.433	9.397.703	13.623.136	2.800.010	11.397.617	8.373.758	77.069.827
Capital e Interesses que não controlam	684.569	987.954	1.672.523	624.595	958.861	1.583.456	193.935	691.354	(770.657)	3.370.611
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	23.957.854	18.589.975	42.547.829	4.850.028	10.356.564	15.206.592	2.993.945	12.088.971	7.603.101	80.440.438

(*) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura e ativos com acordo de recompra

Nota: Em 30 de junho de 2014 o valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique 3 milhões de euros e 212 milhões de euros em Outros Portugal, conforme discriminação apresentada na nota 30.

Em 30 de junho de 2015 a contribuição líquida das principais áreas geográficas, é apresentada como segue:

	Portugal											
	Retalho	**Empresas**	***Corporate* e Banca de Investimento**	***Asset Management* e *Private Banking***	***Portfolio* de Negócios não *Core***	**Outros (*)**	**Total**	**Polónia**	**Angola**	**Moçam-bique**	**Outros**	**Consoli-dado**
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	272.983	85.114	140.827	15.893	111.882	57.961	684.660	278.223	79.866	117.070	10.564	1.170.383
Juros e custos equiparados	(143.360)	(29.871)	(31.669)	(13.978)	(84.058)	(41.619)	(344.555)	(122.844)	(24.258)	(43.700)	(7.029)	(542.386)
Margem financeira	129.623	55.243	109.158	1.915	27.824	16.342	340.105	155.379	55.608	73.370	3.535	627.997
Comissões e outros proveitos	161.919	31.502	61.288	15.996	7.870	5.455	284.030	93.379	22.421	46.512	15.621	461.963
Comissões e outros custos	(7.270)	(1.658)	(1.865)	(114)	(18)	(75.816)	(86.741)	(25.494)	(5.277)	(14.859)	(3.034)	(135.405)
Comissões e outros proveitos líquidos	154.649	29.844	59.423	15.882	7.852	(70.361)	197.289	67.885	17.144	31.653	12.587	326.558
Resultados em opera-ções financeiras	43.017	-	-	-	-	382.963	425.980	28.769	29.267	21.761	2.481	508.258
Custos com pessoal e FSTs	250.313	29.379	18.962	8.098	10.688	(14.286)	303.154	117.387	39.545	49.484	12.375	521.945
Amortizações	925	171	47	3	12	14.286	15.444	5.912	5.608	6.192	108	33.264
Custos operacionais	251.238	29.550	19.009	8.101	10.700	-	318.598	123.299	45.153	55.676	12.483	555.209
Imparidade para ativos financeiros (**)	(53.459)	(109.344)	113.373	(1.409)	(433.631)	37.859	(446.611)	(32.213)	(11.312)	(11.833)	13	(501.956)
Imparidade e provisões para outros ativos	(47)	75	-	-	(4.557)	(56.791)	(61.320)	(2.306)	(242)	(957)	(28)	(64.853)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	20.951	20.951	(335)	-	-	-	20.616
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	-	(13.170)	(13.170)	585	282	174	-	(12.129)
Resultado antes de impostos	22.545	(53.732)	262.945	8.287	(413.212)	317.793	144.626	94.465	45.594	58.492	6.105	349.282
Impostos	(4.941)	16.073	(77.569)	(2.448)	121.898	(67.509)	(14.496)	(19.961)	(8.061)	(11.052)	(878)	(54.448)
Resultado após impostos de operações em continuação	17.604	(37.659)	185.376	5.839	(291.314)	250.284	130.130	74.504	37.533	47.440	5.227	294.834
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-	-	-	-	14.762	14.762	-	-	-	-	14.762
Resultado após impostos	17.604	(37.659)	185.376	5.839	(291.314)	265.046	144.892	74.504	37.533	47.440	5.227	309.596
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	1.862	1.862	(37.178)	(17.739)	(15.797)	-	(68.852)
Resultado do período	17.604	(37.659)	185.376	5.839	(291.314)	266.908	146.754	37.326	19.794	31.643	5.227	240.744
Balanço												
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	7.279.266	32.798	1.251.313	1.430.942	4.813	(8.901.727)	1.097.405	1.354.076	441.101	386.373	1.119.672	4.398.627
Crédito a clientes	17.406.875	4.641.512	6.842.887	250.489	10.205.306	336.948	39.684.017	11.213.818	896.269	1.353.170	261.368	53.408.642
Ativos financeiros (***)	12.727	-	-	-	611.712	9.056.392	9.680.831	3.596.932	557.025	592.872	10.538	14.438.198
Outros ativos	161.779	12.196	38.556	10.059	340.219	5.238.930	5.801.739	269.241	223.624	181.466	8.860	6.484.930
Total do Ativo	24.860.647	4.686.506	8.132.756	1.691.490	11.162.050	5.730.543	56.263.992	16.434.067	2.118.019	2.513.881	1.400.438	78.730.397
Depósitos de institui-ções de crédito	-	2.655.934	1.274.597	337	10.682.136	(5.118.489)	9.494.515	2.042.364	309.429	173.578	393.033	12.412.919
Depósitos de clientes	23.401.937	1.792.829	6.135.911	1.588.374	305.685	986.581	34.211.317	12.121.515	1.500.813	1.869.713	897.740	50.601.098
Títulos de dívida emitidos	878.553	3.023	5.843	87.269	948	3.830.760	4.806.396	432.831	-	23.677	-	5.262.904
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	2.408.644	2.408.644	844.024	69	-	11.348	3.264.085
Outros passivos	20.399	12.514	26.655	554	4.171	1.000.007	1.064.300	267.756	56.313	143.657	6.495	1.538.521
Total do Passivo	24.300.889	4.464.300	7.443.006	1.676.534	10.992.940	3.107.503	51.985.172	15.708.490	1.866.624	2.210.625	1.308.616	73.079.527
Capital e Interesses que não controlam	559.758	222.206	689.750	14.956	169.110	2.623.040	4.278.820	725.577	251.395	303.256	91.822	5.650.870
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	24.860.647	4.686.506	8.132.756	1.691.490	11.162.050	5.730.543	56.263.992	16.434.067	2.118.019	2.513.881	1.400.438	78.730.397

(*) Inclui a atividade do Millennium bcp Gestão de Activos
(**) O valor da imparidade no segmento *Corporate* e Banca de Investimento evidenciado no primeiro semestre de 2015 (um proveito de 113,4 milhões de euros) inclui o efeito da realocação de imparidades entre segmentos de negócio no montante de 175 milhões de euros, sem determinar, contudo, qualquer impacto ao nível consolidado
(***) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura

Nota: Em 30 de junho de 2015 o valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique 3 milhões de euros e 173 milhões de euros em Outros Portugal, conforme discriminação apresentada na nota 30.

Em 30 de junho de 2014 a contribuição líquida das principais áreas geográficas é apresentada como segue:

	Portugal											
	Retalho	**Empresas**	***Corporate* e Banca de Investimento**	***Asset Management* e *Private Banking***	***Portfolio* de Negócios não *Core***	**Outros**	**Total**	**Polónia**	**Angola**	**Moçam-bique**	**Outros**	**Consoli-dado**
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	299.421	104.253	187.541	19.205	155.127	108.934	874.481	307.786	57.266	96.726	13.414	1.349.673
Juros e custos equiparados	(194.679)	(41.174)	(80.408)	(20.182)	(130.122)	(186.490)	(653.055)	(140.945)	(18.303)	(32.500)	(8.911)	(853.714)
Margem financeira	104.742	63.079	107.133	(977)	25.005	(77.556)	221.426	166.841	38.963	64.226	4.503	495.959
Comissões e outros proveitos	166.713	31.286	58.027	14.573	11.458	19.122	301.179	89.125	20.616	39.468	15.162	465.550
Comissões e outros custos	(7.277)	(1.867)	(806)	(102)	(300)	(107.240)	(117.592)	(23.409)	(3.619)	(12.098)	(2.774)	(159.492)
Comissões e outros proveitos líquidos	159.436	29.419	57.221	14.471	11.158	(88.118)	183.587	65.716	16.997	27.370	12.388	306.058
Resultados em opera-ções financeiras	7	-	-	-	-	131.675	131.682	22.862	10.541	9.134	942	175.161
Custos com pessoal e FSTs	277.609	32.574	18.890	8.355	12.573	(15.311)	334.690	125.120	32.718	41.523	10.835	544.886
Amortizações	935	146	46	2	15	15.311	16.455	6.382	3.881	4.968	130	31.816
Custos operacionais	278.544	32.720	18.936	8.357	12.588	-	351.145	131.502	36.599	46.491	10.965	576.702
Imparidade para ativos financeiros	(45.541)	(65.127)	(31.054)	232	(157.677)	(70.515)	(369.682)	(34.209)	(3.046)	(4.989)	1.167	(410.759)
Imparidade e provisões para outros ativos	(41)	72	-	-	-	(75.384)	(75.353)	839	(323)	12	-	(74.825)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	22.994	22.994	-	-	-	-	22.994
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	-	-	-	-	-	62.479	62.479	1.360	172	127	-	64.138
Resultado antes de impostos	(59.941)	(5.277)	114.364	5.369	(134.102)	(94.425)	(174.012)	91.907	26.705	49.389	8.035	2.024
Impostos	18.745	1.794	(36.024)	(1.690)	42.242	10.822	35.889	(21.745)	(4.666)	(9.022)	(1.002)	(546)
Resultado após impostos de operações em continuação	(41.196)	(3.483)	78.340	3.679	(91.860)	(61.127)	(115.647)	70.162	22.039	40.367	7.033	23.954
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	-	-	-	-	-	1.267	1.267	-	-	-	(34.872)	(33.605)
Resultado após impostos	(41.196)	(3.483)	78.340	3.679	(91.860)	(59.860)	(114.380)	70.162	22.039	40.367	(27.839)	(9.651)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	(4.538)	(4.538)	(24.199)	(10.417)	(13.442)	-	(52.596)
Resultado do período	(41.196)	(3.483)	78.340	3.679	(91.860)	(64.398)	(118.918)	45.963	11.622	26.925	(27.839)	(62.247)
Balanço												
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	5.699.981	34.244	2.805.573	1.394.275	4.972	(9.290.739)	648.306	1.169.306	362.917	334.560	1.145.985	3.661.074
Crédito a clientes	17.881.630	4.802.039	7.493.314	249.101	12.081.808	28.418	42.536.310	10.406.645	748.759	1.223.924	631.702	55.547.340
Ativos financeiros (*)	202.609	-	-	50	-	11.337.004	11.539.663	2.384.216	415.086	345.580	76.451	14.760.996
Outros ativos	173.634	13.745	57.677	10.761	2.191	5.528.418	5.786.426	288.996	191.814	167.954	35.838	6.471.028
Total do Ativo	23.957.854	4.850.028	10.356.564	1.654.187	12.088.971	7.603.101	60.510.705	14.249.163	1.718.576	2.072.018	1.889.976	80.440.438
Depósitos de institui-ções de crédito	9.555	2.462.025	1.501.629	388	11.089.538	(4.299.404)	10.763.731	1.430.141	270.154	202.551	413.703	13.080.280
Depósitos de clientes	21.506.990	1.746.339	7.867.388	1.451.940	298.833	759.129	33.630.619	11.144.028	1.264.717	1.532.112	1.235.365	48.806.841
Títulos de dívida emitidos	1.741.424	4.704	54	180.693	4.257	5.969.587	7.900.719	390.428	-	23.797	-	8.314.944
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	4.698.037	4.698.037	379.332	-	-	16.519	5.093.888
Outros passivos	15.316	12.365	28.632	861	4.989	1.246.409	1.308.572	277.473	51.296	125.847	10.686	1.773.874
Total do Passivo	23.273.285	4.225.433	9.397.703	1.633.882	11.397.617	8.373.758	58.301.678	13.621.402	1.586.167	1.884.307	1.676.273	77.069.827
Capital e Interesses que não controlam	684.569	624.595	958.861	20.305	691.354	(770.657)	2.209.027	627.761	132.409	187.711	213.703	3.370.611
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	23.957.854	4.850.028	10.356.564	1.654.187	12.088.971	7.603.101	60.510.705	14.249.163	1.718.576	2.072.018	1.889.976	80.440.438

(*) Inclui ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros detidos até à maturidade, ativos financeiros disponíveis para venda e derivados de cobertura

Nota: Em 30 de junho de 2014 o valor do *goodwill* relevado nas demonstrações financeiras está refletido em Moçambique 3 milhões de euros e 212 milhões de euros em Outros Portugal, conforme discriminação apresentada na nota 30.

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Contribuição líquida:		
Retalho em Portugal	17.604	(41.196)
Empresas	(37.659)	(3.483)
Corporate e Banca de Investimento	185.376	78.340
Asset management e *Private banking*	5.839	3.679
Portfolio de negócios não *core*	(291.314)	(91.860)
Negócios no exterior em continuação	164.704	139.601
Interesses que não controlam (1)	(68.852)	(52.596)
	(24.302)	32.485
Resultados de operações descontinuadas ou em descontinuação	14.762	(33.605)
	(9.540)	(1.120)
Valores não imputados aos segmentos:		
Juros de instrumentos híbridos	(32.303)	(130.554)
Margem financeira da carteira de obrigações	43.964	58.887
Anulação de juros	(31.900)	(27.619)
Custo com emissões de dívida com garantias prestadas pelo Estado	-	(16.437)
Risco de crédito próprio	(14.078)	(5.525)
Efeito de cobertura cambial de participações financeiras	(11.246)	(685)
Resultados por equivalência patrimonial	20.951	22.994
Impacto da adoção da IFRIC 21 conforme notas 8 e 31	-	(22.476)
Imparidade e outras provisões (2)	(18.930)	(145.899)
Mais-valia na alienação do ramo segurador não vida	-	69.396
Ganhos na alienação de dívida pública	385.478	133.354
Outros (3)	(91.652)	(19.039)
Total não imputado aos segmentos	250.284	(83.603)
Resultado líquido consolidado	240.744	(84.723)

(1) Corresponde, essencialmente, aos resultados atribuíveis a terceiros relacionados com as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola;
(2) Inclui as provisões para imóveis em dação, contraordenações, contingências diversas e outras não alocadas aos segmentos de negócio.
(3) Inclui as restantes operações não alocadas anteriormente, nomeadamente o financiamento dos ativos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas bem como o efeito fiscal associado aos impactos dos itens anteriormente discriminados

51. Gestão de riscos

O Grupo está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efetuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercado, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Grupo.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

Mercado – O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade de o Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital às linhas de negócio.

O Conselho de Administração, através da Comissão de Auditoria, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta da Comissão Executiva do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

O Comité de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade.

O *Chief Risk Officer* é responsável pelo controlo dos riscos em todas as entidades do Grupo, pela identificação dos riscos aos quais está exposta a atividade do Grupo e pela proposta de medidas destinadas a melhorar o controlo de riscos. O *Chief Risk Officer* também assegura que os riscos são acompanhados numa base global e que existe alinhamento de conceitos, práticas e objetivos na gestão de risco.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua atuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pelo Comité de Risco, estando as principais subsidiárias dotadas de estruturas do *Risk Office*, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respetiva atividade. Em cada subsidiária relevante foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o *Risk Officer* do Grupo.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação de sistemas de controlo do cumprimento de obrigações legais e dos deveres a que o Banco se encontre sujeito e, bem assim, pela prevenção, monitorização e reporte de riscos nos processos organizacionais, que incluem, entre outros, a prevenção e repressão do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo, a prevenção do conflito de interesses, as matérias conexas com o abuso de mercado e o cumprimento dos deveres de informação junto de clientes.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rendibilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- Negociação e Vendas: contempla as posições detidas com o objetivo de obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionáveis sem restrições e podem ser precisas e frequentemente reavaliadas, incluindo os títulos e derivados das atividades de vendas;
- Financiamento: Operações de financiamento do grupo em mercado inclui tanto operações em mercado institucional e monetário (e eventuais coberturas de risco), mas não operações de financiamento estrutural (como por exemplo dívida subordinada);
- Investimento: inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade, durante um período alargado de tempo, que não sejam transacionáveis em mercados líquidos, ou quaisquer outros que sejam detidos com outro propósito que não o de ganhos de curto prazo. Inclui também qualquer operação de cobertura de risco associada aos mesmos;
- Comercial: Inclui todas as operações (ativas e passivas) realizadas na prossecução da atividade comercial do Grupo com os seus clientes;
- ALM: representa a função de gestão de Ativos e Passivos, inclui as operações decididas pelo CALCO na gestão do risco global do grupo e centraliza as operações de transferência de risco entre as restantes áreas;
- Estrutural: inclui os elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas, incluindo as operações de financiamento estrutural do grupo, capital e itens fixos de balanço;

A definição das áreas de gestão permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada de acordo com o respetivo contexto.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados na situação de incumprimento. Todos os modelos de *rating/scoring* usados no Grupo foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale.* O conceito de nível de proteção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais ativa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa às exposições brutas ao risco de crédito do Grupo (posição em risco original), em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Rubricas de risco	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	11.506.047	8.707.559
Administrações Regionais ou Autoridades Locais	680.894	719.651
Organismos Administrativos e Empresas sem fins lucrativos	776.525	412.878
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	80.466	80.971
Outras Instituições de Crédito	3.441.109	3.633.376
Clientes de retalho e empresas	65.242.457	66.470.324
Outros elementos	13.283.986	11.820.200
	95.011.484	91.844.959

Nota: exposições brutas de imparidade e amortizações, em conformidade com o perímetro de consolidação prudencial. Inclui posições de titularização.

O quadro seguinte inclui os países europeus que têm estado sobre atenção particular neste período, nomeadamente Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha, Itália e Hungria. O montante apresentado representa a exposição bruta (valor nominal), com referência a 30 de junho de 2015, do crédito concedido a entidades cujo país é um dos identificados.

		jun 2015					Euros '000
		País de Residência					
Tipo de Contraparte	**Maturidade**	**Espanha**	**Grécia**	**Hungria**	**Irlanda**	**Itália**	**Portugal**
Instituições Financeiras	2015	24.318	13	491	30	2.101	109.052
	2016	-	-	-	-	-	13.770
	2017	103	-	-	-	-	63.748
	>2017	47.500	-	-	-	6.000	481.981
		71.921	13	491	30	8.101	668.551
Empresas	2015	30.175	111	-	5.160	-	5.289.195
	2016	10.180	-	-	-	-	525.681
	2017	60.898	-	-	-	-	371.280
	>2017	175.069	35.255	-	127.346	-	6.107.843
		276.322	35.366	-	132.506	-	12.293.999
Retalho	2015	6.461	(254)	(215)	(119)	(1.762)	1.895.565
	2016	65.368	(96)	3	170	(665)	452.141
	2017	2.998	20	-	28	64	452.910
	>2017	36.680	250	118	53.139	6.050	20.377.884
		111.507	(80)	(94)	53.218	3.687	23.178.500
Estado e Outras Entidades Públicas	2015	-	-	-	-	-	1.467.840
	2016	29	-	-	-	-	126.038
	2017	34.500	-	-	-	-	328.887
	>2017	468	-	-	695	51.233	3.893.719
		34.997	-	-	695	51.233	5.816.484
Total País		494.747	35.299	397	186.449	63.021	41.957.534

Na rubrica de Instituições Financeiras estão incluídas aplicações noutras Instituições de crédito. Os montantes não incluem juros nem se encontram deduzidos dos valores de imparidade.

Na rubrica de Empresas estão incluídos os montantes de crédito concedidos ao segmento empresas, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Na rubrica de Retalho estão incluídos os montantes de crédito concedidos ao segmento retalho, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Na rubrica de Estado e outras entidades públicas estão incluídos os montantes referentes a dívida soberana, crédito a instituições governamentais, empresas públicas, governos e autarquias, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

O Banco de Portugal solicitou um conjunto de quadros para avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas. Foram considerados pressupostos para as seguintes categorias:

a) Colaterais e Garantias

Na avaliação do risco de uma operação ou conjunto de operações, são levados em consideração os elementos de mitigação do risco de crédito a elas associados, de acordo com regras e procedimentos internos que cumprem os requisitos definidos na regulamentação em vigor, refletindo também a experiência das áreas de recuperação de crédito e o parecer da Direção Jurídica no que respeita ao caráter vinculativo dos vários instrumentos de mitigação.

Os colaterais e as garantias relevantes podem ser agrupados nas seguintes categorias:
- colaterais financeiros, colaterais imobiliários ou outros colaterais;
- valores a receber;
- garantias *on first demand*, emitidas por bancos ou outras entidades com Grau de risco 7 ou melhor na *Rating MasterScale*;
- avales pessoais, quando os avalistas se encontrarem classificados com Grau de risco 7 ou melhor;
- derivados de crédito.

Os colaterais financeiros aceites são os transacionados numa bolsa reconhecida, isto é, num mercado secundário organizado, líquido e transparente, com preços públicos de compra e venda, localizado em países da União Europeia, Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Hong Kong ou Suíça.

Neste contexto, importa referir que as ações do Banco não são aceites como colaterais financeiros de novas operações de crédito, sendo aceites unicamente no âmbito de reforço de garantias em operações de crédito já existentes ou no âmbito de processos de reestruturação associados à recuperação de créditos.

Relativamente a garantias e derivados de crédito aplica-se o princípio da substituição do Grau de risco do cliente pelo Grau de risco do prestador de proteção (desde que o grau de risco deste último seja melhor que o do primeiro) quando:

- existam avales do Estado, garantias de instituições financeiras ou de Sociedades de Garantia Mútua;
- sejam prestados avales pessoais ou fianças (ou, no caso das operações de *Leasing*, exista um contratante aderente);
- a mitigação se efetive por meio de derivados de crédito.

É atribuído um nível interno de proteção a todas as operações de crédito no momento da decisão de concessão, levando em consideração o montante de crédito e o valor e tipo dos colaterais envolvidos. O nível de proteção corresponde à avaliação da redução da perda em caso de incumprimento subjacente aos vários tipos de colateral, considerando a relação entre o valor de mercado dos colaterais e o montante de exposição associado.

No caso dos colaterais financeiros, procede-se ao ajustamento do valor da proteção através da aplicação de um conjunto de *haircuts*, de modo a refletir a volatilidade do preço dos instrumentos financeiros.

No caso de hipotecas sobre imóveis, a avaliação inicial do valor dos imóveis é feita durante o processo de análise e decisão de crédito.

Quer essas avaliações iniciais quer as respetivas revisões de valor são efetuadas com recurso a peritos avaliadores encontrando-se o respetivo processo de análise e ratificação centralizado na Unidade de Avaliações, independentemente das áreas-cliente.

Em qualquer caso, são objeto de relatório escrito, em formato digital padronizado, baseado num conjunto de métodos pré-definidos e alinhados com as práticas do setor – de rendimento, custo e reposição e/ou comparativo de mercado –, relevando o valor obtido quer para efeitos de valor de mercado quer para efeitos de garantia hipotecária, em função do tipo de imóvel em causa. As avaliações são objeto de declaração/certificação do perito avaliador desde o ano de 2008, conforme exigido pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007, cabendo à Unidade de Avaliações a sua ratificação.

Relativamente aos imóveis destinados à habitação, após a avaliação inicial e em conformidade com o estabelecido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 5/2006 e n.º 5/2007, o Banco procede à verificação dos valores respetivos através de índices de mercado ou é levada a cabo uma revisão do valor dos imóveis por peritos avaliadores, em função do valor da operação de crédito, e de acordo com as normas estabelecidas.

Para todos os imóveis não-habitacionais, o Banco procede igualmente às verificações de valor por índices de mercado e à revisão dos respetivos valores com as periodicidades mínimas previstas no Aviso n.º 5/2007 do Banco de Portugal, no caso de escritórios, armazéns e instalações industriais.

Para todos os imóveis (habitacionais ou não-habitacionais) para os quais as respetivas verificações de valor resultam numa desvalorização significativa do valor dos imóveis (superior a 10%), é levada a cabo, subsequentemente, a revisão de valor dos mesmos, por perito avaliador.

Para os restantes imóveis (terrenos, espaços comerciais ou prédios rústicos, por exemplo) não estão disponíveis índices de mercado que permitam levar a cabo as verificações de valor, após as avaliações iniciais. Assim, para estes casos e de acordo com as periodicidades mínimas previstas para as verificações e revisões de valor deste tipo de imóveis, são feitas revisões de valor por avaliadores externos.

Os índices atualmente utilizados são fornecidos ao Banco por uma entidade externa especializada que há mais de uma década recolhe e trata os dados nos quais se baseia a respetiva elaboração.

No caso de colaterais financeiros, o seu valor de mercado é atualizado diária e automaticamente, através da ligação informática existente entre o sistema de gestão de colaterais e a informação dos mercados financeiros relevantes.

b) Graus de Risco

A concessão de crédito fundamenta-se na prévia classificação de risco dos clientes, para além da avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este objetivo, é utilizado um sistema único de notação de risco, a *Rating MasterScale*, baseada na Probabilidade de Incumprimento (*PD–Probability of Default*) esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating MasterScale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, de acordo com o conceito definido na abordagem IRB, na situação de incumprimento. Todos os sistemas e modelos de rating utilizados no Grupo foram devidamente calibrados para a *Rating MasterScale.*

Com o objetivo de avaliar adequadamente os riscos de crédito, o Grupo definiu um conjunto de macrossegmentos e segmentos que são tratados através de diferentes sistemas e modelos de *rating* e permitem relacionar o grau de risco interno e a PD dos clientes, assegurando uma avaliação de risco que entra em linha de conta com as características específicas dos clientes, em termos dos respetivos perfis de risco.

A avaliação feita por estes sistemas e modelos de rating resulta nos graus de risco da *MasterScale*, com quinze graus, dos quais os três últimos correspondem a situações de degradação relevante da qualidade creditícia dos clientes e se designam por "graus de risco processuais": 13, 14 e 15 a que correspondem, por esta ordem, situações de crescente gravidade em termos de incumprimento e/ou imparidade, sendo o grau de risco 15 sinónimo de *Default*.

Os graus de risco não processuais são atribuídos pelos sistemas de *rating* com modelos de decisão automática ou pela Direção de *Rating* - unidade independente das áreas e órgãos de análise e decisão de crédito - e são revistos/atualizados periodicamente ou sempre que ocorram eventos que o justifiquem.

Os modelos que se integram nos diversos sistemas de *rating* são regularmente sujeitos a validação, sendo a mesma levada a cabo pela Unidade de Auditoria e Validação de Modelos, órgão integrado na Direção de Auditoria, logo independente das unidades responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos modelos de *rating*.

As conclusões das validações por parte da Unidade de Auditoria e Validação de Modelos, bem como as respetivas recomendações e propostas para alteração e/ou melhoria, são analisadas e ratificadas por um Comité de Validação específico, cuja composição varia em função do tipo de modelo analisado. As propostas de alteração a modelos originadas nos Comités de Validação são submetidas para aprovação ao Comité de Risco.

c) Imparidade e Incobráveis

O processo de cálculo da imparidade de crédito integra os princípios gerais definidos pelo IAS 39, as orientações emanadas pelo Banco de Portugal, através da Carta-Circular 2/2014/DSP, bem como os critérios e metodologias utilizadas no *Asset Quality Review* realizado em 2014 pelo Banco Central Europeu, de modo a alinhar o processo de cálculo utilizado no Grupo com as melhores práticas internacionais neste domínio.

Este processo baseia-se, na medida do possível, nos conceitos e nos dados utilizados para efeitos da determinação dos requisitos de capital de acordo com a metodologia IRB, de modo a maximizar as sinergias entre os dois processos.

Para efeitos do cálculo da imparidade há que distinguir três componentes, em função do risco e complexidade dos clientes, da dimensão da respetiva exposição e da existência - ou não - de evidência objetiva de imparidade:

- Análise individual de imparidade para os clientes de elevada exposição e risco;
- Análise coletiva de clientes em *default* ou considerados de risco elevado, não abrangidos pela análise individual;
- Análise coletiva de clientes que não estejam em *default*, não sejam de risco elevado, nem tenham sido considerados com sinais objetivos de imparidade, como resultado da análise individual (componente designada por IBNR - *Incurred But Not Reported*).

São objeto de análise individual os Clientes que se encontrem numa das seguintes condições:

Clientes em *default*

i) Clientes em contencioso ou em insolvência desde que a exposição total dos clientes do grupo nessas situações ultrapasse 1 milhão de euros;
ii) Clientes integrados em grupos com exposição superior a 5 milhões de euros, desde que tenham grau de risco "15";

Clientes que não em *default* com sinais de imparidade

iii) Clientes integrados em grupos com exposição superior a 5 milhões de euros, desde que tenham grau de risco "14";
iv) Clientes integrados em grupos com exposição superior a 5 milhões de euros, desde que tenham créditos reestruturados e grau de risco "13";

Grupos ou Clientes sem sinais de imparidade

v) Outros clientes pertencentes a grupos nas condições acima;
v) Grupos ou clientes com exposição superior a 10 milhões de euros, desde que verifiquem um conjunto de indícios previamente fixados (*soft signs*);
vi) Grupos ou Clientes, não incluídos nos pontos anteriores, com exposição superior a 25 milhões de euros.

Serão também sujeitos à análise individual os clientes que não verificam os critérios definidos anteriormente, mas que:

i) Tenham imparidade atribuída na última revisão; ou
ii) De acordo com informação recente, mostram uma degradação significativa dos níveis de risco; ou
iii) Sejam Veículos Especiais de Investimento (SPV).

A análise individual contempla os seguintes procedimentos:

- Para os clientes sem sinais de imparidade, análise de um conjunto de indícios de dificuldades financeiras de modo a determinar se o cliente tem sinais objetivos de imparidade;
- Para os clientes com sinais de imparidade ou para os quais a análise anterior tenha conduzido à conclusão de que o cliente tem sinais objetivos de imparidade, determinação da perda.

Os clientes analisados individualmente são submetidos a um processo regular de atribuição de uma expectativa de recuperação da totalidade da sua exposição e do prazo previsto para essa recuperação, devendo o valor da imparidade de cada cliente ser suportado, essencialmente, nas perspetivas de recebimento de ativos monetários, financeiros ou físicos, e no prazo previsto para esses recebimentos.

Este processo regular é realizado pelas áreas do Banco com responsabilidade pela recuperação dos clientes ou pela Direção de Crédito, que possuem os elementos relevantes para o cálculo da imparidade, incluindo nomeadamente:

- dados económico-financeiros, tendo por base as demonstrações financeiras mais recentes do cliente;
- dados de natureza qualitativa, que caracterizem a situação do cliente, nomeadamente relativos à viabilidade económica do negócio;
- fluxos de caixa previsionais para os clientes analisados numa perspetiva de continuidade;
- experiência creditícia do cliente junto do Banco e do Sistema Financeiro.

Para além disso, assume especial relevância a informação sobre colaterais e garantias, muito em especial em empresas do setor imobiliário e naqueles casos em que a viabilidade económica do negócio se afigure reduzida.

No tratamento dos colaterais, o Banco assume uma postura conservadora, materializada na introdução de *haircuts*, de forma a incorporar o risco de desvalorização dos ativos, dos custos inerentes à venda e à manutenção e dos tempos necessários para a respetiva venda.

Para cada cliente, a imparidade é obtida através da diferença entre a respetiva exposição e o somatório dos *cash-flows* esperados relativos às diversas operações, atualizados segundo a taxa de juro efetiva de cada operação.

Os créditos que não são analisados individualmente são agrupados tendo em conta as suas características de risco, calculando-se a imparidade com base em populações homogéneas, assumindo-se um período de reconhecimento da perda de um ano.

Para o cálculo da imparidade por população homogénea é usada a seguinte fórmula:

$$\text{Imparidade Coletiva} = EAD * PD * LGD$$

em que EAD representa a exposição de crédito do cliente, PD representa a probabilidade de um cliente entrar em *default* no período de reconhecimento da perda e LGD representa a perda associada a um cliente em *default* tendo em conta o tempo de permanência em *default* .

Na determinação das PD, as populações homogéneas resultam da combinação dos seguintes fatores:

- Segmento para efeitos de análise de risco do cliente (de acordo com o correspondente modelo de *rating*);
- *Bucket* de risco, de acordo com a situação atual do cliente (aos diversos *buckets* correspondem diferentes probabilidades de entrada em *default*).

Na determinação das LGD, as populações homogéneas são definidas pelos seguintes fatores:

- Segmento do cliente;
- Tempo decorrido desde o *default*; e
- Valor do LTV (*Loan to Value*) para as exposições colateralizadas por bens imóveis.

A abordagem seguida para estimação das LGD baseia-se fundamentalmente nas seguintes componentes:
- definição à priori dos diferentes cenários de recuperação;
- informação histórica sobre os processos de recuperação, nomeadamente, quanto às perdas verificadas e às probabilidades de cada um dos cenários de recuperação;
- custos (diretos e indiretos) envolvidos nos processos de recuperação;
- taxa de desconto que é usada para atualizar todos os fluxos financeiros para a data do *default*;
- colaterais associados às operações de crédito.

Refira-se que os critérios que servem de base à definição das populações homogéneas atrás referidas estão alinhados com os que são utilizados nos requisitos de capital (IRB).

Os resultados do processo de cálculo de imparidade são objeto de contabilização. Em conformidade com a Carta Circular do Banco de Portugal nº 15/2009, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação. Assim, quando um crédito atinge 100% de imparidade, deve ser ponderada a sua classificação como incobrável. No entanto, mesmo que um crédito não tenha ainda uma imparidade de 100%, pode também ser classificado como incobrável, desde que não existam expetativas de recuperação.

É importante salientar que todos os procedimentos e metodologias descritos se encontram consagrados em normativos aprovados superiormente e relativos ao processo de imparidade, à concessão, acompanhamento e recuperação do crédito e ao tratamento de crédito em incumprimento.

Nos quadros seguintes é detalhado as exposições e imparidade constituída por segmentos, com referência a 30 de junho de 2015. Os valores apresentados incluem as linhas de crédito irrevogáveis e excluem os valores referentes ao efeito de taxa de juro efetiva.

	Exposição					
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
Segmento	Exposição Total Euros '000	Total Euros '000	Do qual curado Euros '000	Do qual reestruturado Euros '000	Total Euros '000	Do qual reestruturado Euros '000
Construção e CRE	8.693.743	6.132.872	297.405	711.824	2.560.871	744.529
Empresas-Outras Atividades	23.023.303	20.583.701	550.921	1.895.718	2.439.602	1.065.536
Habitação	25.159.197	23.586.273	420.300	667.480	1.572.924	363.904
Particulares-Outros	4.875.478	4.031.689	38.933	275.720	843.789	279.169
Outros Créditos	1.938.166	1.880.785	36	47.680	57.381	7.906
Total	63.689.887	56.215.320	1.307.595	3.598.422	7.474.567	2.461.044

	Imparidade		
Segmento	Imparidade Total Euros '000	Crédito em cumprimento Euros '000	Crédito em incumprimento Euros '000
Construção e CRE	1.195.758	208.344	987.414
Empresas-Outras Atividades	1.699.310	725.950	973.360
Habitação	315.469	42.824	272.645
Particulares-Outros	492.131	64.156	427.975
Outros Créditos	44.401	27.757	16.644
Total	3.747.069	1.069.031	2.678.038

Nos quadros seguintes é detalhado as exposições e imparidade constituída por segmentos, com referência a 31 de dezembro de 2014. Os valores apresentados incluem as linhas de crédito irrevogáveis e excluem os valores referentes ao efeito de taxa de juro efetiva.

	Exposição					
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
Segmento	Exposição Total Euros '000	Total Euros '000	Do qual curado Euros '000	Do qual reestruturado Euros '000	Total Euros '000	Do qual reestruturado Euros '000
Construção e CRE	9.067.462	6.502.030	270.329	773.312	2.565.432	769.084
Empresas-Outras Atividades	23.060.536	20.704.679	514.053	2.206.294	2.355.857	952.531
Habitação	24.886.268	23.433.740	434.975	700.736	1.452.528	320.466
Particulares-Outros	4.905.111	3.998.115	65.934	288.107	906.996	299.413
Outros Créditos	2.083.284	2.057.024	6.572	32.670	26.260	5.626
Total	64.002.661	56.695.588	1.291.863	4.001.119	7.307.073	2.347.120

	Imparidade		
Segmento	Imparidade Total Euros '000	Crédito em cumprimento Euros '000	Crédito em incumprimento Euros '000
Construção e CRE	1.136.465	244.543	891.922
Empresas-Outras Atividades	1.760.981	858.033	902.948
Habitação	306.987	64.279	242.708
Particulares-Outros	487.516	62.613	424.903
Outros Créditos	40.914	32.388	8.526
Total	3.732.863	1.261.856	2.471.007

Os quadros seguintes incluem o detalhe das exposições de prestações em atraso e respetiva imparidade constituída por segmento, com referência a 30 de junho de 2015:

	Exposição					
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
	Exposição	Dias de atraso <30			Dias de atraso	
	Total	Sem indícios	Com indícios	Total	<=90	>90
Segmento	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Construção e CRE	8.693.743	4.179.954	1.870.299	6.050.253	233.146	2.327.969
Empresas-Outras Atividades	23.023.303	14.924.415	4.883.708	19.808.123	265.646	2.173.956
Habitação	25.159.197	23.133.138	215.495	23.348.633	77.928	1.495.130
Particulares-Outros	4.875.478	3.680.483	291.302	3.971.785	45.908	791.087
Outros Créditos	1.938.166	1.798.984	75.492	1.874.476	10.689	67.346
Total	63.689.887	47.716.974	7.336.296	55.053.270	633.317	6.855.488

	Imparidade				
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
	Imparidade	Dias de atraso	Dias de atraso	Dias de atraso	Dias de atraso
	Total	<30	entre 30-90	<=90	>90
Segmento	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Construção e CRE	1.195.758	201.708	6.636	45.478	941.936
Empresas-Outras Atividades	1.699.310	706.596	19.354	84.757	888.603
Habitação	315.469	33.967	8.857	12.119	260.526
Particulares-Outros	492.131	53.378	10.778	8.987	418.988
Outros Créditos	44.401	25.336	2.421	-	16.644
Total	3.747.069	1.020.985	48.046	151.341	2.526.697

Os quadros seguintes incluem o detalhe das exposições de prestações em atraso e respetiva imparidade constituída por segmento, com referência a 31 de dezembro de 2014:

	Exposição					
		Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento	
	Exposição	Dias de atraso <30			Dias de atraso	
	Total	Sem indícios	Com indícios	Total	<=90	>90
Segmento	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Construção e CRE	9.067.462	4.620.396	1.773.566	6.393.962	315.247	2.250.185
Empresas-Outras Atividades	23.060.536	16.145.064	4.453.398	20.598.462	358.221	1.997.636
Habitação	24.886.268	22.236.954	977.899	23.214.853	67.751	1.384.777
Particulares-Outros	4.905.111	3.505.717	434.255	3.939.972	73.285	833.711
Outros Créditos	2.083.284	2.036.792	13.559	2.050.351	-	26.260
Total	64.002.661	48.544.923	7.652.677	56.197.600	814.504	6.492.569

	Imparidade				
		Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento	
	Imparidade	Dias de atraso	Dias de atraso	Dias de atraso	Dias de atraso
	Total	<30	entre 30-90	<=90	>90
Segmento	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Construção e CRE	1.136.465	225.909	18.634	52.863	839.059
Empresas-Outras Atividades	1.760.981	845.749	12.284	132.686	770.262
Habitação	306.987	51.719	12.560	11.538	231.170
Particulares-Outros	487.516	51.610	11.003	34.203	390.700
Outros Créditos	40.914	30.850	1.538	-	8.526
Total	3.732.863	1.205.837	56.019	231.290	2.239.717

À data de 30 de junho 2015, o quadro seguinte inclui o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

	Empresas		Particulares			
Ano de produção	**Construção e CRE**	**Outras Atividades**	**Habitação**	**Outros**	**Outros Créditos**	**Total**
2004 e anteriores						
Número de operações	12.919	25.270	132.543	430.278	405	601.415
Montante (Euros '000)	881.440	2.858.895	4.397.564	429.764	45.337	8.613.000
Imparidade constituída (Euros '000)	139.153	192.829	60.468	37.623	1.284	431.357
2005						
Número de operações	2.261	4.339	48.316	61.915	38	116.869
Montante (Euros '000)	362.509	540.249	2.356.001	104.204	4.182	3.367.145
Imparidade constituída (Euros '000)	64.304	111.762	37.765	14.228	71	228.130
2006						
Número de operações	2.754	5.266	69.023	78.628	74	155.745
Montante (Euros '000)	396.638	1.019.150	3.757.080	165.023	9.612	5.347.503
Imparidade constituída (Euros '000)	80.373	57.021	49.686	32.200	2.133	221.413
2007						
Número de operações	3.702	7.255	81.691	104.486	73	197.207
Montante (Euros '000)	797.369	1.553.562	4.854.882	193.038	10.947	7.409.798
Imparidade constituída (Euros '000)	145.348	142.893	72.190	28.689	252	389.372
2008						
Número de operações	4.689	8.628	58.730	124.748	111	196.906
Montante (Euros '000)	999.863	1.724.565	3.759.266	212.695	29.691	6.726.080
Imparidade constituída (Euros '000)	133.250	222.148	47.869	40.358	773	444.398
2009						
Número de operações	4.771	7.819	24.460	121.270	138	158.458
Montante (Euros '000)	772.394	1.318.481	1.353.741	212.905	55.541	3.713.062
Imparidade constituída (Euros '000)	177.376	98.331	13.768	45.749	3.665	338.889
2010						
Número de operações	4.872	10.563	26.353	167.463	219	209.470
Montante (Euros '000)	746.532	1.632.224	1.446.964	264.142	86.449	4.176.311
Imparidade constituída (Euros '000)	101.364	313.751	10.824	47.640	4.509	478.088
2011						
Número de operações	5.007	16.843	17.105	184.605	189	223.749
Montante (Euros '000)	500.306	1.253.417	869.500	271.216	52.950	2.947.389
Imparidade constituída (Euros '000)	96.237	111.920	4.719	47.646	4.113	264.635
2012						
Número de operações	5.161	18.704	14.153	179.699	621	218.338
Montante (Euros '000)	608.962	2.212.340	664.480	345.778	116.431	3.947.991
Imparidade constituída (Euros '000)	59.054	123.186	4.816	63.330	5.456	255.842
2013						
Número de operações	6.123	23.284	14.797	255.172	639	300.015
Montante (Euros '000)	913.480	2.841.386	757.688	709.091	350.447	5.572.092
Imparidade constituída (Euros '000)	89.565	113.797	5.841	64.208	5.631	279.042
2014						
Número de operações	6.427	29.705	10.601	312.927	799	360.459
Montante (Euros '000)	917.847	3.510.023	616.918	1.034.589	583.287	6.662.664
Imparidade constituída (Euros '000)	84.714	156.895	4.596	51.833	8.466	306.504
2015						
Número de operações	7.075	34.775	4.848	197.545	1.224	245.467
Montante (Euros '000)	796.403	2.559.011	325.113	933.033	593.292	5.206.852
Imparidade constituída (Euros '000)	25.020	54.777	2.927	18.627	8.048	109.399
Total						
Número de operações	65.761	192.451	502.620	2.218.736	4.530	2.984.098
Montante (Euros '000)	8.693.743	23.023.303	25.159.197	4.875.478	1.938.166	63.689.887
Imparidade constituída (Euros '000)	1.195.758	1.699.310	315.469	492.131	44.401	3.747.069

À data de 31 de dezembro 2014, o quadro seguinte inclui o detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção:

	Empresas		Particulares			
Ano de produção	**Construção e CRE**	**Outras Atividades**	**Habitação**	**Outros**	**Outros Créditos**	**Total**
2004 e anteriores						
Número de operações	13.351	27.330	135.600	433.250	314	609.845
Montante (Euros '000)	1.052.151	3.109.491	4.566.711	493.907	39.350	9.261.610
Imparidade constituída (Euros '000)	140.103	185.753	87.216	35.964	1.146	450.182
2005						
Número de operações	2.421	4.486	49.215	64.249	22	120.393
Montante (Euros '000)	368.257	621.404	2.363.673	111.854	9.596	3.474.784
Imparidade constituída (Euros '000)	70.864	110.465	39.235	14.991	405	235.960
2006						
Número de operações	2.927	5.240	69.899	81.125	54	159.245
Montante (Euros '000)	442.016	910.649	3.696.647	179.423	9.822	5.238.557
Imparidade constituída (Euros '000)	72.219	56.118	46.971	33.746	2.276	211.330
2007						
Número de operações	3.939	7.212	82.692	108.235	58	202.136
Montante (Euros '000)	871.068	1.330.928	4.782.412	238.057	17.182	7.239.647
Imparidade constituída (Euros '000)	137.678	98.612	57.547	30.519	285	324.641
2008						
Número de operações	5.283	8.906	59.444	133.029	108	206.770
Montante (Euros '000)	1.058.904	1.398.217	3.630.506	232.736	40.086	6.360.449
Imparidade constituída (Euros '000)	136.950	210.152	34.780	35.513	1.239	418.634
2009						
Número de operações	5.312	8.330	24.945	132.832	153	171.572
Montante (Euros '000)	806.190	984.307	1.394.792	239.969	60.994	3.486.252
Imparidade constituída (Euros '000)	165.878	93.701	10.804	42.455	1.807	314.645
2010						
Número de operações	5.462	12.190	26.860	191.455	207	236.174
Montante (Euros '000)	821.866	1.721.793	1.487.215	309.592	126.713	4.467.179
Imparidade constituída (Euros '000)	89.415	335.829	8.951	42.423	5.656	482.274
2011						
Número de operações	5.518	19.219	17.389	197.039	215	239.380
Montante (Euros '000)	524.788	1.280.228	888.826	312.360	64.076	3.070.278
Imparidade constituída (Euros '000)	100.597	135.145	4.524	47.803	2.723	290.792
2012						
Número de operações	5.618	20.496	14.373	196.289	664	237.440
Montante (Euros '000)	631.582	2.339.074	678.124	435.381	152.293	4.236.454
Imparidade constituída (Euros '000)	55.505	142.127	4.616	74.656	4.664	281.568
2013						
Número de operações	6.547	24.753	15.103	281.230	614	328.247
Montante (Euros '000)	982.394	2.881.657	779.643	878.096	483.732	6.005.522
Imparidade constituída (Euros '000)	90.598	111.440	6.359	61.379	6.363	276.139
2014						
Número de operações	11.265	55.763	10.526	414.538	2.606	494.698
Montante (Euros '000)	1.508.246	6.482.788	617.719	1.473.736	1.079.440	11.161.929
Imparidade constituída (Euros '000)	76.658	281.639	5.984	68.067	14.350	446.698
Total						
Número de operações	67.643	193.925	506.046	2.233.271	5.015	3.005.900
Montante (Euros '000)	9.067.462	23.060.536	24.886.268	4.905.111	2.083.284	64.002.661
Imparidade constituída (Euros '000)	1.136.465	1.760.981	306.987	487.516	40.914	3.732.863

À data de 30 de junho 2015, o quadro seguinte inclui o detalhe da carteira de crédito e da imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento, setor e geografia:

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Segmento	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Construção e CRE	3.682.348	5.011.395	8.693.743	980.652	215.106	1.195.758
Empresas-Outras Atividades	6.262.999	16.760.304	23.023.303	1.332.719	366.591	1.699.310
Habitação	61.800	25.097.397	25.159.197	20.426	295.043	315.469
Particulares-Outros	288.497	4.586.981	4.875.478	79.705	412.426	492.131
Outros Créditos	313.294	1.624.872	1.938.166	23.564	20.837	44.401
Total	10.608.938	53.080.949	63.689.887	2.437.066	1.310.003	3.747.069

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Setor	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Crédito a Particulares	316.704	28.044.898	28.361.602	80.357	654.190	734.547
Indústrias Transformadoras	518.665	3.989.441	4.508.106	133.727	102.537	236.264
Construção	1.432.696	2.918.123	4.350.819	411.655	132.147	543.802
Comércio	575.186	4.382.991	4.958.177	173.768	187.600	361.368
Promoção Imobiliária	930.246	704.891	1.635.137	237.236	15.045	252.281
Outros Serviços	5.843.994	9.288.130	15.132.124	1.308.163	174.638	1.482.801
Outras Atividades	991.447	3.752.475	4.743.922	92.160	43.846	136.006
Total	10.608.938	53.080.949	63.689.887	2.437.066	1.310.003	3.747.069

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Geografia	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Portugal	9.738.457	37.327.598	47.066.055	2.224.995	1.027.014	3.252.009
Angola	291.896	886.118	1.178.014	39.685	13.050	52.735
Moçambique	123.005	1.911.273	2.034.278	26.876	58.597	85.473
Polónia	243.909	12.955.960	13.199.869	144.942	211.342	356.284
Suíça	211.671	-	211.671	568	-	568
Total	10.608.938	53.080.949	63.689.887	2.437.066	1.310.003	3.747.069

À data de 31 de dezembro 2014, o quadro seguinte inclui o detalhe da carteira de crédito e da imparidade avaliada individualmente e coletivamente por segmento, setor e geografia:

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Segmento	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Construção e CRE	5.397.102	3.670.360	9.067.462	934.613	201.852	1.136.465
Empresas-Outras Atividades	11.155.776	11.904.760	23.060.536	1.409.779	351.202	1.760.981
Habitação	47.665	24.838.603	24.886.268	14.999	291.988	306.987
Particulares-Outros	299.428	4.605.683	4.905.111	74.297	413.219	487.516
Outros Créditos	662.863	1.420.421	2.083.284	22.270	18.644	40.914
Total	17.562.834	46.439.827	64.002.661	2.455.958	1.276.905	3.732.863

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Setor	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Crédito a Particulares	312.414	27.695.814	28.008.228	70.969	654.272	725.241
Indústrias Transformadoras	1.066.805	3.438.113	4.504.918	117.861	110.698	228.559
Construção	2.321.104	2.163.368	4.484.472	424.000	119.429	543.429
Comércio	931.264	4.070.004	5.001.268	177.542	167.555	345.097
Promoção Imobiliária	1.309.547	447.861	1.757.408	193.090	17.813	210.903
Outros Serviços	9.564.757	5.527.530	15.092.287	1.327.507	162.807	1.490.314
Outras Atividades	2.056.943	3.097.137	5.154.080	144.989	44.331	189.320
Total	17.562.834	46.439.827	64.002.661	2.455.958	1.276.905	3.732.863

	Exposição			Imparidade		
	Individual	Coletiva	Total	Individual	Coletiva	Total
Geografia	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Portugal	16.640.805	31.131.046	47.771.851	2.262.551	1.001.675	3.264.226
Angola	188.655	1.039.686	1.228.341	29.798	19.779	49.577
Moçambique	299.715	1.967.080	2.266.795	27.807	63.898	91.705
Polónia	220.751	12.263.197	12.483.948	134.970	190.194	325.164
Suíça	212.908	-	212.908	832	-	832
Outras geografias	-	38.818	38.818	-	1.359	1.359
Total	17.562.834	46.439.827	64.002.661	2.455.958	1.276.905	3.732.863

O quadro seguinte inclui os movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado:

	jun 2015	dez 2014
	Euros '000	**Euros '000**
Saldo em 1 de janeiro	6.294.286	5.827.753
Créditos reestruturados no período	312.108	2.232.866
Juros corridos da carteira reestruturada	18.664	31.120
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(373.507)	(1.002.373)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(175.297)	(407.569)
Outros	(147.406)	(387.511)
Saldo no fim do período	5.928.848	6.294.286

À data de 30 de junho 2015, o quadro seguinte inclui o detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos Construção e CRE, Empresas-Outras Atividades e Habitação:

	Construção e CRE		Empresas-Outras Atividades		Habitação	
Justo valor	**Imóveis**	**Outros Colaterais Reais**	**Imóveis**	**Outros Colaterais Reais**	**Imóveis**	**Outros Colaterais Reais**
< 0,5 M€						
Número	12.603	6.418	11.977	44.419	423.457	472
Montante (Euros '000)	43.263.857	37.315.027	252.897.110	276.297.508	11.632.822.881	485.294
>= 0,5 M€ e < 1 M€						
Número	749	82	1.376	273	2.252	5
Montante (Euros '000)	47.867.205	19.387.773	242.801.662	91.678.790	133.485.917	3.439
>= 1 M€ e < 5 M€						
Número	602	60	1.067	238	275	2
Montante (Euros '000)	211.159.895	43.050.951	538.955.533	279.924.042	32.017.399	3.011
>= 5 M€ e < 10 M€						
Número	64	12	116	24	2	-
Montante (Euros '000)	58.035.816	9.291.574	199.786.081	87.782.008	12.200	-
>= 10 M€ e < 20 M€						
Número	53	6	64	12	1	-
Montante (Euros '000)	67.006.551	2.740.132	55.312.991	23.162.287	15.683.481	-
>= 20 M€ e < 50 M€						
Número	24	4	29	12	-	-
Montante (Euros '000)	273.750.316	179.463	30.638.260	118.559.055	-	-
>= 50 M€						
Número	9	8	11	5	-	-
Montante (Euros '000)	204.357.965	1.136.543.544	965.008	526.171	-	-
Total						
Número	14.104	6.590	14.640	44.983	425.987	479
Montante (Euros '000)	905.441.605	1.248.508.464	1.321.356.645	877.929.861	11.814.021.878	491.744

À data de 31 de dezembro 2014, o quadro seguinte inclui o detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito dos segmentos Construção e CRE, Empresas-Outras Atividades e Habitação:

	Construção e CRE		Empresas-Outras Atividades		Habitação	
Justo valor	**Imóveis**	**Outros Colaterais Reais**	**Imóveis**	**Outros Colaterais Reais**	**Imóveis**	**Outros Colaterais Reais**
< 0,5 M€						
Número	13.300	6.003	11.627	41.081	426.776	460
Montante (Euros '000)	45.020.476	37.071.965	234.152.352	261.368.720	11.037.298.461	403.857
>= 0,5 M€ e < 1 M€						
Número	808	74	1.397	268	2.281	6
Montante (Euros '000)	44.272.570	20.517.695	221.361.882	88.835.969	113.507.353	4.027
>= 1 M€ e < 5 M€						
Número	634	52	1.172	254	286	1
Montante (Euros '000)	205.340.305	39.279.670	568.016.426	269.144.111	27.703.308	1.298
>= 5 M€ e < 10 M€						
Número	77	11	133	24	3	-
Montante (Euros '000)	41.008.153	9.179.229	191.343.673	67.171.798	18.700	-
>= 10 M€ e < 20 M€						
Número	54	1	64	8	2	-
Montante (Euros '000)	46.459.925	36.626	25.376.847	11.017.529	24.710	-
>= 20 M€ e < 50 M€						
Número	30	-	39	12	-	-
Montante (Euros '000)	396.410.549	-	51.787.857	147.298.404	-	-
>= 50 M€						
Número	12	6	11	6	-	-
Montante (Euros '000)	412.924.769	1.118.150.529	909.187	548.148	-	-
Total						
Número	14.915	6.147	14.443	41.653	429.348	467
Montante (Euros '000)	1.191.436.747	1.224.235.714	1.292.948.224	845.384.679	11.178.552.532	409.182

À data de 30 de junho 2015, o quadro seguinte inclui o rácio LTV dos segmentos Construção e CRE, Empresas-Outras Atividades e Habitação:

Segmento/Rácio	Número de imóveis	Crédito em cumprimento Euros '000	Crédito em incumprimento Euros '000	Imparidade Euros '000
Construção e CRE				
Sem colateral associado	n.a.	2.408.041	625.369	388.381
<60%	5.996	441.231	66.955	26.319
>=60% e <80%	1.421	237.854	65.217	13.224
>=80% e <100%	917	184.098	76.347	10.926
>=100%	56.188	2.059.460	1.719.916	743.485
Empresas-Outras Atividades				
Sem colateral associado	n.a.	13.257.370	1.033.107	850.490
<60%	29.100	1.534.165	101.002	61.419
>=60% e <80%	10.654	768.447	84.626	16.837
>=80% e <100%	6.904	765.592	54.227	33.484
>=100%	22.938	2.817.898	1.092.661	700.913
Habitação				
Sem colateral associado	n.a.	65.407	11.251	7.239
<60%	236.949	7.946.245	153.722	18.116
>=60% e <80%	124.224	7.086.576	208.710	16.327
>=80% e <100%	92.456	5.279.865	402.686	37.779
>=100%	63.370	3.188.214	794.837	234.644

À data de 31 de dezembro 2014, o quadro seguinte inclui o rácio LTV dos segmentos Construção e CRE, Empresas-Outras Atividades e Habitação:

Segmento/Rácio	Número de imóveis	Crédito em cumprimento Euros '000	Crédito em incumprimento Euros '000	Imparidade Euros '000
Construção e CRE				
Sem colateral associado	n.a.	2.617.030	589.789	364.543
<60%	5.950	597.065	162.056	43.925
>=60% e <80%	1.527	207.212	99.262	14.194
>=80% e <100%	966	185.280	93.176	28.746
>=100%	55.807	2.183.327	1.611.343	673.023
Empresas-Outras Atividades				
Sem colateral associado	n.a.	14.209.246	1.025.120	1.055.697
<60%	27.927	1.752.899	220.116	93.131
>=60% e <80%	9.524	786.823	96.830	35.574
>=80% e <100%	7.028	743.804	108.272	46.459
>=100%	18.769	2.851.980	974.082	538.427
Habitação				
Sem colateral associado	n.a.	52.721	12.329	6.253
<60%	236.863	7.912.542	140.989	34.047
>=60% e <80%	124.697	7.100.569	200.243	38.668
>=80% e <100%	96.011	5.428.135	421.809	79.488
>=100%	63.014	2.920.999	674.269	147.038

À data de 30 de junho 2015, os quadros seguintes incluem o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade:

Ativo	Número de imóveis	Valor de avaliação Euros '000	Valor contabilístico Euros '000
Terreno			
Urbano	1.667	460.040	409.283
Rural	229	34.937	28.676
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	2	48.586	48.586
Habitação	1	4.939	4.939
Outros	1	99	99
Edifícios construídos			
Comerciais	1.660	260.874	234.919
Habitação	4.921	584.775	509.351
Outros	438	207.980	174.531
Outros	148	2.982	2.982
Total	9.067	1.605.212	1.413.366

	Tempo decorrido desde a dação/execução				
Ativo	<1 ano Euros '000	>=1 ano e <2,5 anos Euros '000	>=2,5 anos e <5 anos Euros '000	>=5 anos Euros '000	Total Euros '000
Terreno					
Urbano	62.170	57.876	74.173	215.064	409.283
Rural	11.289	3.002	4.173	10.212	28.676
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	-	-	48.586	48.586
Habitação	-	-	4.939	-	4.939
Outros	-	-	-	99	99
Edifícios construídos					
Comerciais	81.249	58.601	56.447	38.622	234.919
Habitação	178.822	150.967	75.955	103.607	509.351
Outros	25.897	49.229	62.185	37.220	174.531
Outros	2.727	-	255	-	2.982
Total	362.154	319.675	278.127	453.410	1.413.366

À data de 31 de dezembro 2014, os quadros seguintes incluem o detalhe do justo valor e do valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação, por tipo de ativo e por antiguidade:

Ativo	Número de imóveis	Valor de avaliação Euros '000	Valor contabilístico Euros '000
Terreno			
Urbano	1.231	408.171	374.309
Rural	237	26.724	20.730
Edifícios em desenvolvimento			
Comerciais	3	53.604	53.604
Habitação	2	16.813	16.813
Outros	2	106	106
Edifícios construídos			
Comerciais	1.606	251.165	221.087
Habitação	4.671	571.491	495.639
Outros	435	218.167	185.753
Outros	12	6.048	6.048
Total	8.199	1.552.289	1.374.089

	Tempo decorrido desde a dação/execução				
	<1 ano	>=1 ano e <2,5 anos	>=2,5 anos e <5 anos	>=5 anos	Total
Ativo	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Terreno					
Urbano	49.872	51.937	56.325	216.175	374.309
Rural	2.936	3.640	3.324	10.830	20.730
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais	-	-	-	53.604	53.604
Habitação	-	-	5.367	11.446	16.813
Outros	-	-	-	106	106
Edifícios construídos					
Comerciais	78.103	70.127	36.997	35.860	221.087
Habitação	181.585	148.331	63.233	102.490	495.639
Outros	47.252	61.439	44.744	32.318	185.753
Outros	5	-	247	5.796	6.048
Total	359.753	335.474	210.237	468.625	1.374.089

À data de 30 de junho 2015, o quadro seguinte inclui a distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

	Segmentos					
		Empresas		Particulares		
Graus de Risco	**Construção e CRE**	**Outras Atividades**	**Habitação**	**Outros**	**Outros Créditos**	**Total**
Qualidade superior						
1	-	-	-	-	4	4
2	1.369	9.336	4.277.188	148.093	7	4.435.994
3	2.017	80.616	2.486.649	136.274	6	2.705.562
4	38.050	975.175	4.877.863	238.378	476.230	6.605.696
5	162.906	1.858.482	3.057.105	616.025	9.154	5.703.672
6	389.220	2.063.182	1.983.389	505.264	34	4.941.089
Qualidade média						
7	284.902	1.656.493	1.505.858	460.754	7	3.908.013
8	288.991	1.872.708	985.418	398.081	632	3.545.830
9	687.310	2.252.553	831.020	276.619	-	4.047.502
Qualidade inferior						
10	332.547	1.069.566	731.394	201.324	127	2.334.958
11	352.500	991.023	453.946	141.478	-	1.938.946
12	1.065.012	2.945.620	729.053	181.055	34	4.920.775
Processuais						
13	146.702	65.781	204.203	46.552	-	463.238
14	164.350	811.351	221.893	73.255	-	1.270.849
15	3.559.900	3.541.856	1.979.707	928.972	-	10.010.435
Não classificados (sem GR)	324.017	2.128.585	803.747	176.513	496	3.433.359
Total	7.799.792	22.322.327	25.128.434	4.528.636	486.732	60.265.922

À data de 31 de dezembro 2014, o quadro seguinte inclui a distribuição da carteira de crédito por graus de risco internos:

	Segmentos					
	Empresas		Particulares			
Graus de Risco	**Construção e CRE**	**Outras Atividades**	**Habitação**	**Outros**	**Outros Créditos**	**Total**
Qualidade superior						
2	1.442	7.722	3.865.505	140.608	15	4.015.292
3	2.547	37.390	2.275.775	137.724	5	2.453.441
4	36.006	958.386	5.182.012	236.463	556.664	6.969.531
5	156.322	1.990.401	3.042.335	591.410	4.518	5.784.986
6	376.377	1.935.846	1.988.053	457.859	1	4.758.136
Qualidade média						
7	293.683	1.696.188	1.554.685	458.638	256	4.003.450
8	300.415	1.632.554	1.015.070	360.528	6	3.308.573
9	691.119	2.212.136	847.678	268.226	-	4.019.159
Qualidade inferior						
10	360.201	1.170.729	771.414	197.560	1.356	2.501.260
11	435.568	1.027.769	453.191	131.306	4	2.047.838
12	1.452.287	3.092.402	741.308	167.285	32	5.453.314
Processuais						
13	54.930	472.697	184.187	54.912	-	766.726
14	387.916	595.321	204.022	78.485	-	1.265.744
15	3.243.900	3.741.347	1.846.172	967.458	-	9.798.877
Não classificados (sem GR)	329.875	1.654.672	867.613	256.887	426	3.109.473
Total	8.122.588	22.225.560	24.839.020	4.505.349	563.283	60.255.800

Riscos de Mercado

O Grupo, no controlo do risco de mercado assumido nas diversas áreas de gestão (de acordo com a definição anterior), utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities* (mercadorias).

A medida utilizada na avaliação do risco genérico de mercado é o VaR *(Value at Risk)*. O cálculo do VaR é efetuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%. A estimação da volatilidade associada a cada um dos fatores de risco no modelo é efetuada utilizando uma aproximação histórica (*equally weighted*) com um período de observação de um ano.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações, ações, certificados, etc.) e de derivados cuja *performance* esteja diretamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o *standard* regulamentar.

São ainda utilizadas medidas complementares para os restantes tipos de risco: uma medida de risco não linear que incorpora o risco de opções não coberto no modelo VaR, com um intervalo de confiança de 99% e uma medida standard para o risco de *commodities*.

Estas medidas são integradas no indicador de risco de mercado com o pressuposto conservador de correlação perfeita entre os diversos tipos de risco.

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adotado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas para a carteira de negociação:

Euros '000

	jun 2015	**Média**	**Máximo**	**Mínimo**	**dez 2014**
Risco Genérico (VaR)	4.886	8.239	13.380	3.744	6.380
Risco de taxa de juro	3.905	5.862	6.188	3.193	5.327
Risco cambial	2.904	4.975	10.598	1.452	3.717
Risco de ações	258	323	300	348	392
Efeito de diversificação	*2.181*	*2.920*	*3.705*	*1.249*	*3.055*
Risco específico	322	354	708	275	290
Risco não linear	252	107	640	15	52
Risco de c*ommodities*	14	17	212	11	15
Risco global	5.474	8.717	13.864	4.243	6.737

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço consolidado do Grupo.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efetuada a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de *repricing* e eventuais pressupostos de pré-pagamentos considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados nos quadros abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base, em cada uma das moedas em que o Grupo tem posições significativas:

	jun 2015			**Euros '000**
Moeda	**- 200 pb**	**- 100 pb**	**+ 100 pb**	**+ 200 pb**
CHF	3.415	3.415	3.751	7.458
EUR	22.614	2.341	58.377	113.400
PLN	19.098	9.369	(8.702)	(16.801)
USD	(7.876)	(7.839)	8.831	18.364
TOTAL	37.251	7.286	62.257	122.421

	dez 2014			**Euros '000**
Moeda	**- 200 pb**	**- 100 pb**	**+ 100 pb**	**+ 200 pb**
CHF	(57)	(59)	3.713	7.381
EUR	3.858	(4.102)	86.784	174.664
PLN	40.455	19.696	(18.295)	(35.309)
USD	(8.157)	(6.325)	7.393	14.537
TOTAL	36.099	9.210	79.595	161.273

O Grupo limita a exposição cambial dos investimentos efetuados nas subsidiárias no estrangeiro através do financiamento destes investimentos líquidos com operações de mercado monetário e depósitos de clientes nas mesmas moedas em que efetua os referidos investimentos. A informação dos investimentos líquidos, considerados pelo Grupo nas estratégias de cobertura em subsidiárias e dos instrumentos de cobertura utilizados, é apresentada como se segue:

Participada	**Moeda**	**Investimento líquido Moeda '000**	**Instrumentos de cobertura Moeda '000**	**Investimento líquido Euros '000**	**Instrumentos de cobertura Euros '000**
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	CHF	93.762	93.762	90.043	90.043
Millennium bcp Bank & Trust	USD	340.000	340.000	303.870	303.870
BCP Finance Bank, Ltd.	USD	561.000	561.000	501.385	501.385
BCP Finance Company	USD	1	1	1	1
bcp holdings (usa), Inc.	USD	55.767	55.767	49.841	49.841
Bank Millennium, S.A.	PLN	2.285.125	2.285.125	545.233	545.233

A informação relativa aos ganhos e perdas em financiamentos utilizados para a cobertura dos investimentos líquidos em instituições estrangeiras, reconhecido em reservas cambiais, é apresentada no mapa de alterações nos capitais próprios.

Não foi registada qualquer inefetividade gerada por estas relações de cobertura, conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 e).

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes *Corporate* e *Private* que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez estrutural do Grupo, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do Capital and Assets and Liabilities Committee (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade.

Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade do Comité de Risco.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumprem as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

O valor do refinanciamento de operações de médio-longo prazo concretizado no primeiro semestre de 2015 situou-se em Euros 367.639.000 e está relacionado com a recompra antecipada de dívida sénior e com a amortização de empréstimos bancários, determinando uma alteração da estrutura de financiamento face à verificada em dezembro de 2014.

Assim, em 30 de junho de 2015, a estrutura de financiamento refletia, entre outras evoluções de menor expressão, um aumento de Euros 262.756.000 em operações de curto-prazo com instituições financeiras e colateralizadas por títulos, elevando o saldo para Euros 2.143.141.000 (em Portugal) e de Euros 166.376.000 em empréstimos bancários e uma redução de Euros 516.165.000 no financiamento líquido colateralizado junto do Banco Central Europeu (BCE) ao atingir Euros 6.053.170.000, prosseguindo a trajetória descendente observada nos últimos anos.

Em 30 de junho de 2015, face aos montantes relevados no final do exercício de 2014, verificou-se uma redução do saldo líquido financiado junto do BCE em Euros 516.165.000 e um crescimento da carteira de colateral disponível para desconto no BCE em Euros 361.697.000, permitindo um reforço de Euros 877.862.000 do buffer de liquidez, atingindo Euros 8.465.926.000.

A composição do saldo financiado junto do Eurosistema evidenciou, no primeiro semestre de 2015, a amortização antecipada de Euros 500.000.000 e o posterior vencimento do saldo remanescente de Euros 3.500.000.000, de um total inicial de Euros 12.000.000.000 tomados em 2012 no âmbito das operações de cedência de liquidez a médio-prazo do BCE, os quais foram refinanciados com recurso às operações semanais e a três meses conduzidas pelo BCE.

Os ativos integrados na pool de política monetária do Banco Central Europeu, líquidos de haircuts e os ativos elegíveis para desconto junto de outros Bancos Centrais, são analisados conforme se segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Banco Central Europeu	12.349.060	12.175.997
Outros Bancos Centrais	3.309.017	2.968.013
	15.658.077	15.144.010

Com referência a 30 de junho de 2015, o montante descontado junto do Banco Central Europeu ascende a Euros 7.032.510.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 6.692.510.000). Em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, não existem montantes descontados junto de Outros Bancos Centrais.

O montante apresentado de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu, inclui títulos emitidos por SPE de operações de securitização cujos ativos não foram desreconhecidos na ótica consolidada do Grupo, pelo que os títulos não se apresentam reconhecidos na carteira de títulos.

Até junho de 2015 a evolução da carteira de ativos elegíveis no BCE, do financiamento líquido no BCE e do *buffer* de liquidez foi a seguinte:

				Euros '000
	jun 15	dez 14	jun 14	dez 13
Colateral elegível para efeitos do BCE, após *haircuts*:				
Na *pool* de política monetária do BCE (*)	12.349.060	12.175.997	14.605.564	17.803.958
Fora da *pool* de política monetária do BCE (**)	2.170.036	1.981.402	4.006.174	2.099.850
	14.519.096	14.157.399	18.611.738	19.903.808
Financiamento líquido no BCE (***)	6.053.170	6.569.335	8.658.921	9.929.033
Buffer de Liquidez (****)	8.465.926	7.588.064	9.952.817	9.974.775

(*) Corresponde ao montante reportado no SITEME (aplicativo do Banco de Portugal).
(**) Inclui ativos temporariamente não elegíveis (até junho de 2014).
(***) Inclui, em junho de 2015, o valor das tomadas junto do BCE deduzido dos depósitos no Banco de Portugal (Euros 951.449.000) e de outra liquidez sobre o Eurosistema (Euros 358.084.242), adicionado das reservas mínimas de caixa (Euros 328.853.000) e dos juros corridos (Euros 1.340.000).
(****) Colateral elegível para efeitos do BCE, após haircuts, deduzido do financiamento líquido no BCE.

Os principais rácios de liquidez do Grupo, de acordo com as definições da Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, tiveram a seguinte evolução:

	Valor de referência	jun 2015	dez 2014
Cash-flows líquidos acumulados até 1 ano em % do total do passivo contabilístico	Não inferior a (- 6 %)	2,4%	-3,9%
Gap de liquidez em % dos ativos ilíquidos	Não inferior a (- 20 %)	7,6%	8,9%
Rácio de transformação (Crédito / Depósitos) (2)		107,4%	108,4%
Rácio de cobertura do *Wholesale funding* por AAL (1)			
(até 1 Mês)		224,0%	382,5%
(até 3 Meses)		189,8%	208,1%
(até 1 Ano)		179,7%	189,3%

(1) AAL - Ativos Altamente Líquidos.

(2) Rácio de Transformação de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal para a realização dos *Funding & Capital Plans* (perímetro financeiro).

No âmbito da instrução n.º28/2014 do Banco de Portugal, que incide sobre a orientação da Autoridade Bancária Europeia relativa à divulgação de ativos onerados e ativos não onerados (EBA/GL/2014/3), e tendo em consideração a recomendação efetuada pelo Comité Europeu do Risco Sistémico, apresentamos a seguinte informação, com referência a 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, relativa aos ativos e aos colaterais:

	jun 2015			
Ativos	**Quantia escriturada dos ativos onerados**	**Valor justo dos ativos onerados**	**Quantia escriturada dos ativos não onerados**	**Valor justo dos ativos não onerados**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Ativos da instituição que presta informação	16.665.256	n/a	62.385.415	n/a
Instrumentos de capital próprio	-	-	2.265.266	-
Títulos de dívida	4.387.107	4.387.107	9.500.842	-
Outros ativos	-	n/a	7.715.770	n/a

	dez 2014			
Ativos	**Quantia escriturada dos ativos onerados**	**Valor justo dos ativos onerados**	**Quantia escriturada dos ativos não onerados**	**Valor justo dos ativos não onerados**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Ativos da instituição que presta informação	15.585.596	n/a	60.841.956	n/a
Instrumentos de capital próprio	-	-	2.220.081	2.218.963
Títulos de dívida	3.059.616	3.059.616	8.551.366	8.354.230
Outros ativos	-	n/a	7.470.914	n/a

	Valor justo do colateral recebido onerado ou de títulos de dívida própria emitidos		**Valor justo do colateral recebido ou de títulos de dívida própria emitidos e oneráveis**	
	jun 2015	**dez 2014**	**jun 2015**	**dez 2014**
Colateral recebido	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Colateral recebido pela instituição que presta informação	-	-	-	-
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	-
Títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS	-	-	-	-

	Quantia escriturada dos passivos financeiros selecionados	
	jun 2015	**dez 2014**
Ativos onerados, colateral recebido onerado e passivos associados	**Euros '000**	**Euros '000**
Passivos associados, passivos contingentes e títulos emprestados	12.734.894	11.451.473
Ativos, colateral recebido e títulos de dívida própria emitidos que não *covered bonds* próprias ou ABS oneradas	16.422.043	15.279.091

Os ativos onerados estão na sua maioria relacionados com operações de financiamento do Grupo, nomeadamente do BCE, em operações de *repo*, através da emissão de obrigações hipotecárias e de programas de securitização. Os tipos de ativos utilizados como colateral das operações de financiamento anteriormente referidas dividem-se entre carteiras de crédito sobre clientes, as quais suportam programas de securitização e de emissões de obrigações hipotecárias, quer as colocadas fora do Grupo, quer as destinadas a reforçar a *pool* de colateral junto do BCE, e de divida soberana portuguesa, que colateralizam operações de repo no mercado monetário. O financiamento obtido junto do BEI é colateralizado por dívida pública portuguesa e por dívida emitida de empresas do setor público empresarial.

Os outros ativos no montante de Euros 7.470.914.000, apesar de não onerados, estão na sua maioria afetos à atividade do Grupo, nomeadamente: investimentos em associadas e filiais, imobilizado corpóreo e propriedades de investimento, imobilizado incorpóreo, ativos associados a derivados e impostos diferidos e correntes.

Os valores apresentados nos quadros anteriores correspondem à posição de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e refletem o elevado nível de colateralização do financiamento *wholesale* do Grupo BCP. O *buffer* de ativos elegíveis junto de bancos centrais, ascende em 30 de junho de 2015 a Euros 8.500.000.000 (valor dos ativos não onerados líquido de *haircuts*). Em 31 de dezembro de 2014 este montante ascendia a Euros 10.432.902.000.

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte *end-to-end*. A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter atualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efetiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão direta ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detetar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as ações de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Grupo destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detetado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as ações de mitigação para as exposições críticas.

Covenants

Os termos contratuais dos vários instrumentos de *wholesale funding* compreendem obrigações assumidas por sociedades pertencentes ao Grupo enquanto mutuárias ou emitentes, relativas a deveres gerais de conduta societária, à preservação da sua atividade bancária principal e à inexistência de garantias especiais constituídas em benefício de outros credores (*negative pledge*). Estes termos refletem essencialmente os padrões adotados internacionalmente para cada um dos tipos de instrumento de dívida utilizados pelo Grupo.

Os termos da intervenção do Grupo em operações de titularização de ativos por si cedidos estão sujeitos a alterações caso o Grupo deixe de respeitar determinados critérios de notação de *rating*. Os critérios estabelecidos em cada operação resultam essencialmente da metodologia de análise do risco que vigorava no momento da sua montagem, sendo estas metodologias habitualmente aplicadas por cada agência de *rating* de forma padronizada a todas as operações de titularização de um mesmo tipo de ativos.

No que concerne aos Programas de Obrigações Hipotecárias do Banco Comercial Português e do Banco de Investimento Imobiliário que estão atualmente em curso, não existem quaisquer *covenants* relevantes relacionados com um eventual *downgrade* do Banco.

52. Solvabilidade

O Grupo utiliza as metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e contraparte quer para uma componente relevante da carteira de retalho em Portugal e na Polónia quer para a carteira de empresas relevada na atividade em Portugal. O Grupo utiliza o método avançado (modelo interno) para cobertura do risco genérico de mercado e o método *standard* para cobertura do risco operacional.

Os fundos próprios do Grupo Banco Comercial Português são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente, de acordo com a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR), e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013.

Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1* – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

O *common equity tier 1* inclui: i) o capital realizado, os prémios de emissão, os instrumentos híbridos subscritos pelo Estado português no âmbito do processo de recapitalização do Banco, as reservas e os resultados retidos e os interesses que não controlam; ii) e as deduções relacionadas com as ações próprias, da insuficiência de imparidades face a perdas esperadas apuradas para as exposições cujos requisitos de capital para risco de crédito sejam apurados de acordo com a metodologia IRB e do *goodwill* e outros ativos intangíveis. As reservas e os resultados retidos são corrigidos da reversão dos ganhos e perdas em operações de cobertura de fluxos de caixa e dos resultados com passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados na parte referente a risco de crédito próprio. Os interesses que não controlam são apenas elegíveis na medida necessária à cobertura dos requisitos de capital do Grupo atribuíveis aos minoritários. Adicionalmente, procede-se à dedução dos impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por um lado, e consideram-se as deduções relacionadas com os impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependam da rendibilidade futura do Banco e com as participações em instituições financeiras e seguradoras superiores a 10%, por outro, neste caso pelo montante que exceda os limites máximos de 10% e 15% do *common equity tier 1*, quando analisados de forma individual e agregada, respetivamente.

Os fundos próprios adicionais de nível 1 englobam as ações preferenciais e instrumentos híbridos que cumpram as condições de emissão estabelecidas no Regulamento e os interesses que não controlam referentes aos requisitos mínimos de fundos próprios adicionais das instituições para as quais o Grupo não detenha a totalidade da participação.

O tier 2 integra a dívida subordinada nas condições estabelecidas pelo Regulamento e os interesses que não controlam referentes aos requisitos mínimos de fundos próprios totais das instituições para as quais o Grupo não detenha a totalidade da participação.

A legislação contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional, até 31 de dezembro de 2013, e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phase-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phase-in*). O período de transição faseado prolongar-se-á até ao final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados anteriormente a 1 de janeiro de 2014 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2023 e de 2021, respetivamente.

O apuramento dos ativos ponderados também regista algumas alterações face à forma como era calculado de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, com realce para a ponderação a 250% dos impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependem de rendibilidade futura e detenções de participações financeiras superiores a 10% em instituições financeiras e seguradoras que se encontram dentro dos limites estabelecidos para a não dedução a *common equity tier1* (em vez de 0% e 100%, respetivamente), para os credit value adjustments (CVA), para o apuramento dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito das pequenas e médias empresas para os quais seja utilizada a metodologia IRB e, desde o início de 2015, para a ponderação a 100% dos impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que não dependem da rendibilidade futura do Banco (em vez de 0%).

De acordo com o quadro regulamentar em vigor, as instituições devem reportar rácios *common equity tier 1*, *tier 1* e total não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, incluindo um *conservation buffer* de 2,5%, mas beneficiando de um período transitório que decorrerá até ao final de 2018.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios, apurados de acordo com as metodologias da CRD IV / CRR anteriormente referidas, são os seguintes:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Fundos Próprios principais nível 1		
Capital	4.094.235	3.706.690
Prémios de emissão	16.471	-
Ações próprias	(1.894)	(1.595)
Instrumentos representativos de capital	750.000	750.000
Reservas e resultados retidos	453.533	338.365
Interesses minoritários elegíveis para fundos próprios principais nível 1	816.516	686.240
Ajustamentos regulamentares a fundos próprios principais nível 1	(333.069)	(403.057)
	5.795.792	5.076.643
Fundos Próprios de nível 1		
Instrumentos de capital	28.687	92.896
Deduções regulamentares	(28.687)	(92.896)
	5.795.792	5.076.643
Fundos Próprios de nível 2		
Dívida subordinada	639.211	876.252
Interesses minoritários elegíveis para fundos próprios principais nível 1	176.258	141.019
Outros	(231.030)	(294.147)
	584.439	723.124
Fundos Próprios Totais	6.380.231	5.799.767
RWA		
Risco de crédito	39.083.929	38.160.015
Risco de mercado	1.769.793	919.957
Risco operacional	3.071.865	3.071.865
CVA	201.762	224.269
	44.127.349	42.376.106
Rácios de Capital		
Common Equity Tier 1	13,1%	12,0%
Tier 1	13,1%	12,0%
Tier 2	1,4%	1,7%
	14,5%	13,7%

53. Contingências e outros compromissos

1.O Banco tomou conhecimento da notificação que lhe foi dirigida, com data de 27 de dezembro de 2007, pelo Banco de Portugal, dando conta da instauração contra o Banco e contra sete ex-Administradores e dois diretores, do processo de contraordenação nº 24/07/CO "com fundamento na existência de indícios da prática de ilícitos de mera ordenação social previstos e punidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro), designadamente a inobservância de regras contabilísticas, a prestação de informações falsas ou incompletas ao Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao valor dos fundos próprios, e o incumprimento de obrigações de natureza prudencial".

Um comunicado público do Banco de Portugal de 28 de dezembro de 2007 referiu ter tal processo sido instaurado "com base em factos relacionados com 17 entidades offshore cuja natureza e atividades foram sempre ocultadas ao Banco de Portugal nomeadamente em anteriores inspeções".

Em 12 de dezembro de 2008 o Banco foi notificado de acusação no âmbito do referido processo de contraordenação n.º 24/07/CO instaurado pelo Banco de Portugal, o qual imputa ao Banco e demais arguidos, a prática de seis contraordenações previstas na alínea g) e três contraordenações previstas na alínea r), ambas do artigo 211º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O Banco não aceitou a acusação contra si deduzida, pelo que apresentou a sua defesa em março de 2009.

Em 12 de maio de 2010 o Banco foi notificado da decisão que, no âmbito do processo, foi proferida pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal que lhe aplicou a título de sanção principal a coima única de Euros 5.000.000.

Aos demais arguidos foram aplicados a título de sanção principal diferentes coimas que perfazem o montante global de Euros 4.470.000. O Conselho de Administração do Banco de Portugal decidiu arquivar o processo relativamente a um antigo Administrador e um Diretor.

O Banco impugnou a decisão da autoridade administrativa em 15 de julho de 2010, tendo sido notificado do despacho de admissão das impugnações judiciais deduzidas por todos os arguidos no processo.

Tendo-se iniciado, em abril de 2011, a audiência de julgamento, foi proferido, com data de 07 de outubro de 2011, despacho a declarar a nulidade das provas apresentada e, em consequência, a nulidade de todo o processo.

O Ministério Público e o Banco de Portugal recorreram dessa decisão. Em 5 de julho de 2012, o Banco foi notificado do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que concedeu provimento aos recursos apresentados pelo Banco de Portugal e pelo Ministério Público, e revogou a decisão recorrida, determinando que prosseguisse a audiência de julgamento.

Por despacho datado de 27 de fevereiro de 2014, o Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa designou data (31 de março de 2014) para que se retomasse a audiência de discussão e julgamento e decidiu declarar a prescrição, no que diz respeito a um ex-administrador do Banco, de todas as infrações que lhe eram imputadas. No que diz respeito especificamente ao Banco o Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa decidiu declarar a prescrição de duas contraordenações, por alegada falsificação de contabilidade, que lhe eram imputadas.

A audiência de discussão e julgamento foi retomada no Tribunal de Pequena instância Criminal de Lisboa, tendo sido entretanto declarada a prescrição, no que diz respeito a um ex-diretor do Banco, de todas as infrações que lhe eram imputadas. Por sentença de 29 de agosto de 2014 todos os arguidos foram condenados pelas infrações pelas quais se encontravam acusados, verificando-se quanto á coima inicialmente aplicada pelo Banco de Portugal ao Banco uma redução de Euros 1.000.000.

Em 13 de outubro de 2014, o Banco interpôs recurso da referida decisão condenatória, o mesmo tendo sido feito pelos demais arguidos.

Por Acórdão proferido no dia 9 de junho de 2015, o Tribunal da Relação de Lisboa deu provimento parcial ao Recurso do Banco, tendo declarado a prescrição de parte das infrações de alegada prestação de informação falsa ao Banco de Portugal e tendo absolvido o Banco da parte restante (não prescrita) dessas mesmas infrações. Mais absolveu o Banco de duas alegadas infrações de falsificação de contabilidade. O Tribunal da Relação de Lisboa manteve a condenação do Banco por duas outras alegadas infrações de falsificação de contabilidade. Nessa medida, o Tribunal da Relação de Lisboa reduziu a coima aplicada ao Banco de Euros 4.000.000 para Euros 750.000. O Banco arguiu a nulidade do Acórdão na parte que o condena pela falsificação de contabilidade por violação de dever de consolidação de 4 sociedades offshore, tendo sido notificado das arguições de nulidade apresentadas também pelo Banco de Portugal e por um dos arguidos.

2. Em julho de 2009 o Banco foi notificado de acusação deduzida pelo Ministério Público em processo criminal contra cinco antigos administradores seus, tendo subjacentes essencialmente os factos referidos supra e para apresentar no mesmo processo pedido de indemnização cível.

Perante esta notificação, e embora dando por reproduzido o teor da defesa apresentada no acima referido processo de contraordenação, o Banco decidiu, por forma a evitar qualquer risco de futura alegação de perda do eventual direito a indemnização a que houvesse lugar se não exercido nesse momento e nesse processo, apresentar requerimentos em que solicitou (i) o reconhecimento do seu direito de, em momento ulterior, designadamente em face do apuramento final dos factos, vir a pedir oportunamente em processo separado, nos tribunais cíveis, qualquer indemnização a que haja lugar e (ii) subsidiária e cautelarmente na hipótese de esse direito de apresentação de pedido separado nos tribunais cíveis não ser reconhecido, indemnização cível segundo os factos e termos indicados na acusação, para o caso de estes virem a ser provados.

No dia 19 de julho de 2011 o Banco foi notificado da decisão da 8.ª Vara Criminal de Lisboa de lhe reconhecer a faculdade de apresentar um eventual pedido de indemnização cível em separado. Um dos arguidos apresentou recurso desta decisão, junto do Tribunal da Relação, que foi admitido pelo Tribunal de Primeira Instância com efeito meramente devolutivo, apenas subindo para o tribunal superior com o eventual recurso da sentença do tribunal de primeira instância.

Por sentença de 2 de maio de 2014, um dos arguidos foi absolvido e os restantes foram condenados a pena de prisão de 2 anos, suspensa na execução e ao pagamento de valores entre Euros 300.000 e Euros 600.000 por crime de manipulação de mercado, com inibição do exercício de funções na Banca e publicação da condenação em jornal de maior tiragem. Por acórdão de 25 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação de Lisboa confirmou integralmente a referida decisão. De acordo com a informação disponível o referido acórdão ainda não terá transitado em julgado.

3. Em dezembro de 2013 a Sociedade de Renovação Urbana Campo Pequeno, S.A na qual o Banco detém uma participação social de 10% resultante de conversão de créditos moveu contra o Banco ação com valor global de Euros 75.735.026,50 pedindo: (i) o reconhecimento de que um contrato de mútuo celebrado entre a sociedade e o Banco em 29 de maio de 2005 constituiu um contrato de suprimentos e não um mútuo bancário puro; (ii) que o reembolso da quantia mutuada seja efetuado de acordo com o previsto no acordo parassocial existente; (iii) que seja declarada a nulidade de diversas hipotecas constituídas a favor do Réu entre 1999 e 2005; e (iv) a declaração da inexistência de dívida cambiária titulada por uma livrança caução da Sociedade.

É convicção do Banco que, em face dos factos alegados pelo Autor, existe uma forte perspetiva da ação vir a ser julgada improcedente.

Um dos credores da autora requereu a sua insolvência, tendo o Banco reclamado créditos no montante de Euros 82.253.962,77, consequentemente o processo acima referido encontra-se suspenso.

4. Em 2012 foi instaurado pelo Conselho da Autoridade da Concorrência um processo de contraordenação por práticas restritivas da concorrência. No âmbito das investigações foram efetuadas, em 6 de março 2013, diligências de busca nas instalações do Banco e de, pelo menos, outras 8 instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação para verificação de indícios de troca de informação comercial sensível no mercado nacional.

A Autoridade da Concorrência decretou segredo de justiça no processo de contraordenação, considerando que os interesses da investigação e os direitos dos sujeitos processuais não seriam compatíveis com a publicidade do processo.

O Banco foi notificado, em 2 de junho de 2015, da nota de ilicitude emitida pela Autoridade da Concorrência, relativa à contraordenação 2012/9, sendo acusado de participar num intercâmbio de informações entre Bancos do sistema relativas a preçários já aprovados e a operações de crédito à habitação e ao consumo já concedidas ou aprovadas. Face às imputações, o Banco irá apresentar a sua resposta à nota de ilicitude, a que, sendo o caso, se seguirá impugnação judicial. Salienta-se que a comunicação de uma nota de ilicitude não implica a tomada de uma decisão final quanto ao processo. Se a Autoridade da Concorrência vier a tomar uma decisão final condenatória, o Banco poderá ser condenado em multa dentro dos limites da lei, que prevê um limite abstrato máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual consolidado no ano anterior à decisão, não obstante uma tal decisão poder ser impugnada em tribunal."

5. Em 20 de outubro de 2014, o Bank Millennium na Polónia tomou conhecimento de um processo (*class action*) contra o Banco que visa avaliar o enriquecimento "ilícito" da Instituição tendo em consideração determinadas cláusulas dos contratos de crédito à habitação em CHF. Os clientes questionam um conjunto de cláusulas nomeadamente as relativas ao *spread bid-offer* entre PLN e CHF para conversão dos créditos. Em 28 de maio de 2015, o Tribunal Regional de Varsóvia indeferiu a ação instaurada, tendo os requerentes apresentado recurso desta decisão em 3 de julho de 2015.

Fundo de Resolução

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal adotou um conjunto de medidas no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., que incluíram a capitalização em 4,9 mil milhões de Euros de uma nova entidade, denominada Novo Banco, com recurso ao Fundo de Resolução ("FR"). Dependendo do preço de venda do Novo Banco, que deverá ocorrer no prazo de até 2 anos, o FR poderá sofrer perdas ou ganhos face ao valor que colocou nessa entidade. Enquanto participante no Fundo de Resolução, em conjunto com os restantes bancos sedeados em Portugal, e nessa medida, caso o FR sofra perdas, o Banco poderá ser chamado a realizar futuramente contribuições extraordinárias para o FR, que se refletirão como um encargo na conta de exploração.

54. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de junho de 2015, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de Valorização
Grécia						
Ativos financeiros detidos para negociação	582	582	-	0,00%	0,0	1

Com referência a 31 de dezembro de 2014, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de Valorização
Grécia						
Ativos financeiros detidos para negociação	1.024	1.024	-	0,00%	0,0	1

55. Cedência de ativos

O Grupo realizou um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para fundos especializados de recuperação de crédito. Estes fundos assumem a gestão das sociedades mutuárias ou dos ativos recebidos em colateral com o objetivo de garantir uma administração pró-ativa através da implementação de planos de exploração/valorização dos mesmos. Os ativos financeiros cedidos nestas operações foram desreconhecidos do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para os fundos parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respetivo controlo.

Os fundos especializados na recuperação de crédito que adquiriram os ativos financeiros ao Grupo são fundos fechados, em que os participantes não têm a possibilidade de pedir o reembolso das suas unidades de participação durante a vida do mesmo.

Estas unidades de participação são detidas pelos vários bancos do mercado, e que são cedentes dos créditos, em percentagens que vão variando ao longo da vida dos fundos, mas garantindo que cada banco, isoladamente, não detém títulos representativos de mais de 50% do capital do fundo.

Os fundos têm uma estrutura de gestão específica (*General Partner*), totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é selecionada na data de constituição do fundo.

A estrutura de gestão do fundo tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo do fundo;
- administrar e gerir em regime exclusivo o fundo, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios do fundo.

A estrutura de gestão é remunerada através de comissões de gestão cobradas aos fundos.

Na sua maioria, estes fundos (em que o Grupo detém uma posição minoritária nas unidades de participação) constituem sociedades de direito Português com vista à aquisição dos créditos aos bancos, a qual é financiada através da emissão de títulos sénior e de títulos júnior. O valor dos títulos sénior, subscritos integralmente pelos fundos que detêm o capital social, iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos.

O valor dos títulos júnior é equivalente à diferença entre o justo valor que teve por base a valorização do título sénior e o valor de cedência dos créditos às sociedades de direito português.

Estes títulos júnior, sendo subscritos pelo Grupo, darão direito a um valor positivo contingente caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações sénior acrescidos da remuneração das mesmas.

Contudo, considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se a ser integralmente provisionados.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos ocorridas, o Grupo subscreveu:

- unidades de participação dos fundos em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários bancos participantes (onde o Grupo é claramente minoritário). Estes títulos encontram-se assim registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados ao justo valor com base no valor da cotação, o qual é divulgado pelos fundos e auditado no final de cada ano.
- títulos júnior (com maior grau de subordinação), emitidos pelas sociedades de direito Português controladas pelos fundos, encontram-se a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo algum risco e benefício, o Grupo, nos termos da IAS 39.21 procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído, que não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios.

Considerando que também não detém controlo, já que não exerce qualquer influência sobre os fundos ou as sociedades que detêm os ativos, o Grupo procedeu, nos termos da IAS 39.20 c, ao desreconhecimento dos ativos transferidos e ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida nos seguintes termos:

	Valores associados à cedência de ativos					
	jun 2015			dez 2014		
	Ativos líquidos cedidos Euros '000	Valor recebido Euros '000	Resultado apurado com a transferência Euros '000	Ativos líquidos cedidos Euros '000	Valor recebido Euros '000	Resultado apurado com a transferência Euros '000
Fundo Recuperação Turismo FCR	266.079	292.644	26.565	266.079	292.644	26.565
Fundo Reestruturação Empresarial FCR	82.566	83.212	646	82.566	83.212	646
FLIT	399.900	383.821	(16.079)	399.900	383.821	(16.079)
Vallis Construction Sector Fund	200.105	235.656	35.551	200.105	235.656	35.551
Fundo Recuperação FCR	242.972	232.173	(10.799)	242.972	232.173	(10.799)
Fundo Aquarius FCR	124.723	132.635	7.912	98.840	106.736	7.896
Discovery Real Estate Fund	152.155	138.187	(13.968)	152.155	138.187	(13.968)
	1.468.500	1.498.328	29.828	1.442.617	1.472.429	29.812

À data de 30 de junho de 2015, os ativos recebidos no âmbito dessas operações são analisados como segue:

	jun 2015					
	Títulos sénior Euros '000	Títulos júnior Euros '000	Total Euros '000	Imparidade seniores Euros '000	Imparidade juniores Euros '000	Valor liquido Euros '000
Fundo Recuperação Turismo FCR	285.272	30.481	315.753	(32.484)	(30.481)	252.788
Fundo Reestruturação Empresarial FCR	89.912	-	89.912	(1.669)	-	88.243
FLIT	296.404	40.950	337.354	(3.274)	(40.950)	293.130
Vallis Construction Sector Fund	223.757	35.441	259.198	-	(35.441)	223.757
Fundo Recuperação FCR	222.155	73.832	295.987	(51.181)	(73.832)	170.974
Fundo Aquarius FCR	132.956	-	132.956	-	-	132.956
Discovery Real Estate Fund	145.109	-	145.109	-	-	145.109
	1.395.565	180.704	1.576.269	(88.608)	(180.704)	1.306.957

À data de 31 de dezembro de 2014, os ativos recebidos no âmbito dessas operações são analisados como segue:

	dez 2014					
	Títulos sénior Euros '000	Títulos júnior Euros '000	Total Euros '000	Imparidade seniores Euros '000	Imparidade juniores Euros '000	Valor liquido Euros '000
Fundo Recuperação Turismo FCR	282.615	-	282.615	(30.593)	-	252.022
Fundo Reestruturação Empresarial FCR	89.327	-	89.327	(1.716)	-	87.611
FLIT	291.632	40.064	331.696	(5.846)	(40.064)	285.786
Vallis Construction Sector Fund	218.749	35.441	254.190	-	(35.441)	218.749
Fundo Recuperação FCR	219.423	72.793	292.216	(41.982)	(72.793)	177.441
Fundo Aquarius FCR	106.433	-	106.433	-	-	106.433
Discovery Real Estate Fund	143.635	-	143.635	(4.606)	-	139.029
	1.351.814	148.298	1.500.112	(84.743)	(148.298)	1.267.071

Os títulos júnior referem-se a suprimentos no montante de Euros 145.263.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 112.857.000), como referido na nota 32 e Unidades de participação no montante de Euros 35.441.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 35.441.000) como referido na nota 23.

No âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada especificamente relacionados com os ativos cedidos (títulos júnior), encontram-se provisionados na sua totalidade. Apesar de os títulos de natureza subordinada se encontrarem totalmente provisionados, o Grupo mantém também uma exposição indireta aos ativos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *poll* de todos os ativos cedidos por outras instituições financeiras, por via das ações dos fundos adquiridas no âmbito das operações (denominadas no quadro como títulos sénior).

Adicionalmente encontram-se registados na carteira de créditos a clientes, financiamentos associados às seguintes operações de cedência de créditos:

	jun 2015			dez 2014		
	Valor recebido Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor líquido Euros '000**	**Valor recebido Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor líquido Euros '000**
Fundo Recuperação Turismo FCR	27.450	27.450	-	27.450	27.450	-
Fundo Recuperação FCR	14.555	14.555	-	14.555	14.555	-
Fundo Aquarius FCR	19.094	18.513	581	19.094	18.513	581
	61.099	60.518	581	61.099	60.518	581

56. Operações descontinuadas ou em descontinuação

No âmbito do Plano de restruturação, o Grupo concluiu, em maio de 2015, o processo de alienação da Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. Com referência a 31 de dezembro de 2014, o total de ativos e passivos desta subsidiária foram relevados no balanço consolidado nas linhas respetivas enquanto os custos e proveitos do exercício foram apresentados numa só linha denominada Resultado de operações descontinuadas ou em descontinuação.

As principais rubricas de balanço, relativas a esta operação em descontinuação, são analisadas conforme segue:

	dez 2014 Euros '000
Caixa e disponibilidades em instituições de crédito	961
Aplicações em instituições de crédito	3.000
Outros ativos	1.867
Total de ativo	5.828
Outros passivos	1.917
Total de passivo	1.917
Capital próprio	1.000
Reservas e resultados acumulados	2.911
Total de capitais próprios	3.911
Total de capitais próprios e passivo	5.828

As principais rubricas da demonstração dos resultados, relativas a esta operação em descontinuação, são analisadas conforme segue:

	dez 2014 Euros '000
Margem financeira	36
Resultados de serviços e comissões	7.064
Outros proveitos/custos de exploração	533
Total de proveitos operacionais	7.633
Custos com o pessoal	2.273
Outros gastos administrativos	1.730
Amortizações do período	8
Total de custos operacionais	4.011
Resultado operacional	3.622
Resultado de alienação de subsidiárias e outros ativos	20
Impostos	(991)
Resultado do período	2.651

57. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 30 de junho de 2015 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

					Grupo		Banco
Empresas subsidiárias	**Sede**	**Capital social**	**Moeda**	**Atividade económica**	**% de controlo**	**% de particip. efetiva**	**% de particip. direta**
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	17.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
Banco ActivoBank, S.A.	Lisboa	17.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	4.009.893.495	AOA	Banca	50,1	50,1	–
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	50,1	50,1	50,1
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	4.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Millennium bcp Bank & Trust	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company	George Town	202.176.294	EUR	Financeira	100,0	70,4	–
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	50,1	–
Millennium BCP - Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	48.840.067	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
BCP International B.V.	Amesterdão	18.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
bcp holdings (usa), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP África, S.G.P.S., Lda.	Funchal	682.965.800	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Bitalpart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Oeiras	2.000.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
BG Leasing, S.A.	Gdansk	1.000.000	PLN	Locação financeira	74,0	37,1	–
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	100,0	–
Enerparcela - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Alverca	8.850.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A. (*)	Oeiras	1.750.000	EUR	Compra e venda de imóveis	100,0	100,0	100,0
Interfundos - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Oeiras	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0	100,0	100,0
Adelphi Gere, Investimentos Imobiliários, S.A.	Oeiras	2.550.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Sadamora - Investimentos Imobiliários, S.A.	Oeiras	1.000.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo % de controlo	Grupo % de particip. efetiva	Banco % de particip. direta
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	91,1	90,8	78,0
Millennium Dom Maklerski, S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	50,1	–
Millennium Leasing, Sp.z o.o.	Varsóvia	48.195.000	PLN	Locação financeira	100,0	50,1	–
Millennium Service, Sp.z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	50,1	–
Millennium Telecomunication, Sp.z o.o.	Varsóvia	100.000	PLN	Corretora	100,0	50,1	–
Millennium TFI - Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych, S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	50,1	–
Millennium bcp Teleserviços - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
MBCP REO I, LLC	Delaware	1.389.835	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
MBCP REO II, LLC	Delaware	3.410.939	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Oeiras	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Propaço- Sociedade Imobiliária De Paço D'Arcos, Lda	Lisboa	5.000	EUR	Promoção imobiliária	52,7	52,7	52,7
QPR Investimentos, S.A. (*)	Oeiras	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0	100,0	100,0
Servitrust - Trust Management Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	50,1	–
Irgossai - Urbanização e construção, S.A. (*)	Lisboa	50.000	EUR	Construção e promoção de empreendimentos imobiliários	100,0	100,0	100,0

(*) Empresas classificadas como ativos não correntes disponíveis para venda.

Conforme política contabilística descrita na nota 1 b), o Grupo consolida igualmente pelo método integral os seguintes fundos de investimento: Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Stone Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Sand Capital, Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Gestimo, M Inovação - Fundo de Capital de Risco BCP Capital, Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Intercapital, Millennium Fundo de Capitalização - Fundo de Capital de Risco, Funsita - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, Imoport - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, Multiusos Oriente - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, Grand Urban Investment Fund - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, Fundial – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, DP Invest – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado e Fundipar – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado.

Durante o primeiro semestre de 2015, foi alienada a participação na Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. e foi incluído no perímetro de consolidação o fundo Fundipar – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado.

Adicionalmente, no âmbito do processo de reforço dos rácios de capital, o Grupo procedeu no final de março de 2015 à alienação de 15,41% do Bank Millennium, S.A. (Polónia), passando a deter 50,1% e mantendo o controlo.

Em 30 de junho de 2015 as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo % de controlo	Grupo % de particip. efetiva	Banco % de particip. direta
Banque BCP, S.A.S.	Paris	108.941.724	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP, S.A. (**)	Luxemburgo	18.500.000	EUR	Banca	8,8	8,8	–
Academia Millennium Atlântico	Luanda	47.500.000	AOA	Ensino	33,0	16,5	–
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	Sta.Maria Feira	17.923.610	EUR	Indústria extrativa	20,0	20,0	20,0
Baía de Luanda - Promoção, Montagem e Gestão de Negócios, S.A. (**)	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Beira Nave	Beira	2.849.640	MZN	Estaleiros navais	22,8	13,7	–
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500.000	MZN	Gestão imobiliária	20,0	12,0	–
Luanda Waterfront Corporation (**)	George Town	10.810.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Flitptrell III SA	Lisboa	50.000	EUR	Turismo	50,0	50,0	50,0
Lubuskie Fabryki Mebli, S.A.	Swiebodzin	13.400.050	PLN	Indústria de móveis	50,0	25,1	–
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos eletrónicos	41,1	41,1	41,1
Quinta do Furão - Sociedade de Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda	Funchal	1.870.492	EUR	Turismo	31,3	31,3	31,3
SIBS, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços bancários	21,9	21,9	21,5
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A	Oeiras	50.000	EUR	Consultadoria	25,0	25,0	25,0
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de crédito	32,0	32,0	31,7
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	5.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

(**) - Face à natureza do envolvimento do Grupo, o Conselho de Administração considera que o Grupo mantém uma influência significativa nestas sociedades.

Em 30 de junho de 2015 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo % de controlo	Grupo % de particip. efetiva	Banco % de particip. direta
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	100,0
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	Grupo % de controlo	Grupo % de particip. efetiva	Banco % de particip. direta
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Oeiras	775.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Oeiras	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Oeiras	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–

O Grupo realizou um conjunto de operações de securitização que respeitam a créditos hipotecários concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, estas SPEs são consolidadas pelo método integral, no âmbito da IFRS 10.

A 30 de junho de 2015, a empresa associada Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. detém 652.087.518 ações do Grupo, no valor total de Euros 50.798.000.

Contas e Notas às Contas Individuais do 1.º Semestre de 2015

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Resultados
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

	Notas	30 de junho 2015	30 de junho 2014
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	647.908	1.107.500
Juros e custos equiparados	3	(348.935)	(970.748)
Margem financeira		298.973	136.752
Rendimentos de instrumentos de capital	4	148.612	374.369
Resultados de serviços e comissões	5	215.794	227.655
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	(2.135)	(108.134)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	326.895	257.346
Outros proveitos / (custos) de exploração	8	(14.624)	(28.670)
Total de proveitos operacionais		973.515	859.318
Custos com o pessoal	9	182.924	208.805
Outros gastos administrativos	10	125.957	135.523
Amortizações do período	11	11.852	12.714
Total de custos operacionais		320.733	357.042
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		652.782	502.276
Imparidade do crédito	12	(277.778)	(541.077)
Imparidade de outros ativos financeiros	13	(28.547)	(45.573)
Imparidade de outros ativos	24, 25 e 29	(143.670)	(519.889)
Outras provisões	14	(104)	(38.979)
Resultado operacional		202.683	(643.242)
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	15	100.095	240.405
Resultado antes de impostos		302.778	(402.837)
Impostos			
Correntes	28	(3.429)	(3.004)
Diferidos	28	(16.632)	122.463
Resultado líquido do período		282.717	(283.378)
Resultado por ação (em Euros)	16		
Básico		0,010	(0,017)
Diluído		0,010	(0,017)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Balanço em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	Notas	30 de junho 2015	31 de dezembro 2014
		(Milhares de Euros)	
Ativo			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	17	1.326.801	532.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	244.992	223.937
Aplicações em instituições de crédito	19	663.709	1.268.991
Créditos a clientes	20	35.887.685	36.760.931
Ativos financeiros detidos para negociação	21	1.198.391	1.336.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	8.366.502	5.515.871
Derivados de cobertura	22	52.855	53.157
Ativos financeiros detidos até à maturidade	23	436.742	2.311.181
Investimentos em subsidiárias e associadas	24	3.632.148	4.048.111
Ativos não correntes detidos para venda	25	1.143.869	1.109.939
Outros ativos tangíveis	26	208.565	212.873
Ativos intangíveis	27	9.172	9.888
Ativos por impostos correntes		8.529	7.454
Ativos por impostos diferidos	28	2.929.524	2.817.914
Outros ativos	29	948.480	1.197.226
Total do Ativo		57.057.964	57.406.596
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	30	11.386.380	10.721.087
Depósitos de clientes	31	34.358.389	35.055.898
Títulos de dívida emitidos	32	4.234.584	4.588.188
Passivos financeiros detidos para negociação	33	727.131	806.480
Derivados de cobertura	22	35.730	28.547
Provisões	34	386.706	544.756
Passivos subordinados	35	1.650.903	2.019.364
Passivos por impostos correntes		3.165	2.917
Outros passivos	36	843.910	762.971
Total do Passivo		53.626.898	54.530.208
Capitais Próprios			
Capital	37	4.094.235	3.706.690
Títulos próprios	40	(6.931)	(1.239)
Prémio de emissão		16.471	-
Outros instrumentos de capital	37	9.853	9.853
Reservas de justo valor	39	(40.298)	113.246
Reservas e resultados acumulados	39	(924.981)	(267.738)
Resultado líquido do período		282.717	(684.424)
Total dos Capitais Próprios		3.431.066	2.876.388
		57.057.964	57.406.596

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Resultados
para o período de três meses compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2015 e de 2014

	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	303.938	483.620
Juros e custos equiparados	(166.926)	(410.883)
Margem financeira	137.012	72.737
Rendimentos de instrumentos de capital	143.257	47.471
Resultados de serviços e comissões	113.853	115.911
Resultados em operações de negociação e de cobertura	23.933	(104.671)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	205.952	24.422
Outros proveitos de exploração	(12.369)	(28.711)
Total de proveitos operacionais	611.638	127.159
Custos com o pessoal	92.373	105.398
Outros gastos administrativos	63.044	68.153
Amortizações do período	5.949	6.344
Total de custos operacionais	161.366	179.895
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	450.272	(52.736)
Imparidade do crédito	(150.760)	(213.610)
Imparidade de outros ativos financeiros	(9.168)	(36.736)
Imparidade de outros ativos	(105.324)	(284.421)
Outras provisões	(3.940)	144
Resultado operacional	181.080	(587.359)
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	4.708	245.264
Resultado antes de impostos	185.788	(342.095)
Impostos		
Correntes	(2.001)	(1.608)
Diferidos	(611)	79.167
Resultado do período	183.176	(264.536)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A COMISSÃO EXECUTIVA

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

	30 de junho 2015	30 de junho 2014
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	564.617	924.918
Comissões recebidas	276.327	296.156
Recebimentos por prestação de serviços	27.397	34.850
Pagamento de juros	(419.188)	(927.340)
Pagamento de comissões	(85.214)	(142.889)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	17.505	6.610
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(401.179)	(431.270)
	(19.735)	(238.965)
Diminuição / (aumento) de ativos operacionais:		
Fundos recebidos de instituições de crédito	606.463	2.556.986
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(751.850)	660.297
Fundos recebidos de clientes	794.185	2.026.468
Títulos negociáveis a curto prazo	(7.259)	(42.349)
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	319.629	(240.692)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	405.055	(1.465.381)
Débitos para com clientes – à vista	2.606.405	22.579
Débitos para com clientes – a prazo	(3.285.577)	(1.708.207)
	667.316	1.570.736
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(1.425)	(96)
	665.891	1.570.640
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	499.520	953.962
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	(316)	-
Dividendos recebidos	148.612	374.369
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda e detidos até à maturidade	125.090	259.840
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	7.901.201	6.488.308
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(9.033.226)	(9.363.735)
Vencimento de ativos financeiros disponíveis para venda	67.399	5.158.927
Compra de imobilizações	(9.750)	(5.765)
Venda de imobilizações	444	5.257
Diminuição / (aumento) em outras contas do ativo	117.156	434.013
	(183.870)	4.305.176
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	187	1.039
Reembolso de dívida subordinada	-	(400.000)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	27.796	3.189.464
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(483.216)	(6.608.686)
Emissão de papel comercial e de outros títulos	104.747	123.078
Reembolso de papel comercial e de outros títulos	(3.409)	(8.651)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(64.957)	(2.667.491)
	(418.852)	(6.371.247)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	63.169	(495.431)
Caixa e seus equivalentes no início do período	539.744	1.096.043
Caixa (nota 17)	357.921	292.617
Outros investimentos de curto prazo (nota 18)	244.992	307.995
Caixa e seus equivalentes no fim do período	602.913	600.612

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Individuais para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Outros instrumentos de capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas de justo valor	Reservas livres e resultados acumulados	Títulos próprios
Saldos em 1 de janeiro de 2014	1.774.286	3.500.000	9.853	-	223.270	71.683	(2.029.311)	(1.209)
Outro rendimento integral								
Perdas atuariais no período (nota 44)								
Valor bruto	(756)	-	-	-	-	-	(756)	-
Impostos	(7.092)	-	-	-	-	-	(7.092)	-
Reservas de justo valor (nota 39)	50.287	-	-	-	-	50.287	-	-
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(6.519)	-	-	-	-	-	(6.519)	-
Resultado líquido do período	(283.378)	-	-	-	-	-	(283.378)	-
Total do rendimento integral do período	(247.458)	-	-	-	-	50.287	(297.745)	-
Redução de capital social (nota 37)	-	(2.035.000)	-	-	-	-	2.035.000	-
Títulos próprios	(26)	-	-	-	-	-	-	(26)
Saldos em 30 de junho de 2014	1.526.802	1.465.000	9.853	-	223.270	121.970	(292.056)	(1.235)
Outro rendimento integral								
Perdas atuariais no período (nota 44)								
Valor bruto	(470.421)	-	-	-	-	-	(470.421)	-
Impostos	40.544	-	-	-	-	-	40.544	-
Reservas de justo valor (nota 39)	(8.724)	-	-	-	-	(8.724)	-	-
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(6.856)	-	-	-	-	-	(6.856)	-
Resultado líquido do período	(401.046)	-	-	-	-	-	(401.046)	-
Total do rendimento integral do período	(846.503)	-	-	-	-	(8.724)	(837.779)	-
Aumento do capital social (nota 37)	2.241.690	2.241.690	-	-	-	-	-	-
Despesas com o aumento de capital	(57.718)	-	-	-	-	-	(57.718)	-
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	12.121	-	-	-	-	-	12.121	-
Títulos próprios	(4)	-	-	-	-	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.876.388	3.706.690	9.853	-	223.270	113.246	(1.175.432)	(1.239)
Outro rendimento integral								
Perdas atuariais no período (nota 44)								
Valor bruto	(36.870)	-	-	-	-	-	(36.870)	-
Impostos	62.530	-	-	-	-	-	62.530	-
Reservas de justo valor (nota 39)	(153.544)	-	-	-	-	(153.544)	-	-
Resultado líquido do período	282.717	-	-	-	-	-	282.717	-
Total do rendimento integral do período	154.833	-	-	-	-	(153.544)	308.377	-
Aumento do capital social (nota 37)	404.016	387.545	-	16.471	-	-	-	-
Despesas com o aumento de capital	(267)	-	-	-	-	-	(267)	-
Impostos relativos a despesas com o aumento de capital	56	-	-	-	-	-	56	-
Títulos próprios	(3.960)	-	-	-	-	-	1.732	(5.692)
Saldos em 30 de junho de 2015	3.431.066	4.094.235	9.853	16.471	223.270	(40.298)	(865.534)	(6.931)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras individuais

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Demonstração do Rendimento Integral Individual
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e 2014

	Notas	30 de junho 2015	30 de junho 2014
		(Milhares de Euros)	
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Reserva de justo valor		(219.661)	73.411
Impostos		66.117	(23.124)
		(153.544)	50.287
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Perdas atuariais do período			
Valor Bruto	45	(36.870)	(756)
Impostos		62.530	(7.092)
		25.660	(7.848)
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)			
Valor Bruto		-	(8.466)
Impostos		-	1.947
		-	(6.519)
Outro rendimento integral do período depois de impostos		(127.884)	35.920
Resultado líquido do período		282.717	(283.378)
Total do rendimento integral do período		154.833	(247.458)

Demonstração do Rendimento Integral Individual
para o período de três meses compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2015 e de 2014

	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
	(Milhares de Euros)	
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Reserva de justo valor	(477.703)	60.933
Impostos	142.239	(19.194)
	(335.464)	41.739
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados		
Perdas atuariais do período		
Valor Bruto	-	(756)
Impostos	68.302	(2.967)
	68.302	(3.723)
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)		
Valor Bruto	-	(4.233)
Impostos	-	973
	-	(3.260)
Outro rendimento integral do período depois de impostos	(267.162)	34.756
Resultado do período	183.176	(264.536)
Total do rendimento integral do período	(83.986)	(229.780)

1. Políticas contabilísticas

a) *Bases de apresentação*

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o "Banco") é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua atividade em 5 de maio de 1986 e as demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 e de 2014.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 25 de agosto de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Banco para os seis meses findos em 30 de junho de 2015 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Banco, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior, tendo sido introduzida a alteração decorrente nomeadamente da adoção da norma: IFRIC 21 - Taxas.

IFRIC 21 - Taxas

O IASB emitiu, em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (Levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

De acordo com o IAS 8,esta alteração de política é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota ac).

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda *(disposal groups)* são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 ab).

b) *Crédito a clientes*

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram; ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Provisões para crédito

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de junho, n.º 7/00 de 27 de outubro e n.º 8/03 de 30 de janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos ('write-offs')

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, e desde que de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal a classe de mora associada ao incumprimento determine uma provisão de 100%, pela utilização de perdas de imparidade.

c) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Banco adotou o *Fair Value Option* para algumas emissões próprias, operações de mercado monetário e depósitos a prazo que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Banco associadas a passivos financeiros em *Fair Value Option* encontram-se divulgadas na nota da rubrica Resultados em operações de negociação e de cobertura.

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*) pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o *mismatch* contabilístico das transações;
- os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais (*host contracts*).

Os ativos e passivos financeiros ao *Fair Value Option* são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Banco tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, ou caso não esteja enquadrada nas exceções previstas pelas normas, obrigará o Banco a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e ficará, durante dois anos, impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Banco apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os ativos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em "Resultados em operações de negociação e de cobertura", no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Banco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal (*host contract*), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do período e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Banco designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efetiva;
- a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do período, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospetivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado, acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura, podem ser:

- diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Banco executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospetivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

O Banco adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

f) Desreconhecimento

O Banco desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos mesmos.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Banco são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos são pagos pelo Banco numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

h) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para ações ordinárias (número de ações) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor atual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

i) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Banco realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colaterizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas, são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Banco adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transações materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

k) Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Banco classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Banco.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do período.

l) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura, Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

r) Ativos intangíveis

Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento

O Banco não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como gasto no exercício em que ocorrem.

Software

O Banco regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Banco não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

s) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

t) Offsetting

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

u) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

v) Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

O Banco tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

Até 2011, a par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Banco tinha assumido a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo admitidos até 21 de setembro de 2006 (Plano Complementar). O Banco no final do exercício de 2012 determinou a extinção (“corte”) do benefício de velhice do Plano Complementar. Em 14 de dezembro de 2012, o ISP aprovou formalmente esta alteração ao plano de benefícios do Banco com efeitos a 1 de janeiro de 2012. O corte do plano foi efetuado, tendo sido atribuído aos colaboradores direitos adquiridos individualizados. Nessa data, o Banco procedeu igualmente à liquidação da respetiva responsabilidade.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado desde 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (‘IRCT’) dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	10 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	8 anos
Reformas antecipadas	8 anos
Anulação de perdas atuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	8 anos
Aumento do saldo de perdas atuariais diferidas	8 anos
Excesso de amortizações de perdas atuariais de acordo com as normas locais	8 anos

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizado uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

A responsabilidade líquida do Banco com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Banco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Planos de contribuição definida

Para os Planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um gasto do período quando devidas.

Em 30 de junho de 2015, o Banco tem 2 planos de contribuição definida. Um plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009. Para este plano, designado não contributivo, serão efetuadas contribuições do Banco anuais e iguais a 1% da remuneração anual paga aos colaboradores no ano anterior. As contribuições apenas serão efetuadas caso sejam cumpridos os seguintes requisitos: (i) o ROE do Grupo Banco Comercial Português seja igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português.

Um outro plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009. Para este plano, designado contributivo, serão efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Banco e quer pelos próprios colaboradores.

Planos de remuneração com ações

À data de 30 de junho de 2015 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete à Comissão Executiva fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

w) Impostos sobre lucros

O Banco está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

x) Relato por segmentos

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais. Um segmento operacional é uma componente do Grupo: (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos ou gastos; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos de tomada de decisões sobre imputação de recursos ao segmento e avaliação do seu desempenho; e (iii) relativamente ao qual esteja disponível informação financeira distinta.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo à luz do parágrafo 4 da IFRS 8, o Banco está dispensado de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

y) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

z) Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas, excluindo o número médio de ações ordinárias compradas pelo Banco e detidas como ações próprias.

Para o resultado por ação diluído, o número médio de ações ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para ações faz decrescer o resultado por ação.

Se o resultado por ação for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de ações ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por ação para todos os períodos apresentados é ajustado retrospetivamente.

aa) Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Banco Comercial Português é uma entidade autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros o Banco efetua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco recebe comissões pela mediação de contratos de seguros e de contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos.

ab) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Banco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

O Banco avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Banco.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Banco avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Banco requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Banco está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmo através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Banco fosse diferente, com impacto direto nos resultados consolidados.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária e Aduaneira Portuguesa tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

ac) Impacto da alteração da política contabilística associada ao reconhecimento de taxas

Para efeitos de preparação das demonstrações financeiras individuais intercalares com referência a 30 de junho de 2015, o Banco aplicou pela primeira vez a IFRIC 21 – Taxas, a qual esclarece o momento em que se deve reconhecer o passivo pelo pagamento de taxas/impostos devidos a entidades governamentais, definindo a data em que ocorre o evento que gera a obrigação como o momento em que se deve reconhecer o passivo de pagamento de uma taxa/imposto.

A alteração resultante da aplicação da IFRIC 21, em 2015, do momento de reconhecimento de um passivo pelo pagamento de algumas taxas, em particular as contribuições sobre o setor bancário, para o fundo de garantia de depósitos e para o fundo de resolução, determinou o registo no primeiro semestre das mesmas, já que o evento gerador da obrigação ocorreu neste período, conforme nota 8. A adoção da interpretação implicou a necessidade de reexpressar, para efeitos comparativos, os valores referentes ao primeiro semestre de 2014, de forma a incluir o mesmo critério de reconhecimento destas taxas em ambos os períodos.

O impacto desta reexpressão nas demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2014 traduziu-se na relevação na rubrica Outros proveitos/(custos) de exploração de um custo no montante de Euros 20.752.000 (ver nota 8), e na rubrica Impostos sobre o rendimento um rédito de Euros 1.457.000 (ver nota 28).

A adoção desta Interpretação não altera os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais anuais, afetando apenas os montantes relevados nas demonstrações financeiras individuais intercalares, pelo que, consequentemente, o Balanço de 31 de dezembro de 2014 não foi reexpresso.

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos em cada uma destas rubricas, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura, em ativos financeiros disponíveis para venda e em ativos financeiros detidos até à maturidade.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Margem financeira	298.973	136.752
Resultados em operações de negociação e de cobertura	(2.135)	(108.134)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	326.895	257.346
	623.733	285.964

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Juros e proveitos equiparados		
Juros de crédito	534.421	631.941
Juros de títulos de negociação	7.273	8.041
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	56.176	157.804
Juros de ativos financeiros detidos até à maturidade	25.217	60.026
Juros de derivados de cobertura	13.225	18.745
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	6.686	14.571
Juros de depósitos e outras aplicações	4.910	216.372
	647.908	1.107.500
Juros e custos equiparados		
Juros de depósitos e outros recursos	189.268	406.117
Juros de títulos emitidos	91.114	372.605
Juros de passivos subordinados		
Instrumentos híbridos qualificáveis como *core tier 1* (CoCos) subscritos pelo Estado Português	32.303	130.554
Outros	25.979	50.567
Juros de derivados de cobertura	2.027	4.432
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	8.244	6.473
	348.935	970.748
	298.973	136.752

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 23.537.000 (30 de junho de 2014: Euros 26.888.000) relativo a comissões e outros proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1c).

As rubricas de Juros de títulos emitidos e de Juros de passivos subordinados incluem o montante de Euros 42.724.000 (30 de junho de 2014: Euros 88.793.000) referentes a comissões e outros custos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 m).

A rubrica de Juros e proveitos equiparados inclui o montante de Euros 76.538.000 (30 de junho de 2014: Euros 81.970.000) relativo a proveitos de clientes com sinais de imparidade.

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	2.845	2.257
Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas	145.767	372.112
	148.612	374.369

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

A rubrica Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas inclui o montante de Euros 136.246.000 relativo à distribuição de dividendos da BCP Investment B.V.

A rubrica Rendimentos de empresas subsidiárias e associadas inclui ainda, em 30 de junho de 2014, o montante de Euros 322.417.000 relativo à distribuição de dividendos da Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Serviços e comissões recebidas		
Por garantias prestadas	30.464	32.425
Por compromissos perante terceiros	1.228	910
Por serviços bancários prestados	142.971	143.144
Operações sobre títulos	27.319	34.329
Gestão e manutenção de contas	39.775	38.720
Outras comissões	14.603	19.717
	256.360	269.245
Serviços e comissões pagas		
Por garantias recebidas	2.758	1.796
Por serviços bancários prestados por terceiros	26.824	31.249
Operações sobre títulos	3.973	4.184
Outras comissões	7.011	4.361
	40.566	41.590
	215.794	227.655

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados, inclui o montante de Euros 37.513.000 (30 de junho de 2014: Euros 36.413.000) relativo a comissões de mediação de seguros.

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Lucros em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	303.761	118.786
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	277	28.733
Rendimento variável	41	374
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	36.305	40.592
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	25.545	27.247
Outros instrumentos financeiros derivados	327.663	308.250
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	13.383	3.274
Recompras de emissões próprias	40.536	11.989
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	42.397	54.203
Instrumentos cobertos	9.163	9.934
Outras operações	6.053	24.188
	805.124	627.570
Prejuízos em operações de negociação e de cobertura		
Operações cambiais	320.796	112.224
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	5.110	5
Rendimento variável	442	5
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	60.804	53.383
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	21.931	24.351
Outros instrumentos financeiros derivados	311.916	334.569
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	22.015	18.367
Recompras de emissões próprias	1.573	11.030
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	30.243	22.253
Instrumentos cobertos	25.939	39.196
Outras operações	6.490	120.321
	807.259	735.704
	(2.135)	(108.134)

A rubrica Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura inclui, em 30 de junho de 2015, para os Depósitos de clientes - Depósitos ao justo valor através de resultados, uma perda de Euros 2.662.000 (30 de junho de 2014: perda de Euros 4.418.000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*), conforme referido na nota 31.

Esta rubrica inclui ainda, em 30 de junho de 2015, para os Empréstimos obrigacionistas ao justo valor através de resultados, uma perda de Euros 6.806.000 (30 de junho de 2014: ganho de Euros 1.133.000) e para os instrumentos financeiros derivados passivos, uma perda de Euros 4.619.000 (30 de junho de 2014: Euros 1.133.000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*), conforme referido na nota 32.

O Resultado de recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística descrita na nota 1 c).

Conforme referido na nota 42, com a aprovação do lançamento de oferta pública de troca de valores mobiliários subordinados por ações, originou um ganho de Euros 34.420.000 na rubrica Lucros em operações de negociação e de cobertura - Recompras de emissões próprias.

7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	340.815	256.508
Rendimento variável	6.113	1.019
Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(20.033)	(180)
Rendimento variável	-	(1)
	326.895	257.346

A rubrica Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda - Rendimento fixo - inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 332.723.000 (30 de junho de 2014: Euros 149.359.000) relativo a mais-valias resultantes da alienação de Obrigações de Tesouro de dívida pública portuguesa.

Conforme referido na nota 21 e de acordo com a política contabilística 1 f), no primeiro semestre de 2015 foram transferidos para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda Euros 1.742.354.000, relativo à totalidade da carteira de dívida pública Portuguesa anteriormente contabilizada na carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade de modo a proceder à respectiva alienação.

8. Outros proveitos / (custos) de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Proveitos		
Prestação de serviços	13.647	17.761
Venda de cheques e outros	5.463	5.533
Outros proveitos de exploração	9.002	9.140
	28.112	32.434
Custos		
Impostos	3.647	3.144
Donativos e quotizações	1.579	1.530
Contribuição sobre o setor bancário	22.053	31.622
Contribuição para o fundo de resolução	5.777	6.911
Outros custos de exploração	9.680	17.897
	42.736	61.104
	(14.624)	(28.670)

A rubrica Contribuição sobre o setor bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base *(Tier 1)* e dos fundos próprios complementares *(Tier 2)* e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nocional dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição para o fundo de resolução corresponde às contribuições obrigatórias para o Fundo nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. Estas contribuições são calculadas de acordo com uma taxa específica definida anualmente e aplicada sobre os passivos das instituições, com exceção das provisões, reavaliação de instrumentos financeiros derivados, proveitos diferidos e passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

Com a adoção da IFRIC 21, conforme o definido na política contabilística descrita na nota ac), os valores das contribuições sobre o sector bancário e para o fundo de resolução correspondem ao valor total pago em cada exercício, uma vez que a obrigação de pagamento das mesmas ocorreu no primeiro semestre.

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Remunerações	131.355	150.127
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo Pensões BCP		
Custo normal	(1.009)	(2.999)
Custo / (proveito) dos juros	2.853	1.658
Custo com programas de reformas antecipadas	-	(943)
Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos não atribuídos respeitantes ao Plano complementar	-	(858)
	1.844	(3.142)
Outros encargos sociais obrigatórios	36.689	43.811
	38.533	40.669
Encargos sociais facultativos	11.579	15.091
Prémio de antiguidade	1.231	2.720
Outros custos	226	198
	182.924	208.805

Tendo presente que a remuneração dos membros da Comissão Executiva tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro da Comissão Executiva será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

As remunerações fixas que foram pagas aos membros da Comissão Executiva durante o primeiro semestre de 2015 ascenderam a Euros 1.074.000 (30 de junho de 2014: Euros 1.040.000), sendo que Euros 40.000 (30 de junho de 2014: Euros 64.000) foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo. Relativamente ao 1º semestre de 2015 e de 2014, não foram atribuídas aos membros da Comissão Executiva quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Durante o primeiro semestre de 2015, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social, relativos aos membros do Comissão Executiva no montante de Euros 245.000 (30 de junho de 2014: Euros 231.000) e para o Fundo de Pensões no montante de Euros 20.000 (30 de junho de 2014: Euros 12.000).

As remunerações fixas pagas aos elementos chave de gestão, no primeiro semestre de 2015, ascenderam a Euros 3.432.000 (30 de junho de 2014: Euros 3.886.000), tendo ainda sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 844.000 (30 de junho de 2014: Euros 986.000), Fundo de Pensões no montante de Euros 71.000 (30 de junho de 2014: Euros 21.000) e Prémio de antiguidade no montante Euros 38.000 (30 de junho de 2014: Euros 86.000).

Relativamente aos membros não executivos do Conselho de Administração foram pagas, no primeiro semestre de 2015, remunerações fixas no montante de Euros 282.000 (30 de junho de 2014: Euros 291.000), tendo sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 67.000 (30 de junho de 2014: Euros 85.000).

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Água, energia e combustíveis	5.891	6.465
Material de consumo corrente	1.639	1.690
Rendas e alugueres	16.201	19.909
Comunicações	7.637	8.243
Deslocações, estadas e representações	2.420	2.358
Publicidade	5.964	4.214
Conservação e reparação	5.413	7.895
Cartões e crédito imobiliário	1.143	716
Estudos e consultas	5.404	4.287
Informática	5.922	6.945
Outsourcing e trabalho independente	48.572	52.617
Outros serviços especializados	7.328	7.405
Formação do pessoal	205	349
Seguros	1.962	1.680
Contencioso	3.009	3.202
Transportes	3.114	3.186
Outros fornecimentos e serviços	4.133	4.362
	125.957	135.523

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 14.646.000 (30 de junho de 2014: Euros 18.083.000), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Banco na condição de locatário.

O Banco possui diversos contratos de locação operacional de imóveis e viaturas. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis, por maturidade, são os seguintes:

	jun 2015			jun 2014		
	Imóveis Euros '000	Viaturas Euros '000	Total Euros '000	Imóveis Euros '000	Viaturas Euros '000	Total Euros '000
Até 1 ano	19.511	1.466	20.977	22.587	2.219	24.806
1 ano até 5 anos	6.490	1.193	7.683	6.436	1.954	8.390
Mais de 5 anos	6.434	27	6.461	6.551	-	6.551
	32.435	2.686	35.121	35.574	4.173	39.747

11. Amortizações do período

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Ativos intangíveis:		
Software	2.833	3.101
Outros ativos intangíveis	15	12
	2.848	3.113
Outros ativos tangíveis:		
Imóveis	5.362	6.316
Equipamento		
Mobiliário	436	465
Máquinas	70	68
Equipamento informático	1.613	1.558
Instalações interiores	381	368
Viaturas	601	267
Equipamento de segurança	530	547
Outros equipamentos	11	12
	9.004	9.601
	11.852	12.714

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Aplicações em instituições de crédito		
Risco País		
Dotação do período	-	1.424
Reversão do período	(1.408)	-
	(1.408)	1.424
Crédito concedido a clientes		
Crédito concedido		
Dotação do período	301.612	546.322
Reversão do período	(3.968)	-
Risco País		
Reversão do período	(953)	(59)
Recuperações de crédito e de juros	(17.505)	(6.610)
	279.186	539.653
	277.778	541.077

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1 a), o Banco aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1 b).

13. Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda		
Dotação do período	28.547	47.201
Reversão do período	-	(1.628)
	28.547	45.573

A rubrica de Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda - Dotação do período inclui perdas por imparidade em ações e em unidades de participação detidas pelo Banco no montante de Euros 20.398.000 (30 de junho de 2014: Euros 45.546.000), nomeadamente relacionadas com as participações detidas nos fundos de restruturação, conforme referido na nota 50.

14. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do período	-	8.702
Reversão do período	(13.062)	-
Provisões para risco país		
Dotação do período	70	985
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	13.096	29.292
	104	38.979

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Alienação de negócios de subsidiárias	98.497	242.147
Alienação de outros ativos	1.598	(1.742)
	100.095	240.405

A rubrica Alienação de negócios de subsidiárias corresponde, em 30 de junho de 2015, à mais valia obtida na alienação de 15,41% do capital social da sociedade Bank Millennium, S.A. (Polónia) e à mais valia obtida na alienação da totalidade da participação que o Banco detinha na Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

A rubrica Alienação de negócios de subsidiárias corresponde, em 30 de junho de 2014, à mais valia obtida na alienação da participação que o Banco detinha no Banco Millennium Angola, S.A. à sociedade BCP África, S.G.P.S., Lda.

A rubrica Alienação de outros ativos corresponde às menos valias decorrentes da venda e reavaliações de ativos detidos pelo Banco e classificados como ativos não correntes detidos para venda.

16. Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados da seguinte forma:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Resultado líquido do período	282.717	(283.378)
Ganhos / (Perdas) em instrumentos de capital	1.732	-
Resultado líquido ajustado	284.449	(283.378)
N.º médio de ações	54.703.228.549	33.959.527.416
Resultado por ação básico (Euros)	0,010	(0,017)
Resultado por ação diluído (Euros)	0,010	(0,017)

O capital social do Banco é de Euros 4.094.235.361,88 representado por 59.039.023.275 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

O Banco procedeu em junho de 2015, ao aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários subordinados por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

Em julho de 2014, o Banco registou um aumento do capital social de Euros 1.465.000.000 para Euros 3.706.690.253,08 através da emissão de 34.487.542.355 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, que foram oferecidas à subscrição dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos de preferência. Em junho de 2014, o Banco tinha procedido à redução do capital social de Euros 3.500.000.000 para Euros 1.465.000.000, sem alteração do número de ações sem valor nominal existentes à data.

Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram considerados no cálculo dos resultados por ação diluídos, os instrumentos híbridos qualificáveis como fundos próprios principais de nível 1 emitidos em junho de 2012 e subscritos integralmente pelo Estado (CoCos), por estes, em 2014, apresentarem um efeito antidiluidor e em 2015 não estar definido o valor de conversão das ações a emitir de acordo com a portaria 150-A/2012 de 17 de maio que será a base para a determinação desse efeito.

17. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Caixa	357.921	315.807
Bancos Centrais	968.880	217.030
	1.326.801	532.837

A rubrica Bancos Centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Em instituições de crédito no país	374	376
Em instituições de crédito no estrangeiro	47.238	31.135
Valores a cobrar	197.380	192.426
	244.992	223.937

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Aplicações em outras instituições de crédito no país	127.571	143.364
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	551.197	1.142.094
	678.768	1.285.458
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	(15.059)	(16.467)
	663.709	1.268.991

Com referência a 30 de junho de 2015, a rubrica Aplicações em instituições de crédito inclui o montante de Euros 83.918.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 70.073.000) relativa a aplicações junto de empresas controladas por acionistas qualificados e/ou administradores não executivos.

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, e de acordo com o definido nos respetivos contratos, o Banco tem, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 334.465.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 351.075.000) de aplicações em instituições de crédito, dados como colateral das referidas operações.

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Provisão risco país sobre aplicações em instituições de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	16.467	10.800
Dotação do período	-	1.424
Reversão do período	(1.408)	-
Saldo em 30 de junho	15.059	12.224

A rubrica Provisões para risco país sobre aplicações em instituições de crédito inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 10.931.000 (30 de junho de 2014: Euros 11.894.000) relativo a entidades residentes em Angola.

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito ao setor público	1.062.442	1.177.440
Crédito com garantias reais	20.346.979	20.315.611
Crédito com outras garantias	8.234.486	8.718.681
Crédito sem garantias	1.433.765	1.448.117
Crédito sobre o estrangeiro	2.428.842	2.507.121
Crédito tomado em operações de *factoring*	909.521	1.069.188
Capital em locação	2.190.088	2.215.806
	36.606.123	37.451.964
Crédito vencido - menos de 90 dias	77.499	78.164
Crédito vencido - mais de 90 dias	4.008.776	3.817.540
	40.692.398	41.347.668
Imparidade para riscos de crédito	(4.804.713)	(4.586.737)
	35.887.685	36.760.931

Em 30 de junho de 2015, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 11.737.387.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 11.903.237.000) relativo a créditos afetos a emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Banco.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o Banco efetua a anulação contabilística dos créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica, sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspetivas da sua recuperação.

Conforme detalhado na nota 46, no âmbito da gestão do risco de liquidez, o Banco possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu, nos quais se incluem algumas operações de créditos a clientes.

Conforme referido na nota 50, o Banco procedeu a um conjunto de operações de cedência de créditos a clientes para Fundos Especializados de Crédito. O montante global dos créditos alienados ascendeu a Euros 1.466.249.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.443.739.000).

Em 30 de junho de 2015, os acionistas qualificados que detinham individual ou conjuntamente 2% ou mais do capital do Banco, identificados no relatório do Conselho de Administração, e aos quais o Grupo concedeu crédito e/ou garantias, representavam em termos agregados 25,4% do capital social (31 de dezembro de 2014: 32,2%)

Com referência a 30 de junho de 2015, o crédito, as garantias e as linhas de crédito irrevogáveis (excluindo transações interbancárias e do mercado monetário) que o Grupo concedeu a acionistas qualificados e a empresas por estes controladas, era de Euros 336.220.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 351.380.000). A celebração de negócios entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou pessoas singulares ou coletivas com estes relacionadas nos termos do disposto no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, independentemente do valor, é sempre objeto de apreciação e deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Comissão de Crédito e da Comissão Executiva, suportadas em análise e parecer técnico emitido pela Direção de Auditoria Interna e obtido parecer prévio da Comissão de Auditoria. O montante de provisões constituído para estes contratos é nulo em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito não titulado		
Crédito por desconto de efeitos	276.549	298.508
Crédito em conta corrente	2.156.334	2.152.942
Descobertos em depósitos à ordem	858.502	870.093
Empréstimos	11.070.897	11.430.258
Crédito imobiliário	17.019.456	17.355.967
Crédito tomado em operações de *factoring*	909.521	1.069.188
Capital em locação	2.190.088	2.215.806
	34.481.347	35.392.762
Crédito titulado		
Papel comercial	1.793.520	1.729.210
Obrigações	331.256	329.992
	2.124.776	2.059.202
	36.606.123	37.451.964
Crédito vencido - menos de 90 dias	77.499	78.164
Crédito vencido - mais de 90 dias	4.008.776	3.817.540
	40.692.398	41.347.668
Imparidade para riscos de crédito	(4.804.713)	(4.586.737)
	35.887.685	36.760.931

A análise do crédito a clientes, por setor de atividade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	329.143	326.079
Indústrias extrativas	50.492	53.032
Alimentação, bebidas e tabaco	339.557	340.033
Têxteis	478.245	472.372
Madeira e cortiça	147.868	143.715
Papel, artes gráficas e editoras	175.693	168.303
Químicas	590.088	492.891
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	590.333	601.199
Eletricidade, água e gás	894.559	938.691
Construção	3.145.403	3.235.060
Comércio a retalho	948.879	894.893
Comércio por grosso	1.201.526	1.204.966
Restaurantes e hotéis	985.891	1.151.819
Transportes e comunicações	1.507.475	1.337.261
Serviços	9.534.803	9.803.778
Crédito ao consumo	2.347.394	2.473.252
Crédito hipotecário	16.660.756	16.867.617
Outras atividades nacionais	8.062	7.864
Outras atividades internacionais	756.231	834.843
	40.692.398	41.347.668
Imparidade para riscos de crédito	(4.804.713)	(4.586.737)
	35.887.685	36.760.931

Com referência a 30 de junho de 2015, o detalhe das operações de securitização é o seguinte:

Caravela SME No.3

O montante relativo à operação de securitização sintética Caravela SME No.3 ascende a Euros 2.424.998.000.

Caravela SME No.4

O montante relativo à operação de securitização sintética Caravela SME No.4 ascende a Euros 1.034.450.000.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Valor bruto	2.574.727	2.613.060
Juros ainda não devidos	(384.639)	(397.254)
Valor líquido	2.190.088	2.215.806

A análise dos contratos de Locação financeira por tipo de cliente, é apresentada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Particulares		
Habitação	60.748	65.144
Consumo	19.163	20.996
Outros	136.387	143.737
	216.298	229.877
Empresas		
Mobiliário	254.380	247.231
Imobiliário	1.719.410	1.738.698
	1.973.790	1.985.929
	2.190.088	2.215.806

Em relação à locação operacional, o Banco não apresenta contratos relevantes como Locador.

A carteira de crédito a clientes inclui contratos que resultaram de uma reestruturação formal com os clientes e consequente constituição de novo financiamento em substituição dos anteriores. A reestruturação pode resultar de um reforço de garantias e/ou liquidação de parte do crédito e implicar uma prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados, por setores da atividade, é a seguinte:

	jun 2015	**dez 2014**
	Euros '000	**Euros '000**
Agricultura e silvicultura	1.414	1.674
Indústrias extrativas	27	35
Alimentação, bebidas e tabaco	198	164
Têxteis	83	194
Madeira e cortiça	9.965	304
Papel, artes gráficas e editoras	4	10
Químicas	103	101
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	261	304
Construção	4.250	5.204
Comércio a retalho	951	1.014
Comércio por grosso	19.292	19.577
Restaurantes e hotéis	491	678
Transportes e comunicações	229	354
Serviços	2.376	2.917
Crédito ao consumo	40.853	24.577
Outras atividades nacionais	-	9
Outras atividades internacionais	-	135
	80.497	57.251

Os créditos renegociados são objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, atualizada à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Relativamente aos créditos reestruturados vincendos, o montante de imparidade associado a estas operações ascende a Euros 35.787.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 22.523.000).

A análise do crédito vencido por setores de atividade é a seguinte:

	jun 2015	**dez 2014**
	Euros '000	**Euros '000**
Agricultura e silvicultura	21.312	20.804
Indústrias extrativas	9.645	8.747
Alimentação, bebidas e tabaco	16.763	16.799
Têxteis	38.342	38.302
Madeira e cortiça	23.492	34.491
Papel, artes gráficas e editoras	11.708	14.215
Químicas	61.511	58.988
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	52.027	57.568
Eletricidade, água e gás	4.869	15.194
Construção	1.002.706	932.163
Comércio a retalho	160.377	167.397
Comércio por grosso	176.380	180.351
Restaurantes e hotéis	151.313	265.770
Transportes e comunicações	304.826	113.471
Serviços	1.341.512	1.210.039
Crédito ao consumo	515.870	573.253
Crédito hipotecário	176.282	161.597
Outras atividades nacionais	8.035	7.243
Outras atividades internacionais	9.305	19.312
	4.086.275	3.895.704

A análise do crédito vencido por tipo de crédito, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito com garantias reais	1.883.942	1.922.798
Crédito com outras garantias	691.078	698.353
Crédito sem garantias	1.253.574	981.459
Crédito sobre o estrangeiro	71.987	91.433
Crédito tomado em operações de *factoring*	21.939	23.044
Capital em locação	163.755	178.617
	4.086.275	3.895.704

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:		
Saldo em 1 de janeiro	4.583.265	4.211.907
Transferências	131.563	(105.736)
Dotação do período	301.612	546.322
Reversão do período	(3.968)	-
Utilização de imparidade	(210.278)	(346.078)
Saldo em 30 de junho	4.802.194	4.306.415
Provisão para risco país:		
Saldo em 1 de janeiro	3.472	3.210
Reversão do período	(953)	(59)
Saldo em 30 de junho	2.519	3.151
	4.804.713	4.309.566

Se o valor de uma perda por imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

A rubrica Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos inclui em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 2.519.000 (30 de junho de 2014: Euros 3.151.000) relativos à imparidade constituída para créditos concedidos a entidades residentes em países que estão sujeitos a risco país segundo Instrução do Banco de Portugal.

A análise da imparidade por setores de atividade é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	24.770	23.706
Indústrias extrativas	9.820	9.562
Alimentação, bebidas e tabaco	17.732	19.175
Têxteis	39.028	41.443
Madeira e cortiça	32.110	40.047
Papel, artes gráficas e editoras	12.999	13.753
Químicas	74.129	69.365
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	50.267	57.733
Eletricidade, água e gás	46.379	37.433
Construção	952.657	900.812
Comércio a retalho	172.412	174.747
Comércio por grosso	191.694	196.144
Restaurantes e hotéis	192.227	300.753
Transportes e comunicações	289.914	76.013
Serviços	1.265.004	1.127.334
Crédito ao consumo	616.659	716.999
Crédito hipotecário	764.997	716.984
Outras atividades nacionais	40.734	47.631
Outras atividades internacionais	11.181	17.103
	4.804.713	4.586.737

A imparidade por tipo de crédito é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito com garantias reais	2.330.788	2.319.285
Crédito com outras garantias	749.452	747.371
Crédito sem garantias	1.361.253	1.134.208
Crédito sobre o estrangeiro	143.751	154.063
Crédito tomado em operações de *factoring*	17.561	21.314
Capital em locação	201.908	210.496
	4.804.713	4.586.737

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por setor de atividade é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	1.809	128
Indústrias extrativas	165	204
Alimentação, bebidas e tabaco	704	2.641
Têxteis	5.611	3.715
Madeira e cortiça	1.177	8.676
Papel, artes gráficas e editoras	3.015	4.934
Químicas	1.093	33.382
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	5.289	3.145
Eletricidade, água e gás	34	-
Construção	31.948	133.708
Comércio a retalho	12.964	17.187
Comércio por grosso	19.231	19.703
Restaurantes e hotéis	33.585	3.704
Transportes e comunicações	2.182	5.900
Serviços	24.651	74.932
Crédito ao consumo	54.458	33.635
Crédito hipotecário	114	6
Outras atividades nacionais	9.064	449
Outras atividades internacionais	3.184	29
	210.278	346.078

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Crédito com garantias reais	14.912	26.567
Crédito com outras garantias	6.890	15.038
Crédito sem garantias	181.427	245.968
Crédito sobre o estrangeiro	6.345	58.266
Capital em locação	704	239
	210.278	346.078

A recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer do primeiro semestre de 2015 e de 2014, analisada por setores de atividade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Agricultura e silvicultura	22	76
Indústrias extrativas	1	80
Alimentação, bebidas e tabaco	54	77
Têxteis	421	201
Madeira e cortiça	135	-
Papel, artes gráficas e editoras	-	127
Químicas	39	66
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	185	1.069
Eletricidade, água e gás	6	-
Construção	14.612	435
Comércio a retalho	252	567
Comércio por grosso	431	623
Restaurantes e hotéis	30	199
Transportes e comunicações	50	207
Serviços	201	450
Crédito ao consumo	1.048	2.272
Outras atividades nacionais	18	161
	17.505	6.610

A análise da recuperação de créditos e de juros, efetuada no decorrer do primeiro semestre de 2015 e de 2014, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Crédito sem garantias	17.450	6.450
Crédito sobre o estrangeiro	14	115
Capital em locação	41	45
	17.505	6.610

21. Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4.872.362	2.405.462
De outros emissores	1.607.939	1.297.071
	6.480.301	3.702.533
Títulos vencidos	4.077	4.077
Imparidade para títulos vencidos	(4.077)	(4.077)
	6.480.301	3.702.533
Ações e outros títulos de rendimento variável	2.237.454	2.181.064
	8.717.755	5.883.597
Derivados de negociação	847.138	968.560
	9.564.893	6.852.157

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por tipo, é a seguinte:

	jun 2015			dez 2014		
	Títulos			Títulos		
	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Total Euros '000	Negociação Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	178.808	3.598.672	3.777.480	193.972	1.316.544	1.510.516
Estrangeiros	73.388	875.011	948.399	73.379	6.621	80.000
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	691	1.092.826	1.093.517	1.072	884.739	885.811
Estrangeiros	97.398	421.101	518.499	97.919	317.418	415.337
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	-	146.483	146.483	-	814.946	814.946
	350.285	6.134.093	6.484.378	366.342	3.340.268	3.706.610
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.077)	(4.077)	-	(4.077)	(4.077)
	350.285	6.130.016	6.480.301	366.342	3.336.191	3.702.533
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais	367	95.979	96.346	332	83.634	83.966
Estrangeiras	1	484	485	9	462	471
Unidades de participação	20	2.140.023	2.140.043	20	2.095.584	2.095.604
Outros títulos	580	-	580	1.023	-	1.023
	968	2.236.486	2.237.454	1.384	2.179.680	2.181.064
Derivados de negociação	847.138	-	847.138	968.560	-	968.560
	1.198.391	8.366.502	9.564.893	1.336.286	5.515.871	6.852.157
Nível 1	419.935	5.945.309	6.365.244	439.791	3.100.089	3.539.880
Nível 2	626.898	171.805	798.703	896.495	208.710	1.105.205
Nível 3	151.558	2.188.121	2.339.679	-	2.127.157	2.127.157
Instrumentos financeiros ao custo	-	61.267	61.267	-	79.915	79.915

As carteiras de ativos de negociação e disponíveis para venda são registadas ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c).

Conforme descrito na política contabilística referida na nota 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 39. A 30 de junho de 2015, a reserva de justo valor no montante negativo de Euros 48.726.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 160.078.000) é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 373.981.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 379.443.000).

Conforme descrito na política contabilística referida na nota 1 e), o Banco efetuou, no primeiro semestre de 2010, reclassificações de Instrumentos financeiros.

Relativamente a instrumentos classificados no nível 3, conforme nota 7, no primeiro semestre de 2015 foram registados em Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda no montante de Euros 5.315.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 935.000) e em Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda no montante de Euros 1.000 (31 de dezembro de 2014: Euros: 1.000).

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015					
	Custo amortizado Euros '000	Imparidade Euros '000	Custo amortizado líquido de imparidade Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Ajustamentos de cobertura de justo valor Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	3.784.035	-	3.784.035	(174.076)	(11.287)	3.598.672
Estrangeiros	873.482	-	873.482	1.529	-	875.011
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	1.125.346	(77.365)	1.047.981	40.492	276	1.088.749
Estrangeiros	414.658	-	414.658	6.228	215	421.101
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	146.524	-	146.524	(41)	-	146.483
	6.344.045	(77.365)	6.266.680	(125.868)	(10.796)	6.130.016
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais	163.929	(72.010)	91.919	4.060	-	95.979
Estrangeiras	271	(15)	256	228	-	484
Unidades de participação	2.291.760	(224.591)	2.067.169	72.854	-	2.140.023
	2.455.960	(296.616)	2.159.344	77.142	-	2.236.486
	8.800.005	(373.981)	8.426.024	(48.726)	(10.796)	8.366.502

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014					
	Custo amortizado Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Custo amortizado líquido de imparidade Euros '000**	**Reserva justo valor Euros '000**	**Ajustamentos de cobertura de justo valor Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	1.282.622	-	1.282.622	20.978	12.944	1.316.544
Estrangeiros	6.440	-	6.440	181	-	6.621
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	892.563	(69.566)	822.997	57.132	533	880.662
Estrangeiros	295.705	-	295.705	21.448	265	317.418
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	815.107	-	815.107	(161)	-	814.946
	3.292.437	(69.566)	3.222.871	99.578	13.742	3.336.191
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais	162.310	(82.589)	79.721	3.913	-	83.634
Estrangeiras	243	(15)	228	234	-	462
Unidades de participação	2.266.504	(227.273)	2.039.231	56.353	-	2.095.584
	2.429.057	(309.877)	2.119.180	60.500	-	2.179.680
	5.721.494	(379.443)	5.342.051	160.078	13.742	5.515.871

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015				
	Nível 1 Euros '000	**Nível 2 Euros '000**	**Nível 3 Euros '000**	**Instrumentos financeiros ao custo Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de Rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	3.777.480	-	-	-	3.777.480
Estrangeiros	948.399	-	-	-	948.399
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	923.056	134.809	31.575	4.077	1.093.517
Estrangeiros	486.085	2.268	30.146	-	518.499
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	146.483	-	-	-	146.483
	6.281.503	137.077	61.721	4.077	6.484.378
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	6.281.503	137.077	61.721	-	6.480.301
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas					
Nacionais	9.329	1.048	38.677	47.292	96.346
Estrangeiras	1	322	-	162	485
Unidades de participação	4.642	33.865	2.087.723	13.813	2.140.043
Outros títulos	580	-	-	-	580
	14.552	35.235	2.126.400	61.267	2.237.454
Derivados de Negociação	69.189	626.391	151.558	-	847.138
	6.365.244	798.703	2.339.679	61.267	9.564.893

A análise dos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, líquida de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014				
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Instrumentos financeiros ao custo**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Títulos de Rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	1.510.516	-	-	-	1.510.516
Estrangeiros	80.000	-	-	-	80.000
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	679.326	196.583	5.825	4.077	885.811
Estrangeiros	363.781	20.332	31.224	-	415.337
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	814.946	-	-	-	814.946
	3.448.569	216.915	37.049	4.077	3.706.610
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	3.448.569	216.915	37.049	-	3.702.533
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas					
Nacionais	4.055	982	10.623	68.306	83.966
Estrangeiras	9	300	-	162	471
Unidades de participação	4.672	-	2.079.485	11.447	2.095.604
Outros títulos	1.023	-	-	-	1.023
	9.759	1.282	2.090.108	79.915	2.181.064
Derivados de Negociação	81.552	887.008	-	-	968.560
	3.539.880	1.105.205	2.127.157	79.915	6.852.157

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 43.

Conforme referido na nota 50 a rubrica Títulos de rendimentos variável – unidades de participação inclui o montante de Euros 1.306.957.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.267.071.000) referentes a unidades de participação de Fundos Especializados de Recuperação de Crédito adquiridos no âmbito da cedência de créditos a clientes (líquido de imparidade). O montante de Euros 35.441.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 35.441.000) refere-se a títulos júnior (unidades de participação com caráter mais subordinado), os quais se encontram totalmente provisionados. Os instrumentos são valorizados de acordo com as cotações publicadas pelas Sociedades Gestoras de Fundos.

No primeiro semestre de 2015, de acordo com a política contabilística 1 f), o Grupo procedeu à reclassificação de obrigações de dívida pública, da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda no montante de Euros 1.742.354.000, cujo valor de mercado era de Euros 2.024.570.000. A decisão surge no âmbito do processo de reforço dos rácios de capital do Grupo, de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração para responder aos novos desafios impostos pelas novas determinações prudenciais do BCE e implicou a reclassificação, na data da decisão, da totalidade dos títulos da dívida pública registados na carteira de títulos detidos até à maturidade. Nos termos do disposto na IAS 39 face às suas características e enquadramento na norma (IAS 39 AG 22 alínea e)), esta decisão não implicou o *tainting* da restante carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade. Ao longo do primeiro semestre de 2015 e conforme referido na nota 7, parte destes títulos foram alienados.

Durante o exercício de 2014 foram reclassificados do nível 2 para o nível 1 um montante de Euros 79.419.000 relativo a títulos que passaram a cumprir com os requisitos deste nível, conforme descrito na nota 45.

Os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos e perdas não realizadas no montante positivo de Euros 53.944.000 (31 de dezembro de 2014: valor positivo de Euros 38.280.000) registadas em Reservas de Justo Valor.

O montante de imparidade registado nestes títulos ascende a Euros 291.945.000 em 30 de junho de 2015 (31 de dezembro de 2014: Euros 238.781.000) e não foram geradas valias no exercício. Não foram efetuadas transferências de e para este nível.

Os ativos contemplados no nível 3, no montante de Euros 2.087.723.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 2.079.485.000), correspondem a unidades de participação em fundos de investimentos fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação de +/- 10% do VLGF tem um impacto de Euros 208.772.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 207.949.000) na Situação Líquida (Reserva de justo valor).

A análise do impacto das reclassificações efetuadas em períodos anteriores até 30 de junho de 2015 é a seguinte:

	À data da reclassificação		jun 2015		
	Valor de balanço Euros '000	**Justo valor Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Diferença Euros '000**
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	196.800	196.800	18.374	18.374	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.144.892	2.144.892	236.542	230.155	(6.387)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	2.592.280	2.592.280	4.375	4.375	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	73.340	80.777	7.437
			332.631	333.681	1.050

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em 30 de junho de 2015, relativo aos ativos financeiros reclassificados em períodos anteriores, são os seguintes:

	Resultados do período	Variação	
	Juros Euros '000	**Reservas justo valor Euros '000**	**Capitais próprios Euros '000**
Ativos financeiros detidos para negociação para:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	225	(2.046)	(1.821)
Ativos financeiros detidos até à maturidade	6.648	-	6.648
Ativos financeiros disponíveis para venda para:			
Crédito titulado a clientes	66	-	66
Ativos financeiros detidos até à maturidade	1.615	125	1.740
	8.554	(1.921)	6.633

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios em 30 de junho de 2015, seriam os seguintes:

	Resultados do período			
	Variação justo valor Euros '000	**Resultados transitados Euros '000**	**Reservas justo valor Euros '000**	**Capitais próprios Euros '000**
Ativos financeiros detidos para negociação para:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(2.046)	1.614	432	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	(53.742)	47.355	-	(6.387)
Ativos financeiros disponíveis para venda para:				
Crédito titulado a clientes	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	7.437	7.437
	(55.788)	48.969	7.869	1.050

A análise do impacto destas reclassificações à data de 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	À data da reclassificação		dez 2014		
	Valor de balanço Euros '000	**Justo valor Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Diferença Euros '000**
Ativos financeiros detidos para negociação para:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	196.800	196.800	18.213	18.213	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.144.892	2.144.892	698.421	745.776	47.355
Ativos financeiros disponíveis para venda para:					
Crédito titulado a clientes	2.592.280	2.592.280	4.375	4.375	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	627.492	627.492	73.151	80.294	7.143
			794.160	848.658	54.498

Os montantes contabilizados em resultados e em reservas de justo valor, em 31 de dezembro de 2014, relativo aos ativos financeiros reclassificados, são os seguintes:

	Resultados do período	Variação	
	Juros Euros '000	Reservas justo valor Euros '000	Capitais próprios Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação para:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	826	4.411	5.237
Ativos financeiros detidos até à maturidade	30.443	-	30.443
Ativos financeiros disponíveis para venda para:			
Crédito titulado a clientes	436	-	436
Ativos financeiros detidos até à maturidade	10.418	(6.709)	3.709
	42.123	(2.298)	39.825

Caso não tivessem ocorrido as reclassificações descritas anteriormente, os montantes adicionais reconhecidos em capitais próprios em 31 de dezembro de 2014, seriam os seguintes:

	Resultados do período			
	Variação justo valor Euros '000	Resultados transitados Euros '000	Reservas justo valor Euros '000	Capitais próprios Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação para:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.411	(2.798)	(1.613)	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	81.930	(34.575)	-	47.355
Ativos financeiros disponíveis para venda para:				
Crédito titulado a clientes	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	7.143	7.143
	86.341	(37.373)	5.530	54.498

Os movimentos da imparidade da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	379.444	323.670
Reversões por Reservas de justo valor	(3.942)	(1.132)
Dotação por resultados	28.547	47.201
Reversão por resultados	-	(1.628)
Utilização de imparidade	(30.068)	(105.441)
Saldo em 30 de junho	373.981	262.670

O Banco reconhece imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta avaliação implica, por parte do Banco, um julgamento o qual tem em consideração, entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes fatores:

- Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

- Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por maturidade, em 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015					
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	178.807	3.395	1.168.540	2.426.738	-	3.777.480
Estrangeiros	78.550	43	1.108	868.698	-	948.399
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	691	85.431	577.564	425.754	4.077	1.093.517
Estrangeiros	17.242	263	62.053	438.941	-	518.499
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	5.165	141.318	-	-	-	146.483
	280.455	230.450	1.809.265	4.160.131	4.077	6.484.378
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	280.455	230.450	1.809.265	4.160.131	-	6.480.301
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais					96.346	96.346
Estrangeiras					485	485
Unidades de participação					2.140.043	2.140.043
Outros títulos					580	580
					2.237.454	2.237.454
	280.455	230.450	1.809.265	4.160.131	2.237.454	8.717.755

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por maturidade, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014					
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	21	82.644	896.155	531.696	-	1.510.516
Estrangeiros	10	5.131	74.489	370	-	80.000
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	7.176	86.719	511.910	275.929	4.077	885.811
Estrangeiros	1.366	20.812	70.654	322.505	-	415.337
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	36.123	778.823	-	-	-	814.946
	44.696	974.129	1.553.208	1.130.500	4.077	3.706.610
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	44.696	974.129	1.553.208	1.130.500	-	3.702.533
Títulos de rendimento variável						
Ações de empresas						
Nacionais					83.966	83.966
Estrangeiras					471	471
Unidades de participação					2.095.604	2.095.604
Outros títulos					1.023	1.023
					2.181.064	2.181.064
	44.696	974.129	1.553.208	1.130.500	2.181.064	5.883.597

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015				
	Obrigações Euros '000	**Ações Euros '000**	**Outros Ativos Financeiros Euros '000**	**Títulos Vencidos Euros '000**	**Total Euros '000**
Têxteis	-	-	-	361	361
Madeira e cortiça	-	501	-	998	1.499
Papel, artes gráficas e editoras	29.643	11	-	-	29.654
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	4	-	-	4
Construção	-	952	-	2.540	3.492
Comércio por grosso	-	1.048	-	176	1.224
Restaurantes e hotéis	-	14.298	-	-	14.298
Transportes e comunicações	400.052	40.296	-	-	440.348
Serviços	1.178.244	39.721	2.140.041	2	3.358.008
Outras atividades nacionais	-	-	582	-	582
	1.607.939	96.831	2.140.623	4.077	3.849.470
Títulos Públicos	4.725.879	-	146.483	-	4.872.362
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	6.333.818	96.831	2.287.106	-	8.717.755

A análise da carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por setor de atividade, à data de 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014				
	Obrigações Euros '000	**Ações Euros '000**	**Outros Ativos Financeiros Euros '000**	**Títulos Vencidos Euros '000**	**Total Euros '000**
Têxteis	-	-	-	361	361
Madeira e cortiça	-	501	-	998	1.499
Papel, artes gráficas e editoras	13.040	11	-	-	13.051
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	4	-	-	4
Eletricidade, água e gás	-	8	-	-	8
Construção	-	952	-	2.540	3.492
Comércio por grosso	-	983	-	176	1.159
Restaurantes e hotéis	-	69	-	-	69
Transportes e comunicações	365.060	41.366	-	-	406.426
Serviços	918.971	40.543	2.095.604	2	3.055.120
Outras atividades nacionais	-	-	1.023	-	1.023
	1.297.071	84.437	2.096.627	4.077	3.482.212
Títulos Públicos	1.590.516	-	814.946	-	2.405.462
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.077)	(4.077)
	2.887.587	84.437	2.911.573	-	5.883.597

O Banco, no âmbito da gestão do risco de liquidez, possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo.

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidades, em 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	326.690	2.457.165	10.887.739	13.671.594	534.578	534.749
Opções de taxa de juro (compra)	1	2.035	170.158	172.194	1.533	-
Opções de taxa de juro (venda)	-	1.200	170.158	171.358	-	820
Outros contratos de taxa de juro	107.248	3.839	99.882	210.969	39.721	41.373
	433.939	2.464.239	11.327.937	14.226.115	575.832	576.942
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	13.406	8.937	-	22.343	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	85.399	118.497	2.213	206.109	4.446	2.991
Swaps de moeda	3.003.559	326.468	-	3.330.027	18.144	47.229
Opções cambiais (compra)	14.119	1.801	-	15.920	243	-
Opções cambiais (venda)	4.723	7.893	-	12.616	-	417
	3.107.800	454.659	2.213	3.564.672	22.833	50.637
Derivados de ações/instrumentos de dívida:						
Mercado de balcão:						
Swaps de ações/índices	138.516	1.293.233	1.411.445	2.843.194	9.412	14.434
Opções ações/índices (venda)	2.696	-	-	2.696	-	-
Outras Opções ações/índices (compra)	-	-	-	-	7.853	-
	141.212	1.293.233	1.411.445	2.845.890	17.265	14.434
Transacionados em Bolsa:						
Futuros sobre ações	416.364	-	-	416.364	-	-
Opções ações/índices (compra)	-	85.789	-	85.789	69.189	-
Opções ações/índices (venda)	-	85.800	-	85.800	-	69.202
	416.364	171.589	-	587.953	69.189	69.202
Derivados de *commodities* :						
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de *commodities*	61.362	-	-	61.362	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
Credit Default Swaps (CDS)	-	801.750	2.002.356	2.804.106	162.019	15.900
Outros derivados de crédito (venda)	-	-	13.222	13.222	-	-
	-	801.750	2.015.578	2.817.328	162.019	15.900
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	3.682.951	5.013.881	14.757.173	23.454.005	777.949	657.913
Bolsa	491.132	180.526	-	671.658	69.189	69.202
Derivados embutidos					-	16
	4.174.083	5.194.407	14.757.173	24.125.663	847.138	727.131

A análise da carteira de derivados de negociação, por maturidades, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	337.888	1.005.129	11.712.245	13.055.262	645.283	624.379
Opções de taxa de juro (compra)	-	130.200	216.782	346.982	429	-
Opções de taxa de juro (venda)	-	130.200	215.936	346.136	-	1.752
Outros contratos de taxa de juro	4.777	20.453	105.027	130.257	48.170	48.170
	342.665	1.285.982	12.249.990	13.878.637	693.882	674.301
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de taxa de juro	16.473	15.649	-	32.122	-	-
	16.473	15.649	-	32.122	-	-
Derivados de moeda:						
Mercado de balcão:						
Contratos a prazo de moeda (Fwd)	64.959	32.712	402	98.073	2.394	2.748
Swaps de moeda	2.006.412	544.439	-	2.550.851	42.582	11.641
Opções cambiais (compra)	6.264	1.429	-	7.693	27	-
Opções cambiais (venda)	4.846	1.429	-	6.275	-	17
	2.082.481	580.009	402	2.662.892	45.003	14.406
Derivados de ações/instrumentos de dívida:						
Mercado de balcão:						
Swaps de ações/índices	123.731	680.084	1.133.972	1.937.787	4.347	11.673
Opções ações/índices (venda)	2.696	-	-	2.696	-	-
Outras Opções ações/índices (compra)	-	-	-	-	8.316	-
	126.427	680.084	1.133.972	1.940.483	12.663	11.673
Transacionados em Bolsa:						
Futuros sobre ações	323.450	-	-	323.450	-	-
Opções ações/índices (compra)	-	8.000	88.387	96.387	81.552	-
Opções ações/índices (venda)	-	8.000	88.400	96.400	-	81.568
	323.450	16.000	176.787	516.237	81.552	81.568
Derivados de *commodities* :						
Transacionados em Bolsa:						
Futuros de *commodities*	30.312	-	-	30.312	-	-
Derivados de crédito:						
Mercado de balcão:						
Credit Default Swaps (CDS)	10.000	-	2.803.640	2.813.640	135.460	24.478
Outros derivados de crédito (venda)	-	-	13.216	13.216	-	-
	10.000	-	2.816.856	2.826.856	135.460	24.478
Total de instrumentos financeiros transacionados em:						
Mercado de balcão	2.561.573	2.546.075	16.201.220	21.308.868	887.008	724.858
Bolsa	370.235	31.649	176.787	578.671	81.552	81.568
Derivados embutidos					-	54
	2.931.808	2.577.724	16.378.007	21.887.539	968.560	806.480

22. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015		dez 2014	
	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Instrumentos de cobertura				
Swaps	52.855	35.730	53.157	28.547

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no nível 2. O Banco contrata instrumentos financeiros para cobrir a sua exposição aos riscos de taxa de juro, cambial e risco de crédito da carteira de títulos. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Banco está exposto às variações de justo valor ou a variações de fluxos de caixa, ou se se encontra perante coberturas de transações futuras.

O Banco adota para as relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, contabilidade de cobertura utilizando essencialmente derivados de taxa de juro. O modelo de cobertura de justo valor é adotado para títulos de dívida emitidos e depósitos e empréstimos com taxa de juro fixa. O modelo de cobertura de fluxos de caixa é adotado para cobertura dinâmica de variações de fluxos de caixa de crédito concedido.

As relações que seguem o modelo de cobertura de justo valor registaram inefetividade no período em análise no montante negativo de Euros 4.622.000 (31 de dezembro de 2014: montante positivo de Euros 7.795.000), enquanto que as relações de cobertura que seguem o modelo de fluxos de caixa não registaram quaisquer montantes de inefetividade.

O ajustamento acumulado sobre os ativos e passivos financeiros cobertos efetuado às rubricas do ativo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

Itens cobertos	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Crédito	986	1.729
Depósitos	(31.570)	(34.277)
Títulos emitidos	(78.425)	(95.854)
	(109.009)	(128.402)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 30 de junho de 2015 é a seguinte:

	jun 2015					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor de variação de risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	205.050	139.857	2.873.342	3.218.249	48.197	35.730
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa de risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	-	-	3.200.000	3.200.000	4.658	-
	205.050	139.857	6.073.342	6.418.249	52.855	35.730

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	dez 2014					
	Nocionais (prazo remanescente)				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Derivados de cobertura de justo valor de variação de risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	59.596	720.901	1.362.693	2.143.190	50.305	28.547
Derivados de cobertura de variabilidade dos fluxos de caixa de risco de taxa de juro:						
Mercado de balcão:						
Swaps de taxa de juro	-	-	2.000.000	2.000.000	2.852	-
	59.596	720.901	3.362.693	4.143.190	53.157	28.547

23. Ativos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	50.529	1.917.366
De outros emissores	386.213	393.815
	436.742	2.311.181

No primeiro semestre de 2015, de acordo com a política contabilística 1 f), o Grupo procedeu à reclassificação de obrigações de dívida pública, da carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda no montante de Euros 1.742.354.000, cujo valor de mercado era de Euros 2.024.570.000. A decisão surge no âmbito do processo de reforço dos rácios de capital do Grupo, de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração para responder aos novos desafios impostos pelas novas determinações prudenciais do BCE e implicou a reclassificação, na data da decisão, da totalidade dos títulos da dívida pública registados na carteira de títulos detidos até à maturidade. Nos termos do disposto na IAS 39 face às suas características e enquadramento na norma (IAS 39 AG 22 alínea e)), esta decisão não implicou o *tainting* da restante carteira de ativos financeiros detidos até à maturidade. Ao longo do primeiro semestre de 2015 e conforme referido na nota 7, parte destes títulos foram alienados.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 236.542.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 698.421.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados em períodos anteriores da rubrica Ativos financeiros detidos para negociação para a rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, conforme referido na política contabilística nota 1 e) e na nota 21.

A rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade inclui, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 73.340.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 73.151.000), relativo a ativos financeiros não derivados (Obrigações) reclassificados em períodos anteriores da rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda para a rubrica

Em 30 de junho de 2015, a carteira de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

Denominação	País	Data de vencimento	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000	Justo valor Euros '000
De emissores públicos:						
Btps 4.5 Pct 08/01.08.2018 Eur	Itália	agosto, 2018	4,500%	50.000	50.529	56.696
					50.529	56.696
De outros emissores:						
Cp Comboios Pt 09/16.10.2019	Portugal	outubro, 2019	4,170%	75.000	75.550	82.988
Edia Sa 07/30.01.2027	Portugal	janeiro, 2027	0,140%	40.000	38.935	32.331
Stcp 00/05.06.2022- 100Mios Call Sem a Partir 10Cpn-Min.10Mios	Portugal	junho, 2022	0,055%	100.000	98.357	89.191
Ayt Cedulas 07/21.03.2017	Espanha	março, 2017	4,000%	50.000	50.238	53.454
Mbs Magellan M Series 1 Class A	Irlanda	dezembro, 2036	0,526%	78.981	79.000	78.340
Mbs Magellan M Series 1 Class B	Irlanda	dezembro, 2036	1,146%	26.300	26.313	25.398
Mbs Magellan M Series 1 Class C	Irlanda	dezembro, 2036	2,586%	17.800	17.820	12.807
					386.213	374.509
					436.742	431.205

Em 31 de dezembro de 2014, a carteira de Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

Denominação	País	Data de vencimento	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000	Justo valor Euros '000
De emissores públicos:						
OT 3.5 Pct 10/25.03.2015	Portugal	março, 2015	3,500%	82.366	83.115	83.324
OT 3.85% 05/15.04.2021	Portugal	abril, 2021	3,850%	135.000	142.109	153.460
OT 4.45 Pct 08/15.06.2018	Portugal	junho, 2018	4,450%	1.436.762	1.427.953	1.628.905
OT 4.75 Pct 09/14.06.2019	Portugal	junho, 2019	4,750%	10.000	10.057	11.657
OT 4.8 Pct 10/15.06.2020	Portugal	junho, 2020	4,800%	150.000	150.799	177.799
OT 4.95 Pct 08/25.10.2023	Portugal	outubro, 2023	4,950%	50.000	52.866	59.636
Btps 4.5 Pct 08/01.08.2018 Eur	Itália	agosto, 2018	4,500%	50.000	50.467	57.520
					1.917.366	2.172.301
De outros emissores:						
Cp Comboios Pt 09/16.10.2019	Portugal	outubro, 2019	4,170%	75.000	73.810	80.953
Edia Sa 07/30.01.2027	Portugal	janeiro, 2027	0,311%	40.000	38.920	31.338
Stcp 00/05.06.2022- 100Mios Call Sem a Partir 10Cpn-Min.10Mios	Portugal	junho, 2022	0,183%	100.000	98.250	87.365
Ayt Cedulas 07/21.03.2017	Espanha	março, 2017	4,000%	50.000	51.156	55.235
Mbs Magellan M Series 1 Class A	Irlanda	dezembro, 2036	0,622%	87.516	87.541	85.812
Mbs Magellan M Series 1 Class B	Irlanda	dezembro, 2036	1,242%	26.300	26.315	23.019
Mbs Magellan M Series 1 Class C	Irlanda	dezembro, 2036	2,682%	17.800	17.823	11.729
					393.815	375.451
					2.311.181	2.547.752

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixos, líquido de imparidade, incluída na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 30 de junho de 2015, é a seguinte:

	jun 2015				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Estrangeiros	-	-	50.529	-	50.529
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	75.550	137.292	212.842
Estrangeiros	-	-	50.238	123.133	173.371
	-	-	176.317	260.425	436.742

A análise por maturidade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluída na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	dez 2014				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Entre um e cinco anos Euros '000**	**Superior a cinco anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	83.115	-	1.438.011	345.773	1.866.899
Estrangeiros	-	-	50.467	-	50.467
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	73.810	137.170	210.980
Estrangeiros	-	-	51.156	131.679	182.835
	83.115	-	1.613.444	614.622	2.311.181

A análise por setor de atividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, líquido de imparidade, incluídos na rubrica Ativos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

	jun 2015 Euros '000	**dez 2014 Euros '000**
Transportes e comunicações	173.908	172.060
Serviços	212.305	221.755
	386.213	393.815
Títulos Públicos	50.529	1.917.366
	436.742	2.311.181

No âmbito da gestão do risco de liquidez, o Banco possui um conjunto de ativos elegíveis para desconto junto do Banco Central Europeu e outros Bancos Centrais dos países onde opera, nos quais se incluem títulos de rendimento fixo incluídos nesta carteira.

24. Investimentos em subsidiárias e associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Instituições de crédito residentes	277.348	277.348
Instituições de crédito não residentes	682.670	878.877
Outras empresas residentes	1.296.428	1.312.451
Outras empresas não residentes	5.268.953	5.384.495
	7.525.399	7.853.171
Imparidade para investimentos em:		
Empresas subsidiárias	(3.889.666)	(3.801.475)
Empresas associadas e outras participações financeiras	(3.585)	(3.585)
	(3.893.251)	(3.805.060)
	3.632.148	4.048.111

O valor dos investimentos em subsidiárias e associadas é analisado como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
ACT - C - Indústria de Cortiças, S.A.	3.585	3.585
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	260.235	260.235
Bank Millennium S.A.	659.916	857.310
Banque BCP, S.A.S.	22.754	21.567
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	30.773	30.773
BCP Investment, B.V.	2.253.147	2.432.146
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	221.535	221.535
BitalPart, B.V.	1.817.671	1.817.671
Interfundos Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	1.500	1.500
Millennium bcp - Escritório de representações e Serviços, S/C Lda.	17.663	17.347
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	16.023
S&P Reinsurance Limited	14.536	14.536
Caracas Financial Services, Limited	27	27
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	341.088	341.088
Millennium bcp Teleserviços - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	885	885
Nanium, S.A.	6.159	6.159
Propaço - Sociedade Imobiliária De Paço D'Arcos, Lda.	3	3
Servitrust - Trust Management Services S.A.	100	100
SIBS, S.G.P.S., S.A.	6.700	6.700
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A.	13	13
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	17.113	17.113
Quinta do Furão - Sociedade de Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda.	1.030	1.030
FLITPREL III, S.A.	25	25
BCP International B.V.	1.165.909	1.102.768
BCP África, S.G.P.S., Lda.	683.032	683.032
	7.525.399	7.853.171
Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas		
ACT - C - Indústria de Cortiças, S.A.	(3.585)	(3.585)
S&P Reinsurance Limited	(11.999)	(11.999)
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	(221.535)	(221.535)
Millennium bcp - Escritório de representações e Serviços, S/C Lda.	(17.347)	(17.347)
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	(20.318)	(20.318)
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	(341.088)	(341.088)
BCP Investment, B.V.	(1.452.140)	(1.363.676)
BitalPart, B.V.	(1.809.638)	(1.809.638)
BCP África, S.G.P.S., Lda.	(13.953)	(13.953)
Caracas Financial Services, Limited	(18)	(18)
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	(273)
Millennium bcp Teleserviços - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	(725)	(725)
Nanium, S.A.	(905)	(905)
	(3.893.251)	(3.805.060)
	3.632.148	4.048.111

Durante o primeiro semestre de 2015, foi alienado 15,41% do capital social da sociedade Bank Millennium, S.A. (Polónia) e a totalidade da participação na Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

Durante o primeiro semestre de 2014, o Banco alienou a participação que detinha no Banco Millennium Angola, S.A. à sociedade BCP África, S.G.P.S., Lda.

O valor da Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas é analisado como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Imparidade para investimentos em associadas:		
Saldo em 1 de janeiro	3.805.060	3.454.042
Dotação do período	88.464	444.823
Reversão do período	-	(93.805)
Utilização de imparidade	(273)	-
Saldo em 30 de junho	3.893.251	3.805.060

A relação das empresas subsidiárias e associadas do Banco é apresentada na nota 51.

O Banco procedeu à análise da imparidade relativamente aos investimentos em subsidiárias e associadas.

Relativamente às sociedades gestoras de participações sociais, nomeadamente as sociedades BCP Investment B.V., Bitalpart, B.V., Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda. e BCP International B.V., a análise da imparidade foi efetuada considerando o valor recuperável dos negócios controlados por cada uma destas sociedades.

O valor recuperável, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 j), foi determinado pelo maior entre o justo valor líquido de custos de venda e o valor em uso.

Com base nos resultados das análises efetuadas, o Banco reconheceu imparidade no primeiro semestre de 2015 conforme segue:

	Saldo inicial 01.01.2015 Euros '000	Dotações Euros '000	Utilizações Euros '000	Saldo final 30.06.2015 Euros '000
ACT - C - Indústria de Cortiças, S.A.	3.585	-	-	3.585
S&P Reinsurance Limited	11.999	-	-	11.999
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	221.535	-	-	221.535
Millennium bcp - Escritório de representações e Serviços, S/C Lda.	17.347	-	-	17.347
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	20.318	-	-	20.318
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	341.088	-	-	341.088
BCP Investment B.V.	1.363.676	88.464	-	1.452.140
BitalPart, B.V.	1.809.638	-	-	1.809.638
BCP África, S.G.P.S., Lda.	13.953	-	-	13.953
Caracas Financial Services, Limited	18	-	-	18
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	273	-	(273)	-
Millennium bcp Teleserviços - Serviços de Comércio Electrónico, S	725	-	-	725
Nanium, S.A.	905	-	-	905
	3.805.060	88.464	(273)	3.893.251

25. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo	26.883	26.883
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.447.197	1.400.152
	1.474.080	1.427.035
Imparidade	(330.211)	(317.096)
	1.143.869	1.109.939

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes e inclui operações resultantes da (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) resolução de contratos de locação financeira.

Os referidos ativos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Banco uma estratégia para a sua alienação de acordo com a característica de cada ativo. No entanto, face às atuais condições de mercado, não foi possível, em algumas situações, concretizar essas alienações no prazo esperado. A estratégia de alienação consubstancia-se na procura ativa de compradores, na divulgação ao mercado dos ativos em venda tendo o Banco um *site* onde divulga os referidos imóveis, passando por estabelecer parcerias com as sociedades de Mediação com mais apetência para o produto que a cada momento o Banco dispõe para venda. Os preços são periodicamente analisados e ajustados com vista à permanente adequação ao mercado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 14.806.000 (31 de dezembro 2014: Euros 12.392.000).

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objetivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a três sociedades imobiliárias adquiridas pelo Banco no âmbito de reestruturações de exposições creditícias e que o Banco pretendia alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar essas alienações no prazo esperado.

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	317.096	348.550
Transferências	-	24.348
Dotação do período	47.033	25.145
Utilização de imparidade	(33.918)	(42.046)
Saldo em 30 de junho	330.211	355.997

26. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Imóveis	564.281	567.192
Equipamento		
Mobiliário	69.370	68.968
Máquinas	15.704	15.467
Equipamento informático	160.491	159.575
Instalações interiores	96.196	96.033
Viaturas	5.222	4.726
Equipamento de segurança	66.346	66.367
Outros equipamentos	3.031	3.060
Obras em curso	2.286	3.136
Outros ativos tangíveis	34	33
	982.961	984.557
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(9.004)	(18.972)
Relativas a períodos anteriores	(765.392)	(752.712)
	(774.396)	(771.684)
	208.565	212.873

27. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Software	21.879	23.412
Outros ativos intangíveis	186	180
	22.065	23.592
Amortizações acumuladas		
Relativas ao período corrente	(2.848)	(6.059)
Relativas a períodos anteriores	(10.045)	(7.645)
	(12.893)	(13.704)
	9.172	9.888

28. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:

	jun 2015			dez 2014		
	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Líquido Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Líquido Euros '000
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura						
Imparidade do crédito	832.744	-	832.744	808.456	-	808.456
Benefícios a empregados (a)	742.969	-	742.969	683.461	-	683.461
	1.575.713	-	1.575.713	1.491.917	-	1.491.917
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura						
Outros ativos tangíveis	-	3.200	(3.200)	-	3.270	(3.270)
Perdas por imparidade	805.911	-	805.911	842.719	-	842.719
Ativos financeiros disponíveis para venda	21.374	-	21.374	-	44.743	(44.743)
Prejuízos fiscais	420.880	-	420.880	423.557	-	423.557
Outros	152.176	43.330	108.846	150.943	43.209	107.734
	1.400.341	46.530	1.353.811	1.417.219	91.222	1.325.997
Total dos impostos diferidos	2.976.054	46.530	2.929.524	2.909.136	91.222	2.817.914
Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos	(46.530)	46.530	(93.060)	(91.222)	(91.222)	-
Impostos diferidos líquidos	2.929.524	93.060	2.836.464	2.817.914	-	2.817.914

(*) - O saldo em 30 de junho de 2015 inclui imposto diferido ativo associado a benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados em excesso dos limites previstos no Código do IRC, considerando a dedutibilidade do encargo no momento do pagamento das pensões associadas, no montante de Euros 104.413.000.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na sequência da Lei 61/2014 sobre o Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos ("regime"), o Banco deliberou em Assembleia Geral de 15 de outubro de 2014 a adesão a este regime.

Com a adesão ao regime, os ativos por impostos diferidos associados às diferenças temporárias determinadas com (i) perdas por imparidade em créditos e, (ii) com benefícios pós-emprego ou alongo prazo de empregados assumiu uma natureza distinta das restantes diferenças temporárias uma vez que sendo garantidas mas dependendo de rentabilidade futura., sendo convertíveis em créditos tributários
Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

Descrição	jun 2015 %	dez 2014 %
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	7,0%	7,0%
Total (b)	29,5%	29,5%

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

Em 31 de dezembro de 2014, a redução da taxa de IRC originou um gasto por impostos diferidos no montante de Euros 167.363.000.

A rubrica Benefícios a empregados inclui o montante de Euros 398.195.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 400.808.000) relativo a impostos diferidos associados aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas, em resultado da alteração da política contabilística, conforme referido nas notas 1, 9 e 44. A referida rubrica inclui igualmente o montante de Euros 39.156.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 40.506.000) relativo a impostos diferidos associados ao gasto decorrente da transferência das responsabilidades com os pensionistas para o regime geral da segurança social.

A variação patrimonial negativa decorrente da alteração da política contabilística referida é dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, nos 10 anos iniciados em 1 de janeiro de 2012. O gasto decorrente da transferência das responsabilidades com os pensionistas para o regime geral da segurança social é dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, a partir de 1 de janeiro de 2012, em função do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (18 anos no caso do Banco).

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano de caducidade	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
2016	137.206	137.206
2017	110.693	110.693
2026	172.981	175.658
	420.880	423.557

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 w), e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expetativa do Banco da sua recuperabilidade. A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos foi efetuada tendo por base o respetivo plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração para o período de 2015-2019.

As demonstrações financeiras previsionais do Banco, preparadas no âmbito do processo orçamental para 2015 e que suportam os resultados tributáveis futuros previstos, tiveram em consideração o enquadramento macroeconómico e competitivo ao mesmo tempo que consolidam as prioridades estratégicas do Banco.

O plano de negócios do Banco considera, nomeadamente, o crescimento sustentado da rendibilidade e o reembolso da totalidade dos instrumentos financeiros híbridos subscritos pelo Estado Português (*CoCos*), e consubstancia os objetivos previstos na terceira fase do Plano Estratégico relacionados com a recuperação de rendibilidade, com a otimização da afetação de capital.

A expectativa de geração de resultados tributáveis futuros em Portugal está suportada, fundamentalmente, na evolução favorável:

(i) da margem financeira, traduzindo o impacto positivo do reembolso dos *CoCos* e da descida sustentada do custo dos depósitos a prazo de clientes;
(ii) da redução dos custos operacionais, refletindo o efeito favorável das diminuições dos números de colaboradores e de sucursais;
(iii) das dotações para imparidades de crédito.

Em função desta avaliação, o montante dos impostos diferidos não reconhecidos é analisado como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Prejuízos fiscais	401.625	397.385

O impacto dos impostos sobre o rendimento nos resultados e noutras rubricas da situação líquida do Banco é analisado como segue:

	jun 2015		jun 2014	
	Resultado do período Euros '000	Reservas e resultados transitados Euros '000	Resultado do período Euros '000	Reservas e resultados transitados Euros '000
Impostos diferidos				
Impostos diferidos não dependentes de rendibilidade futura				
Imparidade do crédito	24.288	-	55.204	-
Benefícios a empregados	23.470	36.038	(16.018)	(26.926)
	47.758	36.038	39.186	(26.926)
Impostos diferidos dependentes de rendibilidade futura				
Outros ativos tangíveis	70	-	82	-
Perdas por imparidade	(36.808)	-	(11.688)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	66.117	-	(23.124)
Imputação de lucros	-	-	(3.990)	-
Prejuízos fiscais	(28.764)	26.087	91.905	21.781
Outros	1.112	-	6.968	-
	(64.390)	92.204	83.277	(1.343)
	(16.632)	128.242	122.463	(28.269)
Impostos correntes				
Período atual	(2.909)	-	(2.716)	-
Correções de períodos anteriores	(520)	-	(288)	-
	(3.429)	-	(3.004)	-
Total dos impostos sobre o rendimento	(20.061)	128.242	119.459	(28.269)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Resultado antes de impostos	302.778	(402.837)
Taxa de imposto corrente	29,5%	31,5%
Imposto esperado	(89.320)	126.894
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável (i)	(51.153)	(171.416)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável (ii)	72.415	194.293
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	26	141
Efeito das diferenças de taxa de imposto e de imposto diferido não reconhecido anteriormente (iii)	47.746	(26.888)
Correções de exercícios anteriores	1.386	(2.154)
(Tributação autónoma) / Créditos fiscais	(1.161)	(1.411)
	(20.061)	119.459
Taxa efetiva	6,6%	29,7%

Referências:

(i) - Corresponde essencialmente ao imposto associado a provisões não aceites para efeitos fiscais e à contribuição sobre o setor bancário;

(ii) - Trata-se essencialmente do imposto associado à dedução para apuramento do lucro tributável dos dividendos recebidos, para efeitos da eliminação da dupla tributação económica, e de mais-valias obtidas na alienação de participações;

(iii) - Respeita essencialmente ao reconhecimento de impostos diferidos ativos associados a benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados em excesso dos limites.

29. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Devedores	106.715	99.243
Suprimentos	161.044	128.638
Outras imobilizações financeiras	22.407	23.278
Valores a cobrar	23.104	26.037
Outros impostos a recuperar	19.090	18.833
Bonificações a receber	6.857	6.412
Associadas	183.036	189.949
Juros e outros proveitos a receber	34.845	31.302
Despesas antecipadas	32.418	32.000
Operações sobre títulos a receber	35.847	33.897
Valores a debitar a clientes	205.014	240.283
Prestações suplementares de capital	288.595	512.684
Contas diversas	128.725	120.515
	1.247.697	1.463.071
Imparidade para outros ativos	(299.217)	(265.845)
	948.480	1.197.226

Conforme referido na nota 50 a rubrica de Suprimentos inclui o montante de Euros 142.324.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 109.918.000) e a rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 2.939.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 2.939.000), referentes a títulos júnior resultantes das operações de cedência de crédito para Fundos Especializados de recuperação de crédito, os quais se encontram totalmente provisionados.

Em 30 de junho de 2015, a rubrica Associadas inclui o montante de Euros 182.000.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 182.000.000) relativo a dividendos a receber de subsidiárias do Banco.

A rubrica Prestações suplementares de capital é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	54.195	51.295
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	211.772	438.761
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	18.000	18.000
Outros	4.628	4.628
	288.595	512.684

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	265.845	181.066
Transferências	27.450	165
Dotação do período	8.173	67.667
Utilização de imparidade	(2.251)	(2.230)
Saldo em 30 de junho	299.217	246.668

30. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Depósitos de Bancos Centrais	6.158.975	6.056.724
Depósitos de outras instituições de crédito no país	1.367.296	618.833
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	3.860.109	4.045.530
	11.386.380	10.721.087

No âmbito de operações de instrumentos financeiros derivados com contrapartes institucionais, de acordo com o definido nos contratos respetivos, o Banco tem, em 30 de junho de 2015, o montante de Euros 89.725.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 108.190.000) de depósitos de outras instituições de crédito recebidos como colateral das referidas operações.

31. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Depósitos de clientes		
Depósitos à ordem	12.677.577	10.071.191
Depósitos a prazo	16.629.427	21.542.646
Depósitos de poupança	1.798.287	1.247.036
Depósitos ao justo valor através de resultados	2.867.905	1.918.419
Bilhetes do Tesouro e outros ativos		
com acordo de recompra	35.000	-
Outros	350.193	276.606
	34.358.389	35.055.898

Nos termos da Lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94.

A rubrica Depósitos de clientes - Depósitos ao justo valor através de resultados encontra-se valorizada ao justo valor de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 3. Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), tendo-se reconhecido em 30 de junho de 2015, uma perda de Euros 2.662.000 (30 de junho de 2014: perda de Euros 4.418.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Banco, conforme referido na nota 6.

O valor nominal da rubrica Depósitos de clientes - Depósitos ao justo valor através de resultados ascende, em 30 de junho de 2015, a Euros 2.872.693.000 (31 dezembro 2014: Euros 1.924.445.000).

32. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Empréstimos obrigacionistas ao custo amortizado		
Obrigações	1.489.619	1.484.626
Obrigações hipotecárias	1.340.975	1.344.712
MTNs	680.287	1.114.275
	3.510.881	3.943.613
Periodificações	23.269	52.132
	3.534.150	3.995.745
Empréstimos obrigacionistas ao justo valor através de resultados		
Obrigações	44.296	36.560
MTNs	161.810	159.960
	206.106	196.520
Periodificações	463	3.395
	206.569	199.915
Certificados	493.865	392.528
	4.234.584	4.588.188

A rubrica Empréstimos obrigacionistas ao justo valor através de resultados encontra-se valorizada de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, e conforme o disposto na IFRS 13, estes instrumentos estão categorizados no Nível 2.

Os passivos financeiros incluídos nesta rubrica encontram-se reavaliados por contrapartida de resultados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c), tendo-se reconhecido em 30 de junho de 2015, uma perda de Euros 6.806.000 (31 de dezembro de 2014: ganho de Euros 644.000) relativo às variações de justo valor associadas ao risco de crédito do Banco, conforme referido na nota 6.

33. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Swaps	653.685	720.342
Opções	70.439	83.336
Derivados embutidos	16	54
Forwards	2.991	2.748
	727.131	806.480
Nível 1	69.202	81.568
Nível 2	639.491	716.410
Nível 3	18.438	8.502

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 43.

A rubrica Passivos financeiros detidos para negociação inclui, a 30 de junho de 2015, a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 c) no montante de Euros 16.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 54.000). Esta nota deve ser analisada em conjunto com a nota 21.

34. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Provisão para riscos gerais de crédito	291.925	463.141
Provisões para risco país	2.360	2.290
Outras provisões para riscos e encargos	92.421	79.325
	386.706	544.756

Os movimentos das Provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Provisão genérica para crédito direto		
Saldo em 1 de janeiro	253.609	282.794
Transferências	-	(26.319)
Dotação do período	-	7.905
Reversão do período	(10.206)	-
Diferenças cambiais	848	95
Saldo em 30 de junho	244.251	264.475
Provisão genérica para crédito por assinatura		
Saldo em 1 de janeiro	209.532	47.739
Transferências	(159.012)	-
Dotação do período	-	797
Reversão do período	(2.856)	-
Diferenças cambiais	10	1
Saldo em 30 de junho	47.674	48.537
	291.925	313.012

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, n.º 2/99 e n.º 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1 b).

Os movimentos das Provisões para risco país, são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	2.290	537
Dotação do período	70	985
Saldo em 30 de junho	2.360	1.522

Os movimentos das Outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	79.325	40.337
Transferências	-	(165)
Dotação do período	13.096	29.292
Utilização de provisões	-	(2.250)
Saldo em 30 de junho	92.421	67.214

Estas provisões foram constituídas tendo como base a probabilidade da ocorrência de certas contingências relacionadas com riscos inerentes à atividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

35. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Obrigações		
Não perpétuas	662.267	1.030.732
Perpétuas	196.666	196.503
CoCos	761.855	762.767
	1.620.788	1.990.002
Periodificações	30.115	29.362
	1.650.903	2.019.364

A rubrica Obrigações – CoCos corresponde a instrumentos híbridos de dívida subordinada elegíveis para efeitos prudenciais como capital *core tier 1* emitidos, em 29 de junho de 2012, pelo Banco Comercial Português, S.A. com o montante inicial de Euros 3.000.000.000 e totalmente subscritos pelo Estado Português. Os instrumentos são totalmente reembolsáveis pelo Banco ao longo de um período de cinco anos e apenas em determinadas circunstâncias, designadamente de incumprimento ou falta de pagamento, são suscetíveis de conversão em ações do Banco. Ao longo do exercício de 2014, e na sequência do aumento de capital e da avaliação da evolução dos rácios de capital do Banco, foram reembolsados ao Estado Português Euros 400.000.000 de instrumentos de capital *core tier 1* (CoCos), em maio de 2014 e Euros 1.850.000.000 de instrumentos de capital *common equity tier 1* (CoCos) em agosto de 2014, após ter obtido do Banco de Portugal a devida autorização, na sequência de análise efetuada à evolução dos rácios de capital do Banco e de acordo com o anunciado no âmbito do aumento de capital realizado.

Os referidos instrumentos foram emitidos no âmbito do processo de recapitalização do Banco utilizando a linha de Euros 12.000.000.000 disponibilizada pelo Estado Português, no âmbito do Programa de Intervenção do FMI, nos termos do disposto na Portaria n.º 150-A/2012. Estes instrumentos são elegíveis para efeitos prudenciais para o c*ore tier 1*. No entanto, e à luz do disposto na IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, para efeitos contabilísticos, estes instrumentos são classificados como passivo, tendo em consideração as suas características, nomeadamente: (i) existência de uma obrigação de pagamento de capital e juros; e (ii) no caso de a liquidação ser efetuada através da entrega de títulos de capital próprio, o número de títulos a entregar é variável em função do valor de mercado à data, de modo a perfazer o valor da obrigação a liquidar.

Assim, a classificação como passivo resulta do facto do investidor, enquanto detentor do instrumento emitido, não se encontrar efetivamente exposto ao risco dos instrumentos de capital da sociedade, dado que receberá em qualquer circunstância um montante equivalente ao valor investido, quer em numerário quer em títulos da própria instituição. Esta operação tem taxa de juro crescente iniciando-se em 8,5% e ascendendo no final da operação a 10% em 2017.

Conforme referido na nota 42, foi efetuada em junho de 2015 uma oferta pública de troca de valores mobiliários por ações que visou o reforço do capital social do Banco. Esta operação foi realizada através de entradas em espécie, sendo parte das novas entradas constituídas pelos valores mobiliários subordinados emitidos pelo Banco, no montante de Euros 370.632.000 e que implicou a extinção destas emissões.

Em 30 de junho de 2015, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
Obrigações não perpétuas					
Emp. sub. BCP Finance Bank	dezembro, 2006	dezembro, 2016	Ver referência (i)	71.259	71.262
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	setembro, 2008	setembro, 2018	Ver referência (ii)	73.785	73.785
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	outubro, 2008	outubro, 2018	Ver referência (ii)	20.741	20.741
Bcp Ob Sub jun 2020 - Emtn 727	junho, 2010	junho, 2020	Ver referência (iii)	16.294	16.294
Bcp Ob Sub ago 2020 - Emtn 739	agosto, 2010	agosto, 2020	Ver referência (iv)	9.409	9.869
Bcp Ob Sub mar 2021 - Emtn 804	março, 2011	março, 2021	Euribor 3M + 3,750%;	114.000	114.000
Bcp Ob Sub abr 2021 - Emtn 809	abril, 2011	abril, 2021	Euribor 3M + 3,750%;	64.100	64.100
Bcp Ob Sub 3S abr 2021 - Emtn 812	abril, 2011	abril, 2021	Euribor 3M + 3,750%;	35.000	35.000
Bcp Sub 11/25.08.2019 - Emtn 823	agosto, 2011	agosto, 2019	Taxa fixa de 6,383%	7.500	8.134
Bcp Subord set 2019 - Emtn 826	outubro, 2011	setembro, 2019	Taxa fixa de 9,310%	50.000	51.223
Bcp Subord nov 2019 - Emtn 830	novembro, 2011	novembro, 2019	Taxa fixa de 8,519%	40.000	39.882
MBcp Subord dez 2019 - Emtn 833	dezembro, 2011	dezembro, 2019	Taxa fixa de 7,150%	26.600	25.623
Mbcp Subord jan 2020 - Emtn 834	janeiro, 2012	janeiro, 2020	Taxa fixa de 7,010%	14.000	12.974
Mbcp Subord fev 2020 - Vm Sr. 173	abril, 2012	fevereiro, 2020	Taxa fixa de 9,000%	23.000	22.057
Bcp Subord abr 2020 - Vm Sr 187	abril, 2012	abril, 2020	Taxa fixa de 9,150%	51.000	49.065
Bcp Subord 2 Serie abr 2020 - Vm 194	abril, 2012	abril, 2020	Taxa fixa de 9,000%	25.000	23.933
Bcp Subordinadas jul 20-Emtn 844	julho, 2012	julho, 2020	Taxa fixa de 9,000%	26.250	24.325
					662.267
Obrigações perpétuas					
TOPS BPSM 1997	dezembro, 1997	-	Euribor 6M + 0,900%	22.916	22.916
BCP Leasing 2001	dezembro, 2001	-	Euribor 3M + 2,250%	5.375	5.375
Obrigações Caixa Perpétuas Subord 2002/19jun2012	junho, 2002	-	Ver referência (v)	92	92
BCP - Euro 500 milhões	junho, 2004	-	Ver referência (vi)	99.063	97.674
Emp. sub. BCP Fin. Company	outubro, 2005	-	Ver referência (vii)	72.112	70.609
					196.666
CoCos					
Bcp Coco Bonds 12/29.06.2017	junho, 2012	junho, 2017	Ver referência (viii)	750.000	761.855
Periodificações					30.115
					1.650.903

Referências:

(i) - Até dezembro 2011 Euribor 3M + 0,335%; Após dezembro 2011, Euribor 3M + 0,800%;
(ii) - 1º ano 6,000%; 2º ao 5º ano Euribor 6M + 1,000%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,400%;
(iii) - Até ao 5º ano taxa fixa de 3,250%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,000%;
(iv) - 1º ano 3,000%; 2º ano 3,250%; 3º ano 3,500%; 4º ano 4,000%; 5º ano 5,000%; 6º ano e seguintes Euribor 6M + 1,250%;
(v) - Até 40º cupão 6,131%; Após 40º cupão Euribor 3M + 2,400%;
(vi) - Até junho de 2014 taxa fixa de 5,543%; A partir de junho de 2014 Euribor 3M + 2,070%;
(vii) - Até outubro de 2015 taxa fixa de 4,239%; A partir de outubro de 2015 Euribor 3M + 1,950%;
(viii) - 1º ano 8,500%; 2º ano 8,750%; 3º ano 9,000%; 4º ano 9,500%; 5º ano 10,000%.

36. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	17.883	25.371
Por contratos de *factoring*	7.698	6.132
Outros credores	184.736	216.477
Setor Público Administrativo	40.680	45.712
Juros e outros custos a pagar	17.575	14.101
Receitas antecipadas	6.075	5.514
Férias e subsídios de férias e de Natal a pagar	42.391	44.375
Operações sobre títulos a liquidar	145.938	5.994
Contas diversas	380.934	399.295
	843.910	762.971

A rubrica Credores - Outros credores inclui o montante de Euros 46.525.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 46.904.000) relativo a prémio de antiguidade conforme descrito na nota 44.

Adicionalmente, esta rubrica inclui o montante de Euros 12.097.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 35.164.000) relativo à provisão para reestruturação no âmbito do programa de redimensionamento acordado com a Comissão Europeia e o montante de Euros 22.342.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 23.656.000) relativo ao valor atual dos benefícios atribuídos, associados ao crédito de habitação a colaboradores, reformados e ex-colaboradores.

A rubrica Credores - Outros credores inclui ainda o montante de Euros 3.153.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 3.153.000) referente às responsabilidades com benefícios pós-emprego já reconhecidas em custos com pessoal, a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo, conforme referido na nota 44. Estas responsabilidades não se encontram cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo, pelo que correspondem a valores a pagar pelo Banco.

Em 30 de junho de 2015, a rubrica Contas diversas inclui o montante de Euros 65.456.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 38.699.000) relativo a responsabilidades associadas com benefícios pós-emprego, conforme referido na nota 44.

37. Capital e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 4.094.235.361,88 representado por 59.039.023.275 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

Na sequência da autorização prestada na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 11 de maio de 2015, o Banco procedeu em junho de 2015, ao aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários (ações preferenciais, valores mobiliários perpétuos e obrigações subordinadas) por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação (dos quais Euros 0,08 correspondem ao valor de emissão unitário e Euros 0,0034 a ágio) e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

O preço de emissão ou valor da Oferta Pública de Troca foi calculado pela média ponderada por volumes da cotação BCP nos últimos 5 dias aplicando um desconto de 7,5%. A diferença entre o preço de emissão (Euros 0,0834 por ação), e o valor de emissão (Euros 0,08 por ação), originou um prémio de emissão de Euros 16.470.667,11.

Em 24 de julho de 2014, o Banco registou um aumento do capital social de Euros 1.465.000.000 para Euros 3.706.690.253,08 através da emissão de 34.487.542.355 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, que foram oferecidas à subscrição dos acionistas, no exercício dos respetivos direitos de preferência.

Na sequência da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de maio de 2014, o Banco tinha procedido, em junho de 2014, à redução do capital social de Euros 3.500.000.000 para Euros 1.465.000.000, sem alteração do número de ações, sem valor nominal, existentes à data, sendo a redução de Euros 2.035.000.000 para cobertura de perdas verificadas nas contas individuais do Banco relativas ao exercício de 2013.

As ações preferenciais incluem duas emissões efetuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 ações preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de junho de 2004;

- 10.000 ações preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de outubro de 2005.

Em outubro de 2011 foi efetuada a troca de ações preferenciais por novos instrumentos de dívida. O montante de ações preferenciais ascende a Euros 171.175.000 em 30 de junho de 2015.

Os outros instrumentos de capital incluem três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

A grande maioria dos títulos associados a estas emissões foram trocados no âmbito da oferta pública de troca de Valores mobiliários perpétuos por ações, efetuada em 2011. O montante ascende em 30 de junho de 2015, a Euros 9.853.000.

De acordo com as condições da emissão de Instrumentos de Capital *Core Tier I* subscritos pelo Estado, ao abrigo da Lei nº 63-A/2008 e da Portaria nº 150-A/2012 (CoCos), o Banco não poderá distribuir dividendos enquanto a emissão não for totalmente reembolsada.

38. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. O Banco manteve inalterada a sua reserva legal no montante de Euros 193.270.000.

39. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos nas reservas de justo valor	(48.726)	160.078
Crédito titulado (*)	(18)	(20)
Ativos financeiros detidos até à maturidade (*)	(1.082)	(1.207)
Cobertura de fluxos de caixa	(8.132)	2.852
	(57.958)	161.703
Impostos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	14.914	(48.002)
Crédito titulado	6	6
Ativos financeiros detidos até à maturidade	341	380
Cobertura de fluxos de caixa	2.399	(841)
	17.660	(48.457)
Reservas de justo valor líquidas de impostos	(40.298)	113.246
Perdas atuariais (efeito líquido de impostos)	(2.273.872)	(2.299.532)
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(451.088)	(451.088)
Reserva legal	193.270	193.270
Reserva estatutária	30.000	30.000
Outras reservas e resultados acumulados	1.576.709	2.259.612
Reservas e resultados acumulados	(924.981)	(267.738)

(*) Refere-se ao montante não periodificado da reserva de justo valor na data da reclassificação, para títulos objeto de reclassificação.

As Reservas de justo valor correspondem essencialmente às variações acumuladas do valor de mercado dos Ativos financeiros detidos para venda e da Cobertura de fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

A movimentação, durante o primeiro semestre de 2015, da Reserva de justo valor em Crédito titulado, Ativos financeiros disponíveis para venda e Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada conforme segue:

	2015					
	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Transferências Euros '000	Variação de justo valor Euros '000	Imparidade em resultados Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 30 junho Euros '000
Títulos de Dívida Pública Portuguesa	20.817	282.216	(163.443)	-	(313.707)	(174.117)
Outros	138.034	-	(29.102)	28.547	(13.188)	124.291
	158.851	282.216	(192.545)	28.547	(326.895)	(49.826)

A movimentação, durante o primeiro semestre de 2014, da Reserva de justo valor em Crédito titulado, Ativos financeiros disponíveis para venda e Ativos financeiros detidos até à maturidade é analisada conforme segue:

	2014				
	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Variação de justo valor Euros '000	Imparidade em resultados Euros '000	Alienação Euros '000	Saldo em 30 junho Euros '000
Títulos de Dívida Pública Portuguesa	81.386	122.102	-	(152.349)	51.139
Obrigações Hipotecárias BII 2014	138	28.298	-	-	28.436
Outros	22.521	134.784	45.573	(104.997)	97.881
	104.045	285.184	45.573	(257.346)	177.456

40. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015			dez 2014		
	Valor de Capitais próprios Euros '000	Número de títulos	Valor unitário médio Euros	Valor de Capitais próprios Euros '000	Número de títulos	Valor unitário médio Euros
Outros títulos próprios	6.931			1.239		
	6.931			1.239		

41. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Garantias e avales prestados	4.335.450	4.625.561
Garantias e avales recebidos	24.238.777	24.745.316
Compromissos perante terceiros	7.698.031	6.094.120
Compromissos assumidos por terceiros	11.061.886	10.442.717
Valores recebidos em depósito	119.998.054	113.733.613
Valores depositados na Central de Valores	126.443.929	119.922.441
Outras contas extrapatrimoniais	128.798.087	126.003.321

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	3.003.738	3.236.055
Cartas de crédito *stand-by*	68.032	67.600
Créditos documentários abertos	209.014	245.087
Fianças e indemnizações	543.014	505.906
Outros passivos eventuais	511.652	570.913
	4.335.450	4.625.561
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	2.300.000	36.417
Linhas de crédito irrevogáveis	473.963	946.394
Outros compromissos irrevogáveis	122.492	122.496
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	3.996.301	3.977.308
Facilidades em descobertos de conta	805.275	1.011.505
	7.698.031	6.094.120

As Garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Banco presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As Cartas de crédito e os Créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transações comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transações encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os Compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objetiva de imparidade tal como descrito na política contabilística descrita na nota 1 b). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais. Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se preveem quaisquer perdas materiais nestas operações.

42. Factos relevantes ocorridos durante o primeiro semestre de 2015

Aumento de Capital Social do Banco Comercial Português, S.A. de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88

Em junho de 2015, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu a um aumento de capital de Euros 3.706.690.253,08 para Euros 4.094.235.361,88, mediante a emissão de 4.844.313.860 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, resultantes da conclusão da oferta pública parcial e voluntária de aquisição de valores mobiliários (ações preferenciais, valores mobiliários perpétuos e obrigações subordinadas) por contrapartida de ações ordinárias, com preço de emissão de Euros 0,0834 por ação (dos quais Euros 0,08 correspondem ao valor de emissão unitário e Euros 0,0034 a ágio) e admissão à negociação no Mercado Regulamentado Euronext Lisbon das novas ações.

O preço de emissão ou valor da Oferta Pública de Troca foi calculado pela média ponderada por volumes da cotação BCP nos últimos 5 dias aplicando um desconto de 7,5%. A diferença entre o preço de emissão (Euros 0,0834 por ação), e o valor de emissão (Euros 0,08 por ação), originou um prémio de emissão de Euros 16.470.667,11.

Conclusão da venda da Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

O Banco Comercial Português, S.A. ("Banco") concluiu, em maio de 2015, o processo de alienação da totalidade do capital social da Millennium bcp Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. ("MGA") à Corretaje e Información Monetária y de Divisas, S.A. ("Grupo CIMD").

O Banco continuará a comercializar os fundos de investimento geridos pela MGA, dos quais é, aliás, depositário.

Deliberações da Assembleia Geral Anual de Acionistas

Em 11 de maio de 2015, foi realizada a Assembleia Geral Anual do Banco Comercial Português, S.A, tendo estado presentes acionistas detentores de 46,63% do capital social e tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

(i) Aprovação do relatório de gestão, balanço e contas individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2014;

(ii) Aprovação da proposta de transferência do resultado líquido negativo apurado no balanço individual, relativo ao exercício de 2014, para Resultados Transitados;

(iii) Aprovação do voto de confiança e louvor no Conselho de Administração, incluindo Comissão Executiva e Comissão de Auditoria e em cada um dos respetivos membros, bem como do Revisor Oficial de Contas;

(iv) Aprovação da declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização;

(v) Aprovação da Política de Seleção e Avaliação da Adequação dos Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização;

(vi) Aprovação da cooptação de vogal não executiva do Conselho de Administração para exercício de funções no mandato 2012/2014;

(vii) Eleição dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, para exercerem funções no triénio 2015/2017;

(viii) Eleição dos membros do Conselho Estratégico Internacional, para exercerem funções no triénio 2015/2017;

(ix) Eleição dos membros do Conselho de Remuneração e Previdência para exercerem funções no triénio 2015/2017, e fixada a respetiva remuneração;

(x) Aprovação da designação de sociedade de revisores oficiais de contas independente, para nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais, verificar as entradas em espécie e elaborar relatório tendo por objeto os valores mobiliários que constituem as entradas em espécie objeto do Ponto Onze da ordem de trabalhos da Assembleia Geral;

(xi) Aprovação do lançamento de oferta pública de troca de valores mobiliários subordinados por ações e consequente reforço por incremento do capital social até Euros 428.000.000,00 por novas entradas em espécie, mediante a emissão de até 5.350.000.000 novas ações sem valor nominal, sendo:

a) as novas entradas constituídas pelos valores mobiliários emitidos pelo Banco e pela subsidiária BCP Finance Company Ltd com os códigos ISIN PTBCPMOM0002, PTBCLWXE0003, PTBCPZOE0023, PTBIPNOM0062, PTBCTCOM0026, XS0194093844 e XS0231958520, e

b) as novas ações emitidas com preço de emissão por ação correspondente a 93% da média ponderada por volumes da cotação das ações do Banco no mercado regulamentado da Euronext Lisbon nos cinco dias de negociação imediatamente anteriores ao dia do lançamento da oferta pública de troca, sendo, sem prejuízo do valor mínimo legal, o preço de emissão até 0,08 euros por ação correspondente ao valor de emissão e, no excedente, correspondente a ágio, e bem assim sobre a consequente alteração estatutária (n.º 1 do art.º 4.º do contrato de sociedade); e

(xii) Aprovação da proposta de aquisição e a alienação de ações e obrigações próprias.

Alienação de 15,41% do capital social do Bank Millennium, S.A. (Polónia)

No final do mês de março de 2015, e no âmbito de uma operação de *accelerated placement*, o Grupo alienou a investidores institucionais 186.979.631 ações do Bank Millennium (Polónia) representativas de 15,41% do capital social do Banco pelo montante de Euros 304 milhões aproximadamente (PLN 1.240 milhões).

Após esta operação, o Grupo passou a deter uma participação de 50,1% no capital social do Banco mantendo o controlo, nos termos da IFRS 10.

43. Justo Valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo, a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Aplicações em Instituições de Crédito, Depósitos de Instituições de Crédito e Ativos com Acordos de Recompra

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

Para os recursos de Bancos Centrais foi considerado que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor, atendendo à tipologia das operações e ao prazo associado. A taxa de remuneração das tomadas de fundos junto do Banco Central Europeu, em 30 de junho de 2015 é de 0,05% (31 de dezembro de 2014: 0,05%).

Para as restantes aplicações e recursos, a taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Banco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período). Para 30 de junho de 2015, a taxa média de desconto foi de 1,45% para as aplicações e de -1,47% para os Repos e 0,13% para os restantes recursos. Em dezembro de 2014 as mesmas tinham sido de 0,42%, -1,31% e 0,37%, respetivamente.

Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados) e Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (*"Bid-price"*), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Derivados de cobertura e de negociação

Todos os derivados se encontram contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados "ao balcão", aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Banco. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 3,94% em 30 de junho de 2015 e de 3,76% em 31 de dezembro de 2014. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Banco. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 0,86% em 30 de junho de 2015 e de 0,96% em 31 de dezembro de 2014.

Títulos de dívida emitidos e Passivos subordinados

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes cujo justo valor ainda não se encontra refletido em balanço. Nos instrumentos que são a taxa fixa e para os quais o Banco adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting,* o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais do Banco.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito *(spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos Clientes não institucionais do Banco, adicionou-se mais um diferencial *(spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respetivo na rede comercial própria.

A média das taxas de referência da curva de rendimentos obtida a partir das cotações de mercado do Euro e utilizada no apuramento do justo valor das emissões subordinadas colocadas no mercado institucional foi de 5,80% (31 de dezembro de 2014: 6,79%). No que respeita às emissões subordinadas colocadas no retalho apurou-se uma taxa de desconto de 3,93% (31 de dezembro de 2014: 7,20%). A taxa média de desconto apurada para as emissões sénior (incluindo as garantidas pelo Estado e hipotecárias) foi de 1,92% (31 de dezembro de 2014: 1,61%) para emissões colocadas no mercado institucional e 2,57% (31 de dezembro de 2014: 2,76%) para emissões sénior e colateralizadas colocadas no mercado de retalho.

Para títulos de dívida emitidos, o cálculo do justo valor incidiu sobre a totalidade das componentes destes instrumentos, sendo que a diferença positiva apurada de Euros 88.353.000 (31 de dezembro de 2014: uma diferença positiva de Euros 107.614.000), inclui um montante a pagar de Euros 16.000 (31 de dezembro de 2014: um montante a pagar de Euros 54.000) que reflete o justo valor dos derivados embutidos nas emissões e se encontra registado em ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 30 de junho de 2015, a tabela com as taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco:

	Moedas			
	EUR	**USD**	**GBP**	**PLN**
1 dia	-0,16%	0,22%	0,48%	1,52%
7 dias	-0,14%	0,27%	0,50%	1,52%
1 mês	-0,11%	0,36%	0,60%	1,56%
2 meses	-0,08%	0,41%	0,66%	1,59%
3 meses	-0,06%	0,45%	0,71%	1,62%
6 meses	0,02%	0,59%	0,84%	1,69%
9 meses	0,09%	0,76%	0,99%	1,71%
1 ano	0,07%	0,50%	1,11%	1,78%
2 anos	0,12%	0,87%	1,10%	1,99%
3 anos	0,21%	1,22%	1,35%	2,18%
5 anos	0,49%	1,73%	1,69%	2,53%
7 anos	0,78%	2,09%	1,92%	2,79%
10 anos	1,14%	2,41%	2,13%	2,99%
15 anos	1,49%	2,67%	2,30%	3,15%
20 anos	1,63%	2,79%	2,35%	3,19%
30 anos	1,68%	2,88%	2,33%	3,19%

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 30 de junho de 2015:

	jun 2015				
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	**Ao justo valor através de reservas Euros '000**	**Custo amortizado Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	1.326.801	1.326.801	1.326.801
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	244.992	244.992	244.992
Aplicações em instituições de crédito	-	-	663.709	663.709	678.817
Crédito a clientes	-	-	35.887.685	35.887.685	35.737.368
Ativos financeiros detidos para negociação	1.198.391	-	-	1.198.391	1.198.391
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	8.366.502	-	8.366.502	8.366.502
Derivados de cobertura	52.855	-	-	52.855	52.855
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	436.742	436.742	431.205
	1.251.246	8.366.502	38.559.929	48.177.677	48.036.931
Depósitos de instituições de crédito	-	-	11.386.380	11.386.380	11.560.425
Depósitos de clientes	2.867.905	-	31.490.484	34.358.389	35.021.299
Títulos de dívida emitidos	700.434	-	3.534.150	4.234.584	4.332.931
Passivos financeiros detidos para negociação	727.131	-	-	727.131	727.131
Derivados de cobertura	35.730	-	-	35.730	35.730
Passivos subordinados	-	-	1.650.903	1.650.903	1.577.974
	4.331.200	-	48.061.917	52.393.117	53.255.490

O quadro seguinte resume, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2014:

	dez 2014				
	Ao justo valor através de resultados Euros '000	**Ao justo valor através de reservas Euros '000**	**Custo amortizado Euros '000**	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	532.837	532.837	532.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	223.937	223.937	223.937
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.268.991	1.268.991	1.289.985
Crédito a clientes	-	-	36.760.931	36.760.931	36.464.452
Ativos financeiros detidos para negociação	1.336.286	-	-	1.336.286	1.336.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	5.515.871	-	5.515.871	5.515.871
Derivados de cobertura	53.157	-	-	53.157	53.157
Ativos financeiros detidos até à maturidade	-	-	2.311.181	2.311.181	2.547.752
	1.389.443	5.515.871	41.097.877	48.003.191	47.964.277
Depósitos de instituições de crédito	-	-	10.721.087	10.721.087	10.873.588
Depósitos de clientes	1.918.419	-	33.137.479	35.055.898	35.820.671
Títulos de dívida emitidos	592.443	-	3.995.745	4.588.188	4.695.802
Passivos financeiros detidos para negociação	806.480	-	-	806.480	806.480
Derivados de cobertura	28.547	-	-	28.547	28.547
Passivos subordinados	-	-	2.019.364	2.019.364	2.237.936
	3.345.889	-	49.873.675	53.219.564	54.463.024

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 30 de junho de 2015:

	jun 2015				
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Instrumentos financeiros ao custo**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.326.801	-	-	-	1.326.801
Disponibilidades em outras instituições de crédito	244.992	-	-	-	244.992
Aplicações em instituições de crédito	-	-	678.817	-	678.817
Crédito a clientes	-	-	35.737.368	-	35.737.368
Ativos financeiros detidos para negociação	419.935	626.898	151.558	-	1.198.391
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.945.309	171.805	2.188.121	61.267	8.366.502
Derivados de cobertura	-	52.855	-	-	52.855
Ativos financeiros detidos até à maturidade	56.696	374.509	-	-	431.205
	7.993.733	1.226.067	38.755.864	61.267	48.036.931
Depósitos de instituições de crédito	-	-	11.560.425	-	11.560.425
Depósitos de clientes	-	-	35.021.299	-	35.021.299
Títulos de dívida emitidos	493.865	3.839.066	-	-	4.332.931
Passivos financeiros detidos para negociação	69.202	639.491	18.438	-	727.131
Derivados de cobertura	-	35.730	-	-	35.730
Passivos subordinados	-	1.577.974	-	-	1.577.974
	563.067	6.092.261	46.600.162	-	53.255.490

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2014:

	dez 2014				
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Instrumentos financeiros ao custo**	**Total**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	532.837	-	-	-	532.837
Disponibilidades em outras instituições de crédito	223.937	-	-	-	223.937
Aplicações em instituições de crédito	-	-	1.289.985	-	1.289.985
Crédito a clientes	-	-	36.464.452	-	36.464.452
Ativos financeiros detidos para negociação	439.791	896.495	-	-	1.336.286
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.100.089	208.710	2.127.157	79.915	5.515.871
Derivados de cobertura	-	53.157	-	-	53.157
Ativos financeiros detidos até à maturidade	2.172.301	375.451	-	-	2.547.752
	6.468.955	1.533.813	39.881.594	79.915	47.964.277
Depósitos de instituições de crédito	-	-	10.873.588	-	10.873.588
Depósitos de clientes	-	-	35.820.671	-	35.820.671
Títulos de dívida emitidos	392.528	4.303.274	-	-	4.695.802
Passivos financeiros detidos para negociação	81.568	716.410	8.502	-	806.480
Derivados de cobertura	-	28.547	-	-	28.547
Passivos subordinados	-	2.237.936	-	-	2.237.936
	474.096	7.286.167	46.702.761	-	54.463.024

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spread*s, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado ativo em que ocorrem transações do instrumento financeiro com frequência e volume suficientes para fornecer informação sobre preços de forma contínua, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;

- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;

- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;

- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação;

- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

44. Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, conforme referido na política contabilística 1 v).

O número de participantes do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português abrangidos pelo plano de pensões de reforma e outros benefícios é o seguinte:

	jun 2015	dez 2014
Número de participantes		
Reformados e Pensionistas	16.368	16.323
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	3.183	3.065
Pessoal no Ativo	7.679	7.857
	27.230	27.245

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 v), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e outros benefícios e respetivas coberturas, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Responsabilidades por benefícios projetados		
Reformados e Pensionistas	1.852.937	1.831.928
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	200.001	183.598
Pessoal no Ativo	1.056.289	1.086.910
	3.109.227	3.102.436
Valor do Fundo	(3.043.771)	(3.063.737)
(Ativos) / Passivos líquidas em balanço	65.456	38.699
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral		
Saldo em 1 de janeiro	2.907.826	2.419.719
(Ganhos) e perdas atuariais do período	36.870	471.177
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	-	16.930
Saldo fim do período	2.944.696	2.907.826

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados é analisada conforme segue:

	jun 2015			dez 2014
	Responsabilidades benefícios pós-emprego Euros '000	**Extra-Fundo Euros '000**	**Total Euros '000**	**Total Euros '000**
Saldo em 1 de janeiro	2.759.893	342.543	3.102.436	2.512.776
Custo normal	(1.109)	100	(1.009)	(4.353)
Custo dos juros	34.102	4.146	38.248	96.705
(Ganhos) / perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	(292)	3.203	2.911	887
Resultantes de alterações de pressupostos	-	-	-	566.596
Pagamentos	(32.458)	(10.934)	(43.392)	(79.198)
Programas de reformas antecipadas	1.193	(82)	1.111	1.234
Contribuições dos colaboradores	4.329	-	4.329	9.574
Transferência para outros planos	4.593	-	4.593	(1.785)
Saldo fim do período	2.770.251	338.976	3.109.227	3.102.436

Em 30 de junho de 2015, o valor das pensões pagas pelo Fundo, excluindo outros benefícios incluídos no Extra-Fundo, ascendeu a Euros 32.458.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 57.177.000).

O valor das responsabilidades com Benefícios de Saúde estão integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões e correspondem, em 30 de junho de 2015, a Euros 328.543.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 296.814.000).

No âmbito da cobertura de algumas responsabilidades relacionadas com pensões de reforma o Banco contratou com a Ocidental Vida a aquisição de apólices de seguro de renda vitalícia imediata, cujas responsabilidades ascendiam, em 30 de junho de 2015, a Euros 75.932.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 78.406.000), com vista ao pagamento:

i) de pensões a ex-membros do antigo Conselho de Administração Executivo no âmbito do Regulamento de Reforma dos Administradores do Banco;

ii) de pensões e complementos de reforma a colaboradores reformados ao abrigo do Fundo de Pensões dos Trabalhadores do Grupo BCP constituído em 28 de dezembro de 1987, bem como a colaboradores reformados ao abrigo de outros Fundos de Pensões que vieram posteriormente a ser integrados no Fundo de Pensões do Grupo BCP e que previam que os benefícios de reforma seriam pagos através da aquisição de apólices de seguros, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei n.º 12/2006.

A Ocidental Vida é detida a 100% pelo Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo), que é detido a 49% pelo Grupo BCP.

A evolução do valor dos ativos do Fundo é analisado como segue:

	jun 2015 Euros '000	**dez 2014 Euros '000**
Saldo em 1 de janeiro	3.063.737	2.525.239
Rendimento projetado dos ativos	35.395	93.589
Ganhos e (perdas) atuariais	(33.959)	96.306
Contribuições para o Fundo	-	395.200
Pagamentos efetuados	(32.458)	(57.177)
Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos não atribuídos respeitantes ao Plano complementar	1.938	2.791
Contribuições de colaboradores	4.329	9.574
Transferências para outros planos	4.789	(1.785)
Saldo fim do período	3.043.771	3.063.737

Os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	**dez 2014 Euros '000**
Ações	717.320	738.674
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1.209.828	898.878
Unidades de participação em fundos mobiliários	200.631	188.294
Unidades de participação em fundos imobiliários	237.605	271.856
Imóveis	299.608	299.173
Aplicações em Bancos e outros	378.779	666.862
	3.043.771	3.063.737

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Banco que, em 31 de dezembro de 2015, ascendem a Euros 298.931.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 298.497.000).

As rubricas Ações, Obrigações e outros títulos de rendimento fixo e Aplicações em Bancos e outros, incluem ativos emitidos pelas empresas do Grupo BCP que são analisados como segue:

	jun 2015 **Euros '000**	**dez 2014** **Euros '000**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	128.877	128.694
Aplicações em Bancos	344.630	643.547
	473.507	772.241

A evolução dos (ativos) / responsabilidades líquidas em balanço é analisada como segue:

	jun 2015 **Euros '000**	**dez 2014** **Euros '000**
Valores em 1 de janeiro	38.699	(12.463)
Reconhecidos na Demonstração dos Resultados:		
Custo normal	(1.009)	(4.353)
Custo / (proveito) dos juros	2.853	3.116
Custo com programas de reformas antecipadas	1.111	1.234
Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos		
não atribuídos respeitantes ao Plano complementar	(1.938)	(2.791)
Reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral:		
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Rendimento do Fundo	33.959	(96.306)
Desvio entre responsabilidades esperadas e efetivas	2.911	887
Resultantes de alterações de pressupostos	-	566.596
Contribuições para o Fundo	-	(395.200)
Pagamentos	(11.130)	(22.021)
Valores no final do período	65.456	38.699

Em 30 de junho de 2015, a soma entre o Custo com programas de reformas antecipadas no montante de Euros 1.111.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 1.234.000) e o Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos não atribuídos respeitantes ao Plano complementar, num proveito de Euros 1.938.000 (31 de dezembro de 2014: um proveito de Euros 2.791.000), foram assignados à provisão para custos de reestruturação, conforme nota 36.

Em 30 de junho de 2015 não foram efetuadas pelo Banco contribuições em dinheiro para o Fundo (31 de dezembro de 2014: contribuições efetuadas pelo Banco em dinheiro para o Fundo no montante de Euros 395.200.000).

Em conformidade com o disposto na IAS 19, o Banco contabilizou como custo com benefícios pós-emprego, o montante de Euros 1.844.000 (30 de junho de 2014: proveito de Euros 3.142.000) cuja análise é apresentada como se segue:

	jun 2015 **Euros '000**	**jun 2014** **Euros '000**
Custo dos serviços correntes	(1.009)	(2.999)
Custo / (proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	2.853	1.658
Custo com programas de reformas antecipadas	-	(943)
Valor transferido para o Fundo decorrente de direitos adquiridos		
não atribuídos respeitantes ao Plano complementar	-	(858)
(Proveito) / Custo do período	1.844	(3.142)

Atendendo a que o Regulamento de Reforma dos Administradores prevê que as reformas sejam objeto de uma atualização anual, e como não é prática no mercado segurador a aquisição de rendas vitalícias que incorporem um fator de atualização variável, o Banco, observando os critérios atuariais pertinentes, procedeu ao apuramento e ao registo nas suas demonstrações financeiras do montante necessário para fazer face àquela atualização.

Em conformidade com a política de remuneração de Administradores, o Banco tem a responsabilidade de suportar o custo com as pensões de reforma dos antigos membros do Conselho de Administração Executivo, bem como com o Plano Complementar de acordo com as normas aplicáveis, estando as responsabilidades calculadas cobertas pelo Fundo de Pensões, pelo Extra-Fundo e por apólices de capitalização de renda vitalícia.

Para fazer face à atualização das responsabilidades contratadas através de apólice de capitalização de renda vitalícia, em resultado de cálculos atuariais, o Banco tem registada uma provisão no montante de Euros 3.153.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 3.153.000).

A movimentação dos valores das responsabilidades com pensões de reforma a pagar a anteriores membros do Conselho de Administração Executivo, incluídos na rubrica de Outros passivos, é analisada como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	3.153	4.176
Reposições	-	(1.023)
Saldo no final do período	3.153	3.153

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Grupo utilizou os seguintes pressupostos atuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma:

	Fundo Banco Comercial Português	
	jun 2015	dez 2014
Taxa de crescimento salarial	0,75% até 2017 1,00% após 2017	0,75% até 2017 1,00% após 2017
Taxa de crescimento das pensões	0,00% até 2017 0,50% após 2017	0,00% até 2017 0,50% após 2017
Taxa de rendimento do Fundo	2,50%	2,50%
Taxa de desconto	2,50%	2,50%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 2 anos	TV 73/77 - 2 anos
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 3 anos
Taxa de invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de *turnover*	0,00%	0,00%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,50%	6,50%

As tábuas de mortalidade consideram uma idade inferior à idade efetiva dos beneficiários, em menos dois anos para os homens e em menos três anos para as mulheres, que se traduz numa esperança média de vida superior.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) *duration* das responsabilidades do plano de benefícios.

O Banco face (i) aos desvios positivos verificados no último exercício e (ii) à atual tendência de evolução dos salários e à situação económica a esta data, determinou uma taxa de crescimento dos salários progressiva de 0,75% até 2017 e 1,00% a partir de 2017 e uma taxa de crescimento das pensões de 0,00% até 2017 e de 0,50% a partir de 2017.

De acordo com as exigências da IAS 19, a taxa de rendimento do fundo considerada no cálculo do valor atual das responsabilidades, corresponde à taxa de desconto.

No entanto, apresenta-se abaixo a estimativa de rendimento esperado para 2015:

	2015	
Classe de Ativos	% da Carteira	Rendimento Esperado
Ações	23,57%	6,47%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	39,75%	3,56%
Unidades de participação em fundos mobiliários	6,59%	1,33%
Unidades de participação em fundos imobiliários	7,81%	0,33%
Imóveis	9,84%	6,58%
Aplicações em Bancos e outros	12,44%	1,30%
Rendimento total esperado		3,86%

As perdas atuariais líquidas do período no montante de Euros 36.868.000 (31 de dezembro de 2014: perdas atuariais de Euros 471.177.000) são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados e são analisados conforme segue:

	(Ganhos)/Perdas atuariais			
	jun 2015		**dez 2014**	
	Valores efetivamente verificados em %	**Euros '000**	**Valores efetivamente verificados em %**	**Euros '000**
Desvios entre as responsabilidades esperadas e efetivas:				
Taxa de crescimento dos salários	0,00%	-	0,74%	(2.452)
Invalidez	0,00%	-	0,12%	2.935
Desvios de mortalidade	0,00%	-	0,24%	6.025
Outros	0,00%	2.911	-0,22%	(5.621)
Alterações de pressupostos:				
Taxa de desconto	0,00%	-	2,50%	758.899
Taxa de crescimento dos salários	-	-	-	(120.352)
Taxa de crescimento das pensões	-	-	-	(150.273)
Tábua de mortalidade		-		78.322
Rendimento dos Fundos	0,46%	33.959	8,14%	(96.306)
		36.870		471.177

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19, é a seguinte:

	Impacto da alteração de pressupostos financeiros			
	jun 2015		**dez 2014**	
	- 0,25% Euros '000	**+ 0,25% Euros '000**	**- 0,25% Euros '000**	**+ 0,25% Euros '000**
Taxa de Desconto	134.375	(127.722)	134.082	(127.443)
Taxa de Crescimento das Pensões	(105.146)	111.670	(104.916)	111.426
Taxa de Crescimento dos Salários	(48.257)	50.818	(48.152)	50.707

	Impacto da alteração de pressupostos demográficos			
	jun 2015		**dez 2014**	
	- 1 ano Euros '000	**+ 1 ano Euros '000**	**- 1 ano Euros '000**	**+ 1 ano Euros '000**
Alteração da Tábua de Mortalidade	91.288	(91.869)	91.089	(91.668)

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise de sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% para 7,5%) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5%) de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	jun 2015		**dez 2014**	
	Euros '000		**Euros '000**	
	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)	**Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)**	**Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)**	**Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)**
Impacto no custo com pensões	555	(555)	573	(573)
Impacto nas responsabilidades	50.545	(50.545)	50.606	(50.606)

As responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade, por não serem responsabilidades pós-emprego, não estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Banco. Em 30 de junho de 2015, as responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade ascendem a Euros 46.525.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 46.904.000) e estão cobertas por provisões em igual montante.

O custo relativo ao primeiro semestre de 2015 e 2014 para o prémio de antiguidade é o seguinte:

	jun 2015 Euros '000	**jun 2014 Euros '000**
Custo dos serviços correntes	1.184	1.255
Custo dos juros	562	1.027
(Ganhos) e perdas atuariais	(515)	438
Custo do período	1.231	2.720

45. Partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Banco as empresas detalhadas nas notas 24 - Investimentos em subsidiárias e associadas e 51 - Empresas subsidiárias e associadas do Banco Comercial Português S.A., bem como o Fundo de Pensões, os membros do Conselho de Administração e os elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de 1ª linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão foram igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa

O Banco concede empréstimos no decurso normal das suas atividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos coletivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros da Comissão Executiva e seus familiares diretos o crédito registado à data de 30 de junho de 2015 ascendia a Euros 214.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 131.000), representando 0,01% dos capitais próprios (31 de dezembro de 2014: 0,00%). Estes créditos foram concedidos em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Com referência a 30 de junho de 2015, o crédito, as transações de mercado monetário interbancário, garantias e linhas de crédito irrevogáveis que o Banco concedeu a administradores não executivos, a pessoas singulares com estes relacionadas e a entidades por estes controladas, ascende a Euros 85.383.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 71.545.000).

Relativamente aos elementos chave de gestão, o montante concedido de crédito e linhas de crédito irrevogáveis ascendeu, em 30 de junho de 2015, a Euros 9.440.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 8.629.000).

Remunerações aos membros do Conselho de Administração e elementos chave de gestão

Tendo presente que a remuneração dos membros da Comissão Executiva tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro da Comissão Executiva será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

As remunerações fixas que foram pagas aos membros da Comissão Executiva durante o primeiro semestre de 2015 ascenderam a Euros 1.074.000 (30 de junho de 2014: Euros 1.040.000), sendo que Euros 40.000 (30 de junho de 2014: Euros 64.000) foram suportados por empresas subsidiárias ou por empresas em cujos órgãos sociais representem interesses do Grupo. Relativamente ao primeiro semestre de 2015 e de 2014, não foram atribuídas aos membros da Comissão Executiva quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Durante o primeiro semestre de 2015, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social, relativos aos membros do Comissão Executiva no montante de Euros 245.000 (30 de junho de 2014: Euros 231.000) e para o Fundo de Pensões no montante de Euros 20.000 (30 de junho de 2014: Euros 12.000).

As remunerações fixas pagas aos elementos chave de gestão, no primeiro semestre de 2015, ascenderam a Euros 3.432.000 (30 de junho de 2014: Euros 3.886.000), tendo ainda sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 844.000 (30 de junho de 2014: Euros 986.000), Fundo de Pensões no montante de Euros 71.000 (30 de junho de 2014: Euros 21.000) e Prémio de antiguidade no montante Euros 38.000 (30 de junho de 2014: Euros 86.000).

Relativamente aos membros não executivos do Conselho de Administração foram pagas, no primeiro semestre de 2015, remunerações fixas no montante de Euros 282.000 (30 de junho de 2014: Euros 291.000), tendo sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 67.000 (30 de junho de 2014: Euros 85.000).

Transações com o Fundo de Pensões

Durante o primeiro semestre de 2015, foram efetuadas vendas de obrigações ao Fundo de pensões no montante de Euros 4.867.000. Durante o exercício de 2014, foram efetuadas compras ao Fundo de pensões no montante de Euros 420.000.000 referentes a títulos da dívida pública portuguesa.

No âmbito dos imóveis do Fundo cujo inquilino é o Grupo, o montante de rendas incorridas no primeiro semestre de 2015 ascende a Euros 9.516.000 (30 de junho de 2014: Euros 10.066.000).

A posição acionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos Sociais, Dirigentes e pessoas estreitamente relacionadas com estas categorias, é a seguinte:

Acionistas / Obrigacionistas	Título	N.º de títulos à data de		Movimento em 2015			
		30/06/2015	31/12/2014	Aquisições	Alienações	Data	Preço Unitário Euros
Membros de Órgãos Sociais							
António Vítor Martins Monteiro	Ações BCP	18.119	18.119				
Carlos José da Silva	Ações BCP	1.165.812	1.165.812				
	Obrig BCP Ret Sem Cresc III/12EUR 3/2013	300	300				
Nuno Manuel da Silva Amado	Ações BCP	3.824.650	3.824.650				
Álvaro Roque de Pinho de Bissaia Barreto	Ações BCP	0	0				
André Magalhães Luiz Gomes	Ações BCP	53.451	53.451				
António Henriques Pinho Cardão	Ações BCP	772.843	772.843				
António Luís Guerra Nunes Mexia	Ações BCP	11.330	11.330				
Bernardo de Sá Braamcamp Sobral Sottomayor	Ações BCP	0	0				
Cidália Maria Mota Soares	Ações BCP	10.247	10.247				
César Paxi Manuel João Pedro	Ações BCP	0	0				
Jaime de Macedo Santos Bastos	Ações BCP	4.037	4.037				
João Bernardo Bastos Mendes Resende	Ações BCP	0	0				
João Manuel Matos Loureiro	Ações BCP	13.180	13.180				
José Guilherme Xavier de Basto	Ações BCP	13.615	13.615				
	Obrig BCP Mill Rend Sem mar 10/13	5	5				
José Jacinto Iglésias Soares	Ações BCP	1.056.004	1.056.004				
José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha	Ações BCP	20.879	20.879				
José Rodrigues de Jesus	Ações BCP	0	0				
Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas	Ações BCP	275.002	275.002				
Miguel de Campos Pereira de Bragança	Ações BCP	1.715.485	1.715.485				
Miguel Maya Dias Pinheiro	Ações BCP	1.694.099	1.694.099				
Rui Manuel da Silva Teixeira	Ações BCP	170.389	170.389				
Dirigentes							
Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	Ações BCP	182.953	182.953				
Dulce Maria Pereira Cardoso Mota Jorge Jacinto	Ações BCP	143.335	143.335				
Fernando Manuel Majer de Faria	Ações BCP	1.757.406	1.757.406				
Filipe Maria de Sousa Ferreira Abecasis	Ações BCP	0	0				
Luis Miguel Manso Correia dos Santos	Ações BCP	100.000	100.000				
Mário António Pinho Gaspar Neves	Ações BCP	88.999	88.999				
	Certificado BCPI S6P 500	193	193				
	Certificado BCPI Eurostox 50	187	187				
Pedro Manuel Rendas Duarte Turras	Ações BCP	69.410	69.410				
Rui Pedro da Conceição Coimbra Fernandes	Ações BCP	0	0				
Pessoas estreitamente relacionadas com categorias anteriores							
Isabel Maria V Leite P Martins Monteiro	Ações BCP	14.605	14.605				
Maria da Graça dos Santos Fernandes de Pinho Cardão	Ações BCP	28.833	28.833				
Maria Helena Espassandim Catão	Ações BCP	1.750	1.750				
José Manuel de Vasconcelos Mendes Ferreira	Ações BCP	12.586	12.586				

À data de 30 de junho de 2015, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes, de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda e Outras contas a receber, são analisados como segue:

	Aplicações em ICs Euros '000	Crédito a Clientes Euros '000	Ativos Financ. detidos p/ negociação Euros '000	Ativos Financ. disp. p/ venda Euros '000	Outras contas a receber Euros '000	Total Euros '000
Banco Millennium Angola, S.A.	98.723	-	-	-	7.865	106.588
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	125.323	-	216	-	300	125.839
BCP Finance Bank Ltd	70	-	507	47.774	-	48.351
BCP Investment, B.V.	-	59.759	-	-	-	59.759
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	5.473	5.473
Grupo Bank Millennium (Polónia)	17.054	-	-	-	-	17.054
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	-	-	-	-	24.004	24.004
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	-	-	-	-	92.368	92.368
Millennium bcp Bank & Trust	-	-	7.320	-	-	7.320
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	-	-	-	703	703
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	-	-	-	13.523	13.523
Nanium, S.A.	-	18.739	-	-	13.620	32.359
QPR Investimentos, S.A.	-	-	-	-	21.872	21.872
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.930	-	-	-	-	1.930
Outras	-	208	6.707	117.772	183	124.870
	243.100	78.706	14.750	165.546	179.911	682.013

À data de 30 de junho de 2015, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco são analisados como segue:

	Depósitos de ICs Euros '000	Depósitos de Clientes Euros '000	Títulos de dívida emitidos Euros '000	Passivos Financ. detidos p/ negociação Euros '000	Passivos Subordinados Euros '000	Total Euros '000
Banco ActivoBank, S.A.	623.487	-	-	-	-	623.487
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	412.336	-	-	7.132	28.788	448.256
Banco Millennium Angola, S.A.	10.745	-	-	-	-	10.745
Banque BCP, S.A.S.	106.049	-	-	-	-	106.049
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	193	-	-	-	-	193
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	29.107	-	-	-	-	29.107
BCP África, S.G.P.S., Lda.	-	32.506	-	-	-	32.506
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	9.803	-	-	-	9.803
BCP Finance Bank Ltd	437.205	-	-	1.198	71.273	509.676
BCP Finance Company, Ltd	-	89.257	-	-	193.244	282.501
BCP Holdings (USA), Inc.	-	12.689	-	-	-	12.689
BCP International, B.V.	-	25.097	-	-	-	25.097
BCP Investment, B.V.	-	195.107	-	-	-	195.107
Bitalpart, B.V.	-	7.954	-	-	-	7.954
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	8.005	-	-	-	-	8.005
Grupo Bank Millennium (Polónia)	527	-	-	-	-	527
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	190	-	-	-	-	190
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	520	-	-	-	-	520
Millennium bcp Bank & Trust	42.617	-	-	-	-	42.617
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	248.732	-	-	-	248.732
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	4.160	-	-	-	4.160
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	723.883	2.346.784	-	-	3.070.667
Nanium, S.A.	1.749	-	-	-	-	1.749
QPR Investimentos, S.A.	3.255	-	-	-	-	3.255
SIBS, S.G.P.S., S.A.	1.094	-	-	-	-	1.094
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A.	1.534	-	-	-	-	1.534
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	243	-	-	-	-	243
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	2.816	-	-	-	-	2.816
Outras	-	113.231	-	-	-	113.231
	1.681.672	1.462.419	2.346.784	8.330	293.305	5.792.510

À data de 30 de junho de 2015, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões proveitos, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

	Juros e Proveitos equiparados Euros '000	Comissões Proveitos Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Lucros em operações financeiras Euros '000	Total Euros '000
Banco Millennium Angola, S.A.	1.517	142	417	-	2.076
Banco ActivoBank, S.A.	74	-	143	-	217
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	847	625	-	15	1.487
Banque BCP, S.A.S.	-	1	-	-	1
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	-	1	-	-	1
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	-	527	61	-	588
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	1	143	-	144
BCP Finance Bank Ltd	96	-	-	1.130	1.226
BCP Investment, B.V.	1.338	-	-	-	1.338
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	25	5.750	-	5.775
Grupo Bank Millennium (Polónia)	13	14	-	-	27
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	11.141	-	-	-	11.141
Millennium bcp Bank & Trust	1	-	-	371	372
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	2.404	126	-	2.530
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	10	-	-	10
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	1	-	-	-	1
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	54	3.458	-	3.512
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	26.358	3.202	-	29.560
Nanium, S.A.	49	64	-	-	113
SIBS, S.G.P.S., S.A.	-	2	-	-	2
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	118	572	-	-	690
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	-	2	2	-	4
Outras	1.422	849	66	-	2.337
	16.617	31.651	13.368	1.516	63.152

À data de 30 de junho de 2015, os custos do Banco com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões custo, Custos com pessoal, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

	Juros e Custos equiparados Euros '000	Comissões custo Euros '000	Custos com pessoal Euros '000	Fornecimentos e serviços de terceiros Euros '000	Prejuízos em operações financeiras Euros '000	Total Euros '000
Banco ActivoBank, S.A.	328	5.857	-	-	-	6.185
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	236	862	-	-	7.153	8.251
Banque BCP, S.A.S.	4.835	-	-	-	-	4.835
Banco Millennium Angola, S.A.	5	1	-	-	-	6
BCP África, S.G.P.S., Lda.	14	-	-	-	-	14
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	91	-	-	-	-	91
BCP Finance Bank Ltd	7.300	-	-	-	392	7.692
BCP Finance Company, Ltd	2.566	-	-	-	-	2.566
BCP Holdings (USA), Inc.	21	-	-	-	-	21
BCP International, B.V.	8	-	-	-	-	8
BCP Investment, B.V.	510	-	-	-	-	510
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	3	-	-	-	-	3
Bitalpart, B.V.	18	-	-	-	-	18
Grupo Bank Millennium (Polónia)	4	-	-	-	-	4
Millennium bcp Bank & Trust	45	-	-	-	480	525
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	4	-	-	-	-	4
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	403	-	-	-	-	403
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	-	-	18	-	18
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	-	-	11.921	-	11.921
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	28.184	-	1.450	4.481	-	34.115
Nanium, S.A.	1	-	-	-	-	1
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A.	6	-	-	-	-	6
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	1	-	-	-	1
Outras	145	44	-	4.949	-	5.138
	44.727	6.765	1.450	21.369	8.025	82.336

À data de 30 de junho de 2015, as contas extrapatrimoniais do Banco com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, incluídas nas rubricas de Garantias Prestadas e Compromissos assumidos perante terceiros, são analisados como segue:

	Garantias Prestadas Euros '000	Compromissos perante terceiros Euros '000	Total Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	89	273.481	273.570
Banco Millennium Angola, S.A.	3.102	-	3.102
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	-	200.000	200.000
BCP Finance Bank Ltd	340.476	-	340.476
BCP Finance Company, Ltd	171.175	-	171.175
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	1.197	-	1.197
Grupo Bank Millennium (Polónia)	354	-	354
Nanium, S.A.	-	-	-
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A.	-	-	-
Outras	-	29.943	29.943
	516.393	503.424	1.019.817

À data de 31 de dezembro de 2014, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Aplicações em instituições de crédito, de Crédito a clientes e de Ativos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda e Outras contas a receber, são analisados como segue:

	Aplicações em ICs Euros '000	**Crédito a Clientes Euros '000**	**Ativos Financ. detidos p/ negociação Euros '000**	**Ativos Financ. disp. p/ venda Euros '000**	**Outras contas a receber Euros '000**	**Total Euros '000**
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	-	772	-	-	-	772
Banco Millennium Angola, S.A.	126.330	-	-	-	7.428	133.758
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	125.096	-	247	-	-	125.343
BCP Finance Bank Ltd	26	-	751	4.178	-	4.955
BCP Investment, B.V.	-	58.413	-	-	-	58.413
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	-	-	-	-	5.285	5.285
Grupo Bank Millennium (Polónia)	17.048	-	-	-	-	17.048
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	-	-	-	-	38.227	38.227
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	-	-	-	-	91.988	91.988
Luanda Waterfront Corporation	-	-	-	-	27	27
Millennium bcp Bank & Trust	121	-	9.349	-	-	9.470
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	133	-	-	243	376
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	-	-	-	7.566	7.566
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	-	-	-	12.952	12.952
Nanium, S.A.	-	18.743	-	-	13.621	32.364
QPR Investimentos, S.A.	-	-	-	-	31.825	31.825
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	403	-	-	-	-	403
Outras	-	2.458	7.236	126.248	784	136.726
	269.024	80.519	17.583	130.426	209.946	707.498

À data de 31 de dezembro de 2014, os débitos do Banco sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de Depósitos de instituições de crédito, Depósitos de clientes, Títulos de dívida emitidos e de Passivos subordinados do Banco são analisados como segue:

	Depósitos de ICs Euros '000	Depósitos de Clientes Euros '000	Títulos de dívida emitidos Euros '000	Passivos Financ. detidos p/ negociação Euros '000	Passivos Subordinados Euros '000	Total Euros '000
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	-	1	-	-	-	1
Banco ActivoBank, S.A.	35.821	-	-	-	-	35.821
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	363.497	-	-	-	28.796	392.293
Banco Millennium Angola, S.A.	692	-	-	-	-	692
Banque BCP, S.A.S.	104.031	-	-	-	-	104.031
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	229	-	-	-	-	229
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	17.007	-	-	-	-	17.007
BCP África, S.G.P.S., Lda.	-	15.491	-	-	-	15.491
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	9.984	-	-	-	9.984
BCP Finance Bank Ltd	567.511	-	-	1.659	71.276	640.446
BCP Holdings (USA), Inc.	-	1.782	-	-	-	1.782
BCP Finance Company, Ltd	-	89.274	-	-	190.678	279.952
BCP Investment, B.V.	-	462.098	-	-	-	462.098
Bitalpart, B.V.	-	8.019	-	-	-	8.019
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	5.600	-	-	-	-	5.600
Flitptrell III, S.A.	-	3	-	-	-	3
Grupo Bank Millennium (Polónia)	6.871	-	-	-	-	6.871
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	-	17	-	-	-	17
Irgossai - Urbanização e construção, S.A.	-	24.734	-	-	-	24.734
Millennium bcp Bank & Trust	2.682	-	-	-	-	2.682
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	-	439.718	-	-	-	439.718
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	3.961	-	-	-	3.961
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	1.368	-	-	-	1.368
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	4.053	-	-	-	4.053
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	625.109	2.249.137	-	-	2.874.246
Nanium, S.A.	-	1.714	-	-	-	1.714
QPR Investimentos, S.A.	-	3.255	-	-	-	3.255
SIBS, S.G.P.S., S.A.	-	346	-	-	-	346
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A.	-	1.025	-	-	-	1.025
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	367	-	-	-	-	367
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	-	1.319	-	-	-	1.319
Outras	-	118.288	-	-	-	118.288
	1.104.308	1.811.559	2.249.137	1.659	290.750	5.457.413

À data de 31 de dezembro de 2014, os proveitos do Banco sobre empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, incluídos nas rubricas de Juros e proveitos equiparados, Comissões proveitos, Outros proveitos de exploração e Lucros em operações financeiras, são analisados como segue:

	Juros e Proveitos equiparados Euros '000	Comissões Proveitos Euros '000	Outros proveitos de exploração Euros '000	Lucros em operações financeiras Euros '000	Total Euros '000
Banco Millennium Angola, S.A.	3.033	333	755	-	4.121
Banca Millennium S.A. (Roménia)	-	-	-	170	170
Banco ActivoBank, S.A.	-	-	299	-	299
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	281.303	4	3	320	281.630
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	2	1.069	125	-	1.196
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	-	98	-	98
BCP Finance Bank Ltd	9.960	-	-	2.263	12.223
BCP Holdings (USA), Inc.	310	-	-	-	310
BCP Investment, B.V.	201	22	-	-	223
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	12	44	10.258	-	10.314
Grupo Bank Millennium (Polónia)	138	34	-	-	172
Millennium bcp Bank & Trust	303	-	-	6.748	7.051
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	-	6.720	327	-	7.047
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	22	-	-	22
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	120	7.178	-	7.298
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	-	61.682	5.533	-	67.215
SIBS, S.G.P.S., S.A.	1	4	-	-	5
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	782	1.536	-	-	2.318
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	87	57	58	-	202
Outras	2.842	3.050	158	-	6.050
	298.974	74.697	24.792	9.501	407.964

À data de 31 de dezembro de 2014, os custos do Banco com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, incluídos nas rubricas de Juros e custos equiparados, Comissões custo, Custos com pessoal, Fornecimentos e serviços de terceiros e Prejuízos em operações financeiras, são analisados como segue:

	Juros e Custos equiparados Euros '000	Comissões custo Euros '000	Custos com pessoal Euros '000	Fornecimentos e serviços de terceiros Euros '000	Prejuízos em operações financeiras Euros '000	Total Euros '000
Banca Millennium S.A. (Roménia)	8	-	-	-	564	572
Banco ActivoBank, S.A.	492	7.583	-	-	-	8.075
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	247.499	1.402	-	-	9	248.910
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	7	-	-	-	-	7
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	37	-	-	-	-	37
BCP Finance Bank Ltd	20.836	-	-	-	2.926	23.762
BCP Finance Company, Ltd	30.053	-	-	-	-	30.053
BCP Investment, B.V.	4.124	-	-	-	-	4.124
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	22	-	-	-	-	22
Bitalpart, B.V.	1.549	-	-	-	-	1.549
Grupo Bank Millennium (Polónia)	3	-	-	-	2.022	2.025
Millennium bcp Bank & Trust	14.830	-	-	-	3.839	18.669
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	36	-	-	324	-	360
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	865	-	-	-	-	865
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	-	-	-	36	-	36
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	13	-	-	23.816	-	23.829
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo)	90.055	-	2.944	4.326	-	97.325
SIBS, S.G.P.S., S.A.	42	-	-	-	-	42
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	-	1	-	-	-	1
Outras	669	87	-	12.558	-	13.314
	411.140	9.073	2.944	41.060	9.360	473.577

À data de 31 de dezembro de 2014, as contas extrapatrimoniais do Banco com empresas subsidiárias e associadas do Grupo BCP, incluídas nas rubricas de Garantias Prestadas e Compromissos assumidos perante terceiros, são analisados como segue:

	Garantias Prestadas Euros '000	Compromissos perante terceiros Euros '000	Total Euros '000
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	281.416	281.416
Banco Millennium Angola, S.A.	2.860	36.417	39.277
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	-	300.000	300.000
BCP Finance Bank Ltd	399.736	-	399.736
BCP Finance Company, Ltd	171.175	-	171.175
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	1.186	-	1.186
Grupo Bank Millennium (Polónia)	764	-	764
Millennium bcp Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	80	-	80
Nanium, S.A.	5.342	-	5.342
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	-	-	
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A.	22	-	22
Outras	-	29.943	29.943
	581.165	647.776	1.228.941

(*) Garantias prestadas pelo Banco relativo a créditos a clientes concedidos pelo Millennium bcp Bank & Trust.

À data de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os créditos do Banco sobre o Fundo de Pensões, são analisados como segue:

	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Bancos	362.586	686.767
Títulos	45	950
	362.631	687.717

À data de 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os proveitos e custos do Banco sobre o Fundo de Pensões, são analisados como segue:

	Proveitos		Custos	
	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Comissões	366	645	-	-
Juros	-	-	73	658
Rendas	-	-	444	1.990
	366	645	517	2.648

No âmbito das atividades de mediação de seguros do Banco, as remunerações de prestação de serviço são analisadas como segue:

	jun 2015 Euros '000	jun 2014 Euros '000
Ramo Vida		
Produtos de poupança	16.423	16.292
Crédito à habitação e consumo	9.917	9.628
Outros	18	16
	26.358	25.936
Ramo Não Vida		
Acidentes e doença	6.817	6.510
Automóvel	1.364	1.217
Multi-Riscos Habitação	2.453	2.250
Outros	521	499
	11.155	10.476
	37.513	36.412

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas através de transferências bancárias e resultaram da intermediação de seguros com as subsidiárias do Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Grupo) (Ocidental Vida e Ocidental Seguros). A participação do Grupo na Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A foi alienada em junho de 2014. Esta entidade continua a ser parte relacionada, continuando a apresentar-se os saldos com esta contraparte.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

Os saldos a receber da atividade de mediação de seguros por natureza e entidade, é analisada conforme segue:

	jun 2015 **Euros '000**	**dez 2014** **Euros '000**
Por natureza		
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo vida	12.937	12.609
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo não vida	5.331	5.304
	18.268	17.913
Por entidade		
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	12.937	12.609
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	5.331	5.304
	18.268	17.913

As comissões recebidas pelo Banco resultam da mediação de contratos de seguro e contratos de investimentos conforme os termos estabelecidos nos contratos em vigor. As comissões de mediação são calculadas atendendo à natureza dos contratos objeto de mediação, como segue:

- contratos de seguro – aplicação de taxas fixas sobre os prémios brutos emitidos;

- contratos de investimentos – aplicação de taxas fixas sobre as responsabilidades assumidas pela Seguradora no âmbito da comercialização desses produtos.

46. Gestão de riscos

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efetuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercado, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Banco.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

Mercado – O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade de o Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital às linhas de negócio.

O Conselho de Administração, através da Comissão de Auditoria, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta da Comissão Executiva do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

O Comité de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade.

O *Chief Risk Officer* é responsável pelo controlo dos riscos em todas as entidades do Grupo, pela identificação dos riscos aos quais está exposta a atividade do Grupo e pela proposta de medidas destinadas a melhorar o controlo de riscos. O *Chief Risk Officer* também assegura que os riscos são acompanhados numa base global e que existe alinhamento de conceitos, práticas e objetivos na gestão de risco.

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua atuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pelo Comité de Risco, estando as principais subsidiárias dotadas de estruturas do *Risk Office*, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respetiva atividade. Em cada subsidiária relevante foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o *Risk Officer* do Grupo.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação de sistemas de controlo do cumprimento de obrigações legais e dos deveres a que o Banco se encontre sujeito e, bem assim, pela prevenção, monitorização e reporte de riscos nos processos organizacionais, que incluem, entre outros, a prevenção e repressão do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo, a prevenção do conflito de interesses, as matérias conexas com o abuso de mercado e o cumprimento dos deveres de informação junto de clientes.

Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rendibilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- Negociação e Vendas: contempla as posições detidas com o objetivo de obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionáveis sem restrições e podem ser precisas e frequentemente reavaliadas, incluindo os títulos e derivados das atividades de vendas;
- Financiamento: Operações de financiamento do grupo em mercado inclui tanto operações em mercado institucional e monetário (e eventuais coberturas de risco), mas não operações de financiamento estrutural (como por exemplo dívida subordinada);
- Investimento: inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade, durante um período alargado de tempo, que não sejam transacionáveis em mercados líquidos, ou quaisquer outros que sejam detidos com outro propósito que não o de ganhos de curto prazo. Inclui também qualquer operação de cobertura de risco associada aos mesmos;
- Comercial: Inclui todas as operações (ativas e passivas) realizadas na prossecução da atividade comercial do Banco com os seus clientes;
- ALM: representa a função de gestão de Ativos e Passivos, inclui as operações decididas pelo CALCO na gestão do risco global do grupo e centraliza as operações de transferência de risco entre as restantes áreas;
- Estrutural: inclui os elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas, incluindo as operações de financiamento estrutural do grupo, capital e itens fixos de balanço.

A definição das áreas de gestão permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada de acordo com o respetivo contexto.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado.

A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, na situação de incumprimento.

Todos os modelos de *rating/scoring* usados no Banco foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*.

O conceito de nível de proteção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais ativa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa às exposições brutas ao risco de crédito do Banco (posição em risco original), em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

Rubricas de risco	jun 2015 Euros '000	dez 2014 Euros '000
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	6.322.138	4.340.554
Administrações Regionais ou Autoridades Locais	528.808	288.134
Organismos Administrativos e Empresas sem fins lucrativos	404.137	368.914
Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	80.466	80.971
Outras Instituições de Crédito	2.589.890	3.111.888
Clientes de retalho e empresas	47.508.915	48.626.348
Outros elementos	19.922.232	18.690.951
	77.356.586	75.507.760

Nota: exposições brutas de imparidade e amortizações. Inclui posições de titularização.

O quadro seguinte inclui os países europeus que têm estado sobre atenção particular neste período, nomeadamente Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha, Itália e Hungria. O montante apresentado representa a exposição bruta (valor nominal), com referência a 30 de junho de 2015, do crédito concedido a entidades cujo país é um dos identificados.

		jun 2015					Euros '000
		País de Residência					
Tipo de Contraparte	Maturidade	Espanha	Grécia	Hungria	Irlanda	Itália	Portugal
Instituições	2016	24.228	8	21	30	2.100	109.052
Financeiras	2017	-	-	-	-	-	13.770
	2018	-	-	-	-	-	63.748
	>2018	47.500	-	-	-	6.000	473.373
		71.728	8	21	30	8.100	659.943
Empresas	2016	30.175	111	-	5.160	-	5.271.805
	2017	10.180	-	-	-	-	510.734
	2018	60.898	-	-	-	-	370.068
	>2018	175.069	35.254	-	127.596	-	6.049.044
		276.322	35.365	-	132.756	-	12.201.651
Retalho	2016	6.888	7	4	62	83	1.805.648
	2017	65.418	-	-	160	3	406.404
	2018	3.011	-	-	26	29	449.881
	>2018	35.534	213	-	52.314	2.428	18.879.383
		110.851	220	4	52.562	2.543	21.541.316
Estado e Outras	2016	-	-	-	-	-	1.457.840
Entidades Públicas	2017	29	-	-	-	-	126.038
	2018	34.500	-	-	-	-	328.717
	>2018	468	-	-	695	51.233	3.432.419
		34.997	-	-	695	51.233	5.345.014
Total País		493.898	35.593	25	186.043	61.876	39.747.924

Na rubrica de Instituições Financeiras estão incluídas aplicações noutras Instituições de crédito. Os montantes não incluem juros nem se encontram deduzidos dos valores de imparidade.

Na rubrica de Empresas estão incluídos os montantes de crédito concedidos ao segmento empresas, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Na rubrica de Retalho estão incluídos os montantes de crédito concedidos ao segmento retalho, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Na rubrica de Estado e outras entidades públicas estão incluídos os montantes referentes a dívida soberana, crédito a instituições governamentais, empresas públicas, governos e autarquias, não estando considerados os montantes de juros, imparidade ou a mitigação de risco através de colaterais.

Riscos de Mercado

O Banco, no controlo do risco de mercado assumido nas diversas áreas de gestão (de acordo com a definição anterior), utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities* (mercadorias).

A medida utilizada na avaliação do risco genérico de mercado é o VaR (*Value at Risk*). O cálculo do VaR é efetuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%. A estimação da volatilidade associada a cada um dos fatores de risco no modelo é efetuada utilizando uma aproximação histórica *(equally weighted*) com um período de observação de um ano.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações, ações, certificados, etc.) e de derivados cuja *performance* esteja diretamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o *standard* regulamentar.

São ainda utilizadas medidas complementares para os restantes tipos de risco, uma medida de risco não linear que incorpora o risco de opções não coberto no modelo VaR, com um intervalo de confiança de 99% e uma medida *standard* para o risco de *commodities*.

Estas medidas são integradas no indicador de risco de mercado com o pressuposto conservador de correlação perfeita entre os diversos tipos de risco.

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adotado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

	Euros '000	
	jun 2015	**dez 2014**
Risco Genérico (VaR)	3.716	5.368
Risco Específico	309	286
Risco não linear	251	50
Risco de c*ommodities*	14	15
Risco Global	4.290	5.719

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efetuada a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de *repricing* e eventuais pressupostos de pré-pagamentos considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados nos quadros abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base em cada uma das moedas onde o Banco tem posições significativas:

	jun 2015		Euros '000	
Moeda	**- 200 pb**	**- 100 pb**	**+ 100 pb**	**+ 200 pb**
CHF	169	169	231	456
EUR	25.529	5.694	50.543	100.182
PLN	(1.389)	(881)	871	1.733
USD	(1.247)	(3.165)	5.334	10.491
TOTAL	23.062	1.817	56.979	112.862

	dez 2014		Euros '000	
Moeda	**- 200 pb**	**- 100 pb**	**+ 100 pb**	**+ 200 pb**
CHF	(4)	(4)	103	203
EUR	3.626	(3.780)	76.000	149.380
PLN	(2.077)	(1.040)	1.026	2.039
USD	(4.509)	(3.849)	5.936	11.585
TOTAL	(2.964)	(8.673)	83.065	163.207

O Banco realiza regularmente operações de cobertura com o mercado, tendo em vista reduzir o *mismatch* de taxa juro das posições de risco associada à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

O Banco adota para cobertura do risco cambial de parte da participação financeira em moeda estrangeira do Bank Millennium da Polónia, o modelo de contabilidade de cobertura de variação de justo valor.

O valor da participação objeto de cobertura ascende a PLN 2.285.125.000 (31 de dezembro de 2014: PLN 1.950.125.000) e, com o contravalor de Euros 545.233.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 456.362.000), sendo o instrumento de cobertura do mesmo montante.

Não foi registada qualquer inefetividade gerada por esta relação de cobertura, conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 d).

Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Banco é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes *Corporate* e *Private* que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez estrutural do Banco, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do *Capital and Assets and Liabilities Committee* (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade.

Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade do Comité de Risco.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

No que respeita à estrutura de financiamento, o Banco procedeu ao reembolso de Euros 5.268.922.000 de dívida de médio-longo prazo (de um total previsto de Euros 3.417.000.000), incluindo a amortização antecipada de Euros 2.250.000.000 de *core tier I capital instruments* (CoCos) subscritos pelo Estado Português. Ainda no cumprimento do Plano de Liquidez, o Banco prosseguiu o esforço de diversificação das fontes de financiamento, através do recurso acrescido a empréstimos de curto-prazo contratados com instituições financeiras internacionais e colateralizados por títulos, cujo saldo em Portugal atingiu no final do ano Euros 1.880.000.000. As condições de mercado permitiram antecipar para fevereiro o retorno do Banco ao mercado de *wholesale funding*, através de uma emissão de dívida sénior de Euros 500.000.000 a três anos.

A gestão da carteira de colateral elegível junto do Eurosistema, envolvendo a alocação otimizada das diversas categorias de ativos disponíveis, incluiu o cancelamento de duas operações de securitização com reafectação dos ativos subjacentes à *pool* de política monetária sob a forma de direitos de crédito adicionais, a implementação de um novo mecanismo de seleção de empréstimos bancários visando a sua incorporação na *pool*, o ajuste dos termos e condições de uma emissão de obrigações hipotecárias retida em balanço e ainda, em relação a direitos adicionais de crédito e a aceitação pelo Banco de Portugal da aplicação de modelos IRB a carteiras de crédito, com consequente redução dos *haircuts* aplicáveis.

Não obstante o refinanciamento de dívida de médio-longo prazo, foi possível reduzir em Euros 3.339.547.076 o financiamento líquido junto do BCE, em razão da redução sustentada do *gap* comercial do Banco, do aumento de capital do Banco, do decréscimo da carteira de dívida pública, da emissão de dívida sénior e do recurso a outras fontes de financiamento.

Paralelamente, a gestão ativa dos ativos elegíveis mobilizáveis junto do BCE, com saldo de Euros 14.157.399.343 (após *haircuts*), permitiu manter em nível confortável o *buffer* de liquidez (Euros 7.522.171.946), mesmo após a amortização antecipada da totalidade de emissões próprias com garantia do Estado, no valor aproximado de Euros 3.159.606.318 após *haircuts*.

A redução do financiamento líquido junto do BCE envolveu, ao longo de 2014, a amortização antecipada junto do Eurosistema de tranches adicionais das operações de cedência de liquidez a médio-prazo no valor de Euros 7.000.000.000 (de um total inicial de Euros 12.000.000.000 em 2012), reduzindo o saldo para Euros 4.000.000.000. O total amortizado foi parcialmente refinanciado, em dezembro de 2014, por uma tomada de Euros 1.482.510.000, no quadro das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (OPRA direcionadas) promovidas pelo BCE.

Numa conjuntura caracterizada pela dificuldade no acesso aos mercados de financiamento interbancário e institucional, e considerando os critérios de prudência adotados pelo Grupo na gestão de liquidez, continuou a merecer atenção particular, para além da redução das necessidades de financiamento de mercado, a gestão ativa do *buffer* de liquidez proporcionado pela carteira de ativos descontáveis junto do BCE (ou de outros Bancos Centrais). Em linha com a redução das necessidades de financiamento, a carteira de ativos descontáveis junto do BCE terminou o primeiro semestre de 2015 com um valor de Euros 11.006.971.000, menos Euros 347.174.000 do que no final de 2014.

	jun 2015 **Euros '000**	**dez 2014** **Euros '000**
Banco Central Europeu	11.006.971	11.354.145

Com referência a 30 de junho de 2015, o montante descontado junto do Banco Central Europeu ascende a Euros 5.782.510.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 5.932.510.000).

Os principais rácios de liquidez do Banco, de acordo com as definições da Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal, tiveram a seguinte evolução:

	jun 2015	**dez 2014**
Cashflows líquidos acumulados até 1 ano em % do total do passivo contabilístico	-5,7%	-8,6%
Gap de liquidez em % dos ativos ilíquidos	9,0%	10,6%
Rácio de cobertura do *Wholesale funding* por AAL [1]		
(até 1 Mês)	215,6%	337,0%
(até 3 Meses)	167,7%	181,4%
(até 1 Ano)	163,3%	167,5%

(1) AAL - Ativos Altamente Líquidos.

Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte *end-to-end*. A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter atualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efetiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão direta ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detetar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as ações de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Banco destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detetado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as ações de mitigação para as exposições críticas.

Covenants

Os termos contratuais dos vários instrumentos de *wholesale funding* compreendem obrigações assumidas por sociedades pertencentes ao Grupo enquanto mutuário ou emitente, relativas a deveres gerais de conduta societária, à preservação da sua atividade bancária principal e à inexistência de garantias especiais constituídas em benefício de outros credores *(negative pledge)*. Estes termos refletem essencialmente os padrões adotados internacionalmente para cada um dos tipos de instrumento de dívida utilizados pelo Grupo.

Os termos da intervenção do Grupo em operações de titularização de ativos por si cedidos estão sujeitos a alterações caso o Grupo deixe de respeitar determinados critérios de notação de *rating*. Os critérios estabelecidos em cada operação resultam essencialmente da metodologia de análise do risco que vigorava no momento da sua montagem, sendo estas metodologias habitualmente aplicadas por cada agência de *rating* de forma padronizada a todas as operações de titularização de um mesmo tipo de ativos.

No que concerne aos Programas de Obrigações Hipotecárias do Banco Comercial Português que estão atualmente em curso, não existem quaisquer *covenants* relevantes relacionados com um eventual *downgrade* do Banco.

47. Solvabilidade

O Banco utiliza as metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e contraparte quer para uma componente relevante da carteira de retalho quer para a carteira de empresas. O Banco utiliza o método avançado (modelo interno) para cobertura do risco genérico de mercado e o método *standard* para cobertura do risco operacional.

Os fundos próprios do Banco Comercial Português são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente de acordo com a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR) e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013.

Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1* – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

O *common equity tier 1* inclui: i) o capital realizado, os prémios de emissão, os instrumentos híbridos subscritos pelo Estado português no âmbito do processo de recapitalização do Banco e as reservas e os resultados retidos; ii) e as deduções relacionadas com as ações próprias e os ativos intangíveis. As reservas e os resultados retidos são corrigidos da reversão dos ganhos e perdas em operações de cobertura de fluxos de caixa e dos resultados com passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados na parte referente a risco de crédito próprio. Adicionalmente, procede-se à dedução dos impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por um lado, e consideram-se as deduções relacionadas com os impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependam da rendibilidade futura do Banco e com as participações em instituições financeiras e seguradoras superiores a 10%, por outro, neste caso pelo montante que exceda os limites máximos de 10% e 15% do *common equity tier 1*, quando analisados de forma individual e agregada, respetivamente.

Os fundos próprios adicionais de nível 1 englobam os outros instrumentos híbridos que cumpram as condições de emissão estabelecidas no Regulamento.

O *tier 2* integra a dívida subordinada nas condições estabelecidas pelo Regulamento e o excesso de imparidades face a perdas esperadas apuradas para as exposições cujos requisitos de capital para risco de crédito sejam apurados de acordo com a metodologia IRB, até ao montante total equivalente a 0,6% do RWA dessas exposições.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phased-in*). O período de transição faseado prolongar-se-á até ao final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados anteriormente a 1 de janeiro de 2014 e com a dívida subordinada e instrumentos híbridos não elegíveis de acordo com a nova regulamentação, cujo período se estende até ao final de 2023 e de 2021, respetivamente.

O apuramento dos ativos ponderados também regista algumas alterações face à forma como é calculado de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, com realce para a ponderação a 250% dos impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependem da rendibilidade futura e detenções de participações financeiras superiores a 10% em instituições financeiras e seguradoras que se encontram dentro dos limites estabelecidos para a não dedução a *common equity tier1* (em vez de 0% e 100%, respetivamente), para os *Credit Value Adjustment* (CVA), para o apuramento dos requisitos de fundos próprios para cobertura do risco de crédito das pequenas e médias empresas para os quais seja utilizada a metodologia IRB e, desde o inicio de 2015, para a ponderação a 100% dos impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que não dependem da rendibilidade. futura do Banco (em vez de 0%).

No novo quadro prudencial, as instituições devem reportar rácios *common equity tier 1, tier 1* e total não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, incluindo um *conservation buffer* de 2,5%, mas beneficiando de um período transitório que decorrerá até ao final de 2018.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios são os seguintes:

	jun 2015 **Euros '000**	**dez 2014** **Euros '000**
Fundos Próprios Principais de Nível 1		
Capital	4.094.235	3.706.690
Instrumentos representativos de capital	750.000	750.000
Reservas e resultados retidos	(666.091)	(838.916)
Ajustamentos regulamentares a fundos próprios principais nível 1	58.419	10.549
	4.236.563	3.628.323
Fundos Próprios de nível 1		
Instrumentos de capital	2.045	6.892
Deduções regulamentares	(2.045)	(6.892)
	4.236.563	3.628.323
Fundos Próprios de Nível 2		
Dívida subordinada	582.954	880.904
Outros	44.503	34.374
	627.457	915.278
Fundos Próprios Totais	4.864.020	4.543.601
RWA		
Risco de crédito	31.595.065	31.912.785
Risco de mercado	1.666.145	825.105
Risco operacional	1.489.666	1.489.666
CVA	194.669	176.630
	34.945.545	34.404.186
Rácios de Capital		
Common Equity Tier 1	12,1%	10,5%
Tier 1	12,1%	10,5%
Tier 2	1,8%	2,7%
	13,9%	13,2%

48. Contingências e outros compromissos

1.O Banco tomou conhecimento da notificação que lhe foi dirigida, com data de 27 de dezembro de 2007, pelo Banco de Portugal, dando conta da instauração contra o Banco e contra sete ex-Administradores e dois diretores, do processo de contraordenação nº 24/07/CO "com fundamento na existência de indícios da prática de ilícitos de mera ordenação social previstos e punidos no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro), designadamente a inobservância de regras contabilísticas, a prestação de informações falsas ou incompletas ao Banco de Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao valor dos fundos próprios, e o incumprimento de obrigações de natureza prudencial".

Um comunicado público do Banco de Portugal de 28 de dezembro de 2007 referiu ter tal processo sido instaurado "com base em factos relacionados com 17 entidades offshore cuja natureza e atividades foram sempre ocultadas ao Banco de Portugal nomeadamente em anteriores inspeções".

Em 12 de dezembro de 2008 o Banco foi notificado de acusação no âmbito do referido processo de contraordenação n.º 24/07/CO instaurado pelo Banco de Portugal, o qual imputa ao Banco e demais arguidos, a prática de seis contraordenações previstas na alínea g) e três contraordenações previstas na alínea r), ambas do artigo 211º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O Banco não aceitou a acusação contra si deduzida, pelo que apresentou a sua defesa em março de 2009.

Em 12 de maio de 2010 o Banco foi notificado da decisão que, no âmbito do processo, foi proferida pelo Conselho de Administração do Banco de Portugal que lhe aplicou a título de sanção principal a coima única de Euros 5.000.000.

Aos demais arguidos foram aplicados a título de sanção principal diferentes coimas que perfazem o montante global de Euros 4.470.000. O Conselho de Administração do Banco de Portugal decidiu arquivar o processo relativamente a um antigo Administrador e um Diretor.

O Banco impugnou a decisão da autoridade administrativa em 15 de julho de 2010, tendo sido notificado do despacho de admissão das impugnações judiciais deduzidas por todos os arguidos no processo.

Tendo-se iniciado, em abril de 2011, a audiência de julgamento, foi proferido, com data de 07 de outubro de 2011, despacho a declarar a nulidade das provas apresentada e, em consequência, a nulidade de todo o processo.

O Ministério Público e o Banco de Portugal recorreram dessa decisão. Em 5 de julho de 2012, o Banco foi notificado do acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que concedeu provimento aos recursos apresentados pelo Banco de Portugal e pelo Ministério Público, e revogou a decisão recorrida, determinando que prosseguisse a audiência de julgamento.

Por despacho datado de 27 de fevereiro de 2014, o Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa designou data (31 de março de 2014) para que se retomasse a audiência de discussão e julgamento e decidiu declarar a prescrição, no que diz respeito a um ex-administrador do Banco, de todas as infrações que lhe eram imputadas. No que diz respeito especificamente ao Banco o Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa decidiu declarar a prescrição de duas contraordenações, por alegada falsificação de contabilidade, que lhe eram imputadas.

A audiência de discussão e julgamento foi retomada no Tribunal de Pequena instância Criminal de Lisboa, tendo sido entretanto declarada a prescrição, no que diz respeito a um ex-diretor do Banco, de todas as infrações que lhe eram imputadas. Por sentença de 29 de agosto de 2014 todos os arguidos foram condenados pelas infrações pelas quais se encontravam acusados, verificando-se quanto á coima inicialmente aplicada pelo Banco de Portugal ao Banco uma redução de Euros 1.000.000.

Em 13 de outubro de 2014, o Banco interpôs recurso da referida decisão condenatória, o mesmo tendo sido feito pelos demais arguidos.

Por Acórdão proferido no dia 9 de junho de 2015, o Tribunal da Relação de Lisboa deu provimento parcial ao Recurso do Banco, tendo declarado a prescrição de parte das infrações de alegada prestação de informação falsa ao Banco de Portugal e tendo absolvido o Banco da parte restante (não prescrita) dessas mesmas infrações. Mais absolveu o Banco de duas alegadas infrações de falsificação de contabilidade. O Tribunal da Relação de Lisboa manteve a condenação do Banco por duas outras alegadas infrações de falsificação de contabilidade. Nessa medida, o Tribunal da Relação de Lisboa reduziu a coima aplicada ao Banco de Euros 4.000.000 para Euros 750.000. O Banco arguiu a nulidade do Acórdão na parte que o condena pela falsificação de contabilidade por violação de dever de consolidação de 4 sociedades offshore, tendo sido notificado das arguições de nulidade apresentadas também pelo Banco de Portugal e por um dos arguidos.

2. Em julho de 2009 o Banco foi notificado de acusação deduzida pelo Ministério Público em processo criminal contra cinco antigos administradores seus, tendo subjacentes essencialmente os factos referidos supra e para apresentar no mesmo processo pedido de indemnização cível.

Perante esta notificação, e embora dando por reproduzido o teor da defesa apresentada no acima referido processo de contraordenação, o Banco decidiu, por forma a evitar qualquer risco de futura alegação de perda do eventual direito a indemnização a que houvesse lugar se não exercido nesse momento e nesse processo, apresentar requerimentos em que solicitou (i) o reconhecimento do seu direito de, em momento ulterior, designadamente em face do apuramento final dos factos, vir a pedir oportunamente em processo separado, nos tribunais cíveis, qualquer indemnização a que haja lugar e (ii) subsidiária e cautelarmente na hipótese de esse direito de apresentação de pedido separado nos tribunais cíveis não ser reconhecido, indemnização cível segundo os factos e termos indicados na acusação, para o caso de estes virem a ser provados.

No dia 19 de julho de 2011 o Banco foi notificado da decisão da 8.ª Vara Criminal de Lisboa de lhe reconhecer a faculdade de apresentar um eventual pedido de indemnização cível em separado. Um dos arguidos apresentou recurso desta decisão, junto do Tribunal da Relação, que foi admitido pelo Tribunal de Primeira Instância com efeito meramente devolutivo, apenas subindo para o tribunal superior com o eventual recurso da sentença do tribunal de primeira instância.

Por sentença de 2 de maio de 2014, um dos arguidos foi absolvido e os restantes foram condenados a pena de prisão de 2 anos, suspensa na execução e ao pagamento de valores entre Euros 300.000 e Euros 600.000 por crime de manipulação de mercado, com inibição do exercício de funções na Banca e publicação da condenação em jornal de maior tiragem. Por acórdão de 25 de fevereiro de 2015, o Tribunal da Relação de Lisboa confirmou integralmente a referida decisão. De acordo com a informação disponível o referido acórdão ainda não terá transitado em julgado.

3. Em dezembro de 2013 a Sociedade de Renovação Urbana Campo Pequeno, S.A na qual o Banco detém uma participação social de 10% resultante de conversão de créditos moveu contra o Banco ação com valor global de Euros 75.735.026,50 pedindo: (i) o reconhecimento de que um contrato de mútuo celebrado entre a sociedade e o Banco em 29 de maio de 2005 constituiu um contrato de suprimentos e não um mútuo bancário puro; (ii) que o reembolso da quantia mutuada seja efetuado de acordo com o previsto no acordo parassocial existente; (iii) que seja declarada a nulidade de diversas hipotecas constituídas a favor do Réu entre 1999 e 2005; e (iv) a declaração da inexistência de dívida cambiária titulada por uma livrança caução da Sociedade.

Um dos credores da autora requereu a sua insolvência, tendo o Banco reclamado créditos no montante de Euros 82.253.962,77, consequentemente o processo acima referido encontra-se suspenso.

4. Em 2012 foi instaurado pelo Conselho da Autoridade da Concorrência um processo de contraordenação por práticas restritivas da concorrência. No âmbito das investigações foram efetuadas, em 6 de março 2013, diligências de busca nas instalações do Banco e de, pelo menos, outras 8 instituições de crédito, tendo sido apreendida documentação para verificação de indícios de troca de informação comercial sensível no mercado nacional.

A Autoridade da Concorrência decretou segredo de justiça no processo de contraordenação, considerando que os interesses da investigação e os direitos dos sujeitos processuais não seriam compatíveis com a publicidade do processo.

O Banco foi notificado, em 2 de junho de 2015, da nota de ilicitude emitida pela Autoridade da Concorrência, relativa à contraordenação 2012/9, sendo acusado de participar num intercâmbio de informações entre Bancos do sistema relativas a preçários já aprovados e a operações de crédito à habitação e ao consumo já concedidas ou aprovadas. Face às imputações, o Banco irá apresentar a sua resposta à nota de ilicitude, a que, sendo o caso, se seguirá impugnação judicial. Salienta-se que a comunicação de uma nota de ilicitude não implica a tomada de uma decisão final quanto ao processo. Se a Autoridade da Concorrência vier a tomar uma decisão final condenatória, o Banco poderá ser condenado em multa dentro dos limites da lei, que prevê um limite abstrato máximo equivalente a 10% do volume de negócios anual consolidado no ano anterior à decisão, não obstante uma tal decisão poder ser impugnada em tribunal."

5. Em 20 de outubro de 2014, o Bank Millennium na Polónia tomou conhecimento de um processo (*class action*) contra o Banco que visa avaliar o enriquecimento "ilícito" da Instituição tendo em consideração determinadas cláusulas dos contratos de crédito à habitação em CHF. Os clientes questionam um conjunto de cláusulas nomeadamente as relativas ao *spread bid-offer* entre PLN e CHF para conversão dos créditos. Em 28 de maio de 2015, o Tribunal Regional de Varsóvia indeferiu a ação instaurada, tendo os requerentes apresentado recurso desta decisão em 3 de julho de 2015.

Fundo de Resolução

Em 3 de Agosto de 2014, o Banco de Portugal adotou um conjunto de medidas no âmbito do processo de resolução do Banco Espírito Santo, S.A., que incluíram a capitalização em 4,9 mil milhões de Euros de uma nova entidade, denominada Novo Banco, com recurso ao Fundo de Resolução ("FR"). Dependendo do preço de venda do Novo Banco, que deverá ocorrer no prazo de até 2 anos, o FR poderá sofrer perdas ou ganhos face ao valor que colocou nessa entidade. Enquanto participante no Fundo de Resolução, em conjunto com os restantes bancos sedeados em Portugal, e nessa medida, caso o FR sofra perdas, o Banco poderá ser chamado a realizar futuramente contribuições extraordinárias para o FR, que se refletirão como um encargo na conta de exploração.

49. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 30 de junho de 2015, a exposição do Banco a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

	jun 2015					
Emitente / Carteira	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Reserva justo valor Euros '000**	**Taxa de juro média %**	**Maturidade média Anos**	**Nível de Valorização**
Grécia						
Ativos financeiros detidos para negociação	582	582	-	0,00%	0,0	1

Com referência a 31 de dezembro de 2014, a exposição do Banco a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

	dez 2014					
Emitente / Carteira	**Valor contabilístico Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Reserva justo valor Euros '000**	**Taxa de juro média %**	**Maturidade média Anos**	**Nível de Valorização**
Grécia						
Ativos financeiros detidos para negociação	1.024	1.024	-	0,00%	0,0	1

O valor dos títulos inclui os juros corridos respetivos.

50. Cedência de ativos

O Banco realizou um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para fundos especializados de recuperação de crédito. Estes fundos assumem a gestão das sociedades mutuárias ou dos ativos recebidos em colateral com o objetivo de garantir uma administração pró-ativa através da implementação de planos de exploração/valorização dos mesmos. Os ativos financeiros cedidos nestas operações foram desreconhecidos do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para os fundos parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respetivo controlo.

Os fundos especializados na recuperação de crédito que adquiriram os ativos financeiros ao Grupo são fundos fechados, em que os participantes não têm a possibilidade de pedir o reembolso das suas unidades de participação durante a vida do mesmo.

Estas unidades de participação são detidas pelos vários bancos do mercado, e que são cedentes dos créditos, em percentagens que vão variando ao longo da vida dos fundos, mas garantindo que cada banco, isoladamente, não detém títulos representativos de mais de 50% do capital do fundo.

Os fundos têm uma estrutura de gestão específica (*General Partner*), totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é selecionada na data de constituição do fundo.

A estrutura de gestão do fundo tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo do fundo;
- administrar e gerir em regime exclusivo o fundo, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios do fundo.

A estrutura de gestão é remunerada através de comissões de gestão cobradas aos fundos.

Na sua maioria, estes fundos (em que o Banco detém uma posição minoritária nas unidades de participação) constituem sociedades de direito Português com vista à aquisição dos créditos aos bancos, a qual é financiada através da emissão de títulos sénior e de títulos júnior. O valor dos títulos sénior, subscritos integralmente pelos fundos que detêm o capital social, iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos.

O valor dos títulos júnior é equivalente à diferença entre o justo valor que teve por base a valorização do título sénior e o valor de cedência dos créditos às sociedades de direito português.

Estes títulos júnior, sendo subscritos pelo Banco, darão direito a um valor positivo contingente caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações sénior acrescidos da remuneração das mesmas.

Contudo, considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se a ser integralmente provisionados.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos ocorridas, o Banco subscreveu:

- unidades de participação dos fundos em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários bancos participantes (onde o Banco é claramente minoritário). Estes títulos encontram-se assim registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados ao justo valor com base no valor da cotação, o qual é divulgado pelos fundos e auditado no final de cada ano.

- títulos júnior (com maior grau de subordinação), emitidos pelas sociedades de direito Português controladas pelos fundos, encontram-se a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo algum risco e benefício, o Banco, nos termos da IAS 39.21 procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído, que não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios.

Considerando que também não detém controlo, já que não exerce qualquer influência sobre os fundos ou as sociedades que detêm os ativos, o Banco procedeu, nos termos da IAS 39.20c, ao desreconhecimento dos ativos transferidos e ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida nos seguintes termos:

	Valores associados à cedência de ativos					
	jun 2015			**dez 2014**		
	Ativos líquidos cedidos Euros '000	**Valor recebido Euros '000**	**Resultado apurado com a transferência Euros '000**	**Ativos líquidos cedidos Euros '000**	**Valor recebido Euros '000**	**Resultado apurado com a transferência Euros '000**
Fundo Recuperação Turismo FCR	210.962	292.644	81.682	210.962	292.644	81.682
Fundo Reestruturação Empresarial FCR	83.201	83.212	11	83.201	83.212	11
FLIT	403.833	369.342	(34.491)	403.833	369.342	(34.491)
Vallis Construction Sector Fund	235.185	235.656	471	235.185	235.656	471
Fundo Recuperação FCR	294.630	232.173	(62.457)	294.630	232.173	(62.457)
Fundo Aquarius FCR	125.191	132.635	7.444	102.681	106.736	4.055
Discovery Real Estate Fund	113.247	138.187	24.940	113.247	138.187	24.940
	1.466.249	1.483.849	17.600	1.443.739	1.457.950	14.211

À data de 30 de junho de 2015, os ativos recebidos no âmbito dessas operações são analisados como segue:

	jun 2015					
	Títulos sénior Euros '000	**Títulos júnior Euros '000**	**Total Euros '000**	**Imparidade seniores Euros '000**	**Imparidade juniores Euros '000**	**Valor líquido Euros '000**
Fundo Recuperação Turismo FCR	285.272	30.481	315.753	(32.484)	(30.481)	252.788
Fundo Reestruturação Empresarial FCR	89.912	-	89.912	(1.669)	-	88.243
FLIT	296.404	40.950	337.354	(3.274)	(40.950)	293.130
Vallis Construction Sector Fund	223.757	35.441	259.198	-	(35.441)	223.757
Fundo Recuperação FCR	222.155	73.832	295.987	(51.181)	(73.832)	170.974
Fundo Aquarius FCR	132.956	-	132.956	-	-	132.956
Discovery Real Estate Fund	145.109	-	145.109	-	-	145.109
	1.395.565	180.704	1.576.269	(88.608)	(180.704)	1.306.957

À data de 31 de dezembro de 2014, os ativos recebidos no âmbito dessas operações são analisados como segue:

	dez 2014					
	Títulos sénior Euros '000	**Títulos júnior Euros '000**	**Total Euros '000**	**Imparidade seniores Euros '000**	**Imparidade juniores Euros '000**	**Valor líquido Euros '000**
Fundo Recuperação Turismo FCR	282.615	-	282.615	(30.593)	-	252.022
Fundo Reestruturação Empresarial FCR	89.327	-	89.327	(1.716)	-	87.611
FLIT	291.632	40.064	331.696	(5.846)	(40.064)	285.786
Vallis Construction Sector Fund	218.749	35.441	254.190	-	(35.441)	218.749
Fundo Recuperação FCR	219.423	72.793	292.216	(41.982)	(72.793)	177.441
Fundo Aquarius FCR	106.433	-	106.433	-	-	106.433
Discovery Real Estate Fund	143.635	-	143.635	(4.606)	-	139.029
	1.351.814	148.298	1.500.112	(84.743)	(148.298)	1.267.071

Os títulos júnior referem-se a suprimentos no montante de Euros 145.263.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 112.857.000), como referido na nota 29 e Unidades de participação no montante de Euros 35.441.000 (31 de dezembro de 2014: Euros 35.441.000) como referido na nota 21.

No âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada especificamente relacionados com os ativos cedidos (títulos júnior), encontram-se provisionados na sua totalidade.

Apesar de os títulos de natureza subordinada se encontrarem totalmente provisionados, o Banco mantém também uma exposição indireta aos ativos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na *pool* de todos os ativos cedidos por outras instituições financeiras, por via das ações dos fundos adquiridas no âmbito das operações (denominadas no quadro como títulos sénior).

Adicionalmente encontram-se registados na carteira de créditos a clientes, financiamentos associados às seguintes operações de cedência de créditos:

	jun 2015			dez 2014		
	Valor recebido Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor líquido Euros '000**	**Valor recebido Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor líquido Euros '000**
Fundo Recuperação Turismo FCR	27.450	27.450	-	27.450	27.450	-
Fundo Recuperação FCR	14.555	14.555	-	14.555	14.555	-
Fundo Aquarius FCR	19.094	18.513	581	19.094	18.513	581
	61.099	60.518	581	61.099	60.518	581

51. Empresas subsidiárias e associadas do Banco Comercial Português S.A.

Em 30 de junho de 2015 as empresas subsidiárias do Banco Comercial Português S.A., são as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	% de particip. efetiva
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	17.500.000	EUR	Banca	100,0
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	50,1
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Oeiras	2.000.000	EUR	Capital de Risco	100,0
BCP International B.V.	Amesterdão	18.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Bitalpart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
BCP África, S.G.P.S., Lda.	Funchal	682.965.800	EUR	Gestão de participações sociais	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0
Interfundos - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Oeiras	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0
Millennium BCP - Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	48.840.067	BRL	Serviços financeiros	100,0
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A.C.E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	78,0
Millennium bcp Teleserviços - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0
Servitrust - Trust Management Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Oeiras	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A. (*)	Oeiras	1.750.000	EUR	Compra e venda de imóveis	100,0
QPR Investimentos, S.A. (*)	Oeiras	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0
Irgossai - Urbanização e construção, S.A. (*)	Lisboa	50.000	EUR	Construção e promoção de empreendimentos imobiliários	100,0
Propaço- Sociedade Imobiliária De Paço D'Arcos, Lda.	Lisboa	5.000	EUR	Promoção Imobiliária	52,7

(*) Empresas classificadas como ativos não correntes disponíveis para venda.

Em 30 de junho de 2015 as empresas associadas do Banco Comercial Português S.A., são as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	% de particip. efetiva
ACT-C-Indústria de Cortiças, S.A.	Sta.Maria Feira	17.923.610	EUR	Indústria extrativa	20,0
Banque BCP, S.A.S.	Paris	108.941.724	EUR	Banca	19,9
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos eletrónicos	41,1
SIBS, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços bancários	21,5
Sicit - Sociedade de Investimentos e Consultoria em Infra-Estruturas de Transportes, S.A.	Oeiras	50.000	EUR	Consultadoria	25,0
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de crédito	31,7
Quinta do Furão - Sociedade de Animação Turística e Agrícola de Santana, Lda.	Funchal	1.870.492	EUR	Turismo	31,3
Flitptrell III, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Turismo	50,0

Em 30 de junho de 2015 as empresas subsidiárias do Banco Comercial Português S.A., do ramo segurador são as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Atividade económica	% de particip. efetiva
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0

Declaração de Conformidade

Millennium bcp

Comissão Executiva

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declara-se que, tanto quanto é do conhecimento dos abaixo assinados, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Comercial Português, S.A. ("BCP" ou "Banco"), as quais compreendem (i) os Balanços individuais e consolidados em 30 de junho de 2015, (ii) as Demonstrações de Resultados individuais e consolidadas dos seis meses findos em 30 de junho de 2015, (iii) os mapas das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os seis meses findos em 30 de junho de 2015, (iv) um resumo das políticas contabilísticas significativas e (v) as notas explicativas individuais e consolidadas, traduzem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira individual e consolidada do Banco em 30 de junho de 2015, dos resultados individuais e consolidados das suas operações e das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa individuais e consolidados no exercício findo naquela data, de acordo quer com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como determinadas pelo Banco de Portugal, quer com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas na União Europeia.

Em reunião de 1 de março de 2012, o Conselho de Administração, com exceção do relatório e contas anual, delegou na Comissão Executiva a aprovação de todos os restantes documentos de prestação de contas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco referentes a 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Comissão Executiva em 25 de agosto de 2015.

Mais se declara que o relatório de gestão do BCP do 1º semestre de 2015 expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a situação do Banco e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que os mesmos se confrontam. O relatório de gestão foi aprovado pela Comissão Executiva em 25 de agosto de 2015.

Porto Salvo, 25 de agosto de 2015

Nuno Manuel da Silva Amado
(Presidente)

Miguel de Campos Pereira de Bragança
(Vice-Presidente)

Miguel Maya Dias Pinheiro
(Vice-Presidente)

José Jacinto Iglesias Soares
(Vogal)

Maria da Conceição Mota Soares de Oliveira Callé Lucas
(Vogal)

Rui Manuel da Silva Teixeira
(Vogal)

José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha
(Vogal) *

* Registo pendente

Relatório dos Auditores Externos

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO INTERCALAR CONSOLIDADA

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ('CVM'), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre o relatório financeiro intercalar consolidado do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, do Banco Comercial Português, S.A., que inclui a Demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 78.730.397 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas de 4.625.177 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas de 240.744 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

2 As quantias das demonstrações financeiras consolidadas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;

b) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
- a apresentação da informação financeira consolidada;
- se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e

b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 31 de Agosto de 2015

Ana Cristina Dourado

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC nº 1011)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11°
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1 Nos termos do Código dos Valores Mobiliários ('CVM'), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre o relatório financeiro intercalar do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, do Banco Comercial Português, S.A., que inclui a Demonstração da posição financeira (que evidencia um total de 57.057.964 milhares de euros e um total de capital próprio de 3.431.066 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 282.717 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e os correspondentes Anexos.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de informação financeira que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa;

b) que a informação financeira histórica seja, preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A. Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Colectiva N° PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N° 189 - Inscrito na C.M.V.M. N° 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N° PT 502 161 078

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
- a apresentação da informação financeira;
- se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e

b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2015, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's, e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 31 de Agosto de 2015

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC nº 1011)

Relatório e Contas do 1.º Semestre de 2015

© Millennium bcp

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A.,
Sociedade Aberta

Sede:
Praça D. João I, 28
4000-295 Porto

Capital Social:
4.094.235.361,88 euros

Matriculada na Conservatória
do Registo Comercial do Porto
com o Número Único de Matrícula
e de Identificação Fiscal 501 525 882

Relação com Investidores
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício 1 Piso 0 Ala B
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt

Direção de Comunicação
Av. Professor Doutor Cavaco Silva
Edifício 3 Piso 1 Ala C
2744-002 Porto Salvo
Telefone: (+351) 211 131 243
comunicar@millenniumbcp.pt